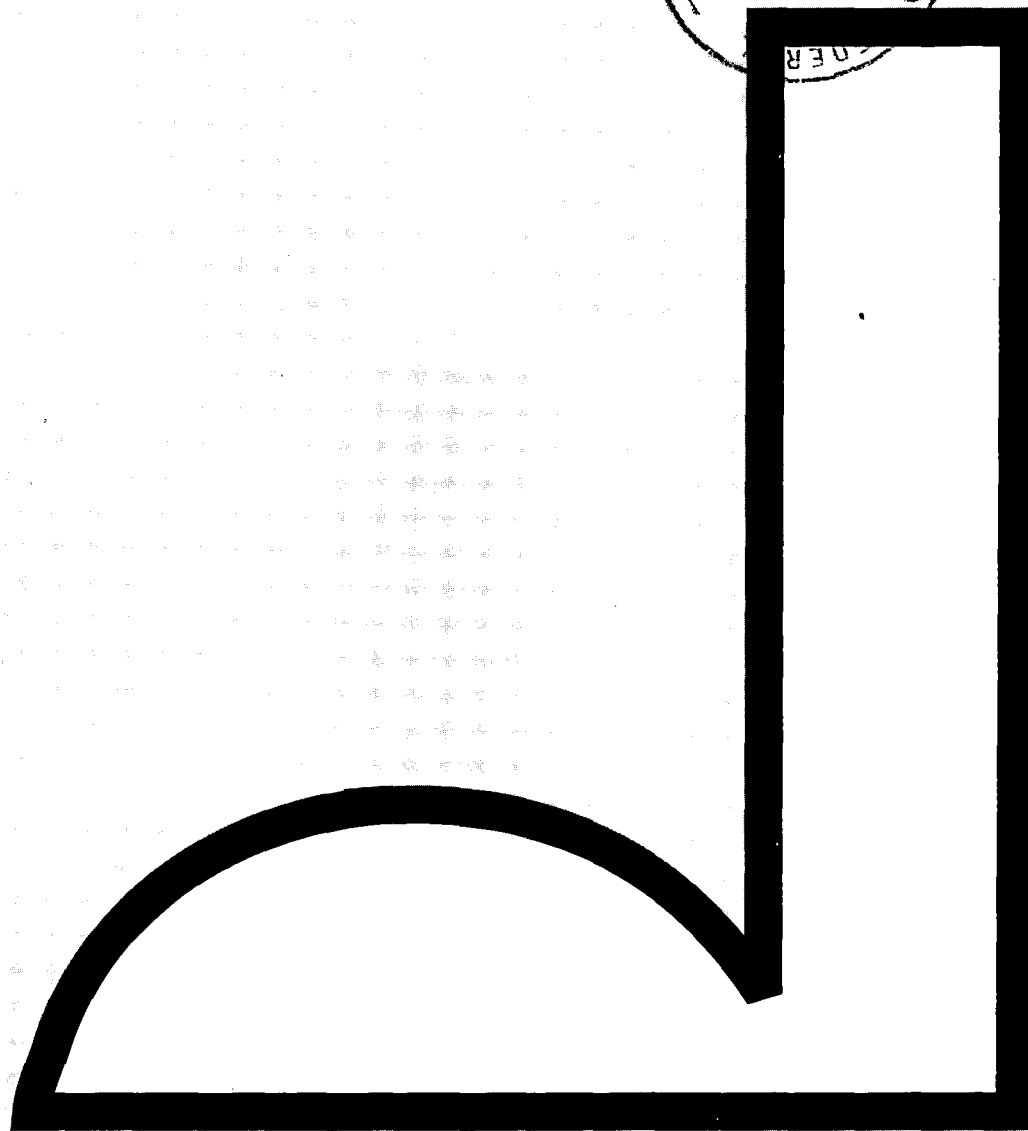


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

| MESA | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i></p> <p>1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i></p> <p>2º Vice-Presidente <i>Júnia Marise – Bloco – MG</i></p> <p>1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i></p> <p>2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p> | | <p>3º Secretário <i>Flaviano Melo – PMDB – AC</i></p> <p>4º Secretário <i>Lucídio Portella – PPB – PI</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1ª Emilia Fernandes – Bloco – RS</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Joel de Hollanda – PFL – PE</i> <i>4ª Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p> |
| <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(1) <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos(1) <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Joel de Hollanda – PFL – PE</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i></p> | | <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Emilia Fernandes – Bloco – RS</i> <i>José Ignácio Ferreira – PSDB – ES</i> <i>Lauro Campos – Bloco – DF</i></p> |
| LIDERANÇAS | | |
| <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Elcio Alvares – PFL – ES</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda – PSDB – DF</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Júlio Campos</i></p> | <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvan Borges</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder <i>Eduardo Suplicy</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p> | <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder <i>Sergio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Péres</i> <i>José Ignácio Ferreira</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Esperidião Amin</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder <i>Odacir Soares</i></p> |

Atualizada em 4-11-98

(1) Reeleitos em 2-4-97

(2) Designação: 16 e 23-11-95

| EXPEDIENTE | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><i>Agacieli da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p> | <p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p> |

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

- Nº 84, de 1998, que aprova o ato que renova a concessão da Santarém Rádio e TV Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santarém, Estado do Pará. . 17666
- Nº 85, de 1998, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tiradentes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais..... 17666
- Nº 86, de 1998, que aprova o ato que renova a concessão da S/A Rádio Pelotense para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul. 17666
- Nº 87, de 1998, que aprova o texto da Convenção para Prevenir e Punir os Atos de Terrorismo Configurados em Delitos contra as Pessoas e a Extorsão Conexa, Quando Tiverem Eles Transcendência Internacional, concluída em Washington, em 2 de fevereiro de 1971. 17666
- Nº 88, de 1998, que autoriza o envio, pelo Brasil, de tropas armadas e equipamentos para o exterior, com a finalidade de prestar o apoio logístico necessário à realização dos trabalhos da Missão de Observadores Militares Equador/Peru (MOMEPE). 17667
- Nº 89, de 1998, que aprova a solicitação de reconhecimento da competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos para fatos ocorridos a partir do reconhecimento, de acordo com o previsto no parágrafo primeiro do art. 62 daquele instrumento internacional. 17667

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 129ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE DEZEMBRO DE 1998

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 269, de 1998 (nº 1.503/98, na origem), de 1º do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1998 (nº 4.606/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a autonomia de gestão das organizações militares prestadoras de serviços da Marinha e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.724, de 1º de dezembro de 1998..... 17668

Nº 270, de 1998 (nº 1.504/98, na origem), de 1º do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 34, de 1998 – CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente,

dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito suplementar no valor de R\$2.747.479,00, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.725, de 1º de dezembro de 1998..... 17668

Nº 271, de 1998 (nº 1.505/98, na origem), de 1º do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 30, de 1998 – CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial até o limite de R\$13.883.438,00, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.726, de 1º de dezembro de 1998. 17668

Nº 272, de 1998 (nº 1.506/98, na origem), de 1º do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 42, de 1998 – CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial até o limite de R\$6.464.000,000, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.727, de 1º de dezembro de 1998. 17668

Nº 273, de 1998 (nº 1.507/98, na origem), de 1º do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 44, de 1998 – CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$294.175.000,00, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.728, de 1º de dezembro de 1998. 17668

Nº 274, de 1998 (nº 1.508/98, na origem), de 1º do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 69, de 1998 – CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito especial até o limite de R\$450.000.000,00, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios – Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, sancionado e transformado na Lei nº 9.729, de 1º de dezembro de 1998. 17668

2.2.2 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1998 (nº 3.901/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui taxa de licenciamento, controle e fiscalização de materiais nucleares e radioativos e suas instalações. À Comissão de Assuntos Econômicos. 17669

2.2.3 – Pareceres (*)

Nº 638, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1998 (nº 4.070/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais. 17687

Nº 639, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Elcio Alves, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da contribuição a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 17701

Nº 640, de 1998, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução nº 97, de 1998, de autoria do Senador Ney Suassuna, que dispõe sobre as operações de crédito destinadas a compensar os Estados e o Distrito Federal por perdas de receita decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. 17716

(*) Leitura de parecer após a Ordem do Dia (Item 2.3.3)

2.2.4 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1998, e ao Projeto de Resolução nº 97, de 1998, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 17727

Término de prazo, ontem, com apresentação de duas emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1998, de autoria do Senador Bernardo Cabral, que dá nova redação ao § 6º do art. 7º do Decreto -Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. À Comissão de Assuntos Econômicos, para exame das Emendas nºs 1 e 2 – PLEN. 17727

Publicação, no **Diário do Senado Federal** de 2 do corrente, da renúncia da primeira suplente da Senadora Marluce Pinto, pela representação do Estado de Roraima, lida na sessão do dia 1º deste mês, tornando-se, conforme preceitua o art. 29 do Regimento Interno, efetiva e ir-retratável (**Diversos** nº 36, de 1998). 17728

2.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Considerações sobre a rejeição da Medida Provisória nº 1.720-1/98, que aumentava a contribuição do servidor público e criava a contribuição do servidor inativo. Efeitos sociais do imposto sobre combustíveis. 17728

SENADORA EMÍLIA FERNANDES – Derrota do Governo na tentativa de ataque aos direitos adquiridos dos servidores públicos. Necessidade do Senado Federal exercer suas prerrogativas na análise prévia do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional. 17730

SENADOR LÚDIO COELHO – Inexistência de proposta consistente dos críticos da política de reestruturação econômica e fiscal do Presidente Fernando Henrique Cardoso. 17734

SENADOR JOSAPHAT MARINHO – Comentários à deliberação da Câmara dos Deputados, em reunião do Congresso Nacional de ontem, que rejeitou a Medida Provisória nº 1.720-1/98, que dispõe sobre a contribuição dos servidores públicos para o custeio da Previdência Social. 17739

2.2.6 – Ofícios

S/nºs, de 23 de outubro e 27 de novembro últimos, do Líder do PSDB no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.475-46, 1.678-30, 1.681-11 e 1.686-6, de 1998. 17740

Nº 2.448 a 2.464 e 2.499/98, de 3 de novembro último, do Líder, em exercício, do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas, destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.463-32, 1.475-46, 1.477-55, 1.569-21, 1.579-27, 1.605-30, 1.607-24, 1.609-20, 1.610-16, 1.611-15, 1.614-25, 1.615-35, 1.637-11, 1.640-9, 1.656-7, 1.661-9, 1.662-6 e 1.712-3, de 1998, respectivamente. 17740

Nº 1.541, 1.543, 1.545, 1.547, 1.549, 1.551, 1.553, 1.555, 1.557, 1.559, 1.561, 1.563, 1.565, 1.567 e 1.569, de 27 de novembro último, do Líder do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.677-59, 1.678-30, 1.680-12, 1.681-11, 1.682-8, 1.683-7, 1.684-48, 1.685-6, 1.686-6, 1.687-6, 1.688-6, 1.689-6, 1.690-6, 1.691-6 e 1.697-60, de 1998, respectivamente. 17743

2.2.7 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 184, de 1998, de autoria do Senador Flaviano Melo, que torna obrigatória a inserção de mensagem alusiva a dispositivo integrante do Código de Trânsito Brasileiro na publicidade de veículos automotores. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 17746

2.2.8 – Requerimentos

Nº 596, de 1998, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1998 (nº 4.769/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, transformando os cargos de Engenheiros Agrônomos Químicos, Farmacêuticos e Zootecnistas do Ministério da Agricultura em Fiscais de Defesa Agropecuária, e dá outras providências. O requerimento será apreciado após a Ordem do Dia. 17748

Nº 597, de 1998, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1998 (nº 4.070/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais. O requerimento será apreciado após a Ordem do Dia. 17748

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição Federal (prazo prescricional das ações trabalhistas). **Não houve oradores** no primeiro dia de discussão em segundo turno. 17748

Item 2

Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 208, de 1995 (nº 4.753/98, naquela Casa), de autoria do Senador Júlio Campos, que denomina o "Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão" como "Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro / Galeão – Maestro Antônio Carlos Jobim". **Rejeitada**, nos termos do **Parecer nº 641/98**, de plenário, proferido nesta oportunidade pelo Senador Artur da Távola (Relator), favorável ao texto original aprovado pelo Senado com a supressão da expressão "**Maestro**", após usarem da palavra os Senadores Pedro Simon e

Júlio Campos. À Comissão Diretora para redação final. 17749

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 208, de 1995 (**Parecer nº 641-A/98**). **Aprova-da**. À sanção. 17752

Item 3

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1994 (nº 2.161/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 1.215 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, que dispõe sobre o arquivamento e eliminação de autos processuais findos. **Aprovado com a supressão do art. 3º e com a Emenda nº 1-PLEN, com alteração proposta pela Subemenda da CCJ**. À Comissão Diretora para redação final. 17752

Item 4

Ofício nº S/1, de 1995 (nº 24/95, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele órgão acerca da solicitação do Governo do Estado do Espírito Santo para contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de dezessete milhões e novecentos e treze mil reais, equivalentes a vinte e um milhões de dólares norte-americanos, em 30 de setembro de 1994, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar e do Ensino Fundamental daquele Estado. **Declarado prejudicado**, em atendimento ao Ofício nº 56/98-CAE. Ao Arquivo. 17754

Item 5

Ofício nº S/71, de 1995 (nº 3.390/95, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele órgão acerca da solicitação do Governo do Estado do Espírito Santo para que possa contratar operação de crédito externo a ser realizada junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI, no valor de ECU quarenta milhões, limitadas a quarenta e quatro milhões de dólares norte-americanos, equivalentes a quarenta e um milhões, novecentos e setenta e seis mil reais, em 30 de setembro de 1995, cujos recursos seriam destinados ao financiamento de parte da contrapartida estadual no Programa de Despoluição dos Ecossistemas Litorâneos do Estado do Espírito Santo – PRODESPOL. **Declarado prejudicado**, em atendimento ao Ofício nº 46/98-CAE. Ao Arquivo. 17754

Item 6

Diversos nº 34, de 1995 (nº 127/95, na origem), do Governo do Estado do Rio de Janeiro, solicitando pronunciamento desta Casa, através da Comissão de Assuntos Econômicos, no que tange à competência privativa do Senado Federal, prevista no art. 52 da Constituição Federal.

Declarado prejudicado, em atendimento ao Ofício nº 53/98-CAE. Ao Arquivo.

17754

Item 7

Diversos nº 90, de 1996, pelo qual governadores de Estado propõem a alteração do parágrafo único do art. 14 e do art. 15 da Medida Provisória nº 1.490-14/96, que dispõe sobre o cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.

Declarado prejudicado, em atendimento ao Ofício nº 50/98-CAE. Ao Arquivo.

17755

Item 8

Diversos nº 91, de 1996, de autoria de Governadores de Estado, apresentando anteprojeto de lei que dispõe sobre refinanciamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências. **Declarado prejudicado**, em atendimento ao Ofício nº 49/98-CAE. Ao Arquivo.

17755

2.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1994 (**Parecer nº 642/98**). **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 599, de 1998. À Câmara dos Deputados.

17755

Requerimentos nºs 596 e 597, de 1998, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados**.

17756

2.3.2 – Requerimentos

Nº 600, de 1998, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Carlos de Brito Velho. **Aprovado**, após usarem da palavra os Senadores Pedro Simon, Bernardo Cabral, Josaphat Marinho, Edison Lobão, havendo o Presidente Antonio Carlos Magalhães, em nome da Mesa, se associado às homenagens prestadas. .

17756

Nº 601, de 1998, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 97, de 1998, que dispõe sobre as operações de crédito destinadas a compensar os Estados e o Distrito Federal por perdas de receita decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. **Aprovado**.

17760

2.3.3 – Leitura de parecer

Nº 643, de 1998, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela prejudicialidade do Projeto de Resolução nº 95, de 1998, que altera a Resolução nº 78, de 1998.

17760

2.3.4 – Comunicação da Presidência

Inclusão do Projeto de Resolução nº 95, de 1998, na Ordem do Dia da sessão da próxima terça-feira, dia 8, a fim de ser declarado

prejudicado, tendo em vista parecer lido anteriormente.

17761

2.3.5 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR CASILDO MALDANER – Comentários sobre a sessão do Congresso Nacional realizada ontem e, também, sobre o prazo para apreciação do Orçamento da União para 1999.

17761

SENADOR EDUARDO SUPPLY, como Líder – Ingresso de ação popular na 15ª Vara da Justiça Federal, subscrita por diversos parlamentares, com o objetivo de se fazer cumprir o art. 52 da Constituição Federal, que versa sobre a atribuição privativa do Senado Federal na autorização de operações externas de natureza financeira.

17764

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Apoio à solicitação de concessão de crédito para o Programa de Saneamento do Banco do Estado do Amapá. Lições positivas ao Presidente da República do resultado da votação de ontem do Congresso Nacional.

17787

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Apelo às autoridades governamentais e, em especial, à direção do Banco do Brasil, no sentido de que viabilizem recursos para o custeio agrícola.

17788

2.3.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Registro da construção da Usina de Irapé, no Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, pelo consórcio Cemig-Copasa e outras empresas responsáveis pelo projeto de construção, fornecimento de equipamentos e montagem.

17789

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Manifestação contrária aos cortes no Orçamento de 1999 de verbas destinadas ao Programa de Renda Mínima e ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

17790

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Defesa de normas econômicas estáveis e harmônicas com os países que compõem o Mercosul ou mesmo o Cone Sul, não obstante as dificuldades de concorrência da empresa nacional.

17790

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Homenagens ao arquiteto João Figueira Lima, vencedor da Primeira Bienal Ibero-Americana de Arquitetura e Engenharia Civil, realizada em Madri, Espanha.

17791

SENADOR ERNANDES AMORIM – Rigor na aplicação da legislação de meio ambiente no Estado de Rondônia. Apresentação, por S. Exa., de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1997, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

17792

| | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| 2.3.7 – Comunicação da Presidência | | 6 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA | |
| Lembrando, ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 8, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. | 17793 | Nº 26, de 1998 (Retificação)..... | 17847 |
| 2.4 – ENCERRAMENTO | | 7 – ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO | |
| 3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 3-12-98 | | Nº 10, de 1998. | 17848 |
| 4 – EMENDAS | | 8 – ATOS DO DIRETOR-GERAL | |
| Oferecidas à Medida Provisória nº 1.720-1, de 1998. (Republicação.) | 17796 | Nº 2.294, de 1998, referente ao servidor Valdeque Vaz de Souza. | 17852 |
| 5 – ATAS DE COMISSÕES | | Nº 2.295, de 1998, referente à servidora Nildeide Helena Monturil Vaz de Souza. | 17854 |
| 2ª e 3ª Reuniões extraordinárias da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizadas em 19 de maio e 18 de junho de 1998, respectivamente. | 17834 | Nº 2.296, de 1998. | 17855 |
| 1ª Reunião da Comissão Especial destinada a estudar a Reforma Político-Partidária, realizada em 11 de novembro de 1998..... | 17837 | 9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR | |
| | | 10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES | |
| | | 11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA) | |

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 84, DE 1998

Aprova o ato que renova a concessão da Santarém Rádio e TV Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santarém, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de outubro de 1995, que renova por dez anos, a partir de 11 de maio de 1992, a concessão deferida à Santarém Rádio e TV Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santarém, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de dezembro de 1998. –
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 85, DE 1998

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tiradentes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 18 de dezembro de 1995, que renova por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão deferida à Rádio Tiradentes Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de dezembro de 1998. –
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 86, DE 1998

Aprova o ato que renova a concessão da S/A Rádio Pelotense para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 16 de maio de 1996, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão outorgada à S/A Rádio Pelotense para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de dezembro de 1998. –
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 87, DE 1998

Aprova o texto da Convenção para Prevenir e Punir os Atos de Terrorismo Configurados em Delitos contra as Pessoas e a Extorsão Conexa, Quando Tiverem Eles Transcendência Internacional, concluída em Washington, em 2 de fevereiro de 1971.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção para Prevenir e Punir os Atos de Terrorismo Configurados em Delitos contra as Pessoas e a Extorsão Conexa, Quando Tiverem Eles Transcenden-

dência Internacional, concluída em Washington, em 2 de fevereiro de 1971.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de dezembro de 1998. —
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 88, DE 1998

Autoriza o envio, pelo Brasil, de tropas armadas e equipamentos para o exterior, com a finalidade de prestar o apoio logístico necessário à realização dos trabalhos da Missão de Observadores Militares Equador/Peru (MOMEPE).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É autorizado o Poder Executivo a enviar tropas armadas e equipamentos, para o exterior, com a finalidade de prestar o apoio logístico necessário à realização dos trabalhos da Missão de Observadores Militares Equador/Peru (MOMEPE).

Parágrafo único. São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão desta autorização.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de dezembro de 1998. —
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 89, DE 1998(*)

Aprova a solicitação de reconhecimento da competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos para fatos ocorridos a partir do reconhecimento, de acordo com o previsto no parágrafo primeiro do art. 62 daquele instrumento internacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a solicitação de reconhecimento da competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos para fatos ocorridos a partir do reconhecimento, de acordo com o previsto no parágrafo primeiro do art. 62 daquele instrumento internacional.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida solicitação.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de dezembro de 1998. —
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Ata da 129ª Sessão Deliberativa Ordinária em 3 de dezembro de 1998

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Djalma Bessa.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Abdias Nascimento – Ademir Andrade – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Elói Portela – Emília Fernandes – Eptácio Cafeteira – Ermandes Amorim – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilvam Borges – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Bianco – José Eduardo – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Roberto Arruda – José Saad – Júlio Campos – Júnia Marise – Juvêncio Dias – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Leonel Paiva – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Odacir Soares – Osmar Dias – Paulo Guerra – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Roberto Freire – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 69 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O 1º Secretário em exercício, Senadora Emilia Fernandes, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 269, de 1998 (nº 1.503/98, na origem), de 1º do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1998 (nº 4.606/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a autonomia de gestão das Organizações Militares Prestadoras de Serviços da Mari-

nha e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.724, de 1º de dezembro de 1998.

Nº 270, de 1998 (nº 1.504/98, na origem), de 1º do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 34, de 1998 – CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito suplementar no valor de R\$2.747.479,00, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.725, de 1º de dezembro de 1998.

Nº 271, de 1998 (nº 1.505/98, na origem), de 1º do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 30, de 1998 – CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministérios dos Transportes, crédito especial até o limite de R\$13.883.438,00, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.726, de 1º de dezembro de 1998.

Nº 272, de 1998 (nº 1.506/98, na origem), de 1º do corrente restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 42, de 1998 – CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial até o limite de R\$6.464.000.000,00 para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.727, de 1º de dezembro de 1998.

Nº 273, de 1998 (nº 1.507/98, na origem), de 1º do corrente restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 44, de 1998 – CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$294.175.000,00, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.728, de 1º de dezembro de 1998.

Nº 274, de 1998 (nº 1.508/98, na origem), de 1º do corrente restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 69, de 1998 – CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito especial até o limite de R\$450.000.000,00, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda sancionado e transformado na Lei nº 9.729, de 1º de dezembro de 1998.

(Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.)

PROJETO RECEBIDO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 1998

(Nº 3.901/97, na casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Institui taxa de licenciamento, controle e fiscalização de materiais nucleares e radioativos e suas instalações.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a taxa de licenciamento, controle e fiscalização de instalações e materiais nucleares e radioativos e suas instalações - TLC.

Art. 2º Constitui fato gerador da TLC o exercício do poder de polícia legalmente atribuído à Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN sobre as atividades relacionadas:

I - à pesquisa mineral de minerais nucleares, de minerais contendo urânio ou tório, ou ambos associados, e de minerais contendo elementos de interesse para a energia nuclear, conforme especificado pela CNEN;

II - à seleção de local, construção, operação e descomissionamento de instalações nucleares;

III - à seleção de local, construção, operação e descomissionamento de instalações destinadas à produção ou utilização de radioisótopos para pesquisa, usos medicinais, agrícolas e industriais e atividades análogas;

IV - à produção e comercialização de:

a) minérios e materiais nucleares;

b) minérios que contenham urânio ou tório, ou ambos associados;

c) minerais, minérios, concentrados, produtos e subprodutos de elementos de interesse para a energia nuclear;

V - ao transporte de material radioativo ou nuclear;

VI - à construção ou operação de estabelecimento destinado à produção de material radioativo ou nuclear ou à utilização de energia nuclear;

VII - à posse, ao uso ou à guarda de material radioativo ou nuclear;

VIII - à habilitação ao manuseio, à utilização e ao exercício da supervisão de fontes de radiação ionizante, conforme as normas e regulamentos da CNEN; e

IX - ao armazenamento, ao recebimento, ao tratamento, ao transporte e à deposição de rejeitos radioativos.

Art. 3º São contribuintes da TLC:

I - as pessoas jurídicas autorizadas a operar instalações nucleares;

II - as pessoas físicas ou jurídicas habilitadas ou autorizadas a utilizar material radioativo ou nuclear;

III - as pessoas físicas ou jurídicas habilitadas ou autorizadas à posse, uso, manuseio, transporte e armazenamento de fontes de radiação ionizante;

IV - as pessoas físicas ou jurídicas habilitadas ou autorizadas a realizar pesquisa de minerais com urânio ou tório, ou ambos associados, e minerais contendo elementos de interesse para a energia nuclear;

V - as pessoas jurídicas autorizadas à produção e comercialização de minérios nucleares, minerais com urânio ou

tório, ou ambos associados, bem como minerais, minérios, concentrados, produtos e subprodutos de elementos de interesse nuclear; e

VI - as pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela geração de rejeitos radioativos.

Parágrafo único. Estão isentos da TLC os institutos de pesquisa e desenvolvimento da área nuclear do Programa de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear, Organizações Militares, hospitais públicos integrantes do Sistema Único de Saúde, instituições públicas de pesquisa que empreguem técnicas nucleares, bem como pessoas jurídicas instituídas exclusivamente para fins filantrópicos, assim consideradas na forma da lei e que comprovadamente utilizem material radioativo para atender a esses fins.

Art. 4º Os prazos para as renovações dos atos expedidos pela CNEN serão estabelecidos em normas específicas por ela emitidas.

Art. 5º Os valores da TLC estão fixados no Anexo a esta Lei, e serão devidos quando da apresentação do respectivo requerimento formulado pelo interessado à CNEN.

Art. 6º A TLC será recolhida à conta de recursos próprios da CNEN, mediante documento único de arrecadação, por intermédio da rede bancária.

Art. 7º Os recursos provenientes da TLC serão destinados às atividades da CNEN voltadas para:

I - segurança nuclear, licenciamento, controle e fiscalização de materiais nucleares e radioativos e suas instalações;

II - pesquisa e desenvolvimento relacionados às atividades previstas no inciso anterior;

III - apoio técnico operacional relacionado às atividades previstas no inciso I;

IV - apoio ao desenvolvimento e aplicação de materiais didáticos e pedagógicos relacionados às atividades previstas no inciso I.

Art. 8º A CNEN baixará as instruções complementares para o cumprimento desta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor em primeiro de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

ANEXO

| OBJETO | ATO | VALOR(R\$) |
|--------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|--------------|
| Reator nuclear de potência | Aprovação de local(*) | 446.400,00 |
| | Licença de construção(*) | 3.978.000,00 |
| | Autorização para utilização de material nuclear | 74.000,00 |
| | Autorização para operação inicial(*) | 5.392.000,00 |
| | Autorização para operação permanente | 409.200,00 |
| | Licenciamento ou renovação de licença de operador | 1.200,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor em Radioproteção | 1.200,00 |
| TLC a ser paga anualmente após emissão da Autorização para operação permanente | | 915.000,00 |

* Este valor fica reduzido em cinquenta por cento, quando se tratar da segunda usina ou subseqüentes instaladas no mesmo sítio que utilizem a mesma usina de referência.

| OBJETO | ATO | VALOR (R\$) |
|----------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Reator nuclear de pesquisa/teste | Aprovação de local | 298.000,00 |
| | Licença de construção | 815.000,00 |
| | Autorização para utilização de material nuclear | 74.000,00 |
| | Autorização para operação inicial | 1.107.000,00 |
| | Autorização para operação permanente | 84.000,00 |
| | Licenciamento ou Renovação de licença de operador | 1.200,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor em Radioproteção | 1.200,00 |
| | TLC a ser paga anualmente após emissão da Autorização para operação permanente | 205.000,00 |

| OBJETO: | ATO | VALOR (R\$) | | |
|--------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|-------------|-----------|-----------|
| | | ESCALA | | |
| | | INDUSTRIAL | PILOTO | LABORAT. |
| Instalação do Ciclo do Combustível Nuclear | | | | |
| Mineração de minérios de urânio e/ou tório | Aprovação de local | 24.000,00 | 24.000,00 | 0,00 |
| | Licença de construção | 40.100,00 | 13.700,00 | 0,00 |
| | Autorização para operação inicial | 40.100,00 | 13.700,00 | 0,00 |
| | Autorização para operação permanente | 40.100,00 | 13.700,00 | 0,00 |
| | Renovação ou transferência de licença ou autorização | 9.200,00 | 4.600,00 | 0,00 |
| | Cancelamento de autorização | 14.000,00 | 14.000,00 | 0,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.600,00 | 1.600,00 | 0,00 |
| | TLC a ser paga anualmente após emissão da Autorização para operação permanente | 15.000,00 | 7.500,00 | |
| Beneficiamento (produção de concentrado) | Aprovação de local | 24.000,00 | 24.000,00 | 0,00 |
| | Licença de construção | 40.100,00 | 13.700,00 | 9.200,00 |
| | Autorização para utilização de material nuclear | 1.700,00 | 840,00 | 840,00 |
| | Autorização para operação inicial | 40.100,00 | 13.700,00 | 9.200,00 |
| | Autorização para operação permanente | 40.100,00 | 4.600,00 | 4.600,00 |
| | Renovação ou transferência de licença ou autorização | 9.200,00 | 4.600,00 | 4.600,00 |
| | Cancelamento de autorização | 20.500,00 | 20.500,00 | 20.500,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 |
| TLC a ser paga anualmente após emissão da Autorização para operação permanente | | 15.000,00 | 7.000,00 | 4.000,00 |
| Conversão | Aprovação de local | 24.000,00 | 24.000,00 | 0,00 |
| | Licença de construção | 40.100,00 | 13.700,00 | 9.200,00 |
| | Autorização para utilização de material nuclear | 1.700,00 | 840,00 | 840,00 |
| | Autorização para operação inicial | 40.100,00 | 13.700,00 | 9.200,00 |
| | Autorização para operação permanente | 40.100,00 | 4.600,00 | 4.600,00 |
| | Renovação ou transferência de licença ou autorização | 9.200,00 | 4.600,00 | 4.600,00 |

| OBJETO: | ATO | VALOR (R\$) | | |
|--------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|-------------|-----------|-----------|
| | | ESCALA | | |
| | | INDUSTRIAL | PILOTO | LABORAT. |
| Instalação do Ciclo do Combustível Nuclear | | | | |
| | Cancelamento de autorização | 20.500,00 | 20.500,00 | 20.500,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 |
| TLC a ser paga anualmente após emissão da Autorização para operação permanente | | 15.000,00 | 7.000,00 | 4.000,00 |
| Enriquecimento | Aprovação de local | 24.000,00 | 24.000,00 | 0,00 |
| | Licença de construção | 43.400,00 | 14.800,00 | 10.000,00 |
| | Autorização para utilização de material nuclear | 1.700,00 | 840,00 | 840,00 |
| | Autorização para operação inicial | 43.400,00 | 14.800,00 | 10.000,00 |
| | Autorização para operação permanente | 43.400,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| | Renovação ou transferência de licença ou autorização | 43.400,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| | Cancelamento de autorização | 20.500,00 | 20.500,00 | 20.500,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 |
| TLC a ser paga anualmente após emissão da Autorização para operação permanente | | 18.000,00 | 7.500,00 | 4.500,00 |
| Reconversão | Aprovação de local | 24.000,00 | 24.000,00 | 0,00 |
| | Licença de construção | 43.400,00 | 14.800,00 | 10.000,00 |
| | Autorização para utilização de material nuclear | 1.700,00 | 840,00 | 840,00 |
| | Autorização para operação inicial | 43.400,00 | 14.800,00 | 10.000,00 |
| | Autorização para operação permanente | 43.400,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| | Renovação ou transferência de licença ou autorização | 43.400,00 | 4.600,00 | 5.000,00 |
| | Cancelamento de autorização | 20.500,00 | 20.500,00 | 20.500,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 |
| TLC a ser paga anualmente após emissão da Autorização para operação permanente | | 18.000,00 | 7.500,00 | 7.500,00 |
| Fabricação de Elemento Combustível | Aprovação de local | 24.000,00 | 24.000,00 | 0,00 |
| | Licença de construção | 43.400,00 | 14.800,00 | 10.000,00 |
| | Autorização para utilização de material nuclear | 1.700,00 | 840,00 | 840,00 |
| | Autorização para operação inicial | 43.400,00 | 14.800,00 | 10.000,00 |
| | Autorização para operação permanente | 43.400,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| | Renovação ou transferência de licença ou autorização | 43.400,00 | 4.600,00 | 5.000,00 |
| | Cancelamento de autorização | 20.500,00 | 20.500,00 | 20.500,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 |
| TLC a ser paga anualmente após emissão da Autorização para operação permanente | | 18.000,00 | 7.500,00 | 7.500,00 |

| OBJETO: | ATO | VALOR (R\$) | | |
|--------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|-------------|-----------|-----------|
| | | ESCALA | | |
| | | INDUSTRIAL | PILOTO | LABORAT. |
| Instalação do Ciclo do Combustível Nuclear | | | | |
| Reprocessamento | Aprovação de local | 46.700,00 | 23.800,00 | 0,00 |
| | Licença de construção | 92.500,00 | 16.000,00 | 10.600,00 |
| | Autorização para utilização de material nuclear | 3.200,00 | 840,00 | 840,00 |
| | Autorização para operação inicial | 92.500,00 | 16.000,00 | 10.600,00 |
| | Autorização para operação permanente | 92.500,00 | 5.300,00 | 5.300,00 |
| | Renovação ou transferência de licença ou autorização | 92.500,00 | 5.300,00 | 5.300,00 |
| | Cancelamento de autorização | 40.100,00 | 20.500,00 | 20.500,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 |
| | | | | |
| TLC a ser paga anualmente após emissão da Autorização para operação permanente | | 41.000,00 | 9.000,00 | 2.000,00 |
| Armazenamento de material nuclear | Aprovação de local | 24.000,00 | 24.000,00 | 0,00 |
| | Licença de construção | 20.500,00 | 7.000,00 | 4.700,00 |
| | Autorização para utilização de material nuclear | 1.700,00 | 840,00 | 840,00 |
| | Autorização para operação inicial | 20.500,00 | 14.800,00 | 4.700,00 |
| | Autorização para operação permanente | 20.500,00 | 7.000,00 | 2.400,00 |
| | Renovação ou transferência de licença ou autorização | 20.500,00 | 2.400,00 | 2.400,00 |
| | Cancelamento de autorização | 20.500,00 | 20.500,00 | 20.500,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 |
| | | | | |
| TLC a ser paga anualmente após emissão da Autorização para operação permanente | | 9.000,00 | 7.000,00 | 3.000,00 |

| OBJETO | ATO | VALOR (R\$) |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| Empresas que praticam o comércio de minerais, minérios e concentrados, produtos e subprodutos de elementos de interesse para a energia nuclear ou que contenham urânio e/ou tório | Emissão de autorização para importação | 0,5% do valor da fatura ao câmbio do dia do pagamento |
| | Cadastramento de empresas | 48,00 |
| | Renovação de cadastro | 48,00 |
| Minerais e minérios de interesse para a energia nuclear | Parecer técnico sobre Relatório Final de Pesquisa | 16.800,00 |
| Jazida pesquisada ou lavra de minerais ou minérios contendo urânio e/ou tório | Parecer técnico sobre enquadramento no regime de monopólio | 16.800,00 |

| OBJETO: | ATO | VALOR (R\$) |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| Instalação Radiativa | | |
| Irradiador de grande porte | Aprovação de local | 11.600,00 |
| | Autorização para construção ou modificação | 19.000,00 |
| | Autorização para operação | 38.700,00 |
| | Retirada de Operação | 1.500,00 |
| | Certificado da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.300,00 |
| Laboratórios de produção de radioisótopos | Aprovação de local | 11.600,00 |
| | Autorização para construção ou modificação | 19.000,00 |
| | Autorização para operação | 38.700,00 |
| | Retirada de Operação | 1.500,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.300,00 |
| Acelerador linear (indústria e pesquisa) | Autorização para construção ou modificação | 19.000,00 |
| | Autorização para operação | 37.600,00 |
| | Retirada de Operação | 750,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.300,00 |
| | | |
| Indústria convencional: radiografia industrial fixa, fábrica de equipamentos com fontes incorporadas | Autorização para construção ou modificação | 6.000,00 |
| | Autorização para operação | 3.800,00 |
| | Retirada de Operação | 1.900,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 540,00 |
| | | |
| Indústria convencional: radiografia móvel, medidores nucleares fixos e portáteis, inclusive prospecção | Autorização para operação | 3.800,00 |
| | Retirada de operação | 760,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 540,00 |
| | | |
| Medicina: teleterapia com radioisótopos, terapia com fontes seladas e aceleradores lineares utilizados em teleterapia | Autorização para construção ou modificação | 6.000,00 |
| | Autorização para operação | 3.800,00 |
| | Retirada de operação | 1.900,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 820,00 |
| | | |
| Medicina e pesquisa: diagnóstico com radiofármacos e radioterapia com fontes não seladas, laboratórios com manipulação de fontes, traçadores | Autorização para operação | 3.800,00 |
| | Retirada de operação | 750,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 410,00 |
| | | |
| Frentes de trabalho em gamagrafia (radiografia industrial móvel, com fontes) | Autorização específica para vias públicas e zonas urbanas | 1.900,00 |
| | Renovação da autorização específica | 750,00 |
| | | |
| Todas as instalações radiativas | Renovação das autorizações para operação | 10% do valor de emissão da Autorização para Operação |
| | Renovação da Certificação de Supervisor de Radioproteção | 370,00 |
| | Autorizações para aquisição de fontes radioativas | 1% do valor total declarado no formulário próprio |

| OBJETO | ATO | VALOR (R\$) |
|----------------------------------------|-------------------------------------------------------------|-------------|
| Transporte de materiais radioativos | Aprovação normal de transporte | 1.100,00 |
| | Aprovação especial de transporte | 1.170,00 |
| | Aprovação de projeto de embalado do tipo B (U) | 11.300,00 |
| | Aprovação de projeto de embalado do tipo B (M) | 11.300,00 |
| | Aprovação de projeto de embalado contendo material fissil | 18.800,00 |
| | Certificação da qualificação de supervisor de radioproteção | 900,00 |
| | | |
| Material radioativo sob forma especial | Aprovação de projeto | 5.700,00 |

| OBJETO | ATO | VALOR (R\$) |
|----------------------|-----------------------------------------------------------|------------------------------|
| Rejeitos Radioativos | Deposição de rejeitos de baixo e médio níveis de radiação | 5.000,00 Por metro cúbico |

MENSAGEM Nº 1.391 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e Ministro de Estado de Minas e Energia, o texto do projeto de lei que "Institui taxa de licenciamento, controle e fiscalização de materiais nucleares e radioativos e suas instalações".

Brasília, 18 de novembro de 1997.



Fernando Henrique Cardoso

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 28 DE 09 DE OUTUBRO DE 1997, DOS SRs.
SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA E DO MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência Projeto de Lei que institui a taxa de licenciamento, controle e fiscalização de instalações e materiais nucleares e radioativos (TLC), no exercício institucional dessas atividades pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.

Conforme é do conhecimento de Vossa Excelência, cabe à CNEN exercer a fiscalização e o controle das atividades relacionadas com pesquisa, produção, comercialização, transporte e armazenamento de minérios nucleares ou materiais radioativos, aprovar locais e emitir licenças e autorizações para construção e operação de instalações onde tais elementos sejam manuseados (produzidos, utilizados, armazenados), bem como receber e depositar rejeitos radioativos.

Tais atribuições vêm exigindo um esforço operacional da CNEN em conciliar o custo de suas atividades com as prioridades orçamentárias fixadas pelo Governo, sem prejuízo no atendimento a padrões de qualidade e segurança contidos em normas e regulamentos em vigor no País.

A título de exemplo, a CNEN possui registrados e mantém sob controle cerca de 1.800 estabelecimentos médicos, industriais e de pesquisa onde radioisótopos são manipulados, denominados instalações radioativas, distribuídos pelas diversas regiões do país. Nessas instalações, são realizadas anualmente, em média, 200 inspeções, sem qualquer ônus para os usuários. Da mesma forma, são emitidas por ano, nesta área, em torno de 1000 autorizações para importação, exportação, aquisição de radioisótopos no mercado interno, transferência entre usuários, etc.

Por outro lado, sendo as atividades de licenciamento, controle e fiscalização executadas pela CNEN constituídas de serviços perfeitamente divisíveis, nada mais justo que seus usuários paguem pelos serviços prestados, ao invés de ratear tais custos à conta de tributos gerais pagos por toda a população.

Esse procedimento tem sido empregado em inúmeras atividades similares, derivadas do exercício do poder de polícia pelo Estado. São os casos, por exemplo, das taxas de fiscalização relativas às atividades agropecuárias, na área do Ministério da Agricultura, e da taxa de fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, na esfera do Ministério da Fazenda. Ademais, a cobrança de taxas e emolumentos é largamente utilizada em todo o mundo desenvolvido, por ser, principalmente, mais democrática e distributiva.

Finalmente, Senhor Presidente, é de se notar que a medida proposta não conflitaria com o propósito de Vossa Excelência em promover a reforma do sistema tributário nacional, reduzindo o número de impostos e tornando mais equânime a distribuição do ônus fiscal entre as diversas categorias de contribuintes. Assim, ao permitir que o usuário dos serviços arque com os seus custos, atua no sentido de promover essa distribuição e, embora aparentemente seja mais um tributo, trata-se, apenas,

de taxa, imposição cuja característica é não acarretar obrigações fiscais acessórias aos contribuintes, fato este típico dos impostos, o verdadeiro alvo da comentada reforma.

Respeitosamente,



RONALDO MOTA SARDENBERG
Secretário de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República



RAIMUNDO MENDES DE BRITO
Ministro de Estado
de Minas e Energia

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.901, DE 1997

Institui taxa de licenciamento, controle e fiscalização de matérias nucleares e radioativos e suas instalações.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a taxa de licenciamento, controle e fiscalização de instalações e materiais nucleares e radioativos e suas instalações - TLC.

Art. 2º Constitui fato gerador da TLC o exercício do poder de polícia legalmente atribuído à Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN sobre as atividades relacionadas:

I - à pesquisa mineral de minerais nucleares, de minerais contendo urânio ou tório, ou ambos associados, e de minerais contendo elementos de interesse para a energia nuclear, conforme especificado pela CNEN;

II - à seleção de local, construção, operação e descomissionamento de instalações nucleares;

III - à seleção de local, construção, operação e descomissionamento de instalações destinadas à produção ou utilização de radioisótopos para pesquisa, usos medicinais, agrícolas e industriais e atividades análogas;

IV - à produção e comercialização de:

a) minérios e materiais nucleares;

b) minérios que contenham urânio ou tório, ou ambos associados;

c) minerais, minérios, concentrados, produtos e subprodutos de elementos de interesse para a energia nuclear;

V - ao transporte de material radioativo ou nuclear;

VI - à construção ou operação de estabelecimento destinado à produção de material radioativo ou nuclear ou à utilização de energia nuclear;

VII - à posse, ao uso ou à guarda de material radioativo ou nuclear;

VIII - à habilitação ao manuseio, à utilização e ao exercício da supervisão de fontes de radiação ionizante, conforme as normas e regulamentos da CNEN; e

IX - ao armazenamento, ao recebimento, ao tratamento, ao transporte e à deposição de rejeitos radioativos.

Art. 3º São contribuintes da TLC:

I - as pessoas jurídicas autorizadas a operar instalações nucleares;

II - as pessoas físicas ou jurídicas habilitadas ou autorizadas a utilizar material radioativo ou nuclear;

III - as pessoas físicas ou jurídicas habilitadas ou autorizadas à posse, uso, manuseio, transporte e armazenamento de fontes de radiação ionizante;

IV - as pessoas físicas ou jurídicas habilitadas ou autorizadas a realizar pesquisa de minerais com urânio ou tório, ou ambos associados, e minerais contendo elementos de interesse para a energia nuclear;

V - as pessoas jurídicas autorizadas à produção e comercialização de minérios nucleares, minerais com urânio ou tório, ou ambos associados, bem como minerais, minérios, concentrados, produtos e subprodutos de elementos de interesse nuclear; e

VI - as pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela geração de rejeitos radioativos.

Parágrafo único. Estão isentos da TLC os institutos de pesquisa e desenvolvimento da área nuclear do Programa de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear, Organizações Militares, hospitais públicos, integrantes do Sistema Único de Saúde, instituições públicas de pesquisa que empreguem técnicas nucleares bem como pessoas jurídicas constituídas exclusivamente para fins filantrópicos, assim consideradas na forma da lei e que comprovadamente utilizem material radioativo para atender a esses fins.

Art. 4º Os prazos para as renovações dos atos expedidos pela CNEN serão estabelecidos em normas específicas por ela emitidas.

Art. 5º Os valores da TLC estão fixados no Anexo a esta Lei, e serão devidos quando da apresentação do respectivo requerimento formulado pelo interessado à CNEN.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar os valores da TLC nas condições aplicáveis aos demais tributos federais.

§ 2º A TLC referente ao licenciamento e fiscalização da operação da segunda e subsequentes usinas nucleoeletricas, que utilizem a mesma usina de referência, bem como da

segunda e subseqüentes usinas instaladas em um mesmo sítio, poderá sofrer redução de até cinquenta por cento, nos itens onde estas situações impliquem em redução do volume de tarefas requeridas.

§ 3º Os valores da TLC referente ao licenciamento e fiscalização serão revistos a cada cinco anos, ouvidos os respectivos contribuintes, quando serão também fixados os seus valores concernentes ao descomissionamento de reatores nucleares.

Art. 6º A TLC será recolhida à conta de recursos próprios da CNEN, mediante documento único de arrecadação, através da rede bancária.

Art. 7º Os recursos provenientes da TLC serão destinados às atividades da CNEN voltadas para:

I - segurança nuclear, licenciamento, controle e fiscalização de materiais nucleares e radioativos e suas instalações;

II - pesquisa e desenvolvimento relacionados às atividades previstas no inciso I;

III - apoio técnico operacional relacionados às atividades previstas no inciso I;

IV - apoio ao desenvolvimento e aplicação de materiais didáticos e pedagógicos relacionados às atividades previstas no inciso I.

Art. 8º No prazo máximo de noventa dias, após a entrada em vigor desta Lei, os valores devidos relativos à TLC para instalações nucleares serão calculados, pela CNEN, ouvidos os contribuintes da TLC, em função do estágio de licenciamento em que se encontre a instalação.

Parágrafo único. Os demais casos serão tratados em instruções complementares da CNEN.

Art. 9º A CNEN baixará as instruções complementares para o cumprimento desta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I

| OBJETO | ATO | VALOR (R\$) |
|--------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|--------------|
| Reator nuclear de potência | Aprovação de local (*) | 446.400,00 |
| | Licença de construção (*) | 3.978.000,00 |
| | Autorização para utilização de material nuclear | 74.000,00 |
| | Autorização para operação inicial (*) | 5.392.000,00 |
| | Autorização para operação permanente | 409.200,00 |
| | Licenciamento ou renovação de licença de operador | 1.200,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor em Radioproteção | 1.200,00 |
| TLC a ser paga anualmente após emissão da Autorização para operação permanente | | 915.000,00 |

* Este valor poderá ser reduzido de até 50%, quando se tratar da segunda usina ou subseqüentes instaladas no mesmo sítio que utilizem a mesma usina de referência

| OBJETO | ATO | VALOR (R\$) |
|--------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|--------------|
| Reator nuclear de pesquisa/teste | Aprovação de local | 298.000,00 |
| | Licença de construção | 815.000,00 |
| | Autorização para utilização de material nuclear | 74.000,00 |
| | Autorização para operação inicial | 1.107.000,00 |
| | Autorização para operação permanente | 84.000,00 |
| | Licenciamento ou Renovação de licença de operador | 1.200,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor em Radioproteção | 1.200,00 |
| | | |
| TLC a ser paga anualmente após emissão da Autorização para operação permanente | | 205.000,00 |

| OBJETO: Instalação do Ciclo do Combustível Nuclear | ATO | VALOR (R\$) | | |
|--------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|-------------|-----------|-----------|
| | | ESCALA | | |
| | | INDUSTRIAL | PILOTO | LABORAT. |
| Mineração de minérios de urânio e/ou tório | Aprovação de local | 24.000,00 | 24.000,00 | 0,00 |
| | Licença de construção | 40.100,00 | 13.700,00 | 0,00 |
| | Autorização para operação inicial | 40.100,00 | 13.700,00 | 0,00 |
| | Autorização para operação permanente | 40.100,00 | 13.700,00 | 0,00 |
| | Renovação ou transferência de licença ou autorização | 9.200,00 | 4.600,00 | 0,00 |
| | Cancelamento de autorização | 14.000,00 | 14.000,00 | 0,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.600,00 | 1.600,00 | 0,00 |
| | | | | |
| TLC a ser paga anualmente após emissão da Autorização para operação permanente | | 15.000,00 | 7.500,00 | |
| Beneficiamento (produção de concentrado) | Aprovação de local | 24.000,00 | 24.000,00 | 0,00 |
| | Licença de construção | 40.100,00 | 13.700,00 | 9.200,00 |
| | Autorização para utilização de material nuclear | 1.700,00 | 840,00 | 840,00 |
| | Autorização para operação inicial | 40.100,00 | 13.700,00 | 9.200,00 |
| | Autorização para operação permanente | 40.100,00 | 4.600,00 | 4.600,00 |
| | Renovação ou transferência de licença ou autorização | 9.200,00 | 4.600,00 | 4.600,00 |
| | Cancelamento de autorização | 20.500,00 | 20.500,00 | 20.500,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 |
| TLC a ser paga anualmente após emissão da Autorização para operação permanente | | 15.000,00 | 7.000,00 | 4.000,00 |
| Conversão | Aprovação de local | 24.000,00 | 24.000,00 | 0,00 |
| | Licença de construção | 40.100,00 | 13.700,00 | 9.200,00 |
| | Autorização para utilização de material nuclear | 1.700,00 | 840,00 | 840,00 |
| | Autorização para operação inicial | 40.100,00 | 13.700,00 | 9.200,00 |
| | Autorização para operação permanente | 40.100,00 | 4.600,00 | 4.600,00 |
| | Renovação ou transferência de licença ou autorização | 9.200,00 | 4.600,00 | 4.600,00 |
| | Cancelamento de autorização | 20.500,00 | 20.500,00 | 20.500,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 |

| OBJETO: Instalação do Ciclo do Combustível Nuclear | ATO | VALOR (R\$) | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-------------|-----------|-----------|
| | | ESCALA | | |
| | | INDUSTRIAL | PILOTO | LABORAT. |
| TLC a ser paga anualmente após emissão da Autorização para operação permanente | | 15.000,00 | 7.000,00 | 4.000,00 |
| Enriquecimento | Aprovação de local | 24.000,00 | 24.000,00 | 0,00 |
| | Licença de construção | 43.400,00 | 14.800,00 | 10.000,00 |
| | Autorização para utilização de material nuclear | 1.700,00 | 840,00 | 840,00 |
| | Autorização para operação inicial | 43.400,00 | 14.800,00 | 10.000,00 |
| | Autorização para operação permanente | 43.400,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| | Renovação ou transferência de licença ou autorização | 43.400,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| | Cancelamento de autorização | 20.500,00 | 20.500,00 | 20.500,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 |
| TLC a ser paga anualmente após emissão da Autorização para operação permanente | | 18.000,00 | 7.500,00 | 4.500,00 |
| Reconversão | Aprovação local | 24.000,00 | 24.000,00 | 0,00 |
| | Licença de construção | 43.400,00 | 14.800,00 | 10.000,00 |
| | Autorização para utilização de material nuclear | 1.700,00 | 840,00 | 840,00 |
| | Autorização para operação inicial | 43.400,00 | 14.800,00 | 10.000,00 |
| | Autorização para operação permanente | 43.400,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| | Renovação ou transferência de licença ou autorização | 43.400,00 | 4.600,00 | 5.000,00 |
| | Cancelamento de autorização | 20.500,00 | 20.500,00 | 20.500,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 |
| TLC a ser paga anualmente após emissão da Autorização para operação permanente | | 18.000,00 | 7.500,00 | 7.500,00 |
| Fabricação de Elemento Combustível | Aprovação de local | 24.000,00 | 24.000,00 | 0,00 |
| | Licença de construção | 43.400,00 | 14.800,00 | 10.000,00 |
| | Autorização para utilização de material nuclear | 1.700,00 | 840,00 | 840,00 |
| | Autorização para operação inicial | 43.400,00 | 14.800,00 | 10.000,00 |
| | Autorização para operação permanente | 43.400,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| | Renovação ou transferência de licença ou autorização | 43.400,00 | 4.600,00 | 5.000,00 |
| | Cancelamento de autorização | 20.500,00 | 20.500,00 | 20.500,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 |
| TLC a ser paga anualmente após emissão da Autorização para operação permanente | | 18.000,00 | 7.500,00 | 7.500,00 |

| OBJETO: Instalação do Ciclo do Combustível Nuclear | ATO | VALOR (R\$) | | |
|----------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|-------------|-----------|-----------|
| | | ESCALA | | |
| | | INDUSTRIAL | PILOTO | LABORAT. |
| Reprocessamento | Aprovação de local | 46.700,00 | 23.800,00 | 0,00 |
| | Licença de construção | 92.500,00 | 16.000,00 | 10.600,00 |
| | Autorização para utilização de material nuclear | 3.200,00 | 840,00 | 840,00 |
| | Autorização para operação inicial | 92.500,00 | 16.000,00 | 10.600,00 |
| | Autorização para operação permanente | 92.500,00 | 5.300,00 | 5.300,00 |
| | Renovação ou transferência de licença ou autorização | 92.500,00 | 5.300,00 | 5.300,00 |
| | Cancelamento de autorização | 40.100,00 | 20.500,00 | 20.500,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 |
| | TLC a ser paga anualmente após emissão da Autorização para operação permanente | 41.000,00 | 9.000,00 | 2.000,00 |
| Armazenamento de material nuclear | Aprovação local | 24.000,00 | 24.000,00 | 0,00 |
| | Licença de construção | 20.500,00 | 7.000,00 | 4.700,00 |
| | Autorização para utilização de material nuclear | 1.700,00 | 840,00 | 840,00 |
| | Autorização para operação inicial | 20.500,00 | 14.800,00 | 4.700,00 |
| | Autorização para operação permanente | 20.500,00 | 7.000,00 | 2.400,00 |
| | Renovação ou transferência de licença ou autorização | 20.500,00 | 2.400,00 | 2.400,00 |
| | Cancelamento de autorização | 20.500,00 | 20.500,00 | 20.500,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.600,00 | 1.600,00 | 1.600,00 |
| | TLC a ser paga anualmente após emissão da Autorização para operação permanente | 9.000,00 | 7.000,00 | 3.000,00 |

| OBJETO | ATO | VALOR (R\$) |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| Empresas que praticam o comércio de minerais, minérios e concentrados, produtos e subprodutos de elementos de interesse para a energia nuclear ou que contenham urânio e/ou tório | Emissão de autorização para importação | 0,5% do valor da fatura ao câmbio do dia do pagamento |
| | Cadastramento de empresas | 48,00 |
| | Renovação de cadastro | 48,00 |
| Minerais e minérios de interesse para a energia nuclear | Parecer técnico sobre Relatório Final de Pesquisa | 16.800,00 |
| Jazida pesquisada ou lavra de minerais ou minérios contendo urânio e/ou tório | Parecer técnico sobre enquadramento no regime de monopólio | 16.800,00 |

| OBJETO: Instalação Radiativa | ATO | VALOR (R\$) |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|--------------------|
| Irradiador de grande porte | Aprovação de local | 11.600,00 |
| | Autorização para construção ou modificação | 19.000,00 |
| | Autorização para operação | 38.700,00 |
| | Retirada de Operação | 1.500,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.300,00 |
| Laboratórios de produção de radioisótopos | Aprovação de local | 11.600,00 |
| | Autorização para construção ou modificação | 19.000,00 |
| | Autorização para operação | 38.700,00 |
| | Retirada de Operação | 1.500,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.300,00 |
| Acelerador linear (indústria e pesquisa) | Autorização para construção ou modificação | 19.000,00 |
| | Autorização para operação | 37.600,00 |
| | Retirada de Operação | 750,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 1.300,00 |
| Indústria convencional: radiografia industrial fixa, fábrica de equipamentos com fontes incorporadas | Autorização para construção ou modificação | 6.000,00 |
| | Autorização para operação | 3.800,00 |
| | Retirada de operação | 1.900,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 540,00 |
| Indústria convencional: radiografia móvel, medidores nucleares fixos e portáteis, inclusive prospecção | Autorização para operação | 3.800,00 |
| | Retirada de operação | 760,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 540,00 |
| Medicina: teleterapia com radioisótopos, terapia com fontes seladas e aceleradores lineares utilizados em teleterapia | Autorização para construção ou modificação | 6.000,00 |
| | Autorização para operação | 3.800,00 |
| | Retirada de operação | 1.900,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 820,00 |

| OBJETO: | ATO | VALOR (R\$) |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| Instalação Radiativa | | |
| Medicina e pesquisa: diagnóstico com radiofármacos e radioterapia com fontes não seladas, laboratórios com manipulação de fontes, traçadores | Autorização para operação | 3.800,00 |
| | Retirada de operação | 750,00 |
| | Certificação da qualificação do Supervisor de Radioproteção | 410,00 |
| Frentes de trabalho em gamagrafia (radiografia industrial móvel, com fontes) | Autorização específica para vias públicas e zonas urbanas | 1.900,00 |
| | Renovação da autorização específica | 750,00 |
| Todas as instalações radiativas | Renovação das autorizações para operação | 10% do valor de emissão da Autorização para Operação |
| | Renovação da Certificação de Supervisor de Radioproteção | 370,00 |
| | Autorizações para aquisição de fontes radioativas | 1% do valor total declarado no formulário próprio |

| OBJETO | ATO | VALOR (R\$) |
|----------------------------------------|-------------------------------------------------------------|-------------|
| Transporte de materiais radioativos | Aprovação normal de transporte | 1.100,00 |
| | Aprovação especial de transporte | 1.170,00 |
| | Aprovação de projeto de embalado do tipo B (U) | 11.300,00 |
| | Aprovação de projeto de embalado do tipo B (M) | 11.300,00 |
| | Aprovação de projeto de embalado contendo material fissil | 18.800,00 |
| | Certificação da qualificação de supervisor de radioproteção | 900,00 |
| | Aprovação de projeto | 5.700,00 |
| Material radioativo sob forma especial | | |

| OBJETO | ATO | VALOR (R\$) |
|----------------------|-----------------------------------------------------------|------------------------------|
| Rejeitos Radioativos | Deposição de rejeitos de baixo e médio níveis de radiação | 5.000,00 Por metro cúbico |

(A Comissão de Assuntos Econômicos)

PARECERES

PARECER Nº 638, DE 1998

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 46 de 1998 (nº 4.070, de 1998, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais.

RELATOR: Senador ROMEU TUMA

I - RELATÓRIO

Encontra-se sob exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1998 (nº 4.070, de 1998, na Câmara dos Deputados), que "*Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais*".

O projeto em consideração modifica artigos do Código de Processo Civil - CPC (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973), no sentido de promover a simplificação do processamento dos feitos nos tribunais, inclusive na Justiça do Trabalho, e de atualizar normas relativas à comprovação do preparo e do porte de remessa e de retorno dos recursos.

Fundamentalmente, o projeto visa a inibir a manifestação plenária dos tribunais, quando houver, sobre a matéria, decisão anterior do pleno do órgão julgador ou de órgão especial ou, ainda, do Pleno do Supremo Tribunal Federal - STF (*vide*, por exemplo, a modificação oferecida ao art. 481 do CPC). Tal limitação traria o benefício de se evitar a manifestação plenária dos tribunais sobre matéria por eles já decidida ou sobre as quais haja pronunciamento do Pleno do STF.

Haveria, assim, motivada pela significativa economia processual, diminuição da sobrecarga de trabalho imposta às cortes superiores. Além disso,

as partes se beneficiariam da maior celeridade das decisões, porquanto é dispensada a manifestação do tribunal pleno, quando sobre a matéria houver jurisprudência dominante.

Registre-se, também, que o projeto, originário do Executivo Federal, foi aprovado pela Câmara dos Deputados, na forma de substitutivo apresentado pelo relator da matéria, Deputado Djalma de Almeida Cesar.

A modificação oferecida pelo aludido parlamentar, que logrou aprovação na Câmara dos Deputados, dispõe sobre a matéria da forma a seguir relatada.

1) Modificações relativas ao CPC

a) O substitutivo modifica o art. 120, mediante acréscimo de parágrafo único, para permitir, quando houver jurisprudência dominante do tribunal sobre a questão suscitada, que o relator decida, de plano, sobre conflito de competência. Da decisão, todavia, caberá agravo *"no prazo de cinco dias, contados da intimação da decisão às partes, para o órgão recursal competente"*.

b) Ao art. 481 do CPC é acrescido parágrafo único, elidindo a necessidade de que se submeta a plenário ou órgão especial as matérias sobre as quais o STF já houver se pronunciado. O substitutivo da Câmara alarga essa hipótese para abranger, também, as decisões dos tribunais. Assim, segundo o substitutivo, não só as decisões do plenário do STF (note-se que o projeto original não fazia referência à necessidade de decisão plenária), mas, também, as tomadas por qualquer tribunal, não serão submetidas à consideração do plenário, quando já houver sobre a matéria pronunciamento da corte julgadora ou do plenário do STF.

c) O art. 511 do CPC é modificado para que se inclua a previsão do pagamento do porte de remessa do recurso. Na modificação introduzida no CPC pela Lei nº 8.950, de 13 dezembro de 1994, há menção à necessidade do pagamento do porte de retorno, mas não se refere ao pagamento do porte de remessa. O projeto do Executivo altera a norma em questão para prever, também, o pagamento do porte de remessa. Além disso, promove o ajuste da norma, dando nova redação ao dispositivo como um todo. Ficaria, na forma

apresentada pelo Executivo, eliminado do texto legal em vigor o parágrafo único do art. 511 do CPC, que dispensa o Ministério Público, a União, os Estados e Municípios de realizar o preparo, quando da interposição de recursos. O substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados sana essa omissão e, ainda, prevê o caso de insuficiência do preparo, que ensejará a pena de deserção, se a parte não supri-lo no prazo de cinco dias.

d) O substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados altera o art. 542 do CPC, no sentido de lhe acrescentar mais um parágrafo (§ 3º), o qual estabelece que o recurso *“contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, cautelar, ou embargos à execução ficará retido nos autos e somente será processado se o reiterar a parte, no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contra-razões”*. Esse acréscimo obriga a parte a reiterar o recurso, para que haja o seu devido processamento. Não haverá conhecimento automático do recurso, se não houver a nova manifestação da parte no prazo estabelecido para interposição do recurso contra a decisão final.

e) Também por iniciativa particular da Câmara dos Deputados, é alterado o § 3º do art. 544 do CPC para permitir que o relator, se o acórdão recorrido estiver em confronto com súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, conheça do agravo para dar provimento ao próprio recurso especial. A parte final do preceito alterado repete a norma estabelecida no dispositivo atualmente em vigor.

f) A Câmara dos Deputados tomou a iniciativa de modificar, ainda, o art. 545 do CPC, para admitir a hipótese de o relator reformar o acórdão recorrido. Pelo texto da norma vigente, ao relator caberia, apenas, não admitir o agravo ou negar-lhe provimento. Com a alteração, o relator, poderá, também, reformar o acórdão recorrido. Dessa decisão do relator caberá agravo. Todavia, observar-se-ão, no processamento, as disposições do art. 557, §§ 2º e 3º, a seguir comentado.

g) O art. 557 do CPC é acrescido de três parágrafos na proposta original encaminhada ao Congresso, passando o atual parágrafo único para primeiro. As modificações pretendidas pela versão original permitem que o relator, no STJ ou no STF, havendo súmula ou jurisprudência dominante no respectivo tribunal contrária ao acórdão recorrido, resolva, por despacho, dar provimento ao recurso. Dessa decisão do relator, todavia, caberá agravo para o órgão competente. Se esse agravo, no entanto, for manifestamente infundado ou

protelatório, o tribunal poderá condenar *“o agravante a pagar ao agravado multa não excedente a dez por cento do valor corrigido da causa, ficando a interposição de qualquer recurso condicionada ao depósito do respectivo valor.”*

h) O substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados dá nova redação ao *caput* do art. 557 e aborda de modo diferente os acréscimos pleiteados. No *caput*, é previsto que o relator possa negar seguimento a recurso em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, STF, ou de tribunal superior. Admite-se, portanto, para negar seguimento, que a jurisprudência dominante sirva de fundamento para a decisão do relator. O § 1º faculta ao relator dar provimento ao recurso, *“se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do STF, ou de Tribunal Superior”*. O § 2º do substitutivo permite que a decisão do relator seja agravada e que ele possa dela retratar-se. Mantida a decisão, o relator apresentará o agravo em mesa, o qual, se provido, fará com que o recurso tenha seguimento. O § 3º trata da hipótese da interposição do agravo sem fundamento ou inadmissível. Exclui, todavia, o caso alcançado pelo termo “protelatório”, consignado na redação original do projeto.

2) Modificações à Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990

a) O art. 22 da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, que trata da comunicação do pedido de intervenção julgado procedente, é modificado pelo projeto original, no sentido de que seja substituída a expressão *“o Presidente do Tribunal de Justiça comunicará, imediatamente, a decisão”*, por *“o Presidente do Tribunal comunicará, imediatamente, a decisão”*. O objetivo da alteração é o de tornar abrangente as situações em que é necessário fazer a comunicação, as quais não alcançam apenas o STJ. Essa modificação, todavia, não foi contemplada pelo substitutivo ao projeto original.

b) A modificação relativa ao art. 43 da proposta original não foi acolhida pelo substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados. Esse dispositivo versa sobre a inadmissibilidade de embargos infringentes contra decisão do Plenário do STF. O art. 44 do projeto enviado pelo Executivo, que trata da necessidade de os recursos extraordinário e especial, retidos nos autos, serem reiterados pela parte após a decisão final, foi aproveitado pelo substitutivo, mediante o acréscimo do § 3º ao art. 542 do CPC. Preferiu-se, assim, realizar alteração no próprio CPC, ao invés de introduzir o dispositivo na Lei nº 8.038, de 1990.

c) A modificação promovida pelo art. 45 do projeto original, que corresponde ao art. 42A do substitutivo da Câmara, determina que a decisão de Turma, no STJ, será tomada pela maioria de seus membros. Estabelece, ainda, que, "*em habeas corpus, original ou recursal, havendo empate, prevalecerá a decisão mais favorável ao paciente*".

d) O art. 46 do projeto original corresponde ao art. 42B do substitutivo oferecido pela Câmara dos Deputados. O dispositivo em questão estabelece a obrigatoriedade do pagamento do porte de remessa e de retorno dos autos, segundo instruções e tabelas expedidas pelo STJ e pelo STF. Ressalte-se, ainda, que o art. 42B do referido substitutivo contemplou disposição que dá competência para a secretaria do tribunal local recolher as despesas postais, mas exclui a segunda parte do parágrafo, que impõe a pena de deserção, se o recorrente não suprir a falta de pagamento das referidas despesas, no prazo de cinco dias. A parte final do mencionado dispositivo é aproveitada no § 2º do art. 511.

3) Modificações relativas à Consolidação das Leis do Trabalho

a) A proposta original do Poder Executivo promove quatro alterações na disciplina dos recursos trabalhistas, mediante acréscimo de três parágrafos ao art. 896 e um parágrafo ao art. 897 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

b) Mudança na redação do art. 896 da CLT permite que o Ministro Relator possa, por despacho, negar ou dar provimento ao recurso de revista, aos embargos ou ao agravo de instrumento, sempre que a decisão recorrida estiver em consonância ou conflito com súmula ou jurisprudência dominante da seção especializada em dissídios individuais do Tribunal Superior do Trabalho (§ 5º). Prevê-se, também, que os recursos citados tenham seguimento denegado sempre que se configurar intempestividade, deserção, falta de alçada, ilegitimidade de representação, falta de fundamentação ou manifesta inadmissibilidade (§ 6º). Além disso, é prevista a possibilidade de interposição de agravo contra as decisões que negam, dão provimento ao recurso ou denegam seu seguimento e a aplicação de multa, não superior a dez por cento do valor corrigido da causa, a favor do agravado, quando o agravo for manifestamente infundado ou protelatório (§ 7º).

c) Mediante acréscimo de um § 5º ao art. 897 da CLT, finalmente, possibilita-se a apreciação imediata do recurso, no Tribunal Superior do

Trabalho, sempre que o agravo de instrumento contiver os elementos necessários ao julgamento do mérito do recurso denegado.

d) Nos termos da Exposição de Motivos nº 003-MJ/CC-PR, de 12 de janeiro de 1998, as mudanças na sistemática recursal trabalhista pretendem estender ao âmbito do direito processual do trabalho os benefícios pretendidos com as mudanças preconizadas para o processo civil. Em parte, foram adaptadas normas adotadas com sucesso na disciplina do processamento dos recursos extraordinário e especial. Pretende-se, destarte, uma racionalização do funcionamento também nas instâncias recursais trabalhistas, desafogando as sessões de julgamento e agilizando a prestação jurisdicional.

e) Na Câmara dos Deputados, mediante substitutivo, foram acrescentadas disposições ao projeto original. No texto finalmente aprovado naquela Casa, é atribuído o julgamento dos recursos de revista às Turmas do Tribunal Superior do Trabalho, sendo esses recebidos com efeito apenas devolutivo. Também está prevista a uniformização da jurisprudência nos Tribunais Regionais do Trabalho, em súmulas, obedecidas as regras do Código de Processo Civil. Além disso, define-se que a divergência jurisprudencial apta a ensejar recurso de revista deve ser atual, assim entendendo-se aquela não ultrapassada por súmula, ou iterativa e notória jurisprudência do TST. Finalmente, o substitutivo aprovado na Câmara traz normas a respeito do preparo do agravo que, em caso de provimento, conterà cópia das peças necessárias para o eventual julgamento do recurso denegado.

f) Os acréscimos promovidos decorrem, nos termos do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara, do aproveitamento de orientação jurisprudencial do TST, quanto aos pressupostos de admissibilidade do recurso de revista. Outras mudanças, entre elas a obrigatoriedade de sumulação da jurisprudência pelos TRT's, foram sugestões de membros da Justiça Obreira, conhecedores, como ninguém, das dificuldades práticas que entravam o processamento dos recursos no âmbito da Justiça do Trabalho.

II - VOTO

Relativamente às modificações introduzidas no CPC e na Lei nº 8.038, de 1990, cabe dizer que procurou-se dar maior agilidade ao processo.

Com efeito, as decisões reiteradas das cortes, sedimentadas ao longo do tempo, não devem ser desprezadas, quando do julgamento de caso semelhante. Aliás, no sistema da "Common Law", são os precedentes que direcionam a maioria dos julgados sobre matéria análoga. E a moderna tendência do Direito é fazer uma aproximação entre os dois sistemas: "Common Law" e "Civil Law".

O Direito Processual brasileiro, cauteloso quanto às oportunidades de se invocar o direito de defesa, abriu muitas oportunidades para que se questione, mediante recurso, as decisões judiciais. Tal característica do processo garante segurança ao procedimento, mas, por sua vez, havendo sido a questão pacificada nos tribunais, a existência dessas oportunidades de recurso tem-se mostrado prejudicial à solução mais célere dos feitos.

Convém lembrar que o STJ (composto por 33 Ministros) recebeu, no ano de 1996, 77.032 e o STF (composto por 11 Ministros) recebeu, no mesmo ano, 23.668 processos (dados extraídos de artigo publicado pelo Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, na Gazeta Jurídica, de 9 de fevereiro de 1998). Adiciona-se à escassez de recursos humanos o complexo instrumento da lei adjetiva, que é profícua em recursos, mas hermética quanto à liberdade do órgão julgador para aplicar os precedentes aos casos análogos. A rigidez processual impõe embaraços ao rápido deslinde do processo.

Há que se ter a compreensão de que a sociedade brasileira necessita da Justiça, porquanto é esta baluarte do estado de direito, e que a cidadania não pode esperar indefinidamente ao ver se multiplicarem os feitos que se arrastam por longos anos, em virtude de uma incrível multiplicidade de subterfúgios processuais que procrastinam as decisões das cortes.

As modificações esposadas pelo substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados, consoante os termos da nova redação aos arts. 120, parágrafo único, 481, parágrafo único, 544, § 3º, e 557 conferem maior autonomia ao relator da matéria, que poderá, de acordo com súmula ou jurisprudência dominante, negar seguimento ao recurso, não submeter a questão a plenário, cobrar multa de até dez por cento sobre o valor da causa, quando o recurso interposto for inadmissível ou infundado, ou seja, tiver a intenção de simplesmente protelar o término do feito.

Não obstante o projeto conceda competência para o relator decidir, de plano, sobre o recurso, o direito da parte inconformada com a decisão foi

preservado. Verifique-se, por exemplo, que os arts. 120, parágrafo único, 545, *caput*, e 557, § 2º, segundo a nova redação proposta no substitutivo, prevêm a possibilidade de se interpor agravo, sempre que a parte se considerar prejudicada no seu direito. A modificação, portanto, não cerceia o contraditório, desde que ele tenha fundamento. No entanto, elimina os recursos de fundo meramente protelatório, quando admite a aplicação de multa ao agravante que interpor recurso manifestamente inadmissível ou infundado (art. 557, § 3º).

Nesse sentido, ou seja, visando à economia processual, verifica-se que a norma do art. 481, parágrafo único, do substitutivo da Câmara dos Deputados elide a necessidade de se submeter a plenário arguição de inconstitucionalidade, quando sobre essas questões já houver se manifestado o plenário do tribunal ou órgão especial deste ou, ainda, o plenário do STF. Ora, tendo sido a matéria já apreciada, não há porque impor ao pleno do tribunal nova manifestação, justamente para se obter efeito confirmatório sobre questão cujo entendimento já foi notoriamente pacificado.

A modificação oferecida ao art. 511 do CPC e o acréscimo estabelecido pelo art. 42B, ambos consignados no substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados, referem-se ao disciplinamento da matéria relativa às despesas com o porte de remessa e retorno dos autos. A lei, nesse particular, aplica a pena de deserção, se a parte não recolher a importância devida. O projeto (substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados) estabelece que o recorrente deverá recolher não só o porte de retorno, mas, também, o de remessa, quando a legislação assim o determinar.

Como, não raro, o recorrente deixa de recolher a importância correta relativa ao preparo, a qual é muitas vezes irrisória em relação ao valor da causa, o projeto contempla a possibilidade de que haja a intimação do recorrente para supri-lo no prazo de cinco dias (art. 511, § 2º). Evita-se, com esse expediente, que se aplique a pena de deserção ao recurso.

A alteração ao art. 542 do CPC, ao qual é adicionado o § 3º, impõe ao juiz decidir o feito, ainda que haja pendência quanto a recurso extraordinário ou especial interposto contra decisão interlocutória. Isso facilita o processo, porquanto a decisão do juiz pode tornar pouco interessante à parte recorrer, no caso de ela ter sua pretensão acolhida pela sentença.

De outra parte, as mudanças na disciplina do processamento dos recursos na Justiça do Trabalho estão em consonância com os objetivos pretendidos pelo projeto em seu conjunto, ou seja, descongestionamento do Poder Judiciário e rapidez na prestação da tutela jurisdicional. Para tanto, são aproveitados alguns dispositivos que, adotados no âmbito do processo civil, produziram bons resultados práticos.

A Câmara dos Deputados, visando a ampliar os benefícios da iniciativa, recebeu sugestões de membros da Justiça Obreira, que vieram contribuir, com seu conhecimento da prática, para incluir dispositivos capazes de diminuir a sobrecarga de trabalho também nessas instâncias e agilizar ainda mais a prestação jurisdicional.

Se as modificações propostas são plenamente justificadas no processamento dos recursos nos tribunais cíveis, no âmbito do Direito do Trabalho a necessidade de mudanças é até mais visível. Trata-se de um ramo jurídico que deve pautar-se pela simplicidade e agilidade, com soluções rápidas em benefício das partes e da segurança jurídica. É preocupante, em especial, a situação dos trabalhadores hipossuficientes. Para eles, o resultado da demanda pode representar a satisfação, ou não, de suas necessidades vitais básicas. Assim, via de regra, os necessitados são os mais prejudicados pela morosidade do Poder Judiciário Trabalhista.

Quanto ao aspecto formal, o projeto não foi adequado aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata, entre outros aspectos, da redação das leis. Essa falta é suprida pela Emenda de Redação nº 02 - CCJ, que reproduz o texto de acordo com a observância das normas da citada lei.

A modificação que introduz o § 2º ao art. 557 do CPC necessita, também, de aprimoramento redacional. Em consequência, é oferecida a Emenda de Redação nº 01 - CCJ.

Diante dos elementos trazidos à colação, e constatada a inexistência de vício constitucional ou jurídico a ser sanado, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1998, observadas as seguintes emendas de redação, as quais são consolidadas no texto final adiante reproduzido.

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 01 - CCJ

Dê-se ao art. 1º do projeto, no que concerne ao texto do § 2º, que é acrescido ao art. 557 do Código de Processo Civil, a seguinte redação:

“§ 2º Da decisão caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento.”

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 02 - CCJ

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados, observadas as normas da Lei Complementar nº 95, de 1998, e incorporada a Emenda de Redação nº 01 desta Comissão, passa a ter a seguinte redação:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 1998

Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 120.

Parágrafo único. Havendo jurisprudência dominante do tribunal sobre a questão suscitada, o relator poderá decidir de plano o conflito de competência, cabendo agravo, no prazo de cinco dias, contados da intimação da decisão às partes, para o órgão recursal competente.”
(NR)

“Art. 481.....

Parágrafo único. Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.” (NR)

“Art. 511. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

§ 1º São dispensados de preparo os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios e respectivas autarquias, e pelos que gozam de isenção legal.

§ 2º A insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de cinco dias.” (NR)

“Art. 542.....

.....

§ 3º O recurso extraordinário, ou o recurso especial, quando interpostos contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, cautelar, ou embargos à execução ficará retido nos autos e somente será processado se o reiterar a parte, no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contrarrazões.” (NR)

“Art. 544.....

.....

§ 3º Poderá o relator, se o acórdão recorrido estiver em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, conhecer do agravo para dar provimento ao próprio recurso especial; poderá ainda, se o instrumento contiver os elementos necessários ao julgamento do mérito, determinar sua conversão, observando-se, daí em diante, o procedimento relativo ao recurso especial.

.....”(NR)

... “Art. 545. Da decisão do relator que não admitir o agravo de instrumento, negar-lhe provimento ou reformar o acórdão recorrido, caberá agravo no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 557.” (NR)

“Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

§ 1º Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.

§ 2º Da decisão caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento.

§ 3º Quando manifestamente inadmissível ou infundado o agravo, o tribunal condenará o agravante a pagar ao agravado multa entre um e dez por cento do valor corrigido da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor.” (NR)

Art. 2º Os arts. 896 e 897 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 896. Cabe recurso de revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando:

a) derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno

ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou a súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte;

b) derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, convenção coletiva de trabalho, acordo coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da decisão recorrida, interpretação divergente, na forma da alínea a;

c) proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição da República.

§ 1º O recurso de revista, dotado de efeito apenas devolutivo, será apresentado ao Presidente do Tribunal recorrido, que poderá recebê-lo ou denegá-lo, fundamentando, em qualquer caso, a decisão.

§ 2º Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá recurso de revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.

§ 3º Os Tribunais Regionais do Trabalho procederão, obrigatoriamente, à uniformização de sua jurisprudência, nos termos do Livro I, Título IX, Capítulo I do CPC, não servindo a súmula respectiva para ensejar a admissibilidade do recurso de revista quando contrariar súmula da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho.

§ 4º A divergência apta a ensejar o recurso de revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por súmula, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

.....”(NR)

“Art. 897

.....

§ 5º Sob pena de não conhecimento, as partes promoverão a formação do instrumento do agravo de modo a possibilitar, caso provido, o imediato julgamento do recurso denegado, instruindo a petição de interposição:

I – obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação, das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado, da petição inicial, da contestação, da decisão originária, da comprovação do depósito recursal e do recolhimento das custas;--

II – facultativamente, com outras peças que o agravante reputar úteis ao deslinde da matéria de mérito controvertida.

§ 6º O agravado será intimado para oferecer resposta ao agravo e ao recurso principal, instruindo-a com as peças que considerar necessárias ao julgamento de ambos os recursos.

§ 7º Provido o agravo, a Turma deliberará sobre o julgamento do recurso principal, observando-se, se for o caso, daí em diante, o procedimento relativo a esse recurso." (NR)

Art. 3º. A Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 42A. A decisão de Turma, no Superior Tribunal de Justiça, será tomada pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

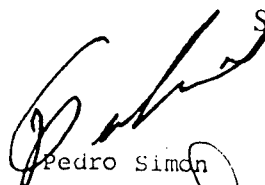
Parágrafo único. Em *habeas corpus* originário ou recursal, havendo empate, prevalecerá a decisão mais favorável ao paciente.

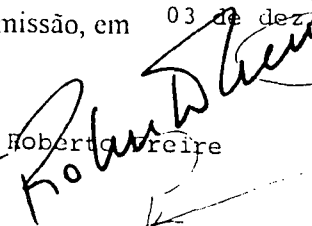
Art. 42B. As despesas do portê de remessa e retorno dos autos serão recolhidas mediante documento de arrecadação, de conformidade com instruções e tabela expedidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça.

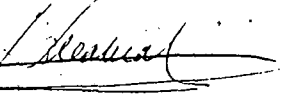
Parágrafo único. A secretaria do tribunal local zelará pelo recolhimento das despesas postais."

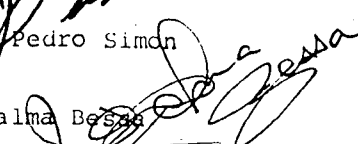
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

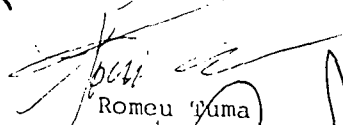
Sala da Comissão, em 03 de dez 1998

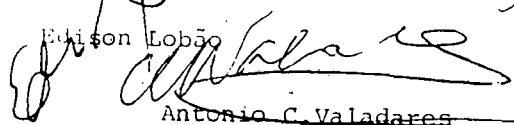
 Pedro Simon


 Roberto Freire, Presidente

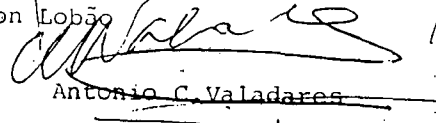
 Bernardo Cabral

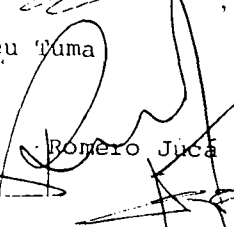
 Djalma Beserra, Relator

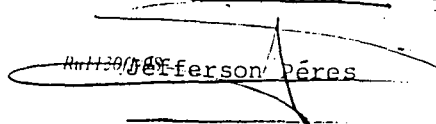
 Romeu Tuma

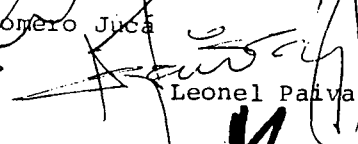
 Edison Lobão

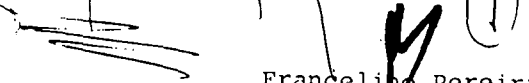
 José E. Dutra

 Antonio C. Valadares

 Romero Juca

 Jefferson Pêres

 Leonel Paiva

 Franceline Pereira

PARECER Nº 639, DE 1998

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 34 de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Elcio Alvares, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da contribuição a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

RELATOR: Senador **ROMEU TUMA**

I – RELATÓRIO

É submetida à apreciação desta Comissão, nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, a Proposta de Emenda

Constitucional – PEC nº 34, de 1998, que “*prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da contribuição a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*”

2. O art. 1º inclui, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, art. 75, que:

- a) prorroga, por trinta e seis meses, a cobrança da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira – a CPMF – cuja instituição, por período não excedente a dois anos, foi facultada à União, pelo art. 74 do ADCT, introduzido pela Emenda Constitucional nº 12, de 15 de agosto de 1996 (*caput*);
- b) prorroga, por idêntico período, a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, modificada pela Lei nº 9.539, de 12 de dezembro de 1997 (*caput*);
- c) eleva a alíquota da referida contribuição – atualmente de vinte centésimos por cento – para trinta e oito centésimos por cento, nos primeiros doze meses, e para trinta centésimos por cento, nos vinte e quatro meses subsequentes, facultando ao Poder Executivo reduzi-la ou restabelecê-la, total ou parcialmente, nos limites aqui definidos (§ 1º);
- d) vincula o resultado do aumento da arrecadação, decorrente da alteração da alíquota, nos exercícios financeiros de 1999, 2000 e 2001, ao custeio da previdência social (§ 2º);
- e) autoriza a União a emitir títulos da dívida pública interna em montante equivalente ao produto da arrecadação da contribuição, prevista e não realizada em 1999, vinculando os recursos correspondentes ao custeio da saúde e da previdência social, e prevendo que o total da receita da CPMF apurada em 2002 seja destinado ao resgate da dívida pública federal (§ 3º).

3. O art. 2º determina a vigência imediata da emenda.

4. Justificando a proposta, os nobres autores relevam a necessidade de garantir recursos para a saúde pública nos exercícios financeiros de 1999 a

2001, no estrito cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 1999 – Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 – que assim prescreve:

“Art. 40. No exercício de 1999 serão aplicados, em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária de 1998, desde que sejam aprovadas as correspondentes fontes de receitas”. (grifamos)

Os subscritores da proposição aduzem que o agravamento recente do déficit fiscal e a deterioração da situação financeira internacional, desencadeada pelas crises asiática e russa, levaram o governo a lançar o Programa de Estabilização Fiscal, que fixa metas de melhoria progressiva das contas públicas no próximo triênio. Neste contexto, a previdência social – área em que o déficit é mais acentuado – deve ser a destinatária do produto da arrecadação decorrente do aumento da CPMF. E, constatando que a receita da contribuição, prevista no projeto de lei orçamentária para 1999, não será totalmente realizada, em consequência da vacância de noventa dias para a cobrança da alíquota majorada, justificam a emissão de títulos da dívida pública, no montante correspondente à perda de receita, e o respectivo resgate com o produto da arrecadação da CPMF que se verificar no exercício de 2.002.

5. À PEC foram apresentadas quatro emendas **aditivas**: as de nº 1, 2 e 3 da lavra do nobre Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES e a de nº 5, da lavra do nobre Senador LÚCIO ALCÂNTARA.

Emenda nº 1

“§ 4º A pessoa física será ressarcida da contribuição efetivamente paga, até o limite de cento e cinquenta reais, por exercício financeiro.”

Emenda nº 2

“§ 4º A pessoa jurídica poderá compensar, no máximo, vinte por cento do valor da CPMF efetivamente paga, com a

contribuição social sobre o lucro líquido devida em cada período de apuração, até o limite desta”.

Emenda nº 3

“§ 4º A contribuição não incidirá sobre os valores relativos a proventos de aposentadorias e pensões, até o limite de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) mensais.”

O ilustre senador refere-se à PEC como “mais uma investida do governo federal sobre as já combalidas finanças da sociedade, seja no âmbito das pessoas físicas, seja no das pessoas jurídicas.” E justifica que as emendas têm o propósito de diminuir o impacto da contribuição.

Emenda nº 5

“§ 4º A soma das dotações orçamentárias a serem destinadas ao Fundo Nacional de Saúde, classificadas nos grupos de despesa Outras Despesas Correntes e Investimentos, nos exercícios financeiros de 1999, 2000 e 2001, não poderá ser inferior, em valores reais, àquela correspondente aos valores executados no exercício financeiro de 1998”.

O eminente autor lembra que “embora se pretendesse (com a criação da CPMF) ampliar os recursos destinados às ações de saúde, ocorreu que uma parcela dos recursos do orçamento da União anteriormente destinados a essas ações foi substituída pela receita da CPMF”. E argumenta que “a única forma de assegurar que as ações de saúde serão desenvolvidas de forma adequada é garantindo recursos para o financiamento das despesas de custeio e investimento, classificadas na lei orçamentária anual, nos grupos de despesa Outras Despesas Correntes e Investimento”.

A única emenda **modificativa**, de autoria do nobre Senador ROMERO JUCÁ, altera o § 2º; na sua parte final, o qual fica assim redigido:

Emenda nº 4

“§ 2º O resultado do aumento da arrecadação, decorrente da alteração da alíquota, nos exercícios financeiros de 1999, 2000 e 2001, será destinado ao custeio da previdência social, garantido para o custeio da saúde no mínimo o mesmo valor real arrecadado em 1998.”

Nos termos da justificação, a emenda visa a garantir, nos exercícios de 1999, 2000 e 2001, para a área de saúde, o mesmo nível de recursos arrecadados pela contribuição em 1998, tendo em vista a incerteza decorrente da possível retração econômica.

É o relatório.

II – EXAME DA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E REGIMENTALIDADE

6. Inicialmente, devemos anotar que a proposta de emenda à Constituição sob exame preenche os requisitos de admissibilidade constantes do art. 60 da Lei Maior. Com efeito, a proposição cumpre o requisito referente ao apoio (art. 60, I), não tende a abolir matéria garantida pelas cláusulas pétreas (art. 60, § 4º), não contém assunto rejeitado ou prejudicado na presente sessão legislativa (art. 60, § 5º), cabendo acrescentar, também, que não estamos sob impedimento circunstancial ao poder de emenda (art. 60, § 1º).

7. Ademais, a proposta explicita a observância do disposto no § 6º do art. 195 da Constituição, pelo qual o constituinte originário consagrou o princípio da **anterioridade mitigada**, dispondo que as contribuições sociais destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social “*só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b*”. O último dispositivo constitucional citado entronizou o princípio da anterioridade, segundo o qual “*é vedado à União, aos Estados,*

ão Distrito Federal e aos Municípios, cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a Lei que os instituiu ou aumentou.”

Em memorável julgamento proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 939/DF, decidiu o Supremo Tribunal Federal – STF que:

- a) uma emenda constitucional, emanada, portanto, de constituinte derivada, incidindo em violação à Constituição originária, pode ser declarada inconstitucional, pelo STF, cuja função precípua é de guarda da Constituição (art. 102, I, “a”);
- b) a Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993, que, no art. 2º, autorizou a União a instituir o imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira – IPMF, incidiu em vício de inconstitucionalidade, ao dispor no § 2º, que, quanto a tal tributo, não se aplica o art. 150, III, “b” da Constituição, porque, desse modo, violou o princípio da anterioridade, que é garantia individual do contribuinte, e, portanto norma imutável (cláusula pétrea), a teor dos arts. 5º, § 2º, 60, § 4º, IV e 150, III, “b” da Constituição).

Este precedente jurisprudencial, indica, inequivocamente, o caminho a ser seguido pelo constituinte derivado ao instituir ou aumentar contribuições vinculadas à seguridade social. Ainda que estas contribuições – entre as quais a CPMF – não estejam sujeitas ao princípio da anterioridade de que trata o art. 150, III, “b” da Constituição, entendido pelo STF como cláusula pétrea, estão, contudo, sujeitas ao princípio da **anterioridade mitigada**, que, por força de interpretação idêntica, poderia ser igualmente considerado como inafastável.

8. A presente proposta promove, também, a restauração das Leis nºs 9.311, de 24 de outubro de 1996 e 9.539, de 12 de dezembro de 1997, que, regulamentando a Emenda Constitucional nº 12/96, instituíram e regularam a CPMF, cuja prorrogação ora se propõe. O revigoramento de uma lei por outra é expressamente admitido em nosso ordenamento jurídico pela Lei de Introdução ao Código Civil (art. 2º, § 3º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4

de setembro de 1942) em processo usualmente denominado de **repristinação**.

No caso, determina-se a repristinação de lei por uma emenda à Constituição, uma lei constitucional. Admitida a restauração de uma lei por outra espécie legal de mesma hierarquia, com muito mais razão admitir-se-á que uma emenda à Constituição o faça, por se tratar de espécie normativa hierarquicamente superior. Importa ressaltar que as leis sob comento são destinadas ao exaurimento. Assim, tratando-se da regulação de um mesmo tributo, eriado antes, e prorrogado aqui, mediante emenda à Constituição, a lei disciplinadora, com as adaptações decorrentes das alterações de alíquota, pode, na forma desta proposta, ser repristinada durante o período nela definido, qual seja, o mesmo durante o qual será exigida a contribuição.

9. Quanto à regimentalidade, não há reparos a fazer, atendidos que foram os dispositivos próprios do RISF e da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – EXAME DO MÉRITO

10. A Emenda Constitucional nº 12, de 15 de agosto de 1996, originada da PEC nº 40, cuja tramitação teve início em 22 de junho de 1995, no Senado, outorgou competência à União para instituir contribuição provisória sobre movimentação financeira, mas permitiu a sua cobrança pelo prazo não superior a dois anos, que se esgota em 22 de janeiro de 1999. A exigüidade do prazo tinha como pressuposto a expectativa da rápida aprovação das reformas estruturais – a tributária, a administrativa, mas sobretudo a previdenciária – que propiciariam ganhos financeiros capazes de reequilibrar as finanças da União. A lentidão com que tramitou a reforma administrativa, promulgada em 4 de junho de 1998 mas ainda não regulamentada, e os percalços que pontilharam a votação da reforma previdenciária, a ser promulgada nos próximos dias, tiveram parte de responsabilidade no agravamento da situação fiscal atual. A reforma tributária, paralisada há três anos, na Câmara dos Deputados, só será retomada em 1999; a sua aprovação depende de delicadas negociações entre os entes federados. Enquanto não se consolidam, a médio prazo, os ganhos financeiros decorrentes das reformas administrativa e previdenciária e

enquanto não se dissipam as dúvidas em torno do modelo de reforma tributária a ser adotado, torna-se absolutamente necessário aprovar as fontes de receita para a saúde, para que se cumpra a diretriz contida no art. 40 da LDO para 1999.

11. Por outro lado, o Programa de Estabilidade Fiscal não pode prescindir de recursos adicionais substanciais para reduzir o déficit previdenciário. Entre as medidas emergenciais do Programa, que visam ao aumento de receita, constam: a) a elevação de 2% para 3% da COFINS, implementada pelo Congresso, pela Lei nº 9.718, de 27 de novembro próximo passado; b) a extensão da contribuição previdenciária aos inativos civis aprovada pela Lei nº 9.717, da mesma data; c) a majoração, por cinco anos, da alíquota de contribuição previdenciária dos servidores civis, incidente sobre a parcela da remuneração superior a R\$ 1.200,00, objeto da Medida Provisória nº 1.720-1, de 25 de novembro de 1998.

Estas medidas são, contudo, insuficientes. Na realidade, a nova proposta orçamentária de 1999, objeto da Mensagem nº 768, de 1998-CN (nº 1.342/98, na origem), que deu origem ao Projeto de Lei nº 41, de 1998-CN, estima a receita da CPMF em R\$15.395.300.000,00, dos quais apenas R\$682.208.333,00 correspondem à arrecadação prevista até 22 de janeiro de 1999, devendo os restantes R\$14.713.091.667,00 provir da arrecadação prevista com a prorrogação. Deste último montante, R\$7.743.500.144,00 destinar-se-ão à área da saúde (0,20% original) e R\$6.969.591.523,00 à previdência (0,18% adicional). O ingresso desta receita é essencial à complementação do orçamento da saúde e da previdência social a tal ponto que a União está sendo autorizada a emitir títulos da dívida pública interna, em montante equivalente ao produto da arrecadação da CPMF, prevista e eventualmente não realizada em 1999, em função de possível demora na aprovação desta PEC.

12. A única crítica usualmente feita à CPMF diz respeito à sua incidência em cascata. Já as vantagens que lhe são inerentes são múltiplas e importantes, entre as quais destacamos:

- 1) sua incidência é a mais universal e genérica jamais imaginada (cerca de vinte milhões de pessoas físicas e cerca de quatro

milhões de pessoas jurídicas), atingindo até mesmo os setores informais da economia;

- 2) o custo de sua arrecadação é baixo, graças à cobrança automática pela rede bancária;
- 3) embora o ônus individual seja insignificante (mais de 80% dos contribuintes pessoas físicas pagam menos de R\$ 150,00 ao ano), sua arrecadação global é expressiva (cerca de R\$ 8 bilhões em 1998);
- 4) por se tratar de tributo não declaratório, o contribuinte não precisa preencher qualquer formulário ou documento fiscal.

13. Posicionamo-nos contrariamente ao acolhimento das emendas. A de nº 1 representa perda substancial de arrecadação, pois as pessoas físicas são responsáveis por cerca de 41% da receita total da CPMF, e, na sistemática atual, as que recolhem menos de R\$ 150,00 ao ano garantem mais de 50% do montante pago por esta espécie de contribuinte e representam mais de 80% deste universo de vinte milhões de pessoas. Isentá-las seria reduzir a base de contribuintes, contrariando, assim, uma das características mais favoráveis desse tributo, que é, justamente, a sua universalidade. Milhões de pessoas subtraem-se ao pagamento de todos os tributos mas não escapam à CPMF. E a perda de receita não ficaria restrita aos contribuintes que pagam até R\$150,00 ao ano; ela seria agravada com o ressarcimento sistemático de R\$150,00 para todos aqueles que desembolsaram uma quantia superior a este valor.

A emenda nº 3 é desnecessária, pois a Lei nº 9.311/96, cuja vigência tem sua prorrogação proposta, prevê em seu art. 17, III, a compensação da CPMF incidente sobre os valores dos proventos dos inativos e pensionistas, não excedentes de dez salários mínimos. É verdade que o dispositivo legal deixa de fora os que percebem mais de dez salários mínimos, a título de aposentadoria e pensões, mas estes constituem justamente a parcela da população que dispõe de capacidade contributiva.

Entendo prejudicada a Emenda nº 2, pois o Congresso Nacional, ao aprovar, em 18 de novembro próximo passado, a Medida Provisória nº 1.724, de 29 de outubro de 1998, convertida na Lei nº 9.718, de 27 de novembro, que elevou de 2% para 3% a alíquota da COFINS, facultou à pessoa jurídica compensar com a CSLL (e não mais com o Imposto de Renda, previsto na MP), até um terço da COFINS efetivamente paga. Feita esta compensação, dificilmente haveria saldo de CSLL que pudesse ser compensado com CPMF paga. A exceção ficaria por conta das instituições financeiras que, ao contrário das demais empresas, oneradas em 8%, devem contribuir com 18%, a título de CSLL.

A Emenda nº 4 é desnecessária no que diz respeito à garantia mínima de recursos para a saúde, em 1999. Com efeito, o § 3º da PEC autoriza a União a emitir títulos da dívida pública interna, em montante equivalente ao produto da arrecadação da contribuição, prevista e não realizada em 1999, justamente para custear a saúde, e também a previdência social. A pretensão do ilustre autor da emenda estará atendida, uma vez que a previsão de receita da CPMF vinculada à saúde, para 1999, é de R\$ 8.425.708.477,00, e a relativa a 1998 monta a R\$ 8.268.800.000,00, dos quais R\$ 6.079.368.000,00 foram arrecadados até setembro.

É pouco provável que a retração econômica se estenda aos anos de 2000 e 2001, já que o impacto das medidas recessivas deverá ser totalmente absorvido em 1999. De qualquer forma, a saúde não ficará desprotegida, pois a arrecadação correspondente à alíquota de vinte centésimos por cento continuará vinculada a ela.

A Emenda nº 5 se assemelha à Emenda nº 4, pois ambas objetivam garantir para a saúde, nos próximos três anos, recursos, cujos valores reais alcancem, no mínimo, os verificados em 1998. Mas, diferentemente da Emenda nº 4, a Emenda nº 5 não diz respeito à CPMF, que é o objeto da presente proposta de Emenda Constitucional. Assim sendo, em princípio, a emenda nº 5 não seria admissível, já que, segundo o art. 372 do RISF, *"aplicam-se à tramitação da proposta, no que couber, as normas estabelecidas neste Regimento para as demais proposições"* e, nos termos do art. 230:

“Não se admitirá emenda:

a) sem relação com a matéria da disposição que se pretenda emendar”.

Ainda que se pretendesse vincular cem por cento da arrecadação da CPMF aos grupos de despesa referidos, nada reservando para a previdência social, provavelmente não seria possível cobrir cem por cento da despesa em questão, a não ser que se mantenha a alíquota da CPMF em patamar acima de trinta centésimos por cento, previsto para os dois últimos anos da prorrogação. Felizmente, o intento do nobre Senador LÚCIO ALCÂNTARA pode ser facilmente alcançável em 1999, bastando que o Congresso Nacional aprove as dotações de que se trata, previstas no projeto de lei orçamentária de 1999, no valor de R\$ 12.762.119.707,00, superior em 7,77% às de 1998, no valor de R\$ 11.842.400.413,00.

Finalmente, não parece recomendável engessar, na Constituição, valores de despesas orçamentárias, ainda que justificadas por nobres propósitos, como os defendidos pelo zeloso senador.

IV – VOTO

14. Diante de todo o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, pela aprovação integral da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1998, e pela rejeição das Emendas nº 1, 2, 3, 4 e 5.

Sala da Comissão, em 03 de dezembro de 1998



Bernardo Cabral

, Presidente

, Relator

Romeu Tuma

Leonel Paiva

Romeiro Jucá

Bêni Veras

Djalma Bessa

Roberto Freire

Leomar Quintanilha

Jefferson Pêres

Josaphat Marinho

Antônio C. Valadares

José E. Dutra

José Fogaça

José R. Arruda

PEC 34/98
(parecer)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

| TITULARES - PFL | SIM | NAO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PFL | SIM | NAO | ABSTENÇÃO |
|------------------------------------------------|-----|-----|-----------|-----------------------------------------------|-----|-----|-----------|
| GUILHERME PALMEIRA | | | | ÉLCIO ALVARES | | | |
| EDISON LOBAO | | | | ROMERO JUCA | / | | |
| JOSÉ BIANCO | | | | JOSÉ AGRIPINO | | | |
| BERNARDO CABRAL | | | | LEONEL PAIVA | / | | |
| FRANCELINO PEREIRA | | | | DJALMA BESSA | / | | |
| JOSAPHAT MARINHO | | / | | BELLO PARGA | | | |
| ROMEU TUMA | / | | | GILBERTO MIRANDA | | | |
| TITULARES - PMDB | SIM | NAO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PMDB | SIM | NAO | ABSTENÇÃO |
| JADER BARBALHO | | | | VAGO | | | |
| JOSÉ FOGAÇA | / | | | NEY SUASSUNA | | | |
| ROBERTO REQUIAO | | | | CARLOS BEZERRA | | | |
| RAMEZ TEBET | | | | CASILDO MALDANER | | | |
| PEDRO SIMON | | | | FERNANDO BEZERRA | | | |
| DJALMA FALCAO | | | | GILVAN BORGES | | | |
| TITULARES - PSDB | SIM | NAO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PSDB | SIM | NAO | ABSTENÇÃO |
| JEFFERSON PERES | / | | | JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | | | |
| SÉRGIO MACHADO | | | | PEDRO PIVA | | | |
| LÚCIO ALCANTARA | | | | JOSÉ ROBERTO ARRUDA | / | | |
| BENI VERAS | / | | | OSMAR DIAS | | | |
| TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS) | SIM | NAO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS) | SIM | NAO | ABSTENÇÃO |
| ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) | | / | | ADEMIR ANDRADE (PSB) | | | |
| ROBERTO FREIRE (PPS) | / | | | SEBASTIAO ROCHA (PDT) | | | |
| JOSE EDUARDO DUTRA (PT) | | / | | MARINA SILVA (PT) | | | |
| TITULARES - PPB | SIM | NAO | | SUPLENTE - PPB | SIM | NAO | |
| ESPERIDIAO AMIN | | | | LEVY DIAS | | | |
| EPITACIO CAFETEIRA | | | | LEOMAR QUINTANILHA | / | | |
| TITULARES - PTB | SIM | NAO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE - PTB | SIM | NAO | ABSTENÇÃO |
| ODACIR SOARES | | | | ARLINDO PORTO | | | |

TOTAL 13 SIM 10 NAO 03 ABS —

SALA DAS REUNIÕES, EM

Bernardo Cabral
Senador Bernardo Cabral

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

República Federativa do Brasil
Constituição

1988

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

.....

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....

***Art. 102.** Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – processar e julgar, originariamente:

***Art. 150.** Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III – cobrar tributos:

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 3, DE 1993

***Art. 2º** A União poderá instituir, nos termos de lei complementar, com vigência até 31 de dezembro de 1994, imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

§ 1º A alíquota do imposto de que trata este artigo não excederá a vinte e cinco centésimos por cento, facultado ao Poder Executivo reduzi-la ou restabelecê-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei.

§ 2º Ao imposto de que trata este artigo não se aplica o art. 150, III, b, e VI, nem o disposto no § 5º do art. 153 da Constituição.

§ 3º O produto da arrecadação do imposto de que trata este artigo não se encontra sujeito a qualquer modalidade de repartição com outra entidade federada.

§ 4º (Revogado).

LEI N. 9.692 – DE 27 DE JULHO DE 1998

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1999, e dá outras providências

Art. 40. No exercício de 1999 serão aplicados, em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária para 1998, desde que sejam aprovadas as correspondentes fontes de receitas.

Parágrafo único. (VETADO)

LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

LEI Nº 9.718, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

Altera a Legislação Tributária Federal.

DECRETO-LEI N. 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942

Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 3º Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

PARECER Nº 640, DE 1998

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução nº 97 de 1998 (nº 4.070, de 1998, na Casa de origem), de autoria do Senador Ney Suassuna, que "Dispõe sobre as operações de crédito destinadas a compensar os Estados e o Distrito Federal pôr perdas de receita decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996"

RELATOR: Senador OSMAR DIAS

I – RELATÓRIO

O Projeto de Resolução nº 97, de 1998, de autoria do Senador Ney Suassuna, dispensa do cumprimento de algumas exigências da Resolução nº

78, de 1998, as operações de crédito contratadas pelos Estados e pelo Distrito Federal junto a União e destinadas à compensação de perdas de receita decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1998.

A referida Lei criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, formado por parcelas do ICMS, do Fundo de Participação dos Estados, do Fundo de Participação dos Municípios e do IPI devidos aos Estados e ao Distrito Federal, o que provocou uma elevação dos recursos transferidos aos Municípios.

Como forma de compensação por essas perdas líquidas de receita, a União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 1.668, de 16 de junho de 1998, e de suas posteriores reedições, a conceder empréstimos aos Estados e ao Distrito Federal, nos exercícios fiscais de 1998, 1999 e 2000. Tais empréstimos teriam como garantia a vinculação de receitas próprias e de transferências constitucionais e sobre seus saldos devedores incidem juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

Os limites de endividamento dos Estados e do Distrito Federal, fixados pela Resolução nº 78, de 1998, foram totalmente comprometidos pelo processo de renegociação da dívida global dessas unidades federativas, o que impede a contratação de novas operações nas condições estabelecidas por aquele ato do Senado Federal.

Assim, o Projeto de Resolução em tela propõe, exclusivamente para as operações “destinadas à compensação de perdas de receita decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996” e realizadas nos exercícios fiscais de 1998, 1999 e 2000, excepcionalizar os seguintes dispositivos da Resolução nº 78, de 1998:

a) art. 6º, I, II, e II – dispensando o tomador do enquadramento nos limites baseados na Receita Líquida Real;

b) art. 7º – autorizando a contratação de operações de crédito, mesmo quando o tomador apresentar resultado primário negativo;

c) art. 18 – admitindo a celebração de operações de crédito nos últimos seis meses de mandato dos governadores;

d) art. 13, V – dispensando os Estados da apresentação de certidão dos respectivos Tribunais de Contas.

Foram apresentadas, no prazo regimental, as três seguintes emendas:

Emenda nº 01, de autoria dos Senadores **Francelino Pereira** e **Júnia Marise**, que inclui nas excepcionalidades propostas as operações de crédito destinadas aos programas de Reforma dos Estados;

Emenda nº 02, de autoria do Senador **Levy Dias**, que autoriza, antecipadamente, os Estados e o Distrito Federal a contratarem, junto à Caixa Econômica Federal, as operações de crédito para a compensação da perda de receita resultante da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério;

Emenda nº 03, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, que dispensa as operações de crédito junto a instituições oficiais de crédito e a organismos bilaterais e multilaterais; nos exercícios de 1998 e 1999, dos requisitos exigidos nos arts. 7º e 18, da Resolução nº 78, de 1998;

Emenda nº 04, de autoria do Senador **Francelino Pereira**, que estende às operações de crédito excetuadas nos protocolos e acordos de renegociação global de dívidas, firmados entre a União e os Estados, o mesmo tratamento dado às operações de crédito destinadas a compensar as perdas de receita decorrentes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

É o relatório.

II – VOTO

As perdas de receita líquida imputadas aos Estados pela Lei nº 9.424, de 1996, foram da ordem de R\$ 800 milhões, se computarmos apenas o exercício de 1998. Esse fato foi reconhecido pelo próprio Governo Federal ao editar a medida provisória que permitiu os empréstimos compensatórios.

Apesar de as operações de crédito em tela não terem, em sua forma, condições especiais, elas não podem ser analisadas apenas à luz da Resolução nº 78, de 1998, por se revestirem da singularidade de serem uma compensação por perdas impostas aos Estados por lei federal.

Entendo, portanto, que o Projeto de Resolução em comento é pertinente quando propõe excepcionalizar as mencionadas operações de crédito de alguns dispositivos restritivo da resolução do Senado Federal que trata do endividamento das unidades federativas.

Encontra-se em tramitação nesta Casa, tendo sido, também, distribuído a mim para relatar, o Projeto de Resolução nº 95, de 1998, de autoria do Senador **Lúcio Alcântara**, que altera outros dispositivos da Resolução nº 78, de 1998. Especificamente, o citado projeto dispensa do atendimento dos limites de que tratam os arts. 6º e 8º e dos requisitos dos art. 7º, 13, III, IV e VII, e 24, I, todos da Resolução nº 78, de 1998, as operações de crédito contratadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios junto a instituições oficiais de crédito, a organismos multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros, desde que os recursos obtidos sejam destinados à modernização administrativa e à melhoria da qualidade de vida da população.

A esse projeto foi apresentada emenda, de autoria do Senador **Beni Veras**, dispensando do disposto no art. 18, da Resolução nº 78, de 1998, ou seja, da proibição de contratação de operações de crédito nos últimos seis meses de mandato do Chefe do Executivo, as operações de crédito destinadas ao saneamento dos bancos estaduais.

Como forma de economia processual, já que ambas as proposições, apesar de não apensadas, tratam de alterações da Resolução nº 78, de 1998, decidi apresentar substitutivo ao Projeto de Resolução nº 97, de 1998, no qual incorporo parte do texto do Projeto de Resolução nº 95, de 1998, de forma a contemplar as operações de crédito voltadas para a modernização administrativa e ao saneamento dos bancos estaduais.

A **Emenda nº 01** ao Projeto de Resolução nº 97, de 1998, foi acolhida em parte, já que sua idéia básica, ou seja, a excepcionalidade para as operações de crédito voltadas para os programas de Reforma dos Estado, consta

da parte do Projeto de Resolução nº 95, de 1998, que foi incorporada ao substitutivo proposto. A parte final da emenda em tela, isto é, aquela que trata do adiantamento, pela União, de recursos oriundos de operações de crédito externo, foge da competência desta Casa, devendo ser objeto de autorização legislativa específica.

A **Emenda nº 02** ao Projeto de Resolução nº 97, de 1998, foi rejeitada por pretender dar uma autorização prévia a todas as operações de crédito com a finalidade de compensar perdas de receita, o que é inadequado, pois esta Casa deve analisar tais operações caso a caso. Ademais, a emenda cita a Caixa Econômica Federal como agente financeiro da União, contrariando a Medida Provisória autorizativa de tais operações que deu tal atribuição ao Banco do Brasil.

A **Emenda nº 03** foi integralmente acatada, com pequenas alterações de redação, na medida em que mantém o espírito da Resolução nº 78, de 1998, ou seja, os limites baseados na Receita Líquida Real, mas libera os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nos exercícios de 1998 e 1999, do cumprimento da exigência de não apresentarem resultado primário negativo. Assim, o Senado teria tempo para discutir uma nova metodologia de cálculo do resultado primário que não prejudique unidades federadas que tenham receitas oriundas de privatizações, como vem ocorrendo atualmente. Por fim, a Emenda nº 03 permite que os Estados ainda possam contratar operações de crédito no atual exercício.

A **Emenda nº 04** foi aceita e incorporada ao texto do Substitutivo, de forma a dar às operações de crédito destinadas a programas de reforma do Estado excepcionadas nos acordos de renegociação das dívidas dos Estados tratamentos semelhantes ao dispensado à operação de crédito principal, ou seja, aquela contratada para o saneamento das finanças estaduais.

Assim manifesto-me favoravelmente ao Projeto de Resolução nº 97, de 1998, na forma do seguinte:

EMENDA Nº 1 – CAE

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 97 (SUBSTITUTIVO), DE 1998

Altera a Resolução nº 78, de 1998

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º A Resolução nº 78, de 1998, passa a vigor acrescida dos seguintes arts. 45-A, 45-B e 45-C:

Art. 45-A *As operações de crédito contratadas pelos Estados junto à União, nos limites definidos em autorização específica, e destinadas à compensação parcial de perdas de recita decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, incorridas no exercícios de 1998 e 1999 e 2000, bem como às operações de crédito destinadas a programa de reforma do Estado, excetuadas nos protocolos e acordos firmados entre a União e os Estados, sob a égide da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, não se aplicam os seguintes dispositivos:*

I - art. 6º, I, II e III;

II - art. 7º, apenas quanto ao não encaminhamento, pelo Banco Central do Brasil, de pedido de autorização para contratação de operação de crédito de tomador que apresente resultado primário negativo;

III - art. 18.

Parágrafo único. *Os pleitos de autorização para a contratação das operações de crédito de que trata este artigo serão encaminhados ao Senado Federal, por intermédio do Banco Central do Brasil, instruídos com a documentação de que trata o art. 13, dispensado o cumprimento do disposto no inciso VIII.*

Art. 45-B *Aos contratos firmados entre os Estados e o Distrito Federal e a União, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor*

4º: *Publico Estadual na Atividade Bancária (PROES) aplica-se o disposto no art.*

Parágrafo único. Os pleitos de que trata este artigo ficam dispensados do cumprimento do disposto no art. 18.

Art. 45-C As operações de crédito realizadas nos exercícios de 1998 e 1999 pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios junto a instituições oficiais de crédito e seus respectivos agentes financeiros, a organismos multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros, ficam dispensadas do atendimento dos seguintes requisitos:

I - art. 7º, apenas quanto ao não encaminhamento, pelo Banco Central do Brasil, de pedido de autorização para a contratação de operação de crédito de tomador que apresente resultado primário negativo;

II - art. 18.

Parágrafo único. *Os pleitos de autorização para a contratação das operações de crédito de que trata este artigo serão encaminhados ao Senado Federal, por intermédio do Banco Central do Brasil, instruídos com a documentação de que trata o art. 13, inclusive aquela referente aos requisitos dispensados.*

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 3 de dezembro de 1998 - Pedro Piva, Presidente – Osmar Dias, Relator –Francelino Pereira – Bello Parga – Lauro Campos (abstenção) –José Agripino – José Saad – Leonel Paiva – Djalma Bessa – Gerson Camata – Pedro Simon –Eloi Portella – José Eduardo Dutra – Edison Lobão – Leomar Quintanilha – Carlos Bezerra (vencido com voto em separado) – Lúcio Alcântara – José Fogaça – Júlio Campos (vencido).

VOTO EM SEPARTADO

Do Senador Carlos Bezerra, na
Comissão de Assuntos Econômicos.

VOTO

O ilustre Senador Ney Suassuna apresentou o Projeto de Resolução nº 97, de 1998, com o objetivo de viabilizar a realização de operações de crédito pelos Estados e pelo Distrito Federal, destinadas à compensação de perdas de receita decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que estabeleceu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Essa compensação, na forma de empréstimos da União, autorizado pela Medida Provisória nº 1.668, de 16 de junho de 1998, está, no presente obstada, devido às restrições impostas pela Resolução nº 78/98, que passou disciplinar as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a partir de sua publicação, em 08 de julho de 1998. Acresce o fato de que a renegociação das dívidas das unidades federativas assumidas pela União no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados, esgotou sua capacidade de endividamento, em termos dos parâmetros estabelecidos nessa resolução.

Desta feita, com o intuito de possibilitar os empréstimos compensatórios, o Projeto de Resolução nº 97/98, excepcionalizou diversos dispositivos da Resolução nº 78/98, dispensando o tomador do enquadramento nos limites relativos a sua Receita Líquida Real (art. 6º, I, II, e III); autorizando contratação de operações de crédito, mesmo se o tomador apresentar resultado primário negativo (art. 7º); admitindo a celebração de operações de crédito nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Executivo (art. 18); e dispensando os Estados de certidões requeridas para instrução do processo (art. 13, V, VIII).

Ao relatar a matéria, o ilustre Senador Osmar Dias houve por bem acatar partes de três emendas oferecidas ao PRS nº 97/98. e, ainda, incorporar

parcela do texto do PRS nº 95/98, de autoria do nobre Senador Lúcio Alcântara, que trata também de alterações da Resolução nº 78/98, e para o qual fora também designado Relator. O Substitutivo elaborado, com vistas a incorporar tais alterações, acrescentou novos dispositivos ao PRS nº 97/98, flexibilizando ainda mais a Resolução nº 78/98, para permitir a realização de operações no âmbito do PROES - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, e de operações junto a instituições oficiais de crédito e seus respectivos agentes financeiros, a organismos multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros.

Ora, podemos reconhecer que os casos particulares, que motivaram a apresentação dos PRSs nºs 95/98 e 97/98 e de suas respectivas emendas, possuam mérito e justificativas consistentes. No entanto, temos também a consciência do esforço e do tempo de reflexão que dedicamos até a concretização da Resolução nº 78/98, capitaneados pelo saudoso Senador Kleinübing, que empreendeu essa batalha, movido não apenas pela indignação quanto aos desmandos cometidos pelas administrações estaduais, mas também pelo horizonte maior de estar contribuindo para a adequada gestão das finanças públicas, na esfera estadual, e para o equilíbrio fiscal do setor público, como um todo.

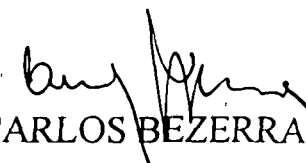
Desse modo, não vemos como concordar com a introdução de alterações na Resolução nº 78/98, antes mesmo que tenhamos sentido suas repercussões, e, mais ainda, por considerarmos que estarão sendo atingidos princípios essenciais dessa norma, como a inobservância de limites de endividamento e a possibilidade de agravamento do déficit público, ao se permitir a realização de operações mesmo se o estado apresentar resultado primário negativo. Ao mesmo tempo, julgamos perniciosa a suspensão da vedação de operações no período de final de mandato de Chefes do Executivo, com injunções de natureza eleitoral e repercussões sobre futuras administrações.

Consideramos, ademais, que o precedente de alteração da Resolução nº 78/98, com o objetivo de resolver questões pontuais, mais afetas a certos estados, constitui violação da regra básica da resolução, cujos dispositivos se aplicam, sem distinção, a todos os entes federativos. Como evitaremos, daqui por diante, que novos casos específicos sejam utilizados para justificar mudanças na Resolução nº 78? Como exigiremos que essas regras sejam cumpridas, se

passarmos a mensagem de que os dispositivos da Resolução podem ser casuisticamente modificados, se houver dificuldades de alguns beneficiários em atendê-los?

Por essas razões, somos pela rejeição do Substitutivo em tela e dos PRSs n°s 95/98 e 97/98, ponderando, ainda, que sua aprovação será extremamente negativa para esta Comissão, como principal responsável pela elaboração e aplicação da Resolução n° 78/98.

Sala da Comissão, em 05 DE DEZEMBRO DE 1998


Senador CARLOS BEZERRA

Voto em separado

*Senador Francisco Trindade
Bezerra*

(Ao Projeto de Resolução n° 97 (Substitutivo), de 1998

Nosso propósito é assegurar que as operações de crédito, excetuadas nos contratos de refinanciamento das dívidas dos Estados assinados com a União, possam ser excepcionalizadas dos limites previstos nos arts. 6º, 7º e 18º da Resolução n° 78.

Em alguns desses contratos, firmados por 24 das 27 unidades da Federação, foram ressalvadas algumas operações de crédito entendidas pelas partes como fundamentais ao programa de investimento dos Estados.

Contudo, com o advento da Resolução nº 78, tais operações foram inviabilizadas, em decorrência não só da vedação de sua contratação no período de 180 dias anteriores ao término dos mandatos dos atuais governadores, (art. 18) como das condições impostas pelos arts. 6º e 7º, relacionadas aos limites de dispêndio para a contratação de novos financiamentos e à obtenção de resultado primário positivo.

Desse modo, com o objetivo de viabilizar a contratação dessas operações, permitindo o pleno cumprimento das disposições acordadas nos contratos de refinanciamento, é que, ao proferir nosso voto em separado, decidimos apresentar, na forma regimental, a emenda anexa, que altera o *caput* do art. 45-A, com a redação dada pelo substitutivo de autoria do ilustre relator, senador Osmar Dias.

Sala da Comissão, em 3 de dezembro de 1998



Senador FRANCELINO PEREIRA

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.688-6, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998.

Estabelece critérios para a concessão de empréstimo, pela União, aos Estados e ao Distrito Federal, destinado ao ressarcimento parcial das perdas decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

.....

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1998 (nº 4.070/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito tribunais, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Resolução nº 97, de 1998, de autoria do Senador Ney Suassuna, que dispõe sobre operações de crédito destinadas a compensar os Estados e o Distrito Federal por perdas de Receitas decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1998, de autoria do Senador Bernardo Cabral, que dá nova redação ao §6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

Tendo recebido duas emendas, a matéria volta ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

São as seguintes as emendas recebidas:

EMENDAS Nº 1 – PLEN

Suprima-se o inciso IV, § 6º, do art. 7º

Justificação

O Projeto apresentado já fragiliza excessivamente o processo de deliberação dos pleitos para fixação ou revisão dos processos produtivos básicos, considerando-se as graves implicações que advém desta decisão. Não se pode permitir a volta das aprovações "por decurso de prazo", cujos efeitos não tiveram uma avaliação positiva em passado recente.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 1998. –
Senador **Eduardo Suplicy**.

EMENDA Nº 2 – PLEN

"Art. 1º O § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei nº 8.387,

de 30 de dezembro de 1991, passa a vigorar com seguinte redação:

"Art. 7º

§ 6º Os processos produtivos básicos, com as características assinaladas no § 8º deste artigo, serão fixados em caráter originário ou revisional pelo Ministro do Planejamento e Orçamento, com base em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração da Suframa, observando-se, em cada caso:

I – solicitação de empresa interessada na habilitação aos incentivos fiscais previstos neste decreto-lei, demonstrando o cumprimento do disposto nas alíneas c e d do inciso II do § 7º desta artigo;

II – instrução, pelo interessado, com pareceres conclusivos dos órgãos competentes do Ministério da Ciência e Tecnologia e do governo do Estado do Amazonas;

III – prévia publicação do pleito e sua discussão em audiência pública;

IV – aprovação **ad referendum** do estudo técnico proposto pelo Conselho de Administração da Suframa na ausência de deliberação, pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, no prazo máximo de sessenta dias úteis da deliberação do Conselho de Administração da Suframa."

Justificação

A aprovação do Processo Produtivo Básico tem forte implicação sobre diversas áreas do Governo, sendo etapa crucial para a obtenção de incentivos fiscais que agravam sobremaneira o equilíbrio fiscal da União, Não se pode, portanto, sujeitar uma medida desta importância a uma instância de governo restrita no seu raio de atuação. É certo que o Conselho de Administração da Suframa tem representação de vários órgãos e que o Governo tem frágil maioria em sua composição, mas não se pode delegar uma decisão que hoje cabe a pelo menos três ministérios a um Conselho subordinado a um desses ministérios.

A solução proposta mantém a deliberação final ao nível ministerial, mas restrito apenas ao Ministério do Planejamento e Orçamento, ouvidos os demais ministérios envolvidos através de pareceres, como é proposto pelo autor do projeto. Na ausência de deliberação do ministério, deverá ser aprovado o estudo técnico proposto pelo Conselho de Adminis-

tração da Suframa, mas o ministério deverá ainda assim manifestar-se de forma definitiva, mesmo após este prazo, podendo inclusive alterar a proposta apresentada.

Não podemos alegar, neste caso, excesso de burocracia, uma vez que trata-se de decisão de suma importância, com diversas implicações sobre o Governo como um todo e principalmente, sobre o equilíbrio fiscal que não tem sido possível obter nos últimos quatro anos. Aumentar o nível de incentivos fiscais, que hoje já é extremamente elevado, poderá ter como contrapartida uma elevação de tributos sobre o restante do sistema econômico ou redução dos gastos em áreas sociais como saúde, educação, habitação, saneamento e outros gastos com benefícios assistenciais e previdenciários.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 1998. – Senador **Eduardo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que se encontra publicada, no **Diário do Senado Federal** de 2 do corrente, a renúncia da Sr^a Cilene Lago Salomão, primeira suplente da Senadora Marluce Pinto, lida na sessão do dia 1º deste mês, tornando-se, conforme preceitua o art. 29 do Regimento Interno, efetiva e irretirável a citada renúncia. (**Diversos nº 36, de 1998**).

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Emandes Amorim. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira. (Pausa.)

Em virtude das reuniões de comissões terem sido concluídas há poucos minutos, alguns dos Srs. Senadores não chegaram ao plenário. S. Ex^{as} serão chamados novamente, após terem sido chamados todos os oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo sofreu ontem uma derrota na Câmara dos Deputados, quando foi rejeitada, por maioria, a medida provisória que aumentava a contribuição de servidores públicos e instituiu uma contribuição sobre os proventos dos inativos e dos pensionistas.

Sr. Presidente, se o Governo perdeu, não foi por falta de aviso. Por três vezes a instituição de cobrança sobre proventos e pensões foi rejeitada na

Câmara dos Deputados. O Governo insistiu pela quarta vez e leio agora nos jornais que vai insistir em janeiro. Vai perder de novo. Não quero ser profeta, mas acho que vai perder.

Não se pode fazer ajuste fiscal, Sr. Presidente, cortando dos mais fracos. Os servidores públicos deste País, tão malsinados, tão crucificados hoje, apontados quase como vilões, têm de pagar o ajuste fiscal?

Creio que eles em parte já pagaram, Sr. Presidente. A grande maioria está há quatro anos sem reajuste e não se alegue que vivemos um tempo de estabilidade monetária. Hoje, sim, mas ao longo destes quatro anos a inflação chegou a mais de 40%. Portanto, para muitos deles – não todos – houve, sim, redução do poder aquisitivo. Esses servidores já deram, portanto, sua parcela de sacrifício para o ajuste.

Quanto à contribuição sobre os inativos, esta é mais difícil ainda de aceitar, Sr. Presidente, porque aprová-la equivaleria a mudar as regras do jogo, promovendo uma quebra de contrato.

O servidor se aposenta, como todos sabem, com as regras vigentes à data da sua aposentadoria. Não fica ao arbítrio do Poder Público, mesmo com a aprovação do Congresso, posteriormente, mudar essas regras e instituir uma contribuição que inexistia. Portanto, além da crueldade de se reduzir o poder de compra desses servidores, ainda ocorre uma violência, no meu entender, ao ordenamento jurídico instituído pela Constituição.

Além disso, fica muito difícil para toda a sociedade brasileira, menos para os iluminados da equipe econômica, compreender porque é que assalariados têm de contribuir para esse ajuste mais do que já contribuíram, quando a redução de um ponto percentual na taxa de juros equivale a uma economia de R\$1,6 bilhão, ou seja, uma redução de quatro pontos percentuais apenas cobriria todo o valor resultante da medida provisória rejeitada.

Fica difícil entender também que isso ocorra, Sr. Presidente, quando o Governo aumenta os preços públicos. Ainda hoje tivemos o aumento do gás de cozinha; amanhã teremos o de todos os combustíveis. Algo que me causa estranheza, Sr. Presidente: na estrutura de preços dos derivados de petróleo, o preço da gasolina era alto para cobrir o subsídio concedido ao diesel e ao gás de cozinha. O Governo alega que os derivados estão aumentando para eliminar o subsídio. Não consigo entender como a eliminação de subsídios implica também o aumento do derivado – gasolina –, que cobria o subsídio aos ou-

tros. É possível que o Governo tenha uma boa explicação, gostaria de recebê-la, porque estou, repito, sem entender esse aumento.

Fica difícil também para os servidores aceitarem dar uma contribuição maior, quando vemos que recentemente, por exemplo, o Governo pagou a uma companhia aérea R\$700 milhões, fazendo um encontro de contas, e vai pagar às outras também um total que chegará a R\$3 bilhões, porque perdeu na Justiça.

Mas perdeu na Justiça, Sr. Presidente, tudo indica, por falta de uma boa defesa da causa governamental. Se assim não for, como se explica que essas empresas aleguem que o congelamento de preços das tarifas durante o período de vigência do Plano Cruzado tenha causado a elas prejuízo se, ao mesmo tempo, gozam, há décadas, com o beneplácito do Governo e do DAC, de uma reserva de mercado? Constituem elas um cartel e se tiveram prejuízo quando as tarifas foram congeladas, por outro lado, tiveram lucros gordos quando fixaram seus preços sem a concorrência de empresas estrangeiras, numa situação privilegiada. O tempo das vacas gordas deveria ter servido para compensar o período de vacas magras do congelamento. No entanto, o Governo se descuidou da defesa, perdeu a causa e vai agora contemplar essas empresas com mais de R\$3 bilhões.

Voltando ao assunto do meu pronunciamento, o Governo anuncia que vai voltar com a emenda, Senadora Emília Fernandes, no mês de janeiro. Ao mesmo tempo, anuncia que vai cortar nas emendas dos Parlamentares. Se vai cortar mesmo nas emendas dos Parlamentares porque acha que isso deve ser feito, concordo. Mas se a ameaça de cortes, Senadora, for para intimidar, para que eles aceitem em janeiro o que recusaram em dezembro, só tenho a lamentar e esperar que nenhum Senador ou Deputado que tenha um mínimo de dignidade vai mudar de opinião e de voto, em janeiro, porque teve as suas emendas ao Orçamento cortadas.

Enfim, Srs e Srs. Senadores, o Governo precisa ter mais humildade, descer do sapato alto que calça e encarar o Congresso como um poder que pode ter parlamentares da pior espécie, mas tem também – creio que a maioria – pessoas da mais alta responsabilidade e competência, que podem perfeitamente cooperar, Senador Geraldo Melo, com esse ajuste fiscal. Não o estamos negando.

Ainda hoje de manhã, votei com absoluta consciência, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a prorrogação e o aumento da CPMF, como

votei também o aumento da Cofins. Vou-me recusar, no entanto, a votar o aumento anunciado para breve do Imposto sobre Combustíveis e Petróleo.

O Governo anunciava o aumento do chamado Imposto Verde, que incidiria apenas sobre a gasolina, alegando que apenas os proprietários de automóveis seriam atingidos. Agora mudou, não é mais apenas sobre a gasolina, é o chamado Imposto Seletivo sobre todos os derivados de petróleo, inclusive sobre o diesel, o que vai implicar o aumento das passagens de ônibus, dos fretes dos caminhões e dos trens, portanto, o aumento dos custos do setor produtivo. De forma que seriam três os aumentos: o da Cofins de 50%, o da CPMF em quase 90% e agora mais esse imposto seletivo sobre todos os combustíveis, que implicaria um aumento dos preços de todos os produtos do País. Creio que esse novo imposto será inaceitável para a sociedade.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB-AC) – Permite-me V.Exª um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB-AM) – Pois não, Senador Nabor Júnior.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB-AC) – Com relação ao anúncio de que o Governo pretende instituir o chamado "Imposto Verde" sobre os combustíveis, não podemos deixar de levar em consideração um dos mais importantes preceitos da Constituição: é proibida a bitributação. Quase 50% da estrutura de custo dos derivados de petróleo se compõe dos impostos ali embutidos, como IPI, ICMS, etc, uma parafernália tributária que, como se vê, já existe e é grande. Vem agora o Governo querer cobrar mais um imposto? É um caso insofismável de bitributação, prática proibida pela Constituição!

Devemos estar atentos aos vários aspectos da questão, nem que seja para não incorreremos na prática de uma inconstitucionalidade, a qual terá, como consequência adicional, o agravamento da situação das classes menos favorecidas. Sim, porque mesmo se o imposto sobre a gasolina visar exclusivamente à classe média – que já é uma classe grandemente prejudicada, sacrificada, é quem mais paga impostos neste país – terá reflexos também nas camadas mais carentes da população.

Na nossa região, por exemplo, que V. Exª conhece tão bem, os ribeirinhos utilizam a gasolina para mover os pequenos barcos, usados no transporte pessoal e no dos seus produtos, para os centros consumidores. Mais de 100 mil pequenas embarcações estão hoje registradas só na capitania dos portos de Manaus. Imaginem nos municípios do interior do Amazonas, nos vizinhos Acre, Rondônia,

Amapá, etc, onde todos esses consumidores de combustível serão sacrificados com o novo imposto que o Governo pretende impor sobre a gasolina e derivados do petróleo. Se, como disse V.Exª, vier a incidir sobre o óleo diesel, aumentará o preço das passagens dos transportes coletivos e agravará ainda mais o preço do frete das mercadorias transportadas em caminhões, quase todos movidos a diesel.

É preciso atentar para esse aspecto, porque nele poderá estar um fator capaz de contribuir para o aumento da inflação. E, como sabemos, os assalariados estão praticamente há quatro anos sem receber aumento, o que torna ainda mais tenebrosa a ameaça sobre seus lares.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB-AM) – Obrigado, Senador Nabor Júnior. V.Exª lembra, com muita propriedade, que na nossa Região, a Amazônia, o motor de rabeta é a montaria do caboclo, seu único meio de locomoção do beiradão até a cidade mais próxima e é também o veículo no qual leva sua pequena produção para vender nos centros urbanos vizinhos.

E o que é mais estranho, Srs. Senadores, é que o preço do petróleo caiu sistematicamente nos últimos meses. Há dois anos, o preço médio do barril de petróleo custava US\$18 no mercado internacional e está hoje em US\$12, causando, aliás, enorme problema financeiro para os países que dependem da exportação do produto. Portanto, o preço caiu 50% e os derivados de petróleo no Brasil não caem de preço. Houve uma pequena redução, não sei se por coincidência, às vésperas das eleições, mas tomou a aumentar recentemente e, hoje, estão aumentando novamente. O Congresso já deveria ter aberto essa "caixa preta" dos preços de petróleo que a Petrobrás e a Agência Nacional de Petróleo não abrem de jeito nenhum. Deveríamos saber o porquê deste mistério: o preço internacional do petróleo cai 50% e não cai no Brasil na mesma proporção e em proporção nenhuma, permanecendo estável e, agora, subindo.

São todos esses fatos estranhos que deixam a sociedade brasileira perplexa e não permitem que servidores públicos aceitem pagar a parte principal desse malsinado ajuste fiscal.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB-AC) – Permite V. Exª outro aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB-AM) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB-AC) – Agradeço a atenção reiterada de V. Exª, que me permite levantar outro aspecto da questão: como disse anteriormen-

te, se tivermos oportunidade de abrir a "caixa preta" a que V. Exª se refere, verificaremos que grande parte daquela composição de preços é devida aos impostos que o Governo cobra sobre a gasolina. Existe, todavia, um aspecto muito mais grave, que já denunciei certa ocasião: o excesso de gasolina que o Brasil produz – sim, existe excesso de produção de gasolina, porque do petróleo se tiram vários outros subprodutos, como óleo diesel, nafta, gás de cozinha, asfalto, querosene de aviação, e o querosene de consumo, comum na nossa Região – o excedente é exportado para outros países, por um preço muito inferior ao praticado no mercado interno. Tive acesso a esses dados, quando era Deputado Federal. Consegui com a Petrobrás uma planilha de custos do petróleo e de seus diversos subprodutos e apresentei uma denúncia. Constatou-se que, de fato, havia um excesso de produção de gasolina, uma quantidade que o mercado interno não conseguia absorver e que era exportada para outros países, inclusive para os Estados Unidos, por um preço muito inferior ao de comercialização no País. Então, veja V. Exª a incoerência das nossas autoridades no que tange a esse problema dos derivados de petróleo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB-AM) – Esse fato que V. Exª aponta tem explicação, Senador Nabor Júnior. É que a estrutura de produção das refinarias brasileiras não corresponde à estrutura de consumo do País. Então, o que acontece? Alguns derivados excedem o consumo, como é o caso da gasolina, e outros são produzidos abaixo do consumo, o que nos obriga a importar alguns e exportar outros, uma vez que a Petrobrás, não podendo estocar o excedente, tem que vendê-los. Mas só pode fazê-lo, claro, ao preço do mercado internacional. Então, das duas uma: ou faz uma política de estocagem da gasolina – e seriam milhões de barris, o que seria extremamente oneroso – ou, então, exporta, mesmo talvez com pequeno prejuízo, porque é mais vantajoso do que financiar os estoques.

Seria essa a explicação técnica da Petrobrás. Agora, para o fato de os preços do petróleo caírem e os nossos aumentarem, para isso eu não tenho explicação nenhuma. Quem nos deve essa explicação é o Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a nobre Senadora Emília Fernandes.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (Bloco/PDT-RS). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, abor-

darei um tema que, ontem, foi objeto de apreciação do Congresso Nacional e, de comentários em praticamente todos os meios de comunicação de hoje no País. Trata-se da votação da medida provisória realizada ontem no Congresso Nacional, que objetivava fazer caixa para o Governo através da imposição de mais um injusto ataque aos direitos adquiridos dos servidores públicos brasileiros. A Medida Provisória nº 1.720/1 cria um adicional de 9% sobre a contribuição previdenciária dos servidores públicos, além dos 11% já cobrados, incidindo sobre os salários superiores a R\$ 1.200,00, e também estabeleceria a cobrança aos aposentados e pensionistas.

Na nossa avaliação, inconstitucional por várias vezes, essa medida provisória, na verdade, terminaria por arrochar ainda mais os rendimentos dos servidores públicos, e feria o princípio da irredutibilidade dos salários, garantida pela própria Constituição Federal.

Apesar de toda a pressão do Governo, o Congresso Nacional deu, ontem, uma demonstração de soberania, de altivez e de discernimento ao votar com o povo brasileiro rejeitando a referida medida, caracterizada por uma verdadeira crueldade, pela insensibilidade e até, eu diria, pela mesquinharia que seu conteúdo trazia em nome da salvação do País.

Reagindo com intranquilidade e autoritarismo, o Governo mostrou enorme dificuldade em absorver o resultado da votação, ameaçou cortar as emendas dos Parlamentares ao Orçamento, reapresentar a mesma medida provisória no próximo ano e outras atitudes que consideramos represália. Antes de reagir dessa forma, o Governo, e especialmente o Presidente da República, deve, sim, aprender uma lição com o resultado de ontem, pois os brasileiros já estão dando mostras de não estarem dispostos a continuar aceitando sacrifícios descabidos em nome de falsas e frustradas promessas de melhoria econômica e social do País. Pacotes e mais pacotes são jogados ao Congresso Nacional, que dá seu aval, e nós não sentimos o resultado concretamente na vida das pessoas, na produção, na geração de empregos e, principalmente, no combate à sonegação, a problemas de ordem financeira e ao alto comprometimento deste País com os juros e com as dívidas.

A mesma insatisfação também é evidente em relação à cobrança previdenciária das instituições filantrópicas, que agora também será discutida. Em muitos casos, diga-se de passagem, essas instituições desempenham um papel social que o Governo abandonou em várias áreas, deixando a população à mercê de sua própria sorte.

A pressão da sociedade, de certa forma, já resultou no recuo do Governo em relação às Santas Casas e às APAEs, que também estão sendo chamadas a pagar. Mas ainda permanecem as ameaças sobre as universidades, que não podem – vejam bem Srs. Senadores – ser colocadas em sua totalidade na vala comum da crítica generalizada ao seu desempenho e papel social. Entendemos que há problemas em relação a determinadas universidades, mas temos que buscar resolver os problemas e não generalizar, nivelando por baixo, penalizando todos.

Por outro lado, a sociedade também demonstra sua indignação com a proposta de redução para 70% dos vencimentos das pensionistas, que, na maioria dos casos, já ganham uma miséria, muitas vezes incapazes até de assegurar seus sustentos, ajudar a família e, principalmente, garantir condições necessárias a pessoas de certa idade, que muitas vezes precisam de medicamentos.

Não bastasse pretender cobrar contribuição de servidores inativos, aumentar a cobrança dos servidores ativos, reduzir o ganho das pensionistas, cortar o apoio às instituições filantrópicas, aumentar a contribuição previdenciária dos produtores rurais, o Presidente da República mostrou que pretende ir ainda mais longe com suas perseguições. Expressando a verdadeira face de sua política econômica e social, na última terça-feira, em discurso público, o Presidente investiu contra a maioria da população brasileira, que são as mulheres, acusando-nos de que, por vivermos mais, não temos direito a aposentadoria diferenciada.

Aposentado precocemente como sociólogo, o Presidente deve também ter esquecido que o tempo de vida, em se tratando das mulheres brasileiras, não pode ser – e não é -- o único fator que deve orientar a discussão em relação à aposentadoria. O Presidente desconhece, mas as mulheres sofrem com a dupla e até a tripla jornada, trabalham mais e ganham menos, são ainda as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e pela criação dos filhos e, só por isso, merecem ter o direito de aposentadoria cinco anos antes.

Na realidade, este País ainda tem uma verdadeira e grande dívida social com as mulheres. Esta é a grande verdade. Os dados e as estatísticas estão aí, revelando os índices de agressão, de violência, de crescimento da incidência de AIDS, problemas que atingem profundamente as mulheres. Isso é resultado da ausência de políticas públicas, da falta de creches, do mau atendimento na saúde, não condi-

zente com a nossa situação de mulher, de mãe e de pessoa que realmente se sacrifica duplamente para compartilhar com os homens o mercado de trabalho e o desenvolvimento deste País.

O que o Presidente fez, além de agredir mais da metade da população brasileira, foi sinalizar a pretensão do Governo de aumentar o tempo de trabalho de homens e mulheres para terem direito à aposentadoria; mas, em especial, o das mulheres. Na minha avaliação, isso exige, desde já, atenção e mobilização de cada cidadão, em especial, de cada cidadã brasileira, para impedir mais essa injustiça.

A verdade é que todas essas medidas contra os funcionários públicos e a nova ameaça contra as mulheres vêm se somar à política de confiscar recursos da Nação e de enfraquecimento do Estado e da estrutura produtiva do País, para atender à pressão dos agiotas internacionais e, agora, do FMI.

As estatais, apresentadas como improdutivas, foram desnacionalizadas; em sua grande maioria, com financiamento público via BNDES, retirando do País a sua capacidade estratégica de desenvolvimento.

A indústria nacional, em diversos setores, da mesma forma, terminou nas mãos do capital estrangeiro, o que já contabiliza um total de mais de 600 grandes empresas – como a Metal Leve, de São Paulo – que deixaram de estar sob o controle dos empresários brasileiros.

Na agricultura, a importação generalizada de produtos, como o leite, o trigo, o arroz, o feijão, entre outros, é a demonstração clara do descompromisso do atual Governo com a produção nacional e o favorecimento aos produtores estrangeiros.

Os Estados e os Municípios, por sua vez, também sofrem com as medidas oficiais, com o comprometimento de suas receitas, destinadas ao pagamento das dívidas, ou com a retirada de recursos devido à Lei Kandir e ao FEF, com enormes prejuízos para os serviços prestados pelas administrações estaduais e municipais.

Os trabalhadores, de sua parte, sofrem com o desemprego, que bate recordes em capitais como Porto Alegre, com um índice de 16,9%, o maior encontrado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) e pelo Dieese, desde junho de 1992, quando essa pesquisa começou a ser feita.

Em contrapartida, desde que se vendeu a primeira estatal e se implantou essa política de arrocho e destruição, em nome de se fazer economia, as dificuldades do Governo com as contas públicas só têm

aumentado; e, com elas, a dependência extrema do capital especulativo internacional.

Por conta dessa política, desde que assumiu, o atual Governo elevou a dívida interna do País de US\$61 bilhões para US\$304 bilhões – valor que poderá chegar aos US\$360 bilhões no final deste ano, consumindo mais de 60% do Orçamento Geral da União.

Enquanto "outras despesas correntes" teve uma redução de 35%, o item "investimentos" sofreu um corte brutal de 64%; os recursos destinados ao pagamento dos "juros das dívidas interna e externa" ganharam um generoso aumento de 68%.

Essa situação de dependência do exterior e do capital especulativo, já extremamente grave, pode piorar ainda mais se confirmadas informações divulgadas pela imprensa dando conta de determinadas cláusulas do acordo com o FMI – e o Governo, pressionado, agora manifesta que vai abrir o acordo ao Congresso Nacional; mas havia insistido em escondê-lo da Nação.

No Rio Grande do Sul, no jornal **Zero Hora**, há uma jornalista renomada e respeitada no meio, chamada Ana Amélia. No seu artigo do dia 30 de novembro, ela adverte que está escrito no acordo com o FMI que "nenhum tipo de subsídio ou proteção para o setor agrícola será criado enquanto vigorar o acordo". Isso é grave; por isso, precisamos tomar conhecimento dele.

Mais grave é que, além da ingerência externa, ao mesmo tempo, os governos dos países centrais, Estados Unidos ou Europa, mantêm políticas de subsídio para o setor agrícola, financiando a entrada dos seus produtos, com preços mais baratos, pelo mundo afora, inclusive no Brasil. Ou seja, se confirmada essa cláusula, é mais uma medida de proteção aos produtos e aos produtores estrangeiros apoiada pelo Governo brasileiro, em detrimento do produtor nacional.

Uma outra denúncia foi registrada em outro jornal do País, informando que o mesmo acordo com o FMI contém cláusula pela qual ficam comprometidas as receitas nacionais oriundas da exploração do petróleo. O que quer dizer, em última instância, que o FMI pode, de certa forma, confiscar todo o dinheiro que o Tesouro receber da Petrobrás e das empresas privadas, caso o Governo brasileiro não cumpra qualquer ponto do acordo.

Fizemos uma avaliação e tenho a certeza de que esta Casa pensa dessa forma: o Governo tem que respeitar esta Casa, que não pode abrir mão das suas prerrogativas. Está previsto na Constitui-

ção Federal, no seu art. 52, inciso V, que compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

É por isso que nós, os partidos de Oposição, ainda com o apoio de outros Srs. Parlamentares, entramos com uma ação popular no Judiciário, da qual, inclusive, fomos signatários. Discutimos com as bancadas dos partidos de Oposição e exigimos que o Governo brasileiro submeta ao Senado da República a totalidade do acordo com o FMI. Mas que o faça de uma forma transparente, com a consideração que deve existir entre os Poderes e, acima de tudo, com a própria Nação brasileira.

Temos notícia de que o documento será enviado a esta Casa e que o próprio Ministro está propondo vir ao Senado na quarta-feira. Por outro lado, entendemos também que essa conversação deveria ter acontecido muito antes da pressão que a própria sociedade está fazendo, porque deseja conhecer as entrelinhas desse acordo, os comprometimentos deste País.

Somente agora, depois de tudo assinado, quando já está sendo verificada até mesmo a possibilidade de se repassar uma parcela desse empréstimo, será ouvido o Senado da República. Essa atitude, sem dúvida, contraria o respeito à Casa, na minha avaliação.

É de extrema gravidade que um acordo dessa dimensão, de US\$41,5 bilhões, não seja analisado pelo Senado Federal, assim como, por isso mesmo, seja assinado à revelia da Nação, que arcará com as consequências de medidas das quais nem sequer foi informada.

O Sr. Josaphat Marinho (PFL-BA) – V. Exª me permite um aparte?

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT-RS)
– Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Josaphat Marinho (PFL-BA) – V. Exª pode acrescentar, nobre Senadora, que violando expressamente a Constituição, que exige que a operação financeira de caráter externo seja previamente autorizada pelo Senado Federal.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT-RS)
– Senador Josaphat Marinho, V. Exª, que é uma pessoa altamente respeitada, um jurista de renome tanto no Congresso Nacional como no Brasil inteiro, enriquece o meu pronunciamento com esse lembrete.

É exigência constitucional que o Senado seja ouvido previamente, e não depois de assinado o acordo. O que está acontecendo é isto: o País está

sendo exposto a uma situação em que os representantes da mais alta Casa do Poder Legislativo estão sendo praticamente comunicados de um ato dessa envergadura; porque consultada esta Casa não foi, nem submetido a ela o acordo. Isso é grave. Não apenas atinge Parlamentares eleitos pelo povo, com a responsabilidade de representar os mais altos interesses desta Nação, como atinge diretamente até o convívio salutar e respeitável que os Poderes devem ter entre si.

Agradeço o aparte de V. Exª e o incorporo como algo que qualifica, sem dúvida, o meu pronunciamento.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL-AM) – Permite-me V. Exª um aparte, Senadora Emilia Fernandes?

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT-RS)
– O Senador Bernardo Cabral também nos prestigiará com o seu aparte.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL-AM) – Senadora Emilia Fernandes, eu queria apenas complementar o que o eminente Senador Josaphat Marinho disse sobre a competência privativa, que está consignada textualmente no art. 52, inciso V, da Constituição Federal. De modo que V. Exª tem razão.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT-RS)
– Há pouco, fizemos referência a isso. Ou seja dissemos exatamente isso. Se está estabelecido que o assunto compete privativamente ao Senado, nada poderia ter sido feito sem que esta Casa tivesse sido ouvida.

Agradeço ao Senador Bernardo Cabral. É um orgulho incorporar o seu aparte ao nosso pronunciamento.

O Sr. Odacir Soares (PTB-RO) – Permite-me V. Exª um aparte?

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT-RS)
– Concedo o aparte ao Senador Odacir Soares, Líder do PTB.

O Sr. Odacir Soares (PTB-RO) – Quero agradecer a V. Exª a oportunidade de apartear-la e me congratular com as manifestações dos Senadores Josaphat Marinho e Bernardo Cabral a respeito dessa questão. Indago-me, apenas, por que o permitimos. Se nós, Senadores, temos a competência originária e privativa de analisar esses empréstimos, esse endividamento nacional – que implica, ao mesmo tempo, aceitação pelo País de procedimentos internos da maior gravidade, econômica, financeira e socialmente –, por que não fazemos alguma coisa? Estamos nos limitando a constatar a inconstitucionalidade, mas não tomamos iniciativa alguma.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL-AM) – Mas S. Ex^a está indo ao Judiciário.

O Sr. Odacir Soares (PTB-RO) – Digo nós, Senadores; nós, Senado Federal. Penso que a Senadora está correta em ir ao Poder Judiciário, mas a sua crítica a esse procedimento nosso não teve repercussão aqui. Era isto o que eu queria dizer. Surpreende-me que constatemos a inconstitucionalidade mas permaneçamos inertes, sem nada fazer, jurídica e politicamente, o que é o papel do Congresso Nacional.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT-RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Odacir Soares.

Realmente, temos tido algumas preocupações em relação à tomada de posição do Congresso Nacional. Em determinados momentos, em nome "da base do Governo", não procedemos a uma avaliação mais profunda, não realizamos as nossas verdadeiras atribuições, o que temos questionado.

Somos de um partido de Oposição, mas não fazemos a crítica pela crítica. Criticamos, sim, os pontos da política nacional que consideramos equívocos, que apenas algumas atividades em detrimento de outras que são abertas no País, como, por exemplo, as importações indiscriminadas, o massacre da agricultura, dos desempregados, dos trabalhadores e dos funcionários. Hoje, não se sabe ao certo o que são direitos e o que são privilégios, já que tudo é jogado numa vala comum.

Solidarizo-me com o aparte de V. Ex^a e acredito que esta Casa não precisaria ter esperado que os partidos de Oposição, com o apoio de parlamentares de outros Partidos, pedissem ao Judiciário que esse acordo não fosse assinado enquanto não fosse submetido à apreciação do Senado, já que envolve um enorme volume de recursos. Antes de dar o nosso aval, precisamos saber quais são os compromissos do País com o FMI. Em determinados momentos, falta, por parte desta Casa, uma ação política mais determinada e independente.

Respeitamos os motivos que levam os Partidos da base governista a tomarem essa medida e não nos cabe fazer uma avaliação; mas, particularmente, não gostaríamos que o Senado abrisse mão das suas prerrogativas constantemente.

Mais uma vez, busca-se encontrar culpados onde, evidentemente, eles não se encontram, como, de resto, não estão em outros setores em que o Governo vem cortando na carne com o único objetivo de fazer caixa para o Tesouro Federal.

Não são os gastos com os servidores nem os investimentos sociais nem a manutenção de estatais

estratégicas e, muito menos, o apoio aos setores produtivos nacionais que provocam o rombo nas contas do Governo e o desequilíbrio das contas públicas. A causa da profunda crise que o País enfrenta é, principalmente, de responsabilidade do atual Governo, de sua política econômica, da sua postura de dependência do capital especulativo internacional e da arrogância com que exclui a Nação e os Poderes representativos dela dos debates.

É preciso que o Brasil acorde, que os brasileiros, de todos os setores sociais, se dêem conta das conseqüências da atual política econômica imposta ao País pelo Governo, que submete a Nação brasileira à mais perversa exploração externa desde os tempos do Brasil colônia.

A histórica decisão de ontem abre um novo caminho de luta para a Nação, que quer um Congresso Nacional independente e que exerça suas atribuições. Deve haver determinação, consciência e compromisso de cada Parlamentar com suas bases, no que se refere aos interesses de soberania, desenvolvimento, geração de emprego e valorização do ser humano.

Eram as considerações que tínhamos a fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB-MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi ontem e ouço novamente, da Senadora que me antecedeu na tribuna, críticas contundentes ao desempenho de Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

No entanto, não ouvi, até agora, dos críticos da política de reestruturação do Presidente Fernando Henrique, nenhuma proposta consistente, capaz de livrar o País das dificuldades que enfrenta.

Qual seria a solução? Continuar a Previdência Social negando seu espírito, qual seja, o de que aqueles que estão trabalhando devem contribuir suficientemente para sua manutenção após deixarem de trabalhar? Qual seria a solução para a contribuição dos funcionários públicos, que, além de inúmeros privilégios, recebem valores altíssimos em relação aos demais trabalhadores da Nação brasileira?

O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem uma dose de responsabilidade nas dificuldades do País, mas a Nação brasileira está fazendo um acerto de contas, inclusive devido ao fato de que o Senado Federal aprovou todos os pedidos de empréstimo que lhe foram submetidos. Não negamos pedido al-

gum de empréstimo, estivesse o Estado inadimplente e em condições irregulares ou não. Então, estamos colhendo o fruto do que fizemos no correr do tempo.

Eu sempre falava aos meus companheiros que um dia a Nação brasileira iria pagar pelos desatinos dos administradores que se especializavam em fazer obras, geralmente superfaturadas, sem pagá-las. Dizia eu que um dia a família brasileira iria pagar. Eu não sabia de que maneira, mas agora estou vendo. Ela vai pagar por tudo o que fizemos em desacordo com os meios que possuíamos.

O Fundo Monetário Internacional não está impondo nada ao Brasil. O FMI é uma junta médica que examina as finanças de países cuja economia está doente. Essa é a pura verdade. Quem pensa que os capitalistas internacionais emprestarão dinheiro ao Brasil sem as devidas garantias está vivendo em outro mundo. É evidente que os banqueiros exigirão as garantias necessárias. A maioria dos empréstimos concedidos às nações tem origem na rede particular de bancos. Não é do BIRD, não é do Fundo Monetário Internacional, não é de Governo, é de banco para governo.

E eu já dizia há dois anos que as nossas reservas não tinham legitimidade; que desde a implantação do Plano Real, a Nação brasileira vinha gastando mais do que recebia, vinha comprando mais do que vendia e buscando cobertura nos meios internacionais para cobrir a diferença. Nação nenhuma resiste permanentemente a esse comportamento do Poder Público, de uma maneira generalizada, e com a conivência do Senado Federal, de gastar mais do que recebe, comprar mais do que vende. Portanto, a razão de minha presença na tribuna na tarde de hoje é com o intuito de desejar aos Senadores, meus Colégas, um fim de ano muito tranquilo e feliz.

Eu gostaria de dizer ao Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso que seria conveniente que Sua Excelência, juntamente com a sua equipe econômica, aproveitasse esse período de Festas para meditar sobre a situação do País. Os responsáveis pela Administração brasileira precisam meditar! Se não equilibrarmos nossas contas e não nos desenvolvermos, não geraremos receita para manter estabilizadas nossas dívidas. Precisamos de superávit para cobrir os juros desse empréstimo que está sendo viabilizado pelo Fundo Monetário Internacional, que não será suficiente para manter as dívidas brasileiras estabilizadas. Pagaremos, ainda este ano, mais de US\$60 bilhões de juros da dívida. Se não houver superávit na balança de pagamento, não equilibraremos nossas dívidas.

Não conheço, na História do Brasil, momento tão difícil como o que a Nação brasileira está vivendo.

O Sr. Gerson Camata (PMDB-ES) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB-MS) – Ouço V. Exª, com prazer.

O Sr. Gerson Camata (PFL-ES) – Senador Lúdio Coelho, V. Exª está sendo um pouco injusto com a Oposição, que ontem deu a sua contribuição, e que está se refletindo hoje na Bolsa de São Paulo, que caiu 9% – calcula-se que, até agora, US\$1 bilhão já saiu do Brasil. Acredito que, nesse ritmo, em quarenta dias, a Oposição acerta o Brasil de vez, para nunca mais acertar.

O SR. LUDIO COELHO (PSDB-MS) – Agradeço o aparte do nobre Senador Gerson Camata.

Ontem à noite, quando cheguei em casa, disse à minha mulher que a hoje a Bolsa cairia. Essa é a contribuição.

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS- PE) – Permite-me V. Exª um aparte, nobre senador Lúdio Coelho?

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB-MS) – Ouço o aparte do nobre Senador Roberto Freire.

O Sr. Roberto Freire (Bloco/PPS-PE) – O que disse o Senador Gerson Camata não pode passar assim tão levemente. Quem é responsável pela crise que estamos vivendo é este Governo que S. Exª apóia. A Oposição não é responsável por ter se criado uma estrutura que se baseia fundamentalmente na especulação e na agiotagem internacional. Querer culpar a Oposição por causa de crise na Bolsa? A Oposição estava discutindo, durante a campanha, exatamente alternativas para essa crise. O povo brasileiro não quis; e temos que respeitá-lo. E, em respeito ao que o povo brasileiro decidiu, exijo do Senador respeito a nós.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB-MS) – Agradeço o aparte de V. Exª. Não estamos responsabilizando...

A Srª Emilia Fernandes (Bloco/PDT-RS) – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Lúdio Coelho?

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB-MS) – Ouço o aparte da nobre Senadora Emilia Fernandes.

A Srª Emilia Fernandes (Bloco/PDT-RS) – Sinto-me contemplada pelo aparte do Senador Roberto Freire. Acredito que o Senador Gerson Camata não quis – e não é do seu feitio – ser tão ríspido em relação a Oposição. Ontem, eu não sei a que S. Exª se referia, se foi à votação do Congresso Nacional. Mas, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que a Oposição já tinha, sim, uma definição contra a

contribuição de aposentados e pensionistas, uma posição contra sacrificar ainda mais os funcionários públicos, que já vêm sendo penalizados e que não são os culpados pelos problemas deste País. Acredito que S. Ex^a se referia a isso. Lembro-me de que, ontem, o Congresso Nacional derrubou aquela medida provisória porque teve um maciço apoio da base do Governo, entre os que não foram ao Plenário, portanto não votaram, e partidários do Governo, que se manifestaram democraticamente contra aquela medida provisória. Então, a Oposição não é culpada pelos desmandos que existem neste País. Temos buscado contribuir com propostas, durante a campanha eleitoral, mas o País não aceitou nossas propostas, preferiu este Governo que aí está, com o qual não concordamos, mas que respeitamos. Porém, não pode ser atribuído à Oposição o que não lhe compete. Gostaria que o Senador Gerson Camata nos esclarecesse essa questão, para que não nos sentamos agredidos sem necessidade. Eu diria até que a posição de S. Ex^a não tem a totalidade da verdade em cima de suas considerações.

O Sr. Gerson Camata (PMDB-ES) – Permite-me, Senador Lúdio Coelho, um aparte, porque fui citado nominalmente?

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB-MS) – Pois não.

O Sr. Gerson Camata (PMDB-ES) – Primeiramente, não fui ríspido. Ontem, a Oposição comemorou no Plenário. Hoje, ela diz que quem ganhou não foi a Oposição, foram os dissidentes da base que deram a vitória à Oposição. Está bom: não assume a responsabilidade do que aconteceu ontem. Não é possível que as Bolsas de Nova Iorque, de Londres suam e a do Brasil é a única, no mundo, que caiu hoje, com essa evasão grandiosa. Aconteceu alguma coisa ontem! Todos os jornais e todos os comentaristas disseram que o resultado se refletiria na queda da Bolsa. A comemoração de ontem não podia ter acontecido naqueles termos em que foi feita. Será que praticamos um ato de bem para o futuro do País? V. Ex^a cobra justamente: não é somente na campanha que se propõem alternativas, deveriam propor hoje. Tenho certeza de que se ocorrer uma alternativa melhor do que essa que o Presidente está colocando, ou alternativas melhores, todos aqui vamos adotá-las. Mas é necessário que se ponha em debate. Eu não vi, durante os debates, nenhum candidato de oposição colocar outro tipo de política de recuperação econômica do Brasil.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB-MS) – Muito obrigado.

O Sr. Jefferson Péres (PSDB-AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB-MS) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Jefferson Péres (PSDB-AM) – Senador Lúdio Coelho, quero apenas sair em defesa do Congresso. Não vamos querer emascular o Congresso. O País está numa situação difícil. Temos que colaborar com o ajuste fiscal, mas não necessariamente aceitando tudo que o Governo propõe. Não foi o Congresso que levou o País a essa situação difícil. Foram erros de política econômica? Foi a conjuntura internacional? Não sei. Mas o Congresso é que não foi. Agora, querer encostar o Congresso na parede, querer que a Oposição e mesmo parlamentares da base governista rejeitem certas medidas do ajuste fiscal – não todo ele – porque entendem que essas medidas são nocivas ao País, querer negar isso ao Congresso, é melhor fechar as duas Casas legislativas e deixar o País entregue à equipe econômica e ao Governo! Não posso, mesmo pertencendo ao PSDB, aceitar isso! Quanto ao Fundo Monetário Internacional, Senador Lúdio Coelho, concordo com o que V. Ex^a mencionou. O Brasil é membro do Fundo, é sócio quotista, não nos impõe nada; aceitamos suas condições porque queremos; mas é preciso não magnificar o Fundo também. O médico – o Fundo Monetário Internacional – não é infalível; já passou receitas erradas para países asiáticos, que doentes, acabaram na UTI, estão moribundos hoje; segundo análise de vários respeitáveis economistas internacionais. Portanto, vamos ao Fundo, isso não implica perda de soberania, mas não vamos aceitar tudo o que ele quer nos impor, Senador Lúdio Coelho.

O Sr. José Fogaça (PMDB-RS) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Lúdio Coelho?

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB-MS) – Permito, com muito prazer.

O Sr. José Fogaça (PMDB-RS) – Senador Lúdio Coelho, acho que o debate suscitado pela intervenção de V. Ex^a permite que façamos uma análise e gostaria de fazê-la com todo o critério e moderação possível sobre o episódio político de ontem. De tudo o que aconteceu ontem, a única coisa que me pareceu uma demasia, eu diria uma deformação do processo, foi a enorme comemoração feita pelos que venceram aquela votação. Ressalva aqui o Senador Roberto Freire que isso não foi atitude de todos, e de fato não foi. S. Ex^a, por exemplo, não está comemorando isso, embora tenha votado e declarado que votaria contra. Na verdade, a derrota do País não está no fato de se ter perdido aquela medida provisória ou aquele projeto de conversão. A derrota

do País está na nossa incompetência congressual, de todos nós, os mais de 500 Deputados e os 81 Senadores, de não termos encontrado alternativas consistentes, politicamente possíveis e viáveis, porque aquela de ontem era politicamente inviável. Qualquer um via que aquilo tinha uma enorme dificuldade tramitacional. Eu, ontem, não tive nenhum gesto de reprovação ao comportamento da Oposição, até o momento que alguns, exaltados com não sei o quê, felizes com não sei o quê, resolveram fazer uma enorme comemoração da desgraça brasileira. Não. Ontem se tratava de dizer, por parte da Oposição e por parte de quem votou contra, que não aprovamos este método, este meio. Este caminho não queremos. Mas ao dizermos isso não estamos comemorando o fato de que o ajuste fiscal foi por água abaixo, não estamos comemorando de forma alguma que o Governo ficou em palpos de aranha, que agora os juros não vão cair, que os investidores vão embora do Brasil e que as empresas brasileiras que têm ações na Bolsa empobreceram em 11% no dia de hoje. Ninguém pode comemorar isso. Ninguém pode! O resultado geral do processo, que foi a simples derrubada de uma alternativa sem o surgimento de outra, é essa tal de Medida Provisória pelo método, pelo sistema, que ainda vigora desde 1988. O Senado já adotou uma fórmula, já aprovou uma Emenda Constitucional e a Câmara faz com que esta matéria esteja dormindo o sono dos séculos nas gavetas da Câmara dos Deputados. A nossa Proposta de Emenda Constitucional dorme o sono dos séculos nas gavetas da Câmara e o que ocorreu, ontem, é, exatamente, o resultado dessa indiferença, dessa inoperância e desse desprezo que a Câmara dos Deputados tem em relação às emendas aprovadas no Senado. Pergunto a V. Ex^a, nobre Senador Lúdio Coelho: em que fórum, em que lugar, em que espaço físico, em que área do Congresso Nacional V. Ex^a pode encontrar alguém para tomar decisões, para formular sugestões, para ouvir idéias contrárias, para rebater contraposições e soluções novas? Em que lugar V. Ex^a pôde, antes da votação de ontem, encontrar algum Deputado ou Senador para debater fórmulas e soluções alternativas, politicamente viáveis em relação àquela que estava ali escrita e proposta? Em lugar nenhum, porque neste Congresso a medida provisória é lida pelo Presidente do Senado e bate direto na votação em plenário, no Congresso, sem que tenha havido nenhum debate anterior e nenhuma reunião de Comissão Mista. O Congresso é absolutamente omisso. Não há meio, não há forma, não há instrumentos para que se possa construir alternativas.

Tudo isso porque a Câmara dos Deputados não vota a emenda constitucional aprovada pelo Senado, que dá novo modelo de discussão e de construção política dos projetos de conversão. Tem de dar meios para uma construção política. O fato é que a conta ainda está para ser paga. Aqueles que riem e pensam que essa conta não é paga por ninguém, é preciso saber: a sociedade brasileira paga essa conta por via de mais dívida pública. Paga essa conta por perda de investimentos internacionais. A conta é paga sim por alguém. Mas há fórmulas mais justas, menos duras do que aquelas que ontem estavam lá sendo propostas? Há formas menos disseminadas, mais distributivas dos ônus dessa conta? Há. Por que não as encontramos? Porque não havia lugar onde debater, porque essa forma de medida provisória no Congresso é parceira da desgraça nacional. Enquanto medida provisória for votada desse jeito, sempre vai resultar nesse tipo de situação. Quero cumprimentar V. Ex^a por trazer essa preocupação e quero dizer o seguinte: a Bolsa caiu por causa da decisão de ontem, mas não há nisso questão moral alguma. O Congresso toma decisões de governo, que lhe são próprias, e a economia, os investidores, os agentes econômicos privados reagem como quiserem. A grande derrota, o grande erro foi não termos construído alternativas no dia de ontem, porque os funcionários públicos não pensem que o fato de aquilo ter caído ontem os livrou de continuarem sendo execrados, de continuarem sendo tratados como privilegiados, de continuarem sendo vistos como alguém que está acima dos males e dos problemas do País. Vão continuar batendo no funcionário, porque nós, ontem, não resolvemos o problema do financiamento das aposentadorias. Vão continuar batendo e muito, todo dia, no rádio e na televisão. Eu não quero que batam no funcionário. Quero resolver o problema dessa conta, distribuindo mais equitativamente entre todos os brasileiros o custo da aposentadoria dos seus trabalhadores públicos. Existem meios para resolver isso? Tem que haver, porque a conta tem que ser paga e definitivamente paga. Obrigado a V. Ex^a, e cumprimentos pelo pronunciamento que suscitou um debate entre tantos Senadores importantes, com exceção da minha pessoa.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB-MS) – Obrigado, Senador Fogaça.

O Sr. Francelino Pereira (PFL-MG) – Permitte-me um aparte, Senador Lúdio Coelho?

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB-MS) – Com a palavra o eminente Senador Francelino Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Apenas quero dar conhecimento a V. Ex^a de que o seu tempo está esgotado, mas a Casa ouvirá, naturalmente, a intervenção do Senador Francelino.

O Sr. Francelino Pereira (PFL-MG) – Meu caro Senador Lúdio Coelho, V. Ex^a sabe do carinho e da admiração que lhe dedico, carinho de muitos anos, respeito o seu equilíbrio, à sua serenidade e à sua decisão de explicitar, de forma inequívoca, o seu pensamento. Não eu gostaria, nesta hora, de fazer uma apreciação de uma forma genérica, nem numa visão internacional, em relação ao que aconteceu ontem no plenário do Congresso Nacional. Em verdade, foi uma decisão significativa dentro da instituição parlamentar. Mas ela serve também para uma reflexão por parte não apenas do Governo da República, mas também desta instituição, dos seus líderes e integrantes. Um dia, gostaria de saber que Colegas Senadores da República e amigos Deputados Federais estão discutindo as medidas propostas pelo Governo por meio de medida provisória. Em verdade, o ritual que exercemos não é adequado e nem corresponde à expectativa da sociedade brasileira. A sociedade está convencida de que V. Ex^a não está apenas acompanhando a mídia ou a imprensa, mas também participando do processo ativamente, dia e noite, e conversando com seus Colegas, com seus Líderes e com o comandante da sua organização política. V. Ex^a sabe muito bem que uma medida provisória é formulada e assinada pelo Presidente da República e é um instrumento de agilização das decisões do Congresso Nacional, já que esta Casa, até historicamente, não tem capacidade para decidir de acordo com a velocidade dos acontecimentos. Sabe V. Ex^a que os fatos econômicos zombam das nossas profecias. E não é este Congresso, dividido institucionalmente em razão de sua composição política, que vai adquirir aqui, em Londres ou em Washington, a velocidade necessária. Dessa maneira, não posso compreender isso. Já conversei sobre esse assunto com alguns Presidentes da República, no Governo de exceção e no Governo atual. Qual a dificuldade que têm o Presidente da República e a composição ministerial do Governo de conviver com a Casa, com 81 Senadores, com 513 Deputados, com 600 ou 700 Líderes, num país de 160 milhões de pessoas e de 100 milhões de eleitores? Qual a dificuldade de se conversar? Os que são Líderes se dirigem ao Presidente, e estes têm o dever – e eu me incluo entre eles – de, ao voltar dessa conversa com o Presidente, telefonar imediatamente para sua Bancada, para seus Colegas, e

de relatar o que aconteceu. O que está ocorrendo nesta Casa – todos falam comigo, inclusive os Deputados – é que os Líderes formam uma elite diretiva no Congresso Nacional e, em seguida, vêm a esta Casa e não comunicam aos seus Colegas o que foi deliberado ou, pelo menos, sugerido pelo Presidente da República. Assim, os Parlamentares correm para as suas casas, para assistirem ao Jornal Nacional e a outros jornais pela televisão. Acorram cedo para assistir ao Bom Dia Brasil, porque somente assistindo a programas como este pela manhã é que os Parlamentares podem sair à rua, vir a esta Casa e conversar, pelo telefone, com seus Estados, com suas bases, para lhes transmitir o que está acontecendo com esta Nação. Isso ocorre em razão, exclusivamente, do silêncio da elite que representa as Lideranças nesta Casa e no Congresso Nacional, que não transmite aos seus Colegas desta Casa as decisões tomadas. Já presidi Partido e já ocupei todos os cargos desta República, mas a minha primeira preocupação é dizer ao Presidente da República que o que se passa no Palácio não pode ser transmitido apenas aos Líderes, mas a todos os Parlamentares, ou por meio dos Líderes ou por meio de comunicação do Presidente da República. Todos precisam conhecer as decisões tomadas, inclusive para evitar darmos a impressão de que estamos decidindo o destino desta Nação. Na verdade, o Senador Lúdio Coelho não está conversando com ninguém: está apenas conversando com a televisão, mas não com os seus Colegas desta Casa. Este é um momento de reflexão. Líder não circula pelo Café. Ontem, na Câmara, passei várias vezes pelo Cafezinho. É ali que sentimos a espontaneidade do gesto e das posições políticas. Na ante-sala do Cafezinho, alguns Deputados e Senadores ouviam os oradores pela televisão, faziam críticas e revelavam a sua disposição de votar contrariamente ao Governo. Sr. Senador Lúdio Coelho, ontem alguns Parlamentares votaram favoravelmente ao Governo, mas pedindo aos céus e à terra que o Governo perdesse. Ontem, todos nós recebemos uma lição, não apenas o Governo. Se não mudarmos o nosso comportamento, estaremos enganando os nossos Estados e, conseqüentemente, não estaremos exercendo, com a devida atenção, os cargos que conquistamos nas praças públicas pelo voto popular. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB-MS) – Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a, Senador Francelino Pereira.

Sr. Presidente, recebi muitos apartes, mas não vou responder a todos os Senadores que me honra-

ram com seus apartes, pois o meu tempo está esgotado.

Para encerrar o meu pronunciamento, reafirmo o convite às Lideranças nacionais no sentido de aproveitarmos os dias de festa de fim de ano para repensarmos o nosso País. Essas medidas de contenção e de equilíbrio não serão suficientes. Precisamos encontrar um caminho para a nossa Nação. A responsabilidade de enfrentar as dificuldades do País é de toda a Nação brasileira. Essa responsabilidade não é apenas do Presidente Fernando Henrique, mas também dos demais governantes que passaram por este País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Para ouvirmos uma comunicação inadiável que será proferida por um orador inscrito para esse fim, prorrogo, pelo tempo permitido pelo Regimento Interno, a Hora do Expediente.

Concedo a palavra ao Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar dos debates havidos e de já se haver feito referência ao assunto, merece registro especial nos Anais do Senado a decisão tomada ontem na Câmara dos Deputados, em reunião do Congresso Nacional.

Rejeitando a medida provisória que impunha a obrigatoriedade de concorrerem os servidores ativos e inativos para a Previdência, o Congresso Nacional proferiu uma decisão de alto sentido de justiça social. Ali não foi proferida nenhuma deliberação de caráter corporativo ou equivocadamente político. Se a decisão foi política, ela o foi no bom sentido, em que uma Casa do Congresso Nacional exerceu, em sua plenitude, o direito de divergir do Governo e de dar a decisão que lhe pareceu correta.

Isto é o que se verificou: a decisão afastou da obrigação de concorrer para a Previdência Social servidores ativos e inativos que são dos mais fracos economicamente no País. Essa é a realidade. Não se protegeram classes. Não se protegeu corporação. Proferiu-se ali uma decisão de caráter social, de alcance de justiça, no seu melhor sentido.

Se houve manifestação de alegria, não há por que censurar. Essas manifestações de alegria se repetem sempre que a maioria ganha. Não é justo censurar parcelas da Oposição que se revelaram satisfeitas, quando, normalmente, a maioria vibra ao derrubar a Oposição. Devemos ter a cordialidade democrática de receber as manifestações alheias como justas; são revelações e conquistas do momento

democrático que vivemos. É preciso, sobretudo, considerar que a decisão protegeu pessoas economicamente fracas: não conferiu privilégios a poderosos.

Quero ainda assinalar que, se vivemos a discutir medidas provisórias e a condenar o processo estabelecido, não é porque a Câmara, indefinidamente, o queira. O projeto que daqui saiu não é o melhor, porque até ampliou os poderes do Presidente da República. Se a Câmara dos Deputados ainda não votou a nova disciplina das medidas provisórias, é porque, em realidade, o Governo não se interessou por fazê-lo. Em verdade, o que se verifica é que há interesse em que seja mantido o regime atual, porque permite ao Presidente da República deliberar sobre medidas provisórias pelo critério arbitrário que lhe convier, pelo processo discricionário que lhe parecer conveniente.

Quanto à decisão de ontem, também quero assinalar uma outra circunstância verificada – e é bom que eu fale quando já preside esta Casa o Presidente Antonio Carlos Magalhães. Ali, ontem, o Presidente do Senado proferiu uma decisão que deve ser assinalada, nos seus devidos termos, como geradora de precedente digno de acatamento por quantos venham a substituí-lo. Sr. Presidente, o que V. Ex^a fez, distanciando-se de minúcias porventura regimentais, para proclamar que, quando a Câmara dos Deputados rejeita o projeto de conversão, rejeita automaticamente a medida provisória, foi muito importante, e certo.

O projeto de conversão não é senão uma resultante da medida provisória. O projeto de conversão é uma nova forma que a medida provisória toma por efeito da Constituição e de acordo com o pensamento da Casa Legislativa. Se, pois, a Casa repudia o ato de conversão, manda sepultar a medida provisória.

Quero congratular-me com V. Ex^a pela segurança da decisão com que ontem estabeleceu um precedente, que deve constituir jurisprudência para o Congresso Nacional.

Era o que eu queria assinalar.

Durante o discurso do Sr. Josaphat Marinho, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço a V. Ex^a as palavras que me dizem respeito. Realmente, divergi inclusive do parecer da Mesa, porque entendo como V. Ex^a: a decisão foi proferida quando da rejeição do projeto de conversão, um projeto de conversão que tratava de ativos e inativos. Con-

seqüentemente, mesmo que eu fosse colocar em votação a medida provisória, cometeria grave erro na medida em que nem sequer poderia haver verificação de votos, porque faltava uma hora, e a votação simbólica iria derrubar a vontade já manifestada pela Câmara. Conseqüentemente, eu não teria outra solução fora da que eu dei – solução que dei sem constrangimento, porque o fiz no cumprimento do meu dever.

Agradeço as palavras de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

Sr. Presidente do Congresso Nacional

Indico em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 1.475-45

Publicação DOU: 23-10-98

Assunto: Dá nova redação aos arts. 6º e 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, que altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Titular: Jefferson Péres

Suplente: Carlos Wilson

Brasília, 23 de outubro de 1998. – Senador **Sérgio Machado** – Líder do PSDB.

Senhor Presidente do Congresso Nacional

Indico em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 1.678-30

Publicação DOU: 26-11-98

Assunto: Autoriza o Poder Executivo a abrir o Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$106.000.000,00, para os fins que especifica.

Titular: Beni Veras

Suplente: Jefferson Péres

Brasília, 27 de novembro de 1998. – Senador **Sérgio Machado** – Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional

Indico em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP Nº 1.681-11

Publicação DOU: 26-11-98

Assunto: Dispõe sobre a simplificação do arquivamento de atos nas Juntas Comerciais e do protesto de título de dívida de microempresas e de empresas de pequeno porte, e dá outras providências.

Titular: Osmar Dias

Suplente José Ignácio Ferreira

Brasília, 27 de novembro de 1998. – Senador **Sérgio Machado** – Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional

Indico em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 1.686-06

Publicação DOU: 26-11-98

Assunto: Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscais da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento e Orçamento, da Agricultura e do Abastecimento, e do Meio Ambiente dos Recursos hídricos e da Amazônia Legal, crédito extraordinário no valor de R\$824.000.000,00, para os fins que especifica.

Titular: Carlos Wilson

Suplente: Beni Veras

Brasília, 27 de novembro de 1998. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 2.448/98

Brasília, 3 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados José de Abreu e Nelson Otoch, como membros titulares, Adroaldo Streck e Basílio Villani, como membros suplentes, em substituição aos anteriores indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP Nº 1.463-32/98.

Atenciosamente, – Deputado **Aloysio Nunes Ferreira**, Vice-Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 2.449/98

Brasília, 3 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Osmânio Pereira e Sebastião Madeira, como membros titulares, Márcia Marinho e Vicente Arruda, como membros suplen-

tes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP Nº 1.475-46/98.

Atenciosamente, – Deputado **Aloysio Nunes Ferreira**, Vice-Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 2.450/98

Brasília, 3 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Marisa Serrano e Nelson Marchezan, como membros titulares e Ademir Lucas e Osmânio Pereira, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP Nº 1.477-55/98.

Atenciosamente, – Deputado **Aloysio Nunes Ferreira**, Vice-Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 2.451/98

Brasília, 3 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Luiz Piauhyllino e Nestor Duarte, como membros titulares, e Aníbal Gomes e Ayrton Xerez, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP Nº 1.569-21/98.

Atenciosamente, – Deputado **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 2.452/98

Brasília, 3 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Basílio Villani e Emersom Olavo Pires, como membros titulares, e Arnon Bezerra e Yeda Crusius, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP Nº 1.579-27/98.

Atenciosamente, Deputado **Aloysio Nunes Ferreira**, Vice-Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 2.453/98

Brasília, 3 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Olavio Rocha e Nícias Ribeiro, como membros titulares, e Antônio Fei-

jão e Jovair Arantes, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP Nº 1.605-30/98.

Atenciosamente, Deputado **Aloysio Nunes Ferreira**, Vice-Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 2.454/98

Brasília, 3 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Nelson Marchezan e José Thomaz Nonô, como membros titulares, e Alexandre Santos e Bonifácio de Andrada, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP Nº 1.607-24/98.

Atenciosamente, – Deputado **Aloysio Nunes Ferreira**, Vice-Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 2.455/98

Brasília, 3 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Candinho Mattos e Jovair Arantes, como membros titulares, Anivaldo Vale e Luciano Castro, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP Nº 1.609-20-98.

Atenciosamente, – Deputado **Aloysio Nunes Ferreira**, Vice-Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 2.456/98

Brasília, 3 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Carlos Alberto e Max Rosenmann, como membros titulares, Nelson Marchezan e Paulo Mourão, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP Nº 1.610-16/98.

Atenciosamente, – Deputado **Aloysio Nunes Ferreira**, Vice-Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 2.457/98

Brasília, 3 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Marisa Serrano e

Adroaldo Streck, como membros titulares, Elias Murad e Nilton Cerqueira, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP Nº 1.611-15/98.

Atenciosamente, – Deputado **Aloysio Nunes Ferreira**, Vice-Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 2.458/98

Brasília, 3 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Fernando Torres e Feu Rosa, como membros titulares, e Nestor Duarte e Olavio Rocha, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP Nº 1.614-25-98.

Atenciosamente, – Deputado **Aloysio Nunes Ferreira**, Vice-Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 2.459/98

Brasília, 3 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Luiz Carlos Hauly e Koyu Iha, como membros titulares, e Dilso Sperafico e Yeda Crusius, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP Nº 1.615-35/98.

Atenciosamente, – Deputado **Aloysio Nunes Ferreira**, Vice-Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 2.460/98

Brasília, 3 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Anivaldo Vale e Ayrton Xerez, como membros titulares, e Firmo de Castro e Salomão Cruz, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP Nº 1.637-11/98.

Atenciosamente, – Deputado **Aloysio Nunes Ferreira**, Vice-Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 2.461/98

Brasília, 3 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Fátima Pelaes e Flávio Arns, como membros titulares, e Pedro Henry e Vittorio Mediolli, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP Nº 1.640-9/98.

Atenciosamente, – Deputado **Aloysio Nunes Ferreira**, Vice-Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 2.462/98

Brasília, 3 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Nelson Marchezan e Nilton Cerqueira, como membros titulares, e Antônio Joaquim e Ceci Cunha, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº1.656-7/98.

Atenciosamente, – Deputado **Aloysio Nunes Ferreira**, Vice-Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 2.463/98

Brasília, 3 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Antônio Kandir e Yeda Crusius, como membros titulares, e Danilo de Castro e Paulo Mourão, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.661-9/98.

Atenciosamente, – Deputado **Aloysio Nunes Ferreira**, Vice-Líder do PSDB

OF. PSDB/I/Nº 2.464/98

Brasília, 3 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Elias Murad e Fábio Feldmann, como membros titulares, e Aristo Holanda e Sebastião Madeira, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.662-6/98.

Atenciosamente, – Deputado **Aloysio Nunes Ferreira** Vice-Líder do PSDB

OF.PSDB/I/Nº 2.499/98

Brasília, 3 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados Anibal Gomes e Márcio Fortes, como membros titulares, e Luiz Carlos Haully e Rommel Feijó, como membros suplentes, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP nº 1.712-3/98.

Atenciosamente, – Deputado **Aloysio Nunes Ferreira**, Vice-Líder do PSDB.

Ofício nº 1.541-L-PFL/98

Brasília, 27 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.677-59, de 25 de novembro de 1998, que "Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado Augusto Viveiros

Deputado José Jorge

Suplentes:

Deputado Arolde de Oliveira

Deputado Júlio César

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

Ofício nº 1.543-L-PFL/98

Brasília, 27 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.678-30, de 25 de novembro de 1998, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$106.000.000,00 para os fins que especifica", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado Jorge Khoury

Suplentes:Deputado **José Santana de Vasconcellos**Deputado **Mauro Fecury**

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

Ofício nº 1.545-L-PFL/98

Brasília, 27 de novembro de 1998

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.680-12, de 25 de novembro de 1998, que "Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado João Mellão Neto

Deputado Reinhold Stephanes

Suplentes

Deputado Costa Ferreira

Deputado Jorge Khoury

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

Ofício nº 1.547-L-PFL/98

Brasília, 27 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.681-11, de 25 de novembro de 1998, que "Dispõe sobre a simplificação do arquivamento de atos nas juntas comerciais e do protesto de título de dívida de microempresas e de empresas de pequeno porte, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado Paulo Bauer

Deputado José Melo

Suplentes:

Deputados Maluly Neto

Deputado Jorge Khoury

Atenciosamente, _ Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 1.549-L-PFL/98

Brasília, 27 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.682-8, de 25 de novembro de 1988, que "Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Titulares:

Deputado Eraldo Tinoco

Deputado Mário Assad Júnior

Suplentes:

Deputado Paulo Bauer

Deputado José Melo

Atenciosamente, _ Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 1.551-L-PFL/98

Brasília, 27 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.683-7, de 25 de novembro de 1988, que "Institui o Programa Especial de Financiamento para combate aos efeitos da estiagem na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Titulares:

Deputado Álvaro Gaudêncio Neto

Deputado José Carlos Aleluia

Suplentes:

Deputados Roberto Fontes

Deputado Benedito de Lira

Atenciosamente, _ Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 1.553-L-PFL/98

Brasília, 27 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.684-48, de 25 de novembro de 1998, que "Dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores públicos do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado Arolde de Oliveira

Deputado Abelardo Lupion

Suplentes:

Deputado Roberto Pessoa

Deputado Sérgio Barcellos

Atenciosamente, _ Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 1.555-L-PFL/98

Brasília, 27 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.685-6, de 25 de novembro de 1998, que "Altera dispositivos da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado Reinhold Stephanes

Deputado Manoel Castro

Suplentes:

Deputado Lima Netto

Deputado Euler Ribeiro

Atenciosamente, Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 1.557-L-PFL/98

Brasília, 27 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer

à Medida Provisória nº 1.686-6, de 25 de novembro de 1998, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento e Orçamento, da Agricultura e Abastecimento e do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito extraordinário no valor de R\$824.000.000,00 para os fins que especifica", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado Mussa Demis

Deputado Augusto Viveiros

Suplentes:

Deputado Antônio Geraldo

Deputado Jaime Fernandes Filho.

Atenciosamente, Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 1.559-L-PFL/98

Brasília, 27 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.687-6, de 25 de novembro de 1998, que "Institui o Programa Emergencial de Frentes Produtivas e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado Paes Landim

Deputado Betinho Rosado

Suplentes:

Deputados Álvaro Gaudêncio

Deputado Jorge Khoury

Atenciosamente, _ Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 1.561-L-PFL/98

Brasília, 27 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.688-6, de 25 de novembro de 1998, que "Estabelece critérios para a concessão de empréstimo, pela União, aos Estados e ao Distrito Federal, destinado ao ressarcimento parcial das perdas decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado Eraldo Tinoco

Deputado José Jorge

Suplentes:

Deputados Costa Ferreira

Deputado Marilu Guimarães.

Atenciosamente, _ Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 1.563-L-PFL/98

Brasília, 27 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.689-6, de 25 de novembro de 1998, que "Altera a Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado Mendonça Filho

Deputado Vilmar Rocha

Suplentes:

Deputados César Bandeira

Deputado Reinhold Stephanes

Atenciosamente, _ Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

Ofício nº 1.565-L-PFL/98

Brasília, 27 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.690-6, de 25 de novembro de 1998, que "Dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, estabelece sanções administrativas e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado Osório Adriano

Deputado Mário Assad JR.

Suplentes:

Deputado Adauto Pereira

Deputado José Rocha

Atenciosamente, _ Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

Ofício nº 1.567-L-PFL/98

Brasília, 27 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.691-6, de 25 de novembro de 1998, que "Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação - SFH, altera as Leis nºs. 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado César Bandeira

Deputado Laura Carneiro

Suplentes:

Deputado Ursicino Queiroz

Deputado Luiz Durão

Atenciosamente, _ Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

OFICIO Nº 1.569-L-PFL/98

Brasília, 27 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.697-60, de 25 de novembro de 1998, que "Dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado Augusto Viveiros

Deputado Abelardo Lupion

Suplentes:

Deputado Ciro Nogueira

Deputado Eraldo Tinoco

Atenciosamente, _ Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
— Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 1998

Torna obrigatória a inserção de mensagem alusiva a dispositivo integrante do Código de Trânsito Brasileiro na publicidade de veículos automotores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Toda peça publicitária destinada à propaganda de veículo automotor, deverá incluir mensagem alusiva a dispositivo integrante do Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, ou norma de trânsito complementar, observados os temas e os cronogramas anualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) para as campanhas educativas de âmbito nacional.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo aplicase-á propaganda comercial veiculada em qualquer meio de comunicação por iniciativa do fabricante do produto.

§ 2º Para os efeitos do parágrafo anterior, equiparam-se ao fabricante o montador, o encarregador e o importador de veículo abrangido por esta lei.

Art. 2º A veiculação de publicidade feita em desacordo com as condições fixadas nesta lei constitui infração punível com as seguintes sanções, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica:

I — advertência por escrito;

II — suspensão, no veículo de divulgação da publicidade, de qualquer outra propaganda do produto, por prazo de até sessenta dias;

III — multa de um mil a cinco mil vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (UFIR), cobrada do dobro até quádruplo, em caso de reincidência.

§ 1º As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com as especificidades da infração, conforme dispuser do regulamento.

§ 2º Em qualquer caso, a peça publicitária na qual tenha sido constatada a infração fica definitivamente vetada.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de noventa dias a contar da sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O novo código de Trânsito, instituído pela Lei nº 9.503/97, com o firme propósito de reverter o estado de desordem do trânsito brasileiro, dentre cujos indicadores sobressai o fato de ser um dos mais violentos do mundo. Não obstante o rigor com que se houve o legislador no trato da matéria, de pouco terá válido o esforço se as novas regras não forem, desde já, plenamente assimiladas e efetivamente incorporadas no dia-a-dia dos cidadãos.

Do ponto de vista dos resultados esperados, o sucesso do Código depende, em grande medida, de quão ciente esteja a população quanto aos direitos e obrigações por ele instituídos. A informação é etapa que antecede a conscientização do indivíduo e o predispõe para as mudanças de comportamento desejadas, de sorte que, para chegar à plenitude de seus efeitos, a nova lei de trânsito precisa de ampla, intensa e imediata divulgação.

Em se tratando de matéria de interesse tão generalizado, há que se viabilizar estratégias igualmente extensivas de divulgação, porquanto o fenômeno do trânsito, presente tanto no meio urbano quanto no meio rural, congrega praticamente todos os cidadãos – como usuários que são das vidas públicas, na condição de pedestres ou de condutores de veículo.

A medida que propomos é fruto dessas preocupações. Graças ao extraordinário poder de comunicação de que desfrutam as peças publicitárias, vislumbramos, na propaganda de produtos diretamente relacionados com o trânsito, a possibilidade de impulsionar a divulgação da legislação pertinente. Do anunciante de veículo automotor, habituado a lançar mão da publicidade para atingir seu público consumidor, consideramos justo exigir, em contrapartida, a prestação de um serviço de utilidade pública em prol da disseminação de informações atinentes às normas de trânsito.

Em relação às ações governamentais previstas no campo da educação para o trânsito – objeto de capítulo específico no novo Código de Trânsito Brasileiro (Capítulo VI – Da Educação para o Trânsito), acreditamos que a medida vem contribuir, com recursos adi-

cionais, para a viabilização das campanhas educativas de que trata o art. 75 da referida Lei.

Diante da certeza de que somente de uma sociedade bem informada é possível esperar respeito e obediência às leis a que se sujeita, confiamos que a presente iniciativa venha a merecer o apoio dos ilustres parlamentares.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 1998. –
Senador **Flaviano Melo**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*)LEI Nº. 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 75. O Contran estabelecerá, anualmente, os temas e os cronogramas das campanhas de âmbito nacional que deverão ser promovidas por todos os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, em especial nos períodos referentes às férias escolares, feriados prolongados e à Semana Nacional de Trânsito.

§ 1º Os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito deverão promover outras campanhas no âmbito de sua circunscrição e de acordo com as peculiaridades locais.

§ 2º As campanhas de que trata este artigo são de caráter permanente, e os serviços de rádio e difusão sonora de sons e imagens explorados pelo poder público são obrigados a difundir-las gratuitamente, com a frequência recomendada pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Trânsito.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 596, DE 1998

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Ex^a, com base no art. 336, b combinado com o art. 338 do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei nº PLC 54, de 1998, (nº 4.769/98, na Casa de origem), do Poder Executivo, que altera dispositivos da Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, transformando os cargos de Engenheiros Agrônomos Químicos, Farmacêuticos e Zootecnistas do Ministério da Agricultura em Fiscais de Defesa Agropecuária e dá outras providências.

Justificação

A Lei nº 9.620/98, ao criar a carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária, não contemplou os profissionais que já executam, tradicionalmente, as atividades de fiscalização no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Tal lapso, se não corrigido em tempo hábil, poderá comprometer as atividades executadas por esses profissionais junto a produtores rurais, exportadores, importadores, empresários agroindustriais, entre outros, o que trará reflexos extremamente negativo para a economia do país.

As atividades de fiscalização agropecuária estão diretamente relacionadas com a proteção da agricultura brasileira, com a segurança alimentar, de vital importância para a sociedade, além de assegurar receita de exportação da ordem de US\$20 bilhões anuais.

O Projeto de Lei ora em exame nessa Casa se constitui num forte aliado à política de simplificação dos mais de 4.000 cargos existentes na Administração Federal, não contendo nenhum dispositivo que implique em aumento de despesa.

Referido projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados, na sessão plenária de 19 de novembro de 1998.



Sala das Sessões, 3 de dezembro de 1998. —

REQUERIMENTO Nº 597, DE 1998

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1998 (nº 4.070/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 1998. —

— PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Os requerimentos lidos serão votados após a Ordem do Dia, na forma do dispositivo regimental.

SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Esgotado o período destinado ao expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 1:**

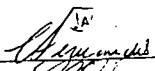
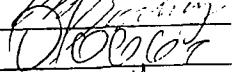
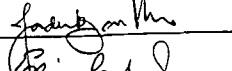

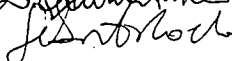
Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 64**, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição Federal (prazo prescricional das ações trabalhistas).

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia, durante três dias úteis, em fase de discussão, em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Transcorre hoje o primeiro dia de discussão.

Em discussão a Proposta.

Não havendo quem peça a palavra, a discussão prosseguirá na próxima sessão deliberativa de terça-feira.

Emília Fernandes PPT
Eduardo Suplicy PT
OAB 12/0023 PTF
João Barreto PMDB
Edson Lobo PPS
Sergio Marchi PSD
PPC
Sergio Rocha PPS

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 2:

**EMENDA DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, DE 1995**

(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 585, de 1998 – art. 336, "b")

Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 208, de 1995 (nº 4.753/98 naquela Casa), de autoria do Senador Júlio Campos, que denomina o "Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro / Galeão" como "Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro / Galeão – Maestro Antônio Carlos Jobim".

(Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

Concedo a palavra ao Senador Artur da Távola, para proferir parecer em substituição à Comissão de Educação.

PARECER Nº 641, DE 1998
(De Plenário)

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ, para emitir parecer) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, peço-lhes socorro, ajudem-me. Estamos diante de um projeto de extrema facilidade, e, paradoxalmente, pela facilidade, abre-se o caminho da dificuldade. Nada grave, porém preciso da ajuda dos Srs. Senadores.

O projeto original do Senado, de autoria do Senador Júlio Campos, atendeu às disposições internacionais de tráfego aéreo e manteve, no caso do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, a denominação "Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro - Galeão - Maestro Antônio Carlos Jobim".

A matéria foi para a Câmara, onde recebeu uma versão simplificada, com a intenção louvável de fazer a homenagem a Antônio Carlos Jobim mais direta. Eliminou a expressão "Galeão" e transformou "Antônio Carlos Jobim" em "Tom Jobim", como é conhecido entre nós, aqui no Brasil.

A Aeronáutica, por meio de alguns assessores, tem alertado o relator, ao longo da tramitação do projeto, para a grande dificuldade existente na mudança de nomes de aeroportos internacionais. Essa mudança demanda imediatamente a modificação em todas as cartas aéreas do mundo, em todas as etiquetas que vão nas malas, em todas as referências, e isso corre por conta do país responsável pela mudança. É evidente que não podemos deixar de aca-
tar essa observação, uma vez que a finalidade é fa-

zer uma homenagem, sem trazer para o País o gasto e a dificuldade existente nesse caso.

Até aqui, não há nenhuma dificuldade, nem tenho motivo para pedir socorro ao bom senso dos Srs. Senadores. A dificuldade diz respeito à conclusão sobre a qual lhes falarei em seguida.

A primeira parte do relatório, a meu juízo, é no sentido de não tocarmos na questão Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro - Galeão. "Galeão" está ali, porque a sigla internacional é GIG, que tem a ver com Galeão.

O problema está, porém, na segunda parte. Vejam como é difícil. O primeiro impulso é o lógico. Se se trata de uma homenagem, vamos homenagear da maneira mais simples. Qual é a maneira mais simples? Tom Jobim: é imediata, todo mundo sabe, fácil e acessível.

Ao mesmo tempo, a família de Antônio Carlos Jobim e um conjunto de artistas que tiveram, há tempos, a iniciativa de propor essa matéria, procurados hoje por minha assessoria, preferem a denominação Antônio Carlos Jobim, sendo que alguns, com a palavra "maestro" na frente, e outros, sem essa palavra.

Por que a família prefere Antônio Carlos Jobim? Argumenta que Tom Jobim é nome familiar ao Brasil, é conhecido aqui. Fora do Brasil, ele é conhecido como Antônio Carlos Jobim. E se se trata de uma homenagem internacional, evidentemente, deve ser o nome pelo qual ele é conhecido fora do Brasil. Ótimo! Pode ser um dos nossos caminhos.

E "maestro"? Será interessante ter um nome tão grande no aeroporto? Ao mesmo tempo, alguns elementos da classe artística e também da família entendem que "maestro" significa a globalização da atividade dele, que foi compositor, executante etc.

Estamos, portanto, diante de algo simples que se torna extremamente difícil de deliberar. Deliberamos "Tom Jobim", porque é mais prático, mais sonoro e mais imediato, contra o desejo da família? Deliberamos "Antônio Carlos Jobim", que é muito mais completo? Deixamos o "maestro" ou tiramos o "maestro"?

Há precedentes no caso. O primeiros deles é o do aeroporto de Salvador, cuja antiga denominação, 02 de julho, nunca soube se foi, ou não, oficial. O aeroporto de Salvador, mui justamente, recebeu o nome do nosso Luís Eduardo Magalhães, em nome de quem não vou falar, até porque temos emocionado demais o nosso Presidente e precisamos deixar espaço para que continue a nos emocionar, como fez ontem com aquela sua magnífica decisão. Em Salvador, a homenagem ficou clara, simples e dire-

ta: Aeroporto Internacional de Salvador Luís Eduard Magalhães.

É evidente também que a situação se torna complexa, porque os principais aeroportos de entrada no Brasil são do Rio e de São Paulo. Então, ali se torna mais difícil. Há um projeto na Casa, de autoria do Senador Pedro Simon, muito justo e muito importante, que dá ao Aeroporto Internacional de São Paulo a denominação de Ulisses Guimarães. Há um projeto da Senadora Marina Silva, com o qual também estamos de pleno acordo, para dar ao aeroporto do Acre o nome de Aeroporto Chico Mendes.

Portanto, começa a haver uma caminhada na direção de dar a figuras significativas da vida brasileira, de âmbito nacional e internacional, o nome de aeroportos. Muitos de nós, aqui, até podemos nos candidatar a ser nome de aeroportos. Eu ficaria muito feliz de ser nome de jardim de infância, como é o caso de Rubem Braga, que tem o nome num belo jardim de infância no Bairro Humaitá, no Rio de Janeiro, debaixo de árvores. Tenho certeza de que Rubem Braga está muito mais feliz em ser jardim de infância do que estaria se fosse viaduto. Imaginemos os pesados viadutos, um homem de pena tão leve ser esmagado...

O Sr. Pedro Simon (PMDB-RS) – V. Ex^a não deve pensar em coisas que não aconteceram.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ) – Vou conceder o aparte a V. Ex^a, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Infelizmente, não há aparte. V. Ex^a está dando parecer. Na discussão, o Senador Pedro Simon falará.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ) – Há, portanto, uma caminhada nessa direção. E ela pode até vir a ser problemática, embora extremamente justa, se não tivermos a prudência de acertar, em primeiro lugar, com as autoridades aeronáuticas, na devida medida, a homenagem, e, ao mesmo tempo, trazer a homenagem de um modo mais direto, o mais simples possível.

É interessante. No Maracanã, um dos símbolos do Rio de Janeiro, aconteceu o inverso. Ao Maracanã foi dado o nome de Mário Filho, irmão de Nelson Rodrigues, grande jornalista, porque ele foi quem lutou pelo estádio do Maracanã em 1950, no **Jornal dos Esportes**. Ninguém conhece o estádio como Mário Filho, o que é extremamente injusto. Predominou ali, pela sabedoria popular, pela eufonia, o nome indígena Maracanã, que, aliás, é muito belo, muito sonoro, como grande parte dos nomes indígenas.

No aeroporto, todos esperamos que o futuro marque o Aeroporto Luís Eduardo Magalhães, o Aeroporto Antônio Carlos Jobim, ou o Aeroporto

Tom Jobim, para nosso uso, para que ele popularize e a homenagem possa, efetivamente, existir. E aí, se o nome fica grande, como deve ser, "Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Maestro Antônio Carlos Jobim", como deseja a família, haverá essa popularização? Talvez não.

Agora, temos nós o poder, nessa hora, de ir contra um pedido da família? Ou, pelo menos, de setores da família? Não tive tempo de consultar em plenitude todos os setores da família, por isso peço socorro aos Srs. Senadores para que iluminem na discussão, com o seu bom senso, o que preferem. Estou aberto a adotar o critério que a Casa julgar correto. Se preferem o nome Maestro Antônio Carlos Jobim, como está no nosso projeto original, se o nome Tom Jobim é mais palatável e mais fácil de pegar – e aí contrariaremos a família –, ou seja, estamos na dificuldade de resolver uma unanimidade: todos desejamos a homenagem e, possivelmente, nos embarcamos no "como".

A mim, num primeiro momento, "Tom Jobim" soava mais popular, mais imediato, mais brasileiro, até porque, se fôssemos usar o nome do maestro, ficaria mais complexo, porque ele se chamava Antônio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim. Então, é o nome dele por inteiro para que a homenagem seja completa? O nome pelo qual ele é conhecido fora do Brasil? Fica o maestro? Sai? Entra o Tom Jobim? Confesso-me confuso, sinceramente. Tenho o impulso eufônico do Tom Jobim; tenho o impulso respeitoso de dar o nome, já que estamos de acordo, que a família deseja. Confesso que estou embaraçado. Razão pela qual, Sr. Presidente, tanto podemos discutir a matéria...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a terá de terminar o parecer com uma solução sua, que depois poderá ser modificada.

O SR. ARTHUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ) – Se V. Ex^a permitir e se não transgredir o Regimento, gostaria de ouvir os Srs. Senadores. Como estou com as três soluções já escritas...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a escolha a sua, que sempre será boa.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ) – A minha é Antônio Carlos Jobim, sem maestro. Atende à família, diminui a extensão e tem o nome internacional do maestro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer é favorável.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ) – Per-dão. Portanto, o meu parecer é com uma emenda, retirando a expressão "maestro", rejeitando a emenda da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– É favorável em parte, nos termos do destaque que apresenta.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ) – Certo, favorável em parte.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Passa-se à discussão da emenda da Câmara, em turno único. (Pausa.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu havia pedido a palavra, Sr. Presidente, porque não gostei, absolutamente não gostei, de ver o nosso ilustre Senador pensando nessas coisas. Em primeiro lugar, sabe S. Ex^a que pode ser até nome de escola. Agora, não sei se vai ser nome de escola, não sei se vai ser nome de Estado, faltam pelo menos 50 anos para pensar nessas coisas. Portanto, não gostei de ver o nosso querido Senador já pensando: "Vou ser nome de escola, não sei o quê". V. Ex^a vai ficar aqui, Senador, muito e muito tempo, governador do seu Estado... O destino lhe reserva muita coisa. Se for no terreno do ensino, pelo menos que seja o nome da universidade do Rio de Janeiro. E aí também haverá uma discussão. Qual será o nome? O nome do Senador ou o nome do intelectual, o nome do jornalista? Talvez por isso é que S. Ex^a esteja trazendo a confusão do Tom Jobim, porque está cansado de ver a discussão por qual nome é conhecido: o nosso ou o do povo carioca?

Mas, voltando ao assunto, estou plenamente de acordo que o nome deve ser o nome da família, porque se é um aeroporto internacional, se é um aeroporto de onde sairão e para onde virão pessoas do mundo inteiro, é normal que seja conhecido pelo nome internacional. Até porque o povo brasileiro – embora, na verdade, o nome "Tom Jobim" seja mais carinhoso, mais íntimo – também sabe quem foi Antônio Carlos Jobim.

Assim, também espero que, depois da aprovação desse projeto, seja apreciado o do aeroporto de São Paulo, que havia sido apresentado com um equívoco. Apresentei o projeto com a denominação de "Aeroporto Ulysses Guimarães", mas a Aeronáutica não aprovou e acho que estava certa. Nesse sentido, já apresentamos uma emenda, e virá ao Plenário como "Aeroporto....."

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Aeroporto de São Paulo Ulysses Guimarães.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – "Aeroporto de Guarulhos Ulysses Guimarães". Espero, assim, que também seja aprovado. E formulo votos de mais 50 anos de vida para o nosso querido Senador Artur da Távola.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Continua em discussão.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, confesso que no dia 27 de junho de 1995, quando apresentei a esta Casa o Projeto de Lei nº 208, que propunha dar o nome de "Tom Jobim" ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, o nosso tão querido e conhecido Galeão, não esperava tanta polêmica, tanta confusão e tanta dificuldade na sua aprovação. Aliás, estou sendo brindado, até hoje, com o editorial do **Jornal do Brasil** que fez um artigo intitulado "Samba de Avião", criticando o nosso projeto. Mas quero dizer que essa homenagem partiu porque, quando o Prefeito do Rio de Janeiro quis homenagear Tom Jobim, nosso grande compositor e intelectual brasileiro, dando seu nome à Avenida Vieira Souto e depois a uma outra avenida, se não me engano também na zona sul do Rio, houve grande polêmica, e até hoje o Rio de Janeiro não conseguiu prestar uma homenagem condigna a esse grande brasileiro. Apresentei, então, esse projeto em 1995, e só agora, já no final do nosso mandato, em 1998, está sendo votado.

Concordei com a Assessoria Militar da Aeronáutica e com a equipe do DAC em relação às dificuldades que adviriam com a mudança do nome completo do Aeroporto Internacional do Galeão, em virtude das cartas aeroviárias do mundo todo, que teriam que ser mudadas, causando um prejuízo muito grande ao Governo brasileiro. Assim, foi feita uma conciliação entre o autor do projeto, a Aeronáutica e o nobre Relator, e o acordo definiu que o nome do aeroporto passaria a ser Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão -Maestro Antônio Carlos Jobim. E, por deferência à família, numa consulta do nobre Relator, o nome passará a ser Aeroporto Internacional Rio de Janeiro – Galeão/ Antônio Carlos Jobim.

Quero, neste instante, apenas pedir a meus nobres colegas que me permitam ter o privilégio de ver, ainda no exercício do meu mandato, que termina no dia 31 de janeiro próximo, a aprovação desse projeto e a sua devida sanção pelo Excelentíssimo

Senhor Presidente da República. Essa é uma homenagem que fiz questão de fazer – embora Senador humilde do distante pantanal mato-grossense – e à que todos os brasileiros, tenho certeza, independentemente de nossa origem, norte, sul, leste ou oeste, gostariam de somar, a esse grande homem que enriqueceu a música e a cultura brasileira, Tom Jobim.

Espero que possamos aprovar, na tarde de hoje, esse projeto e fazer com que seja imediatamente sancionado pelo Senhor Presidente da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Emenda da Câmara, nos termos do parecer do Relator.

As Srs. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a Mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final da matéria, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 641-A, DE 1998

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 208, de 1995 (nº 4.753, de 1998, na Câmara dos Deputados.)

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 208, de 1995 (nº 4.753, de 1998, na Câmara dos Deputados), que denomina o Aeroporto Internacional do Galeão como Aeroporto Internacional Tom Jobim, adequando o texto à deliberação do Senado.

Sala de Reuniões da Comissão, 3 de dezembro de 1998. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Lucídio Portela**.

ANEXO AO PARECER Nº 641-A, DE 1998

Denomina "Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro Galeão Antônio Carlos Jobim" ao "Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão, passa a ser denominado "Aeroporto

Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antônio Carlos Jobim", localizado na cidade de mesmo nome, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como se encontra. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Item 3:

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 1994

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1994 (nº 2.161/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 1.215 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, que dispõe sobre o arquivamento e eliminação de autos processuais findos, tendo

Pareceres sob nºs:

- 443, de 1996, da Comissão Diretora, Relator: Senador Ney Suassuna, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar; e

- 614, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável à Emenda nº 1-Plen, com subemenda, que apresenta.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 598, DE 1998

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 300, XV, combinado com o art. 312, alínea b, do Regimento Interno, requero destaque, para votação em separado do art. 3º do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1994, para adequação ao art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 1998. – Senador **José Fogaça**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento de destaque.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado:

Aprovado o requerimento, a parte destacada será votada oportunamente.

Completada a instrução da matéria, passa-se à votação do substitutivo, em turno suplementar, sem prejuízo da emenda, da subemenda e do destaque requerido.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à votação do art. 3º do substitutivo, destacado.

As Srs^a e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

É o seguinte o art. Rejeitado:

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Passa-se à votação da emenda de Plenário, com alteração da subemenda da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (Pausa.)

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, estimaria conhecer o texto da emenda, fosse lida ou o autor da emenda a justificasse.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça, Relator da matéria, para um esclarecimento.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, recente legislação estabeleceu que não é mais possível se encerrar o texto de um projeto com aquele enunciado "revogam-se as disposições em contrário", que é genérico e indeterminado. Toda revogação tem que ser específica. Foi um erro técnico, e estamos apenas suprimindo-o. É emenda de redação, não há nenhuma alteração temática.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Obrigado, nobre Senador José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação a Emenda nº 1, com alteração proposta pela subemenda da CCJ.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a emenda, com as modificações constantes da subemenda.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

São as seguintes as matérias aprovadas:

**SUBSTITUTIVO DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 1994**
(Nº 2.161 de 1991 na Casa de origem).

Dá nova redação ao art. 1.215 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, que dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de autos processuais findos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1.215 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.215. Os autos findos, decorridos dois anos de seu arquivamento, e desde que não haja qualquer espécie de pendência sobre eles, poderão ser destruídos por instrumento mecânico, ou outro meio adequado, conforme instruções a serem expedidas pelos Tribunais.

§ 1º As partes poderão requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do processo.

§ 2º Os documentos de valor histórico serão preservados e recolhidos ao museu ou arquivo do Tribunal respectivo.

§ 3º Os Tribunais poderão utilizar-se de discos óticos, ou de outro sistema eletrônico similar, para copiar processos que, pela natureza dos documentos ou das informações que os compõem, devem ser também preservados".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º

Dê-se ao art. 1º, do Substitutivo do Relator a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 1.215 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1.215. Os autos findos, desde que não haja qualquer espécie de pendência sobre eles, serão objeto de avaliação e terão destinação com base em tabela de temporalidade elaborada e aprovada pelos tribunais.

§ 1º Os documentos de guarda permanente serão recolhidos ao arquivo do Tribunal respectivo ou à instituição arquivística

pública de seu âmbito de atuação, para fins de preservação e acesso público.

§ 2º Os documentos elimináveis poderão ser destruídos por instrumento mecânico, ou outro meio adequado, conforme instruções a serem expedidas pelos Tribunais.

§ 3º Deverá ser dada ampla divulgação às relações dos documentos a serem eliminados, possibilitando às partes envolvidas requererem, a suas expensas, o desenvolvimento de documentos ou cópias de peças de processos.

§ 4º Os Tribunais poderão copiar processos que, pela natureza dos documentos ou das informações que os compõem, devem ser também preservados, utilizando-se de adequados recursos tecnológicos."

**SUBEMENDA Nº 1 – CCJ
(À EMENDA Nº 1 – PLEN)**

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º ao Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1994 (redação do vencido):

"Art. 1º O art. 1.215 da Lei nº 5.869, de 11 de Janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.215. Os autos findos, desde que não haja qualquer espécie de pendência sobre eles, poderão ser destruídos por instrumento mecânico, ou outro meio adequado, com base em tabela de temporalidade elaborada e aprovada pelos tribunais.

§ 1º

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

-Item 4:

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Ofício nº S/1, de 1995 (nº 24/95, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Governo do Estado do Espírito Santo para contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de dezessete milhões e novecentos e treze mil reais, equivalentes a vinte e um milhões de dólares norte-americanos, em 30 de setembro de 1994, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar e do Ensino Fundamental daquele Estado.

A Presidência, em atendimento ao Ofício nº 56, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos,

declara prejudicado o Ofício nº S/1, de 1995, nos termos do art. 334, alínea "a", do Regimento Interno.

A matéria vai ao Arquivo.

Será feita a devida comunicação ao Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 5:

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Ofício nº S/71, de 1995 (nº 3.390/95, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Governo do Estado do Espírito Santo para que possa contratar operação de crédito externo a ser realizada junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI, no valor de ECU quarenta milhões, limitadas a quarenta e quatro milhões de dólares norte-americanos, equivalentes a quarenta e um milhões, novecentos e setenta e seis mil reais, em 30 de setembro de 1995, cujos recursos seriam destinados ao financiamento de parte da contra-partida estadual no Programa de Despoluição dos Ecossistemas Litorâneos do Estado do Espírito Santo – PRODESPOL.

A Presidência, em atendimento ao Ofício nº 46, de 1998, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, declara prejudicada o Ofício nº S/71, de 1995, nos termos do art. 334, alínea "a", do Regimento Interno.

A matéria vai ao arquivo.

Será feita a devida comunicação ao Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Item 6:

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Diversos nº 34, de 1995 (nº 127/95, na origem), do Governo do Estado do Rio de Janeiro, solicitando pronunciamento desta Casa, através da Comissão de Assuntos Econômicos, no que tange à competência privativa do Senado Federal, prevista no art. 52 da Constituição Federal.

A Presidência, em atendimento ao Ofício nº 53, de 1998, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, declara prejudicado o Diversos nº 34, de 1995, nos termos do art. 334, alínea "a", do Regimento Interno.

A matéria vai ao arquivo.

Será feita a devida comunicação ao Governador do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 7:

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Diversos nº 90, de 1996, pelo qual Governadores de Estado propõem a alteração do parágrafo único do art. 14 e do art. 15 da Medida Provisória nº 1.490-14/96, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.

A Presidência, em atendimento ao Ofício nº 50, de 1998, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, declara prejudicada o Diversos nº 90, de 1996, nos termos do art. 334, alínea "a", do Regimento Interno.

A matéria vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 8:

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Diversos nº 91, de 1996, de autoria de Governadores de Estado, apresentando anteprojeto de lei que dispõe sobre refinanciamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

A Presidência, em atendimento ao Ofício nº 49, de 1998, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, declara prejudicada o Diversos nº 91, de 1996, nos termos do art. 334, alínea "a", do Regimento Interno.

A matéria vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1994, que, se não houver objeção do Plenário, será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 642, DE 1998

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1994 (nº 2.161, de 1991, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1994 (nº 2.161, de 1991, na Casa de origem), que dispõe sobre o arquivamento e a elimi-

nação de processos judiciais findos, consolidando a subemenda da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Emenda nº 1 apresentada em Plenário, e procedendo adequação redacional em obediência à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Sala de Reuniões da Comissão, 3 de dezembro de 1998. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Lúdio Coelho** – **Emília Fernandes**

ANEXO AO PARECER Nº 642, DE 1998

Dá nova redação ao art. 1.215 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, que dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de autos processuais findos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1.215, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.215. Os autos findos, desde que não haja qualquer espécie de pendência sobre eles, poderão ser destruídos por instrumento mecânico, ou outro meio adequado, com base em tabela de temporalidade elaborada e aprovada pelos tribunais." (NR)

"§ 1º Deverá ser dada ampla divulgação às relações dos documentos a serem eliminados, possibilitando às partes envolvidas requererem, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos." (NR)

"§ 2º Os documentos de guarda permanente serão recolhidos ao arquivo do Tribunal respectivo ou à instituição arquivística pública de seu âmbito de atuação, para fins de preservação e acesso público." (NR)

"§ 3º Os Tribunais poderão copiar processos que, pela natureza dos documentos ou das informações que os compõem, devem ser também preservados, utilizando-se de adequados recursos tecnológicos."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 599, DE 1998

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1994 (nº 2.161/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 1.215 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, C/Código Processo Civil, que dispõe sobre o arquivamento e eliminação de autos processuais findos.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 1998. – Senador **José Fogaça**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 596, de 1998, lido no Expediente, de urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1998, do Poder Executivo, que altera dispositivos da Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, transformando os cargos de Engenheiros Agrônomos Químicos, Farmacêuticos e Zootecnistas do Ministério da Agricultura em Fiscais de Defesa Agropecuária e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

As Srs. e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da sessão do segundo dia útil subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 597, de 1998, lido no Expediente, de urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1998 (nº 4.070/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais.

Em votação o requerimento.

As Srs. e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria que se refere figura na Ordem do Dia da sessão do segundo dia útil subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 600, DE 1998

Requer a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Carlos de Britto Velho.

Com fundamento no disposto no art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em ata de um voto de pesar, por ocasião do falecimento do ex-Deputado Federal Carlos de Britto Velho.

Justificação

Faleceu, em 1º-11-98, em Porto Alegre _ RS, o ex-Deputado Carlos de Britto Velho, ilustre descendente de uma tradicional família de políticos no estado. Foi um dos maiores defensores do parlamentarismo e desempenhou diversas funções na vida pública, além da de professor de Medicina e de Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Homem de vida pública irreparável, começou sua carreira política como Deputado Estadual pelo Partido Libertador, de 1947 até 1951, quando participou da elaboração da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, onde tentou implantar o sistema parlamentarista. Atuou na política municipal de Porto Alegre, tendo exercido o cargo de Secretário da Educação e Assistência, na gestão do então prefeito José Lourenço da Silva, em 1958. Disputou uma vaga e foi eleito deputado federal, ainda pelo PL, em 1962, tendo obtido 73 mil votos, a maior votação de todo o Estado. Ingressou na Arena e foi reeleito Deputado Federal em 1966. Desgostoso, renunciou em 1969, em protestos contra as cassações e o regime militar. Na época, ele perdeu o direito de lecionar Medicina e Filosofia durante 10 anos. Em 1989, recebeu da Assembléia Legislativa o título de Deputado Emérito. Britto Velho deixa o legado da retidão e coerência de um grande homem público que servirá como exemplo para as futuras gerações.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 1998. – Senador **Pedro Simon**.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon para encaminhar a votação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para encaminhar votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não tenho a menor dúvida de que se trata da pessoa mais digna e correta que conheci ao longo de minha vida.

Figura extraordinária foi Carlos de Brito Velho, um dos homens mais brilhantes e cultos do Rio

Grande do Sul. Médico, maragato, Deputado Estadual – fruto muito de seu trabalho – fez uma autêntica revolução na Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul.

Estabeleceu-se na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, na Constituinte estadual, na Constituição de 1947, o Parlamentarismo, que veio a ser derrubado por Walter Jobim no Supremo. Mas ele assinou a carta parlamentarista.

Deputado Federal, destacou-se na Câmara pela sua bravura, pelos seus repentes, mas de um modo especial, pela sua cultura, pela sua seriedade e grandeza.

Um homem de fé, cristão, católico fervoroso, que buscava a verdade, um homem extraordinariamente voltado para acertar.

Brito Velho, eu me lembro, vencedora a Revolução de 64, nós do Rio Grande do Sul viemos a Brasília, apavorados. Em virtude de os governadores da época, com base em ato institucional, demitiram os funcionários públicos estaduais, os diários oficiais apareciam com listas e mais listas de demissão. Qualquer governador pura e simplesmente demitia quem bem entendesse.

Deputado Sigfried Houses, Deputado Aldo Fagundes e eu viemos a Brasília. Naquela época tumultuada, negra, difícil, em que não se sabia com quem falar e a quem se dirigir, fomos a Brito Velho.

Na mesma hora, do seu gabinete, telefonou a esta figura que conheci, também fantástica e extraordinária, o Ministro da Justiça, Sr. Milton Campos. Fomos lá, fizemos a exposição, Milton Campos ficou estarecido: "Não foi para isso que fizemos a Revolução, não é este nosso objetivo, não é isto que queremos. Deixem que eu resolvo!"

Na Voz do Brasil do mesmo dia, saiu um ato complementar, determinando a obrigatoriedade de que alguém que tivesse algum pecado, alguma questão a ser resolvida que apresentasse denúncia à Procuradoria, fossem dadas as causas pelas quais era processado, fosse dado amplo direito de defesa e, depois, houvesse o julgamento.

Brito Velho era isso. Ele foi uma dessas pessoas. Tenho dezenas de cartas. Ultimamente, lá no veraneio de Torres, no alto exílio, ele e a querida companheira de mais de 50, 60 anos, passavam o dia escrevendo cartas ao Presidente da República, ainda que adversário, e a amigos. Eu era um deles.

Nas horas mais difíceis, já estava acostumado a receber cartas de Brito Velho. Vou ler uma delas, a que recebi no dia 27 de setembro de 1996, em homenagem inclusive a V.Ex^a.

"Meu querido Senador Pedro Simon e Edison Lobão:

O Sr. Luis Gonzaga Brandão Filho foi quem me solicitou uma apresentação ao Senador Pedro Simon. Minha experiência me ensinou que é um bom

homem, ainda que ele seja espírita. Mas, mesmo assim, é um bom homem. Por isso, falo sobre ele. O cidadão cujo nome escrevi acima é dirigente de uma obra do espiritismo, uma obra de caridade aqui em Torres. Envia correspondências e os documentos com o fito de obter auxílio para a obra planejada. Com o espiritismo nada tenho em comum. Sou católico apostólico romano, praticante, pecador, muito pecador, mas fervoroso defensor dos princípios da nossa Igreja.

Quando da Revolução de 1964, fui um dos que foi para o Palácio do Governo, que encontrei vazio. João Goulart já havia saído. No dia anterior, pela madrugada, eu havia apanhado o Deputado baiano e comunista Fernando Santana, homem admirável por sua dignidade a amor ao próximo, mesmo não sendo católico, mas fiel aos ensinamentos da verdade e da justiça.

Receoso eu estava de que o matassem, levei-o para meu apartamento na Super Quadra 105. Dei proteção a ele e a um operário, pelego, a quem eu já havia espinado, mas que aprendi a respeitar.

O Adauto Lúcio Cardoso, saudoso amigo e que já deve estar no céu, tantas eram as suas virtudes, foi um dos que me apresentou. Chegando em casa com o Fernando Santana e com o referido operário, disse ao amigo:

"- Estás, agora, na casa de um gaúcho. Para nós, o hóspede é sagrado. Daí a pergunta que lhe faço: caso a polícia apareça, queres reagir? Por que, se assim for, eu também entrarei na luta, a teu lado." O bom Fernando me disse:

"- Está louco? Não quero reagir. Estou disposto a me entregar. Isto, e nada mais."

O metalúrgico, um sujeito que sofria muito. Por isso, não podia ficar muito tempo enclausurado na sala, saiu e terminou por ser preso. O Fernando, em momento oportuno, o levei e o refuguei na Embaixada da Iugoslávia. Depois, levaram-no para Praga. Como nada podiam dizer contra ele, porque nada existia, pois que nunca fez nada contra ninguém, tomou a decisão de voltar ao Brasil e se entregou à Polícia do Rio de Janeiro. Assim fez e, dias depois, foi mandado para São Salvador, onde reassumiu sua função de engenheiro junto a seus irmãos.

Há pouco tempo descobri seu endereço e logo lhe escrevi uma cartinha aqui de Torres. Não imaginava uma resposta de Gerônimo. A carta veio, patética, e me fez chorar. Entre outras coisas, perguntou-me: "Brito, será que eu sou cristão sem saber"? Chorei muito, comovido. Fiquei com a sua tremenda pergunta. Respondi-lhe usando uma série de reflexões. Em uma das cartas, pedi ao Arcebispo Dom Lucas que lhe falasse. Infelizmente, a carta se extraviou.

Sr. Presidente, esse é o modelo das cartas que recebia de Brito Velho. Ele me diz ainda que, antes de me mandar a carta pedindo um auxílio para uma obra espírita, ele foi ao seu confessor. Esse lhe dis-

se que poderia pedir, já que não haveria problema, porque a bondade e a caridade se fazem em qualquer religião. Por isso, ele escrevia a carta. Esse tipo de carta, esse tipo de grandeza, esse tipo de beleza era o Brito Velho. Há trinta anos, eu, seu discípulo, às vezes, morria de vergonha, porque, na Rua da Praia, quando ele vinha, ele nos abraçava e nos beijava nas duas faces. Era homem de uma pureza fantástica; era homem de uma grandeza fantástica; era homem de uma espiritualidade extraordinária. Seu instinto, porém, era de violência. Quando ficava magoado, quando era contra alguma coisa, gritava, protestava, berrava. Houve uma oportunidade em que, no recinto da Assembléia, ele se ajoelhou e pediu perdão a Deus por aquela explosão que era da natureza dele, mas contra a qual ele lutava a vida inteira.

Sr. Presidente, em Torres, naquele seu auto-exílio, onde dezenas e dezenas de líderes, até do Brasil, iam vê-lo, quando eu ia visitá-lo, lá estava ele, lendo, lendo, rezando, rezando, rezando, refletindo e, diariamente, escrevendo cartas. Às pessoas que ele conhecia e que via com problemas, ele escrevia: "Meu caro deputado, meu caro fulano, estou vendo agora o que está acontecendo contigo. Quero levar-te uma palavra de carinho, um conselho". E vinha ele com suas reflexões.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite V Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Um momento, Senador.

Sr. Presidente, juro por Deus, ele atingiu o máximo da espiritualidade. Há dois anos, perdeu a esposa. Os dois viviam permanentemente juntos. E ele, se contorcendo em dor, dizia: "É o sinal que Deus me dá de que vai me chamar. Mas é a obrigação que tenho de pagar, e Ele me determina o máximo do meu sacrifício: esse tempo que eu vou ter de sobreviver sozinho".

Sr. Presidente, fomos lá para ficar com ele, e parecia que ao redor dele havia a figura de um misticismo do Espírito Santo, dons de superioridade, dons de algo que ia além do natural. Por amor de Deus! A maneira dele falar e a grandeza, a singeleza, a pureza do que ele falava tudo era fantástico.

Vou lhes dizer do fundo do meu coração. Brito Velho foi um grande médico, um grande professor. Ele renunciou ao cargo de Deputado Federal quando o Congresso foi fechado. Fechado o Congresso, esperou nove meses, após o que escreveu uma carta: "Renuncio à deputação federal; renuncio porque nove meses é o espaço necessário para nascer uma criatura humana; fora disso, estamos no terreno do zoológico".

Deixou de ser deputado, e o afastaram da cátedra em represália a sua renúncia. Ele aceitou com humildade. Insistimos para que se candidatasse novamente, fazendo inclusive um dramático apelo. Ele negou alegando que essa parte de sua vida já esta-

va encerrada e que, doravante, se dedicaria à reflexão, ao estudo e à purificação da sua alma.

Observe, Sr. Presidente, a vida de monge, singela, que ele levou, e a purificação que fez em seu espírito, em sua alma e em seu sentimento. Perceba sua grandeza ao escrever, diariamente, três cartas a pessoas que dele precisavam. Veja o bem que ele fez a mim ao me enviar suas cartas nas minhas horas mais dramáticas no âmbito pessoal ou político – como ocorreu com tanta gente que conheço.

Morreu Brito Velho. Mas eu, um homem de fé, não tenho dúvida alguma em afirmar que, se existe céu – e eu sei que existe –, e se há pessoas que podem chegar lá diretamente, lá está Brito Velho. Só não sei como vai se acertar nos seus repentes, no seu gênero, porque lá pelas tantas, talvez hoje, ele já esteja escrevendo uma carta para São Pedro, falando sobre as coisas que não gosta e que lá devem ser modificadas. Deus tenha em paz a figura de Brito Velho. Deus tenha em paz a figura desse grande nome, dos maiores nomes que passaram pelo Congresso Nacional, dos maiores nomes da história do Rio Grande, dos homens mais dignos, mais corretos, mais sérios que eu conheci em toda a minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1967 éramos Deputados Federais na casa dos trinta – V. Ex.^a tinha acabado de deixar a nossa Câmara. Um dos remanescentes aqui se encontra, o hoje Senador Djalma Bessa.

Brito Velho devia ter na nossa frente uns 25 anos. Formávamos uma equipe em torno dele, sempre recebendo os seus conselhos. Quando o Ato Institucional n.º 5 cassou aquela turma de companheiros que, em derredor dele, sempre o ouvia em silêncio, ele aguardou, como disse há pouco o Senador Pedro Simon, uma temporada, justificando que, como o seu mandato não tinha sido cassado a exemplo dos seus demais amigos, renunciava a continuar desempenhando aquela outorga que o povo do Rio Grande do Sul lhe havia concedido.

Mandou-me uma carta que foi a primeira de uma longa série. Latinista, suas citações eram um primor. Suas conversas e suas cartas sempre começavam com uma citação latina em homenagem a Jesus Cristo. Dominava a língua de Racine porque tinha ido à França fazer pós-graduação como médico psiquiatra.

É uma pena que somente hoje-eu tome conhecimento, pelo requerimento do Senador Pedro Simon, de que Carlos de Brito Velho faleceu. Há certos tipos de homens que ainda que seus inimigos não o queiram hão de tê-lo como modelo. Ficou-nos o exemplo da dignidade e da honradez pessoal de Brito Velho. Célebres são suas cartas aos Presiden-

tes da República, nas quais sempre fazia uma análise crítica e apontava caminhos e soluções. Tudo isso faz com que, nesta hora, de forma bastante triste, eu me veja compelido pela saudade a aderir ao requerimento do Senador Pedro Simon.

É uma pena que nem todas suas cartas possam constar de uma antologia, pois em algumas, de ordem pessoal, ele fazia confidências acerca de sua vida pública e de seus desencantos. Tanto o Senador Pedro Simon, como eu e tantos outros amigos fomos contemplados com as cartas que ele tinha alegria de enviar. É uma pena que ele tenha partido sem deixar uma obra pessoal da sua experiência vivida na Câmara Federal junto com seus companheiros.

De qualquer sorte, nesta hora, V. Ex^a, que o conheceu e que preside a Casa, faz com que a dor seja menor, porque alguém se lembra de registrar que, sem dúvida nenhuma, ele foi um cavalheiro que poderia usar a divisa de Bayard: "Sans peur et sans reproche".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Concedo a palavra ao Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o justo elogio de Carlos de Brito Velho, o Brito Velho, como era seu apelido parlamentar, já foi feito, com muito brilho e emoção, pelo nobre Senador Pedro Simon, a que o nobre Senador Bernardo Cabral acresceu referências do seu conhecimento direto.

Também conheci de perto Brito Velho. Quando exercia eu o primeiro mandato de Senador, era ele Deputado Federal. Morávamos na Superquadra 105 e, freqüentemente, vínhamos juntos para o Congresso, em companhia do Senador Men de Sá. Era uma figura encantadora. Cordial, afetuoso, mas, ao mesmo tempo, se as circunstâncias exigissem, era homem de manifestação brusca, por sua bravura. Culto, largamente culto, ele revelava a cultura, entretanto, com a maior simplicidade; fazia-o na conversa, como quem nada demonstrava, mas aí seus conhecimentos se desdobravam com encanto para quem o ouvisse.

E o homem que, de princípio, apoiou o movimento militar de 64, mantendo, entretanto, sua postura de independência, quando considerou que o Governo estabelecido não correspondia aos seus anseios democráticos, renunciou ao mandato de Deputado e se recolheu ao Rio Grande do Sul.

Não há muito recebi dele longa carta, em que referiu nomes, fatos, circunstâncias do tempo em que convivemos. A idade e a doença não lhe faziam esquecer impressionantes pormenores que ele tra-

zia à nossa memória. Agora o Senador Pedro Simon nos dá a triste notícia do seu falecimento.

Quero juntar o testemunho de saudade e de apreço a essa singular figura da vida brasileira ao tempo em que manifesto ao seu Estado a tristeza por sua perda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Com a palavra o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu talvez não estivesse protelando esta sessão com as minhas palavras, embora sejam breves, se me não tivesse negado o aparte o eminente Senador Pedro Simon. Todavia, aqui estou para dizer que também fui um grande amigo de Brito Velho. Eu o conheci nos anos 60, quando aqui cheguei como jornalista, e ele era deputado; logo tivemos um bom relacionamento e passei a admirá-lo como um dos pró-homens da vida pública brasileira.

Brito Velho tinha todas as qualidades e quase nenhum defeito. Era homem de uma coragem espantosa, conquanto fosse profundamente generoso. Era capaz de admirar e proclamar a sua admiração a grandes líderes da revolução, como Milton Campos e tantos outros, ao revés de alguns outros líderes da oposição, à época, que sempre encontravam defeitos em todos os líderes da revolução.

Lastimo também o desaparecimento de Brito Velho, que por igual me enviava cartas freqüentemente; eu as respondia todas, porque com elas eu sempre aprendia alguma coisa.

Lastimo seu desaparecimento e envio, desta tribuna do Senado da República, as minhas condolências à família desse bravo homem do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Gostaria de associar-me ao requerimento do Senador Pedro Simon. Fui tomado, como toda a Casa, de surpresa pela notícia do falecimento do Deputado Brito Velho. Fui seu colega. E como era bem mais jovem — também já fui jovem, Senador Pedro Simon —, ele me tratava com carinho especial. E até nutria por mim certa admiração, pois em alguma coisa nós nos parecíamos: no temperamento, embora não fosse eu jamais uma figura tão importante quanto Brito Velho àquela época. Ele e sua senhora sempre foram muito gentis com todos os colegas.

E aqui se via aquele contraste entre Raul Pilla e Brito Velho, embora Brito Velho fosse discípulo de Raul Pilla. Algo que agradava a todos nós era ver

esses dois gaúchos e mais um terceiro, Men de Sá, que estavam sempre juntos. O Dr. Raul Pilla diariamente fazia a pé o trajeto da Superquadra 105 até o Congresso. Brito Velho, Senador Pedro Simon, realmente era essa figura que V. Ex^a traçou admiravelmente: homem bom, católico, homem de fé, homem solidário, inclusive na Revolução de 64, com aqueles que V. Ex^a citou, dentre os quais destaco Fernando Santana, que foi e é, também, muito meu amigo, a quem pude ajudar, na Bahia, fazendo com que ele pudesse exercer a sua profissão e ter obras públicas para realizar, quando fui Prefeito de Salvador.

Contudo, Brito Velho era esse homem. E, como disse o Senador Josaphat Marinho, se S. Ex^a era esse homem bom, era também homem dos românticos, não abandonando o punhal que trazia à cintura, para qualquer emergência – felizmente, não foi necessário. Era um homem admirável pela sua cultura, pela sua coragem, pelo seu desassombro.

Sinto, como se gaúcho fosse, o seu desaparecimento e louvo V. Ex^a pelo discurso que fez, bem como os Senadores Bernardo Cabral, Josaphat Marinho e Edison Lobão, porque ninguém merece mais que Brito Velho essas homenagens.

Daí por que não vou tomar a iniciativa, mas vou sugerir a V. Ex^a que façamos a busca dos discursos, das cartas a fim de publicarmos, pelo Senado, um livro sobre Brito Velho, não só para o seu Estado, mas para o Brasil, porque S. Ex^a foi, sem dúvida, um exemplo de parlamentar, de professor, de homem, merecendo, pois, que o povo brasileiro o conheça melhor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 601, DE 1998

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 336, b, combinado com 338, II, do RISF, requeremos urgência, para o Projeto de Resolução nº 97, de 1998 que "dispõe sobre as operações de crédito destinadas a compensar os Estados e o Distrito Federal por perdas de receita decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996".

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 1998.
– Pedro Piva – Francelino Pereira – Carlos Bezerra – José Saad – Osmar Dias – Lucio Alcântara – José Fogaça – Pedro Simon – Eloi Portela – Lauro Campos – Djalma Bessa – Júlio Campos – Bello Parga – José Eduardo Dutra – Leonel Paiva – Leomar Quintanilha – José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Peço licença ao Plenário para colocar em votação, nos termos do art. 336, requerimento de urgência para o Projeto de Resolução nº 97, que dispõe sobre as operações de crédito destinadas a compensar os Estados e o Distrito Federal por perda das receitas decorrentes da Lei nº 9.424.

O referido requerimento foi hoje votado na Comissão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento, a matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da sessão do segundo dia útil subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 643, DE 1998

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução nº 95, de 1998, que "Altera a Resolução nº 78, de 1998".

Relator: Senador **Osmar Dias**

I – Relatório

O Projeto de Resolução nº 95, de 1998, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, dispensa do atendimento dos requisitos mínimos dispostos nos arts. 6º e 8º, e do requisito não-essencial previsto no art. 13, VIII, da Resolução nº 78, de 1998, as operações de crédito realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios junto a instituições oficiais de crédito, a organismos multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros, e destinadas ao financiamento de programas de modernização administrativa e de melhoria da qualidade de vida da população.

Foi apresentada, no prazo regimental, a Emenda nº 1, da autoria do Senador Beni Veras, que dispensa do cumprimento do art. 18 da Resolução nº 78, de 1998, isto é, da vedação de contratação de operações de crédito nos cento e oitenta dias finais dos mandatos de governadores e prefeitos, os empréstimos destinados ao saneamento das instituições financeiras oficiais estaduais.

É o relatório.

II – Voto

Como forma de economia processual, por tratarem da mesma matéria, ou seja, alteração da Resolução nº 78, de 1998, e por terem o mesmo Relator de-

signado, o texto do Projeto de Resolução nº 95, de 1998, exceto a parte que trata dos empréstimos para melhoria sustentada da qualidade de vida da população urbana, foi incorporado, sob a forma de substitutivo, ao Projeto de Resolução nº 97, de 1998.

Assim, manifesto-me pela prejudicialidade do Projeto de Resolução nº 95, de 1998, e da Emenda nº 1.

Sala da Comissão, 3 de dezembro de 1998.
Pedro Piva, Presidente – Osmar Dias, Relator – José Saad – Carlos Bezerra – José Fogaça – Lúcio Alcântara – Eloy Portella – Eduardo Suplicy – Júlio Campos – Francelino Pereira – Leomar Quintanilha – Pedro Simon – José Eduardo Dutra – Lauro Campos – Bello Parga – Djalma Bessa – José Agripino – Leonel Paiva.

**DOCUMENTO ANEXADO, PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS
TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO
ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO**

EMENDA Nº 1

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Resolução nº 95, de 1998:

Art. 1º A Resolução nº 78, de 1998, passa a vigor acrescida dos seguintes arts. 45-A e 45-B:

***Art.45-A**

Art. 45-B Aos contratos firmados entre os estados e o Distrito Federal e a União, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), não se aplica o disposto no art. 18."

Justificação

O art. 18 da Resolução nº 78, de 1998, veda a contratação de operações de crédito nos últimos cento e oitenta dias dos mandatos de governadores e prefeitos, como forma de preservar a saúde financeira das unidades federativas durante a período final dos mandatos de seus respectivos chefes do Poder Executivo e, especialmente, durante o período eleitoral.

Ocorre que tal vedação abrange, também, as operações de crédito contratadas ao amparo do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES). Tal programa, criado por medida provisória, visa ajudar os estados e o Distrito Federal a sanear suas instituições financeiras, não podendo, portanto, ser considerado como uma operação de crédito que possa afetar negativamente a situação financeira do tomador.

Entendo, assim, que a Resolução nº 78, de 1998, deve incorporar um dispositivo que excepcionalize as operações do Proes do cumprimento do citado art. 18, razão pela qual apresento a presente emenda ao PRS nº 95/98, de autoria do Senador Lúcio Alcântara.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos Senhores Senadores para a aprovação desta proposição.

Sala das Comissões, – Senador Beni Veras.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
- A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Resolução nº 95, de 1998, será incluído em Ordem do Dia na próxima terça-feira, dia 8, a fim de

ser declarado prejudicado, tendo em vista o parecer que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC).
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho analisado o momento que vivemos e, por isso, desejo tecer alguns comentários, neste instante, sobre o que se passou ontem na sessão do Congresso Nacional, mais precisamente sobre o prazo que temos agora para votar o Orçamento – o dia 15 deste mês – e sobre os resultados que aí pairam e sobre como vamos fazer para que isso aconteça.

Todos pregam – e é bem verdade – que precisamos encontrar um denominador comum, que precisamos encontrar o ajuste fiscal do País. Sem ele, sem termos um controle, gastando aquilo que se arrecada, não ultrapassando ou – para se usar a gíria –, dando um passo maior que as pernas, não haverá o equilíbrio e, em consequência, estaremos sempre nessa situação.

Ontem, uma das propostas do Governo que tramita no Congresso Nacional, para encontrarmos o ajuste, não conseguiu avançar. Sei que é difícil, mas votarmos a questão da contribuição em relação à Previdência era uma das propostas para o equilíbrio orçamentário. Depois de muitos debates – não quero culpar a quem quer que seja –, podemos ser sinceros: nós, Governo, e nós, brasileiros, de certa forma, fomos derrotados em relação ao equilíbrio, em relação à tese de fazermos com que o Orçamento seja algo respeitável no Brasil e em relação a poder-mos vender uma imagem de que estamos fazendo o ajuste preconizado.

Sr. Presidente, queiramos ou não – é lógico que não podemos agora aceitar ameaças de qualquer natureza –, o Orçamento encontra-se no Congresso Nacional e é necessário encontrar um caminho, o que não será fácil. A decisão é nossa, porque aqui está o Orçamento, e precisamos, até o dia 15, votá-lo. Digo que é uma situação difícil porque – como diz o relator do Orçamento – ele já vem bastante enxuto, não tendo mais como ser espremido; todavia, queiramos ou não, a responsabilidade perante o País e perante o futuro é nossa, Sr. Presidente, nobres colegas. Digo também que a situação não é fácil porque, se analisarmos os cortes, veremos que é preciso fazer o equilíbrio das contas públicas.

Afirmar, há poucos dias nesta Casa, que o momento de buscarmos o equilíbrio é este – e não sei se por parte do Governo, das Lideranças ou de nós –, porque depois será tarde. Quem sabe existam pro-

postas, em andamento, no sentido de retardar investimentos em alguns setores deste País? O que não for emergencial, o que estiver na iminência de ser levado avante, poderemos, em vários setores, postergar. Há vários investimentos na Justiça do Trabalho, várias programações. Quem sabe possamos retardar os investimentos em espaços físicos sem que haja prejuízos, levando justiça a quem quer que seja neste País? Quem sabe, nesses momentos duros, possamos fazer com que os espaços físicos que já existem sirvam para que possamos acomodar a situação e levar justiça a quem necessita. Sei que, em vários lugares do Brasil, espaços físicos estão sendo construídos para a Justiça Eleitoral, já havendo recursos alocados no Orçamento para esse fim. Quem sabe possamos retardar um pouco esse processo, já que as eleições no Brasil só ocorrem de dois e dois anos? Contudo, sem que ocorram prejuízos quando estas chegarem. Será que não é possível que os próprios juizes, os próprios desembargadores, nas épocas eleitorais, ocupem os espaços que já existem, para que possamos, assim, atender bem os pleitos? Será que, mesmo em outros setores, não é possível encontrar outros caminhos e fazer ajustes?

Queiramos ou não, no resultado de ontem – sejamos sinceros, Sr. Presidente, nobres colegas –, prevaleceu o interesse dos privilegiados deste País. Ontem, saíram vitoriosos os privilégios de um certo modo, porque, se queríamos cortar na própria carne, daqueles que recebem mais, essa tese não prevaleceu.

Como sairemos pelo País a fora, onde estamos a ver que a grande maioria dos brasileiros está a penar, Sr. Presidente, nobres colegas, com o desemprego, com a falta de moradia, nas filas da saúde à busca de atendimento, quando estamos a encontrar na Previdência Social sérios descabimentos e diferenças, quando observamos entendimentos entre o capital e o trabalho no sentido da diminuição do próprio salário para não haver a perda do emprego, enfim, quando assistimos a tudo isso no Brasil? Ontem, sejamos sinceros, o privilégio saiu vitorioso.

O chamamento no sentido da contribuição daqueles que mais ganham para o alcance do equilíbrio e do ajuste fiscal não saiu vitorioso no início da noite de ontem, quando se isentava os que menos ganham e também aqueles que chegam aos 70 anos e, nesse meio termo, dos que mais participam, de acordo com os levantamentos que aí estão.

Para sairmos a explicar isso à Nação não será fácil.

São momentos em que precisamos encontrar alguns caminhos. Não sei se, de acordo com a legis-

lação, ainda neste mês é possível. Mas é preciso refletir sobre isso.

Conforme levantamentos, o déficit do próximo ano será de R\$20 bilhões, e aproximadamente 900 mil servidores públicos federais consomem mais da metade desse valor. Vamos ser sinceros: se não foi possível aprovar a contribuição, não sei como vamos encontrar um caminho, uma outra saída. Quem sabe um empréstimo temporário, uma contribuição por um determinado tempo, para equilibrar as contas.

Sr. Presidente, o produtor rural, hoje, contribui com 2,8% sobre a sua produção, sobre o que vende, e a proposta do Governo é passar de 2,8% para 5%. Não vamos ter coragem para votar isso agora, já que em relação àqueles que mais ganham não conseguimos sensibilizar o Congresso Nacional para a necessidade da contribuição. Quem sabe seria uma alternativa essa contribuição de 20% daqueles que ganham acima de R\$1.200,00 ser devolvida, corrigida, daqui a 4 ou 5 anos, quando o País atingir o desenvolvimento e conseguir mais riquezas. Talvez fosse uma solução para sairmos deste verdadeiro desajuste vigente. Por isso não podemos aumentar a cobrança de 2,8% para 5% sobre a produção agrícola; os produtores vivem descapitalizados. Vai ser muito difícil, Sr. Presidente, enfrentarmos este dilema. Como em relação àqueles que mais percebem não tivemos condições de encontrar um caminho visando a essa contribuição, ainda que momentânea, para vencermos o desajuste que aí está, a situação ficará delicada. É a preocupação que trago à Casa.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Com muita alegria, nobre Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Nobre Senador Casildo Maldaner, hoje foi um dia dedicado ao exame daquilo que aconteceu ontem no plenário do Congresso Nacional. Gostaria de, em poucas palavras, lembrar o que foi dito aqui, neste Plenário, pelo Ministro Pedro Malan, secundado pelo Presidente do Banco Central. Disseram eles que os técnicos do Governo estavam procurando de onde retirar recursos da sociedade, onde encontrar alguma gordura para retirar da sociedade e que estava difícil encontrar esses elementos capazes de serem transferidos para garantir o endividamento externo e, mais ainda, o pagamento do endividamento social a que somos submetidos. O que me pareceu sintomático ontem foi o fato de que não foi uma vitória da oposição o que ali assistimos; foi a consciência tomada pelos representantes do povo brasileiro de que o limite já

foi atingido, a sociedade brasileira já entregou todas as gorduras que o Governo vem cobrando dela há tantos anos, e essas gorduras, muito infelizmente, são retiradas daquelas partes, daqueles segmentos mais esqualidos da população, mais pobres, com menos recursos para repassar e para servir de garantia. Dos US\$41 bilhões que agora estamos pleiteando, já chegaram US\$5,3 bilhões. Para quê? Para a saúde? Para a educação? Para os investimentos produtivos? Não, apenas para manter esse dinheiro numa perversa reserva, para repor a reserva de US\$40 bilhões que se foi embora no último ataque especulativo. Está de parabéns o Congresso Nacional por tomar aquela decisão suprapartidária. Trata-se, ali, da visualização de que estávamos todos defendendo a vida coletiva ameaçada por esse processo devastador. É uma concha tênue que ainda protege alguns segmentos da sociedade. Essa solidariedade para com a vida social ameaçada foi traduzida naquela decisão de ontem. O Governo deve ter sensibilidade para sentir que ultrapassou o limite de exigência de recursos. O próprio Presidente afirmou, há poucos dias, que o Brasil é uma caixa de Pandora. Ele próprio reconhece as perversidades que estão sendo praticadas, como sempre, em nome de exigências externas impostas pelo FMI, pelos credores internacionais. Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB - SC) -
Recebo o aparte de V. Ex^a, Senador Lauro Campos.

Quero reafirmar aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha preocupação em relação ao momento que estamos vivendo. Não entro no mérito de dizer se foi acertado ou não. Só sei que como está não pode ficar. Como se encontra a situação, não é possível, porque, se há um déficit, uma previsão de que, no ano que vem, vão faltar cerca de 20 bilhões para cobrir a Previdência, e se não conseguirmos, até o dia 15 - data em que vamos votar o Orçamento do ano que vem -, encontrar um caminho para isso, seremos todos uns derrotados. O Governo, o Congresso, todos nós que temos mais ou menos responsabilidades, seremos derrotados. Se ficar como está, Sr. Presidente, nobres colegas, não haverá festa natalina, não haverá fim de ano, não haverá, na minha opinião, motivação para a posse do novo mandato do Presidente da República por mais quatro anos no próximo dia primeiro de janeiro. O País não vai acompanhar a posse com entusiasmo, porque seus rumos não estão definidos. Nesses quatro anos, nessa primeira fase de mudanças, de alterações, não conseguimos implantar uma efetiva estabilidade para o Brasil. Não conse-

guimos o ajuste nem conseguimos traçar os caminhos, as linhas claras.

Sr. Presidente, como não conseguimos avançar ontem, a preocupação é grande. Não poderemos ter fim de semana, Sr. Presidente. Penso que o Governo; os Líderes desta Casa, todos não poderemos ter fim de semana, sem encontrarmos um caminho mais claro. Como vamos enfrentar a situação? Não temos mais de onde tirar, nem como cobrar mais dos brasileiros. Será que não podemos convencer aqueles que mais percebem, numa conversa franca e transparente entre os responsáveis, não de uma forma de desconto permanente, de uma certa altura em diante, mas de uma forma de empréstimo ao Governo, que seria devolvido mais tarde? Por que não devolver, na hora em que encontrarmos o caminho do progresso, do desenvolvimento e do equilíbrio, aos poucos, àqueles que já, de um certo modo, têm direito adquirido neste País? Pelo menos, seus programas, seus traçados, seus orçamentos, em plena execução, já vêm acontecendo. Por que não? Quem sabe mais tarde devolver isso fosse uma saída, Sr. Presidente? Não podemos ficar de braços cruzados, pois seremos tachados de irresponsáveis. É preciso encontrar esse caminho. Não é possível ficarmos dessa forma! É preciso, Sr. Presidente e meus nobres colegas, clarearmos tudo isso. O ajuste é importante. O Orçamento não pode ficar dessa forma. É necessário que haja uma imagem clara para o Brasil, para o setor produtivo, para os trabalhadores, para todos. É preciso, Sr. Presidente, avançarmos!

Hoje, todos nós sabemos, que as empresas estão acordando com seus funcionários no sentido da diminuição dos salários, com a finalidade de preservar os empregos. Será que não é possível entre nós, entre os que mais percebem e que podem continuar com seus empregos, avançarmos na busca de um entendimento e do equilíbrio na previdência?

Não sei se será daqui a quatro ou cinco anos, Sr. Presidente, mas a reforma tributária está aí. Vamos discuti-la, vamos votá-la! Quem sabe depois de implantada consigamos talvez coisas melhores, como o crescimento do PIB, da renda nacional. O Governo ganhará com isso e - quem sabe - com a própria reforma tributária, aumentando as bases de contribuição deste Brasil, e com isso ofereceremos mais mão-de-obra, emprego, melhores condições de vida para os brasileiros. Será que isso não é possível?

O nosso PIB, atualmente, está em R\$800 milhões. Vamos tentar avançar nessa base. As previsões para o ano que vem: são negativas! E ainda vamos avançar com esse desequilíbrio da Previdên-

cia. Seremos responsabilizados no futuro, Sr. Presidente, se não apontarmos os caminhos.

Temos de buscar as saídas, o Governo, os responsáveis, todos nós. Se ficarmos assim, ficaremos desacreditados. Não sei se será uma medida quanto ao excedente, em relação a quem recebe mais de R\$1.200 ou R\$1.300, conforme havia sido programado; ou se será em forma de empréstimo e posterior devolução, de acordo com o rendimento da caderneta de poupança no momento em que o País crescer ou quando chegarmos a um entendimento. Mas trata-se de uma dívida que a Nação tem com quem já dispõe de uma programação, mais ou menos definida em vida, como forma de direito adquirido. Algo deve ser feito, Sr. Presidente. Não podemos ficar como estamos.

Deixemos de lado o que não foi possível e avancemos. Não há como titubear. É necessário que nos reunamos inclusive à noite ou nos finais de semana. Porém, precisamos apresentar alguma solução. A votação do orçamento está próxima: ocorrerá até o dia 15.

Isso deve ficar claro, Sr. Presidente. O orçamento há de ser honrado. Neste País – sejamos sinceros –, deixa-se de valorizar e de respeitar muita coisa. Não se seguem as programações delineadas, que ficam muito fragilizadas. Não se leva isso muito a sério. O Brasil precisa ser mais respeitado não apenas aqui, mas também internacionalmente.

Em prol do desenvolvimento, é preciso que haja uma maior geração de riquezas e, conseqüentemente, maior arrecadação e oferecimento de melhores condições de mão-de-obra a milhões de jovens que entram no mercado de trabalho. Para isso, temos que pensar. Hoje, todos – sem exceção –, somos responsáveis.

Isso, Sr. Presidente, é uma reflexão depois de tudo o que se passou ontem à noite. Não é possível deixar a situação como está. Precisamos encarar esses problemas. São questões que, com maturidade, inteligência e responsabilidade, necessitamos enfrentar.

Eram essas algumas das minhas considerações. Sei que muitos pensam desse modo, para que os brasileiros como um todo possam acompanhar, e todos possamos apresentar alguma coisa transparente, clara, franca de soluções para este País.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Djalma Bessa.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra para uma comunicação como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Djalma Bessa) – Tem a palavra V. Ex.^a, Senador Eduardo Suplicy, como Líder.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requeiro seja registrada nos Anais do Senado Federal a ação popular que, juntamente com o Deputado Marcelo Déda, a Senadora Marina Silva, Senadores Ademir Andrade, Roberto Freire, José Eduardo Dutra, Sebastião Rocha, Abdias do Nascimento, Antonio Carlos Valadares, Lauro Campos, Roberto Requião, Deputada Maria da Conceição Tavares, Senadora Emilia Fernandes, demos entrada ontem na Justiça Federal, 15.^a Vara, tendo sido designado o Juiz João Luiz de Souza para examinar os seus termos.

Trata-se de uma ação popular com o objetivo de fazer com que o Governo brasileiro cumpra o que está na Constituição, artigo 52, inciso V, que diz :

"Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

(...)

V – autorizar as operações externas de natureza financeira, de interesse da união, dos Estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos Municípios;"

O Presidente Antonio Carlos Magalhães acaba de nos informar que, na próxima terça-feira, às 16h30min, o Ministro Pedro Malan comparecerá à Comissão de Assuntos Econômicos para explicar os termos desses acordos. O Ministro enviará, até as doze horas da segunda-feira, conforme já ontem o Presidente Antonio Carlos Magalhães ouviu de S. Ex.^a, os documentos referentes ao acordo com o BIRD e todos os demais entendimentos.

Teremos a oportunidade, inclusive quando da prestação de esclarecimentos do Ministro Pedro Malan, de dizermos por que avaliamos como importantíssima essa ação popular. O nosso entendimento é o de que o conjunto das operações valendo US\$41,5 bilhões deva ser, com todas as instituições, autorizado, apreciado e votado pelo Senado Federal antes que todo o procedimento entre em vigor. É a defesa da prerrogativa desta Casa.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU
PRONUNCIAMENTO:**

**EXMº. Sr. Dr. JUIZ DA VARA FEDERAL DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA.**

99834000301122

JUSTIÇA FEDERAL-DF
- 2 DEZ 18 3 9 8 000000
DISTRIBUIÇÃO-NUCJU

EDUARDO MATARAZZO SUPLICY, brasileiro, casado, economista, Senador pelo PT-SP e Líder do Bloco de Oposição no Senado, Título de Eleitor nº 865085901/83 - SP, e **MARCELO DÉDA CHAGAS**, brasileiro, casado, advogado, Deputado Federal pelo PT-SE e Líder do Bloco de Oposição na Câmara Federal, Título de Eleitor nº 31767021/35 SE, **MARIA OSMARINA SILVA DE SOUZA**, brasileira, casada, historiadora, Senadora pelo PT-AC, Título de Eleitor nº 9620924/02 -AC, **ADEMIR GALVÃO DE ANDRADE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, Senador pelo PSB-BA, Título de Eleitor nº 10047013/09 - PA, **ROBERTO JOÃO PEREIRA FREIRE**, brasileiro, casado, advogado, Senador pelo PPS/PE, Título de Eleitor nº 57634608/09 - PE, **JOSÉ EDUARDO DE BARROS DUTRA**, brasileiro, casado, geólogo, Senador pelo PT-SE, Título de Eleitor nº 24165821-43-SE, **SEBASTIÃO FERREIRA DA ROCHA**, brasileiro, casado, médico, Senador pelo PDT-AP, Título de Eleitor nº

9337025/85-AP, **ABDIAS DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, Senador pelo PDT-RJ, Título de Eleitor nº 14618403/29 - RJ, **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, brasileiro, separado judicialmente, advogado, Senador pelo PSB-SE, Título de Eleitor nº 32920121/19 -SE, **LAURO ALVARES DA SILVA CAMPOS**, brasileiro, casado, economista, Senador pelo PT-DF, Título de Eleitor nº 6790352/62 - DF, **ROBERTO REQUIÃO DE MELO E SILVA**, brasileiro, casado, advogado, Senado pelo PMDB-PR, **CONCEIÇÃO TAVARES**, Deputada Federal pelo PT -RJ e **EMILIA THEREZINHA XAVIER FERNANDES**, brasileira, casada, Senadora pelo PDT-RS, todos com endereço na Praça do Três Poderes, Senado Federal, Anexo II, Ala Alexandre Costa, Gab. 11, , vêm, com base no art. 5º, LXXIII, da Constituição Federal e na lei nº 4.717, de 29.06.65, propor **AÇÃO POPULAR CONSTITUCIONAL**, neste ato representados por seus judiciais procuradores, contra ato ilegal e lesivo ao patrimônio público perpetrado pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e o Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Sampaio Malan, o primeiro domiciliado no Palácio do Planalto e o segundo no Ministério da Fazenda, em razão dos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

DOS FATOS

1. Nas últimas semanas, através da mídia impressa e falada, o Ministro da Fazenda, Pedro Malan e o Presidente da República, Sua Excelência, Fernando Henrique Cardoso, têm divulgado a celebração, com o Fundo Monetário Internacional - FMI, juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Mundial (BID), países membros do G-7 e outros, de acordo internacional visando a liberação, por parte daqueles organismos financeiros, de cerca de US\$ 41,5 bilhões de dólares americanos.

2. A referida operação, fato público e notório, servirá para que o Brasil possa garantir suas reservas internacionais, evitando a fuga do chamado capital volátil.

3. Segundo o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, em função do acordo já celebrado, uma parcela de aproximadamente US\$ 10 bilhões será liberada pelo Fundo Monetário Internacional nesta data.

4. Ocorre que, o referido acordo, que possibilitará a liberação dos recursos pelo FMI, foi efetivado sem que os Réus observassem o disposto no art. 52. inciso, V, da Constituição Federal, que de forma insofismável exige, para contratação de operação financeira, a autorização prévia do Senado Federal. senão vejamos:

*"Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:
(...)*

V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;"

5. O entendimento acima é mais que cristalino, reconhecido inclusive pelo próprio Ministro da Fazenda, Pedro Malan, que, quando da contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 155,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Suporte e a Reforma do Setor de Ciência e Tecnologia - PADCT/III, encaminhou o seguinte ofício ao Presidente da República:

"E. M. nº 711 /MF

Brasília, 09 de dezembro de 1997

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia solicitou deste Ministério a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor equivalente a até US\$ 155,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Suporte e a Reforma do Setor de Ciência e Tecnologia - PADCT/III.

2. O Banco Central do Brasil efetuou o chamado "credenciamento" da operação, conforme Carta FIRCE/DIAUT/SUCR/97/562, de 1997, tendo a Secretaria do Tesouro Nacional prestado as informações sobre as condições financeiras da operação, mediante, o PARECER STN/COREF/DIREF Nº 496, de 26 de novembro de 1997, e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional emitido Parecer quanto à legalidade da minuta contratual.

3. A operação de crédito em apreço tem as seguintes condições financeiras:

Juros: até 0,5% a.a. acima da taxa equivalente ao custo dos "Qualified Borrowings" cotados no semestre precedente ao período de juros a iniciar, incidentes sobre o saldo devedor do principal, a partir da data de cada desembolso;

Comissão de Compromisso: até 0,75% a.a. sobre o montante não desembolsado, contada a partir da data de assinatura do contrato;

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- do Principal: em 20 (vinte) parcelas semestrais, consecutivas e iguais no valor US\$ 7.750.000,00 (sete milhões, setecentos e cinquenta mil dólares norte-americanos) cada uma, vencendo-se a primeira em 15.08.2003 e a última em 15.02.2013;
- dos Juros: semestralmente vencidos, em 15.02 e 15.08 de cada ano;
- da Comissão de Compromisso: semestralmente vencida, em 15.02 e 15.08 de cada ano.

4. Anexas a esta Exposição de Motivos encontram-se cópias da minuta contratual e dos pronunciamentos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional, acompanhados dos respectivos anexos.

5. Assim sendo, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para solicitar se digne a Presidência da República dirigir Mensagem ao Senado Federal, a fim de se obter autorização daquela Casa para a contratação da operação financeira de que se trata.

Respeitosamente,

PEDRO SAMPAIO MALAN

Ministro de Estado da Fazenda"

(grifos nosso)

6. Como se vê, no ofício acima transcrito, o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, solicita que a Presidência da República dirija Mensagem ao Senado Federal, objetivando obter autorização daquela Casa para a contratação da operação financeira acima mencionada. Para tanto, faz juntar cópia da minuta contratual e parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, cuja ementa, como não poderia deixar de ser, confirma o mesmo entendimento do Ministro, *verbis*:

"P A R E C E R

PGFN/COF/Nº 2056/97

Operação de crédito externo a ser celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor equivalente a até US\$ 155,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Suporte e a Reforma do Setor de Ciência e Tecnologia - PADCT/III. Exame sob o aspecto da legalidade da minuta contratual. Operação sujeita à autorização do Senado Federal. Constituição Federal, art. 52, V, e VII; Resoluções do Senado Federal ns. 96/89 e 17/92; Decreto-lei 1.312/74; Decreto-lei nº 147/67, art. 1º, III; Decreto nº 1.745/95, art. 7º, III. (grifos nosso)

7. Com efeito, para que os Réus pudessem celebrar o acordo financeiro com o FMI era indispensável que este fosse submetido ao Senado Federal, que, após análise, poderia autorizar ou não a contratação do empréstimo bilionário. Porém, conforme noticiou o "JORNAL GAZETA MECANTIL", na sua edição de hoje, o acordo já foi concluído, senão vejamos:

"O conselho do Fundo Monetário Internacional (FMI) analisa hoje o acordo do pacote financeiro negociado com o País. A aprovação do acordo pelos 24 diretores executivos do Fundo é o que falta para o Brasil começar a receber os recursos. Com o sinal verde, a liberação da primeira tranche, de US\$ 5,3 bilhões, será "uma questão de dias" disse o secretário de

Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier.

O total do pacote chega a US\$ 41,5 bilhões, e a participação do FMI será de US\$ 18 bilhões. Outros US\$ 9 bilhões virão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial (Bird). Os países ricos entram com US\$ 14,5 bilhões.

Vinte países participarão desse pacote, mas a montagem financeira ainda não acabou. O Banco para Compensações Internacionais (BIS), o banco do bancos centrais, continuava trabalhando ontem no fechamento da ajuda bilateral de US\$ 13,28 bilhões (o Japão deverá fornecer US\$ 1,25 bilhão diretamente)." (Gazeta Mercantil, capa, Quarta-Feira, 2 de dezembro de 1998).

DO DIREITO

8. A operação financeira em exame está sendo perpetrada com manifesta ilegalidade por encontrar-se em flagrante desacordo com a Constituição Federal. Ou seja, a contratação do empréstimo em causa ofende o disposto no inciso V, do art. 52 da Lei Maior, que tem assento no princípio que rege a independência e harmonia dos Poderes, pelo que incorre também nos arts. 2º, letras "b" e "c", da lei nº 4.717, de 29/6/65. Incide da mesma forma no Art. 4º da mesma lei, notadamente inciso II, letra "a", tudo conforme se demonstra a seguir.

DA VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA E HARMONIA DO PODERES.

9. De acordo com o inciso X, do art. 49, da Constituição Federal, compete exclusivamente ao Congresso

Nacional "fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta". Alguns desses poderes controladores, para usar uma expressão de Celso Antonio Bandeira de Melo, são privativos do Senado Federal. Com efeito, consoante o art. 52, V, a ele compete autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União. Ou seja, para que o Brasil pudesse celebrar o "acordo" com FMI era necessário a autorização prévia do Senado Federal. Ao impedir que o Senado Federal tome conhecimento prévio do acordo *supra*, os Réus atentaram gravemente contra o Princípio da Independência e Harmonia dos Poderes da República, violando de uma só cambalhada, os arts. 2º e 52, V, da Carta Magna em vigor. Nesse sentido, em que pese a clareza do tema, vale relembrar os comentários do Mestre Hely Lopes Meirelles, *verbis*:

"No regime constitucional de separação de funções, como o nosso, os Poderes do Estado não se confundem nem se subordinam, mas se harmonizam, cada qual realizando sua atribuição precípua e desempenhando restritamente outras que a Constituição lhes outorga para uma recíproca cooperação institucional.

*Dentro dessa técnica de precipuidade de funções e de harmonia e independência dos Poderes, cabe ao Executivo a realização das atividades administrativas, mas em algumas delas depende da cooperação do Legislativo, dada a relevância do ato e suas extensas repercussões políticas, internas ou externas, que só o Parlamento está em condições de bem valorar e decidir sobre sua legitimidade e conveniência. Noutros casos é o equilíbrio entre os Poderes que impõe o controle do ato de um pelo outro, como ocorre na aprovação do orçamento e na fiscalização de sua execução como, também, na apreciação prévia ou subsequente de certas preposições administrativas de maior interesse nacional. (Meirelles, Hely Lopes, *Direito Administrativo Brasileiro*, 20ª edição, atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo, José Emmanuel Burle Filho, Malheiros-Editora Ltda., p.600)*

10. O art. 1º, da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, estabelece que qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a decretação de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e demais entes públicos. Por sua vez, em seu art. 2º, aponta os casos em que a ilegalidade do ato já faz presumir a lesividade ao patrimônio público, senão vejamos:

Art. 2º São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de:

- a) incompetência;
- b) vício de forma;
- c) ilegalidade do objeto;
- d) inexistência dos motivos;
- e) desvio de finalidade.

Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidades observar-se-ão as seguintes normas:

a) incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou;

b) o vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato;

c) ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo;

d) a inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamentou o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido;

e) o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência. (grifos nosso)

DO VÍCIO DE FORMA

11. O revestimento exteriorizador do ato administrativo é requisito vinculado e indispensável à sua perfeição. Enquanto a vontade dos particulares pode se expressar livremente, a da administração pública exige procedimentos especiais e forma legal para que se expresse validamente. Pois bem, a autorização do Senado Federal para a transação financeira com FMI é requisito de operatividade do ato principal, ou seja, é elemento formal essencial para a consecução do acordo com o FMI. Sua falta torna o ato nulo, gerando uma presunção de lesividade ao patrimônio público.

DA ILEGALIDADE DO OBJETO

12. O *princípio da legalidade*, que outrora só era sustentado pela doutrina passou, através da lei reguladora da Ação Popular, a ser imposição legal, sendo agora, também, princípio constitucional. Nesse sentido, adverte o Mestre Hely Lopes Meirelles, *verbis*:

"A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei. (ob. cit., p.83)(grifos nosso)

13. Ao celebrar o acordo com FMI, sem ouvir previamente o Senado Federal, os Réus violaram de forma flagrante a Lei Maior, incorrendo no disposto na letra "C", do

art. 2º, da Lei nº 4.717/65, viciando de forma irremediável o ato praticado, qual seja: o acordo com FMI. Ademais, a letra "a", do inciso II, do art. 4º da mesma lei, estabelece, especificamente, que são nulas as operações bancárias ou de crédito real, quando forem realizadas com desobediência a norma legais, *verbis*:

"Art. 4º São também nulos os seguintes atos ou contratos, praticados ou celebrados por quaisquer das pessoas ou entidades referidas no art. 1º:

(...)

II - A operação bancária ou de crédito real, quando:

a) for realizada com desobediência a normas legais, regulamentares, estatutárias, regimentais ou internas; (grifos nosso)

14. Com efeito, para as ilegalidades acima exibidas a lei estabelece uma presunção de lesividade ao patrimônio público, que no presente caso evidencia-se de forma clara e contundente. Afinal, ao impedir que o Senado tenha acesso ao acordo celebrado com o FMI, os Réus praticaram um ato flagrantemente inconstitucional e teratológico, exigindo pois que o Poder Judiciário intervenha para recompor a ordem constitucional, clinicamente ameaçada. Ademais, vale lembrar que o Regimento Interno do Senado Federal também determina o conhecimento prévio desse tipo de operação por parte daquela Casa, senão vejamos:

"Art. 389. O Senado apreciará pedido de autorização para operações externas, de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (Const., art. 52.V), instruído com:

a) documentos que o habilitem a conhecer, perfeitamente, a operação, os recursos para satisfazer os compromissos e a sua finalidade;

b) publicação oficial com o texto da autorização do Legislativo competente;

c) parecer do órgão competente do Poder Executivo."

DA QUESTÃO DE ORDEM FORMULADA PELO SENADOR EDUARDO SUPLICY.

15. A preocupação em barrar a conduta ilegal do Poder Executivo, que pretende fechar, à calada da noite, o pluricitado contrato com o FMI, sem a observância constitucional da autorização do Senado Federal, é um tema que já vem de outras datas preocupando os Senadores e Deputados, tanto do Governo como da oposição. Nessa esteira o Senador Eduardo Suplicy apresentou no dia 17 de novembro de 1998, "Questão de Ordem", ao Excelentíssimo Senador Antônio Carlos Magalhães, para que na qualidade de Presidente do Congresso Federal adotasse providências urgentes no sentido de que fosse cumprida a Constituição Federal, na operação de crédito em questão, através do encaminhamento da matéria para análise do Senado Federal (doc.)

16. Em resposta à aludida "Questão de Ordem", o Ilustre Presidente do Congresso Nacional, no último dia **26 de novembro**, sem fundamentação plausível, ainda que negando o pedido, reconheceu:

"A operação com o Fundo Monetário Internacional, por sua vez, não tem forma contratual e assemelha-se mais a uma operação de troca de moedas do que a uma operação clássica de empréstimo.

Além disso, as diversas formas de operação com o FMI já se encontram incorporadas ao Direito Interno brasileiro, por força da aprovação, pelo Congresso Nacional, do Convênio Constitutivo do organismo e alterações posteriores.

Em razão dessa aprovação do Convênio Constitutivo do FMI, no passado prevaleceu o entendimento

de que não dependem da autorização senatorial as operações com o Fundo. Porém, no presente caso, há expresso vínculo entre as operações com o FMI, o BIS, o Bird e o BID, razão pela qual aquele entendimento adotado em operações anteriores não se aplica à situação atual.

Por isso, a Presidência do Senado obteve do Ministério da Fazenda a garantia- peço a atenção de V.Exa. para esta parte - de que o Poder Executivo enviará ao Senado Federal exposição de motivos contendo a descrição do programa de apoio externo do ajuste da economia brasileira e a documentação referente às operações com o FMI e o BIS. Também a documentação relativa às operações com o Bird e o BID será encaminhada ao Senado Federal, na forma usual, tão logo concluídas as negociações pertinentes.

Em razão dessas informações, a Presidência do Senado esclarece que tão logo o Poder Executivo envie ao Senado a documentação referente às operações com os citados organismos internacionais, submeterá essa documentação à Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis estabelecidas no inciso V do art. 52 da Constituição, assim como nos arts. 389 a 392 do Regimento Interno e na Resolução nº 50, de 1993, do Senado Federal.

Em poucas palavras, quando tivermos essa documentação, examinaremos na Comissão de Assuntos Econômicos e esse entendimento da Mesa, que não é necessário, no momento, poderá ser modificado na comissão competente, na ocasião em que vier toda documentação, porque entende que a Mesa e também o Ministério da Fazenda que apenas as operações do BIRD e do BID são submetidas ao Plenário deste Senado..."

16.1 Inobstante a resposta acima, e não tendo efetivamente a citada documentação sido encaminhada até a presente data à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, o Senador Eduardo Suplicy apresentou nova "questão de ordem", no dia 1.11.98, sobre a matéria, tendo obtido uma enfática negativa do Presidente do Senado sobre

o encaminhamento da pluricitada documentação, não restando outra alternativa senão a propositura da presente ação, consoante se observa naquela resposta:

**QUESTÃO DE ORDEM DO SENADOR EDUARDO
SUPPLY DATADA DE 1.11.98**

"Sr. Presidente, na sessão de 26 de novembro próximo passado, V.Exa. decidiu questão de ordem por mim proposta com base no artigo 52, inciso V, da Constituição Federal, à luz do disposto nos artigos 389 a 392 do Regimento Interno e na Resolução nº 50, de 1993.

Naquela oportunidade, V.Exa. definiu procedimento a ser observado quanto ao acordo a ser firmado entre o Brasil e o FMI. V.Exa. salientou, inclusive, que o Poder Executivo enviaria "exposição de motivos contendo a descrição do programa de apoio externo ao ajuste da economia brasileira e a documentação relativa às operações com o FMI e o BIS" (**Diário do Senado Federal**, 27.11.98, p. 17.065).

Ocorre, Sr. Presidente, que se anuncia para amanhã a assinatura do instrumento a ser pactuado entre o Governo brasileiro e aquela instituição sem que, até o presente momento, se tenha notícia do envio a esta Casa daquela exposição de motivos. Assim se procede mesmo sendo evidente que, neste caso, a autorização prévia do Senado Federal é formalidade indispensável à existência ou seriedade do ato, nos termos do inciso V do art. 52 da Constituição Federal.

.....

V.Exa. mencionou, naquela oportunidade, que o próprio Ministro da Fazenda, Pedro Malan, considerava que operações com instituições financeiras como o Bird, o *Bank of International Settlements*, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o Grupo G-7, e assim por

diante, eram operações correlatas àquela com o Fundo Monetário Internacional. Portanto, a operação com o Fundo Monetário Internacional - mesmo sendo ela, no entendimento do Governo, correlata,

condicionada a essas outras operações - deve, naturalmente, passar por autorização e aprovação prévias do Senado Federal.

O próprio Ministro Pedro Malan, quando da realização de operação, em 1997, com o Bird, fez questão de enviar mensagem relativa à operação ao Presidente da República, para que fosse previamente autorizada e aprovada pelo Senado Federal.

O próprio Ministro Pedro Malan, quando da realização de operação, em 1997, com o Bird, fez questão de enviar mensagem relativa à operação ao Presidente da República, para que fosse previamente autorizada e aprovada pelo Senado Federal.

Como pode o Ministro da Fazenda ter um comportamento diante de determinado fato e, em caso semelhante, não se comportar da mesma forma, ou seja, não encaminhar previamente para o Senado Federal ?

.....
..

Sr. Presidente em face do exposto, solicito a V.Exa. que lembre ao Poder Executivo a remessa prévia e imediata da exposição de motivos, antes da assinatura do referido acordo, **sob pena de sua invalidação judicial, por lesivo ao patrimônio público, em decorrência do vício de forma.**

Espero, Sr. Presidente, que isso possa se realizar, porque, de outra forma, sinto-me na responsabilidade de tomar ainda outras medidas.

RESPOSTA DO PRESIDENTE DO SENADO À QUESTÃO DE ORDEM ACIMA

Respondendo pelo final, V.Exa. pode tomar as outras medidas que julgar que lhe cabe tomar como Senador. Entretanto, V.Exa. sabe que a Mesa decidiu que não era necessário que esse acordo viesse ao Senado, e sim o do BID e o do Bird.

Também disse a V.Exa. na ocasião que quando o Governo Federal enviasse ao Senado a exposição de motivo das negociações com o Fundo e a autorização para os dois outros empréstimos, a Comissão de Assuntos Econômicos bem como a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania poderiam, inclusive, se fosse o caso, dar parecer contrário à decisão da Mesa.

.....

16.2 Portanto, encontra-se a cargo do Poder Judiciário, mais especificamente de Vossa Excelência o poder-dever de cumprir o art. 52, V, da CF/88; que de forma insofismável vem sendo violado.

17. Pressupõe-se que o Poder Executivo já detém de há muito os documentos pertinentes ao citado contrato, que já vem sendo noticiado pela imprensa desde antes das eleições de 1998, não havendo explicações que justifiquem o seu não encaminhamento ao Senado Federal, **para fins de autorização**, ex vi art. 52, V da CF, até a presente data.

18. Com a mesma preocupação dos Autores, a Deputada Federal Sandra Starling formulou requerimento ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, solicitando que o Poder Executivo envie

ao Congresso Nacional, para apreciação, o acordo celebrado com FMI. O requerimento foi aprovado por unanimidade.

DAS PROVAS EM ANEXO

19. Os fatos aqui narrados são públicos e notórios e têm sido amplamente divulgados pela mídia. Ainda assim, juntamos cópias de várias matérias divulgadas pelos principais jornais do País, dando conta da celebração do acordo com o FMI. Juntamos também artigo de autoria do Senador Josaphat Marinho, publicado no Jornal Correio Braziliense, no qual o mesmo espousa o entendimento defendido pelos Autores da presente ação. Os documentos são os seguintes:

a) íntegra do Memorando de Entendimento entre o Brasil e o FMI, encaminhada ao Senado e publicada pelo Jornal "O Estado de São Paulo" em 14.11.98, (doc. 04);

b) cópia de matérias jornalísticas publicadas nos principais jornais do País, dando conta do acordo entre o Brasil e o FMI (docs. 05 à 19);

c) artigo de autoria do Senador Josaphat Marinho, publicado no Jornal Correio Braziliense, em 21.11.98, (doc. 20);

d) questão de ordem formulada pelo Senador Eduardo Suplicy, a respeito do acordo com FMI, (doc. 21);

e) resposta expedida pelo Presidente do Senado Federal, (doc. 22)

e) requerimento da Deputada Sandra Starling, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para que o *"o recente acordo firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) seja submetido à apreciação do Congresso Nacional"* (doc. 23)

DA CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR

20. Presentes a plausibilidade jurídica do pedido, que é indiscutível no presente caso, tamanha as razões que levam a inquirir de nulidade o ato impugnado. A saber, incorre ele nas previsões de nulidades contidas no art. 2º da Lei da Ação Popular, consoante vimos acima.

21. Resta comprovar, por parte do autor popular, as razões para a concessão da medida liminar, quanto ao "periculum in mora". É o que trataremos a seguir.

22. Os valores envolvidos na operação financeira - mais de 41 bilhões de dólares - os interesses do País envolvidos e sua repercussão junto ao mundo jurídico indicam que a demora na solução da presente ação, que com certeza, frente o abarrotamento de nossos Tribunais, poderá levar anos, poderá onerar, sem razão, os cofres públicos e a própria soberania do povo brasileiro. Indignado com a atitude dos Réus, em artigo irretocável, o eminente jurista e Senador da República, Professor Josaphat Marinho, cujos argumentos fazemos nossos, escreve, *verbis*:

"Que o empréstimo havia de ser feito, já não há como contestar, diante das dificuldades advindas ao país. Embora parte delas resulte da política interna adotada, configurada a crise ter-se-ia que reduzir a angústia, mesmo ao preço de apelo ao FMI. O problema está em resguardar a ordem institucional, diretamente vinculada ao interesse do povo, pela repercussão das medidas adotadas sobre a economia em geral. De fato, além da responsabilidade que o país assume, pela dívida contraída, são evidentes as restrições que recairão sobre o conjunto da população. Do aumento do desemprego, já elevado, aos encargos que atingirão todas as classes sociais, são graves os sacrifícios impostos aos que podem e principalmente aos pobres. Daí ser imprescindível ao próprio governo revestir suas decisões de amplo respeito

às exigências institucionais. Dar-lhes-á mais autoridade e se acautelará dos riscos provindos de irregularidade.

Ora, a Constituição Federal estabelece, no artigo 52, inciso V, que compete privativamente ao Senado "autorizar operações de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios". E acrescenta, nos incisos VII e VIII, que caberá também ao Senado "dispor sobre limites globais e condições para operações de crédito externo e interno da União" e a respeito da "concessão de garantia" por ela. Se o Estado se corporifica na República Federativa do Brasileira, o suporte desta é a União, como entidade maior, política e administrativa, da estrutura formada. Será sempre a União, portanto, que responderá, notadamente no plano interno, ou seja perante o povo, pelos atos do governo federal. É o que ocorre no caso, de vultoso empréstimo, que onera o país e repercute intensamente sobre a vida de todas as pessoas." (grifos nosso) (Constituição e Empréstimo Externo, *Jornal Correio Braziliense*, 21.11.98, p. 27)

23. Como lembra o eminente Senador, no artigo acima, os sacrifícios exigidos do povo brasileiro serão enormes. Afinal, as exigências do FMI para liberação dos recursos tem sido draconianas, sem maior compromisso com a população carente desse país. O estranho é que enquanto o governo brasileiro afirma no seu "Memorando de Entendimento" ao FMI (item 22) que "pretende direcionar melhor as despesas para os pobres e, que, para esta finalidade, o governo federal vai reduzir os cortes nos orçamentos dos programas de gasto social que beneficiam os pobres", os cortes apresentados pelo governo no Orçamento de 1999 com vistas a estes programas são muito significativos. Basta exemplificar com a redução de R\$ 320 milhões para R\$ 50 milhões, da ordem de 84%, nos recursos previstos para o Programa de Renda Mínima associado à Educação.

24. Ora, quando a Constituição Brasileira determina que o Senado aprove esse tipo de operação

financeira, ela o faz visando evitar que o Executivo exerça um poder arbitrário direcionando o preço da "conta" para determinados setores das sociedades. Ou seja, mesmo quando determinadas ações do Executivo são inevitáveis, exige-se que o Senado atue para direcionar e delimitar quem e como será paga a "conta". Impedir a ação controladora do Senado é consagrar o arbítrio do Executivo, deixando o povo brasileiro ao sabor dos interesses de um ente alienígena, que não tem outra preocupação senão defender os investimentos de grandes banqueiros e empresários estrangeiros.

25. Face ao *fumus boni iures* revelado nas normas supra citadas, bem como ao *periculum in mora* presente nos fatos narrados, entre outros evidentemente presentes, em especial de brevar, de imediato, uma prática prejudicial ao erário público, feito por ato nulo de pleno direito, nos termos do art. 2º, da Lei da Ação Popular, REQUER a concessão da medida liminar *inaudita altera parte* para que V. Excia. determine a suspensão imediata do acordo com o FMI, até julgamento final deste litígio, a fim de que se previna a continuidade da prática do ato ilícito, gravoso ao patrimônio público nacional e atentatório aos princípios da harmonia e independência dos poderes e legalidade.

DO PEDIDO

26. Diante do exposto, requerem os Autores se digne Vossa Excelência a deferir:

a) **concessão, *inaudita altera pars*, de Medida Liminar**, determinando aos Requeridos a imediata **suspensão da celebração** do acordo financeiro com FMI, até que o Senado autorize previamente a transação;

b) **intimação** dos seguintes réus: **Fernando Henrique Cardoso** e **Pedro Sampaio Malan**, respectivamente, Presidente da República e Ministro da Fazenda, para que dêem imediato cumprimento a liminar. O primeiro tem como domicílio o Palácio do Planalto e o segundo a Esplanada dos Ministérios, Bloco P., Ministério da Fazenda:

c) a **procedência** da presente Ação Popular para, por Sentença, ser decretada a nulidade dos atos praticados pelos réus, relativamente à operação financeira retro-mencionada, bem como de toda e qualquer medida ou efeito deles decorrentes;

d) a **condenação de todos os demandados a indenizar**, solidariamente, todos e quaisquer prejuízos que tenham sido ou venham a ser causados ao erário público. Para tanto, requer também:

e) a **condenação de todos os demandados por ato de improbidade administrativa**, com base no artigo 11, *caput*, e inciso I, da Lei nº 8.429, de 2 junho de 1992;

f) a **condenação dos réus** ao pagamento, ao autor, das custas e demais despesas, judiciais e extrajudiciais, "bem como os honorários de advogado" (art. 12, da Lei nº 4.717/65);

g) a **condenação dos co-réus**, autoridades, demais responsáveis e dos beneficiários dos atos declarados nulos de pleno direito, no pagamento de perdas e danos, nos termos do art. 11, da Lei nº 4.717/65; condenando-os, ainda, ao ressarcimento aos cofres públicos de todos os valores assim dispendidos, que deverão ser acrescidos de correção monetária e juros;

h) oitiva do Ministério Público a fim de que se manifeste sobre os termos da presente.

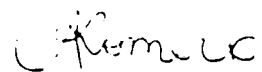
Finalmente, requer a citação dos Réus, para que, se o desejarem, contestarem a presente ação ou a confessarem, atuando ao lado dos autores populares, como autoriza o art. 6º, parágrafo 3º, da lei de ação popular e protestando pela produção de prova documental e testemunhal, pede e espera de V. Excia. que decrete a nulidade de todos os atos referentes a acordo financeiro com o FMI.

Dã-se à presente o valor de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), para efeitos fiscais.

Termos em que
P. deferimento.

Brasília, 2 de dezembro de 1998


ADILSON JOSÉ PAULO BARBOSA
OAB/BA N° 10320


ADRIANA M. ROMERO
OAB/DF N° 12.798

O SR. PRESIDENTE (Djalma Bessa) – V. Exa. será atendida, na forma regimental.

Tem a palavra o Senador Paulo Guerra. (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, registro que, na oportunidade, o Banco Central do Brasil encaminhou a esta Casa Parecer DEDIP/DIARE-98/0813 – 9800863142, de 19 de junho de 1998, documento esse nessa mensagem enviada em 24 de novembro de 1998, que se refere ao Programa de Apoio e Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, entre o Governo do Estado do Amapá e a União, saneamento do Banco do Estado do Amapá S. A – BANAP.

O parecer trata do contrato de abertura de crédito celebrado entre a União, o Estado do Amapá e o Banco do Estado do Amapá S. A – BANAP em liquidação extrajudicial com a interveniência do Banco Central do Brasil, do Banco do Brasil S. A e da Caixa Econômica Federal celebrado em 26 de maio de 1998, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.654-24, de 14 de maio de 1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, ao amparo da Resolução nº 78, de 1º de julho de 1998, do Senado Federal.

A operação apresenta as seguintes características:

a) *Valor do crédito a ser liberado pela União:* até R\$26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais), devendo ser utilizados exclusiva e obrigatoriamente da seguinte forma:

I) até R\$22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), destinados ao pagamento de todas as obrigações do Banap;

II) até R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), destinados à capitalização da agência de fomento;

Sr. Presidente, o Estado pagará a dívida definida na Cláusula Primeira, de acordo com as referidas liberações, em 360 prestações mensais e consecutivas calculadas com base na Tabela Price, vencendo-se a primeira 30 dias após a data da primeira liberação e as demais nos mesmos dias dos meses subsequentes. O Estado oferece como garantia as receitas próprias do Estado, as transferências constitucionais e os créditos de que trata a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

Segundo o Banco Central e conforme exposto no documento, a operação pleiteada enquadra-se no limite estabelecido pelo art. 5º da Resolução nº 78/98 – portanto, tem amplo respaldo legal.

Sr. Presidente, embora mantenha divergências políticas e discorde da forma como o atual Governador administra o Estado do Amapá, sou favorável a este encaminhamento e rogo ao Senado Federal, por meio da Comissão de Assuntos Econômicos, que analise com a urgência possível esta matéria, haja vista que o Banco foi liquidado há mais de um ano. Logicamente, mantenho ainda discordâncias profundas quanto à maneira como se deu a operação nebulosa que levou o Banco Central a liquidar o Banap, no Estado do Amapá. Esta operação de caráter fraudulento não está devidamente esclarecida ainda. Sinto que, nesse âmbito, o Banco Central não se empenhou suficientemente para esclarecer a operação que estava em curso no Banap, mas o Estado não pode ser punido por causa de uma ação indevida, incorreta dos administradores do banco, entre os quais se inclui, no meu entendimento, o próprio Governador do Estado do Amapá.

Em função disso, sou plenamente favorável à implementação dessa agência de fomento, o mais rapidamente possível, porque trata-se de um reclamo da sociedade amapaense. O Estado do Amapá, em função da liquidação do Banap, ficou sem um agente financeiro que pudesse assegurar recursos para o setor produtivo, sobretudo para os pequenos produtores, para os pescadores artesanais, para os agricultores, para os pequenos pecuaristas. Se essa agência de fomento, com um valor ínfimo de R\$4 milhões em nível de capitalização, utilizar bem esse dinheiro em favor dos pequenos agricultores, de pequenos produtores de áreas como o setor moveleiro – área em expansão no Estado do Amapá -, certamente ajudará a gerar empregos no meu Estado e a melhorar a qualidade de vida da população atendida por esses recursos.

Manifesto-me favoravelmente à matéria. Já conversei com o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e espero que seja possível votarmos esse parecer do Banco Central, tanto na Comissão como em Plenário, até o próximo dia 15. De fato, essa matéria veio tardiamente para o Senado, e caberá a todos nós empreender um grande esforço para que possamos, ainda nesta legislatura, aprová-la para que não seja, conseqüentemente, adiada para fevereiro.

O caso do Banap, que atingiu profundamente os correntistas e seus servidores, que foram demitidos, resultou em um prejuízo para o Estado do Amapá, que, ao receber esse valor na forma de financiamento, na forma de crédito, deverá devolvê-lo ao Banco Central em parcelas mensais. Se o Banco do

Estado tivesse sido bem administrado, não seria necessária a abertura dessa operação de crédito em seu favor e, logicamente, teria sido evitado o endividamento do Estado, visto que esse financiamento resulta em um endividamento em torno de R\$26 milhões em favor do Banco Central.

Outro assunto que desejo abordar de maneira sucinta, Sr. Presidente, é o resultado da votação de ontem no Congresso Nacional, sobretudo na Câmara. Os Deputados Federais rejeitaram a proposta de aumento de contribuição, de taxaçaõ dos servidores públicos e a cobrança também dos inativos e dos pensionistas.

O Presidente da República tem de tirar da lição que o Congresso deu ontem um ensinamento, novos caminhos. Não consigo entender a irritação de Sua Excelência com o resultado da votação. Na adversidade, também podemos aprender lições importantes sobre os caminhos que devemos adotar para o País.

O Presidente vive um momento difícil com o caso dos grâmpos e das denúncias – que todos consideramos fraudulentas, pelo menos por enquanto – e da abertura de contas de autoridades brasileiras, incluindo o próprio Presidente, nas Ilhas Cayman. O Presidente e o Governo passam por um momento difícil; contudo, desse episódio, Presidente Fernando Henrique deve retirar lições positivas para o País e não se irritar com o resultado da votação ou com o Congresso Nacional e ameaçar os Parlamentares que votaram contra a matéria com a redução de recursos para as emendas parlamentares, num processo de retaliação.

Não é uma boa conduta do Presidente da República manifestar-se de tal maneira. Sua Excelência deve utilizar a inteligência de seus técnicos, de seus Ministros, de toda a sua equipe econômica, dos Parlamentares da sua base de sustentação e, se for o caso, buscar propostas positivas da Oposição no sentido de encontrar uma forma para substituir os recursos que esperava obter com a votação da medida provisória de ontem – em torno de R\$4 bilhões. Esses recursos eram necessários sim. Mas, por que servidores públicos e aposentados têm de se transformar na palmatória do Brasil? Eles já estão sobejamente explorados.

Não é um bom caminho o Presidente e o Governo insistirem em mandar, no próximo ano, uma outra medida provisória, um projeto de lei ou uma PEC para tentar recuperar a derrota de ontem. O Governo deve encontrar outros caminhos.

Pode-se trabalhar ainda – falou-se muito deste assunto no País, mas, até agora, nada foi feito –

com a taxaçaõ das grandes fortunas, por exemplo, que é uma alternativa num momento em que todos dão a sua parcela de esforço, de contribuição. No entanto, há outras saídas. Não sou economista e, sinceramente, não tenho uma proposta definida que venha a ser solução para a necessidade do Governo de arrecadar em nível de Previdência.

Tenho questionamentos a respeito do futuro do Brasil com relação a esse acordo com o FMI. O Governo atual julga-o extremamente necessário, e nós da Oposição gostaríamos que ele se desse de uma forma mais transparente, passando pela apreciação no Senado da República. Mas o Governo decidiu fazer diretamente esse acordo, e esperamos que as suas consequências não sejam por demais penosas para o povo brasileiro.

O Governo tem, no seu corpo de técnicos, de Ministros, e entre os Parlamentares, grandes inteligências na área da Economia. Na Oposição, há propostas consistentes para que se possa encontrar um outro caminho. Não se deve insistir no erro. O Governo tentou, por três ou quatro vezes, estabelecer a cobrança dos inativos e dos pensionistas; e, agora, a tentativa agravou-se com a proposta de redução dos valores das pensões. De fato, isso vai contra o currículo do Presidente da República, um homem que sempre demonstrou preocupação com o social antes de assumir este cargo. Há alguns programas do Governo que representam avanços na área social, mas a maioria das suas ações tem demonstrado retrocesso quanto ao respeito ao direito adquirido, sobretudo dessas categorias já extremamente massacradas, como a dos servidores públicos e dos aposentados.

Fica, portanto, este apelo para que o Presidente busque na lição de ontem os ensinamentos e não apenas a retaliação; para que Sua Excelência não coloque como princípio de orientação das ações futuras de governo a retaliação sobre o Congresso Nacional, que, de forma autônoma – como sempre deve ser – e democrática, até por uma maioria consistente, decidiu optar pela rejeição da medida provisória.

Era o que tinha a comunicar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB-TO) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Djalma Bessa) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o cré-

dito agrícola só é eficiente se for suficiente e oportuno. Esta é uma máxima muito antiga, que, ao longo da História do Brasil, não vem sendo devidamente observada.

Neste fim de tarde, faço um apelo às autoridades do Banco do Brasil, para que satisfaçam, com certa urgência, à demanda hoje reprimida nas suas diversas superintendências, que não estão tendo recursos suficientes para atender às propostas de custeio agrícola em vários Estados da Federação.

Ora, Sr. Presidente, estamos iniciando o mês de dezembro, e, como a agricultura é uma atividade ligada à temporaneidade, ou seja, depende de fatores climáticos que evoluem com o tempo, já não é época de preparar a terra para plantar, mas de fazer tratamentos culturais. E, para uma agricultura totalmente descapitalizada como está a brasileira, é preciso que o crédito seja oferecido em tempo hábil. Ele deveria estar disponível nas agências bancárias por volta dos meses de agosto ou setembro, não em dezembro, Sr. Presidente.

Estamos aqui apelando, atendendo aos reclamos de produtores de várias regiões, inclusive do meu Estado – Tocantins –, onde, com um esforço imenso, os produtores estão tomando dinheiro emprestado, comprando a prazo o combustível, fazendo os necessários reparos nos equipamentos, adquirindo fertilizantes, mas preparando o solo com a preocupação de ainda aproveitar o período adequado para plantar.

Neste momento, o Brasil precisa, mais do que nunca, dos produtores agrícolas. Este é o segundo ano em que o Brasil é o líder mundial de importação de arroz. Está importando também, em larga escala, o algodão, o milho e o feijão. Não há razão, Sr. Presidente, para que tenhamos tanta dificuldade de disponibilizar recursos para nossos produtores. Se não o fizermos, se negarmos o crédito necessário ao custeio agrícola, teremos, fatalmente, de perder divisas, de desembolsar dólares para comprar produtos importados, prestigiando o produtor estrangeiro, dando-lhe emprego e dificultando o trabalho do produtor brasileiro.

Por essa razão, Sr. Presidente, nesta tarde, registro este apelo à equipe econômica do Governo Federal e ao Banco do Brasil, que capitaneia as ações de apoio à agricultura neste País e faz a maioria dos empréstimos de custeio agrícola: mobilizem-se e ajam com a maior rapidez possível, disponibilizando recursos para que nossos produtores possam, em tempo hábil, cultivar a terra e trazer para a mesa

do brasileiro os produtos de que todos nós necessitamos.

Era o que gostaria de registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Djalma Bessa) – Os Srs. Senadores Francelino Pereira, Benedita da Silva, Júlio Campos, Lúcio Alcântara e Ernandes Amorim enviarão discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, acaba de ser anunciado o consórcio vencedor da concorrência realizada pela Agência Nacional de Energia e Eletricidade (ANEEL), para a construção da Usina de Irapé, no Jequitinhonha, Minas Gerais, com direito de concessão de 35 anos.

O consórcio vencedor é composto pela CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais (com uma participação de 70%), pela Copasa (com participação de 20%) e pelas empresas responsáveis pelo projeto de construção, fornecimento de equipamentos e montagem.

A Usina Hidroelétrica de Irapé está orçada em 350 milhões de reais e gerará 360 megawatts de energia, suficientes para atender à demanda de eletricidade de três milhões de pessoas.

A hidroelétrica represará as águas dos rios Jequitinhonha e Iracambirucu, formando um lago de 137km².

O lago será usado também para irrigação e fornecimento de água potável, podendo ser aproveitado para instalação de projetos de lazer e turismo.

Irapé vai regularizar o rio Jequitinhonha, melhorando os recursos hídricos da região.

Além disso, permitirá à Cemig reduzir sua necessidade de investimentos em redes de transmissão para levar energia à região, possibilitando a prestação de um serviço de melhor qualidade.

As obras terão início em julho do ano 2000, estando prevista a entrada em operação da primeira máquina para agosto de 2004.

É importante mencionar que está prevista também, a construção da Usina Itapebi, localizada no baixo Jequitinhonha, já no Estado da Bahia.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a Usina de Irapé é obra importantíssima, que levará energia elétrica e desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha e para o Norte de Minas.

Representa a possibilidade de atrair grandes investimentos para a região e a conseqüente geração de empregos.

Por isso, é com grande satisfação que faço este registro, pelo que significa para a melhoria das

condições de vida das populações tão castigadas pelas adversidades, moradoras do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas.

Muito obrigado.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT-RJ)

— Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, promessas de campanha não cumpridas. Ao que tudo parece, esse poderá ser o resultado para os Programas de Renda Mínima e de Erradicação do Trabalho Infantil. Isso é muito triste, pois muitos dos eleitores que votaram em FHC, acreditavam em seu programa de governo que prometia "resgatar da indigência mais de 5 milhões de famílias, eliminar a fome e a exploração do trabalho infantil."

O Governo mal saiu das eleições e já anunciou cortes em áreas sociais "prioritárias", para se adequar aos ajustes nas contas públicas exigidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Os cortes anunciados para o Orçamento de 1999 retiraram 83,1% do Programa de Renda Mínima e reduziram pela metade o Programa de erradicação do Trabalho Infantil. Particularmente, esses cortes superaram a média de cortes na área social (Saúde e Educação), que foi de 40%.

Quanto ao Programa de Renda Mínima, a previsão para 1998 era de atender 6,89 milhões de pessoas ou 711,7 mil famílias, com um custo para a União de R\$ 163,8 milhões, que alcançaria 627 Municípios. Até o momento, a realização foi de zero por cento, ou seja, até agora não saiu da papel.

Para o ano de 1999, as perspectivas não são boas. A previsão, antes dos cortes, era de 14,56 milhões de pessoas atendidas ou 1,4 milhão de famílias beneficiadas. O custo de 50% que cabe à União estava estimado em R\$ 320 milhões que daria para alcançar 1.254 Municípios. Bem, após as eleições, os cortes propostos reduziram o alcance da população atendida de 14,56 milhões para 2,46 milhões, uma perda de 83,1%. Com isso, 1,1 milhão de famílias e 1.043 Municípios deixarão de ser atendidos.

No que diz respeito ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, esse também foi atingido pelo corte. Para se ter uma idéia, segundo o Ministério da Previdência, atender 119,5 mil crianças e adolescentes de 141 Municípios foi a meta atingida para 1998. Já, para o ano de 1999, a previsão era de atender 180 mil crianças com R\$ 60 milhões. Depois do corte de 30 milhões, a perspectiva caiu para apenas 50% do projeto original.

Como se não bastasse essa más notícias, ainda há por parte do Governo resistências no sentido de tomar dinheiro emprestado de organismos inter-

nacionais para começar novos programas na área social. É o caso do empréstimo em negociação junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para pagamento de bolsa a crianças e adolescentes que trabalham em situação de risco e que corre o risco de não ser aprovado.

No que diz respeito a essas crianças, não há cálculo confiável sobre o número das que trabalham sob risco. Mas, o IBGE acusa 3,8 milhões de crianças entre 5 e 14 anos no mercado de trabalho brasileiro. Portanto — e aqui há consenso — o trabalho precoce é uma das principais causas de evasão escolar e com conseqüências diretas na perpetuação da pobreza.

Face a isso tudo, não posso deixar de manifestar-me contrária a essas medidas que contribuirão para agravar — mais ainda — a exclusão social em nosso País.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL — MT) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, somos um País originalmente comprometido "com a solução pacífica das controvérsias", também na ordem internacional, campo onde perseguimos "a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações".

Atento a esses pressupostos constitucionais, o Governo brasileiro empenha-se, no âmbito do Mercado Comum do Sul, em estabelecer um regime de defesa da concorrência comercial, envolvendo os países da América do Sul, mediante a indispensável harmonização das leis pertinentes dos países-membros.

Decerto, o processo de consolidação desse Mercado exigiria, mais dia menos dia, o enfrentamento de suas próprias complexidades, pois cada um daqueles Estados observa peculiares organizações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, praticando, de outra parte, diferenciadas políticas de juros e de câmbio.

Na área do Direito Econômico, como é fácil perceber, a existência dessas diferenças provoca inevitável choque de interesses, tornando imperativo um grande esforço, de todo o grupo, no sentido de conciliar as cláusulas de produção e de comércio observadas em cada um desses vários regimes.

A defesa da concorrência, insere-se, como questão de máxima relevância, posto que intenta, com o apoio da livre iniciativa, construir um modelo econômico supranacional, caracterizado por mecanismos, necessariamente livres de episódios prejudiciais à competição comercial, de ampla garantia de acesso aos mercados.

Portanto, só será possível transformar o Mercosul num instrumento favorecedor dos países e das populações da região se assegurada a liberdade de iniciativa dos empreendedores e igual condição de disputa pelo mercado.

Acredita-se, conseqüentemente, no bom senso e desapego dos negociadores, dedicados a tomar realidade a harmonização das legislações dos países-membros, de sorte a alcançar a compatibilidade de seus sistemas tributários, trabalhistas e previdenciários, e a eliminar as divergências em áreas-problema, como as de câmbio, juros, créditos e incentivo à produção.

Vencidos os muitos obstáculos e aproximados os procedimentos e as legislações, ter-se-á chegado, finalmente, no limiar da criação de uma estrutura supranacional própria do Mercosul.

Embora as primeiras leis brasileiras específicas remontem ao ano de 1962, o Paraguai e o Uruguai não têm, até hoje, legislação consistente a respeito. Aqui, também, só há pouco adquiriu-se maior conhecimento sobre a questão da concentração econômica. Ademais, acredita-se que de nada adianta impor as mesmas leis aos diferentes países-membros do Mercosul, se não é possível assegurar a uniformidade de sua interpretação.

Para os especialistas, felizmente, os problemas não se apresentam com idêntica dimensão. As dificuldades de maior porte surgem, com alta frequência, no julgamento de casos de concentração empresarial, como produto de fusões e incorporações, enquanto são menores os conflitos tendo por base infrações às regras da competição comercial.

No Brasil, de modo geral, o empresariado obriga-se a conhecer, em profundidade, as regras da Organização Internacional do Comércio, ao mesmo tempo em que não se pode descuidar de constante preparação para enfrentar as condições desconhecidas, quando não claramente adversas, do mercado globalizado.

Essa falta de tradição é tanto mais grave quando relacionada à legislação, pois enquanto os Estados Unidos da América contam com uma lei antitruste desde o século passado, a lei brasileira, que criou o Cade, em 1962, tramitou no Congresso por longos quinze anos.

Há de se ter extrema atenção, por outro lado, em não ignorar a existência de defesas necessárias, insertas nas regras estabelecidas para o livre mercado. Veja-se que "os maiores defensores do livre mercado, como a Europa, os Estados Unidos e a

Austrália, são também os maiores defensores de suas próprias economias".

A defesa das economias abertas não importa na condescendência com a deslealdade na competição. Assim, por força de uma ação coordenada dos países integrantes do Mercosul, deve-se estabelecer "regulamentações comuns extrazonal e intrazonal", sancionadoras de eventos de concorrência desleal.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, defendo, por isso, normas econômicas estáveis e harmônicas com os países que compõem o Mercosul ou mesmo o Cone Sul, sem esquecer, finalmente, as dificuldades de concorrência da empresa nacional, no plano interno, onde é imperativo dar condições de trabalho e de investimento ao empresário, a partir da redução da carga fiscal e de todos os componentes do custo Brasil.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dia 15 de novembro próximo passado, encerrou no Museu da América, em Madri (Espanha), a Primeira Bienal Ibero-Americana de Arquitetura e Engenharia Civil.

A Bienal recebeu cerca de 450 projetos dos quais foram selecionados 70 (setenta) para serem publicados em catálogo.

Desta vez a arquitetura brasileira teve seu merecido reconhecimento. O arquiteto João Filgueiras Lima recebeu o primeiro lugar dessa Bienal.

O projeto vencedor é o Hospital do Aparelho Locomotor inaugurado em março de 1994, em Salvador, Bahia. Segundo o arquiteto Paulo Bruna, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, que foi um dos jurados do evento, o desenho de Filgueiras Lima alia preocupação social, originalidade de concepção, inventividade formal e integração entre prédio, mobiliário e seu entorno. Um dos detalhes mais interessantes de sua concepção, por exemplo, é o sistema de ventilação que dispensa ar condicionado mecânico. Na base da colina em que foi construído o hospital a brisa marítima e levam para os quartos.

A estrutura do edifício adequada, ainda, o clima e a disponibilidade técnica disponível na região. O hospital é construído por uma argamassa armada – material leve e de fácil preparo –, que foi produzido por uma pequena fábrica – prevista no projeto e localizada no mesmo terreno.

A fábrica produziu também seu mobiliário e, hoje, prepara o material para outros hospitais da Rede Sarah.

Quero, desta tribuna, transmitir sinceras homenagens ao arquiteto Filgueiras Lima.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 61, de 1997, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Leis que tratam de meio ambiente exercem grande impacto no Estado que represento. Por esta razão acompanho com atenção este assunto.

Rondônia foi criado em consequência de programas de governo que incentivaram o uso do solo através da substituição de florestas nativas por lavouras temporárias, lavouras permanentes, e pastagens.

Na década de 70, atraídos por estes incentivos, milhares de agricultores migraram do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo e outros Estados do Brasil como Minas Gerais e a Bahia, por exemplo.

Na origem, a migração evitou demandas sobre os centros urbanos.

Também possibilitou que pequenas propriedades fossem transformadas em propriedades maiores, para a mecanização da lavoura, notadamente de soja destinada à exportação.

No destino, em Rondônia, a migração e os incentivos provocaram a criação do Estado, no início da década de 80, quando registrou-se grande desenvolvimento.

Era o Eldorado, corria dinheiro: a construção da hidrelétrica de Samuel; a pavimentação da BR 364; a abertura de estradas vicinais; a criação de novos municípios; a extração de madeira e minérios; e o programa Plonoroeste para a consolidação dos projetos de colonização e reforma agrária implantados através do Incra.

No entanto, em meados da década, duas ações do governo federal travaram aquele desenvolvimento.

Os investimentos e incentivos foram cortados em razão da crise do petróleo, e implementou-se uma legislação ambiental inadequada à realidade da atividade produtiva na região.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, as leis ambientais no Brasil, via de regra, são elaboradas em divórcio com a realidade.

Parece que pensam no efeito simbólico.

Parece que estas leis são feitas para alguém poder dizer que existem.

Não pode haver intenção de aplicar a legislação, porque não há qualquer cuidado em verificar o

impacto na atividade produtiva, e buscar alternativas para minorar este impacto.

Mas em Rondônia a legislação tem sido aplicada com extremo rigor, e o impacto negativo na atividade econômica de meu Estado é uma realidade.

Isto acontece porque a repressão dos órgãos ambientais na Amazônia é largamente financiada através de convênios internacionais.

Todos os anos o Ibama presta conta destes financiamentos.

Uma verdadeira logística é montada para operações que deslocam fiscais de todo o Brasil, além das equipes de televisão para o registro cinematográfico.

Então, a repressão ambiental que quase não acontece no resto do Brasil, porque a lei é simbólica, em Rondônia é uma realidade.

Também no cotidiano, porque os programas internacionais que financiam o Estado, exigem esta repressão.

Por outro lado, hoje, já há uma consciência da necessidade de preservação, conservação, reposição e recomposição das florestas em Rondônia.

Esta consciência decorre, inclusive, de razões econômicas. Florestas são reservas de recursos econômicos.

A extração de madeiras e outros produtos florestais tem sido uma importante atividade econômica em Rondônia.

Em Rondônia, a extração florestal gera empregos, gera tributos, interna recursos e permite a formação de capitais para outros investimentos produtivos.

Por estas razões tenho procurado acompanhar a tramitação da legislação que trata do meio ambiente, e apresentei emendas na Comissão de Educação ao Projeto que trata da educação ambiental.

Algumas destas emendas compatibilizam o projeto à lei Complementar nº 95, de fevereiro deste ano.

São emendas que ajustam expressões e conceitos aos termos da constituição, e à legislação ambiental e educacional.

Outras vinculam que o percentual das multas ambientais destinados a educação ambiental, seja aplicado no Estado em que ocorreu a infração.

Também procurei fazer com que se tenha opção de resultado concreto, imediato, nas ações de educação ambiental.

Fazer com que as atividades de educação ambiental possam compreender a recuperação de áreas degradadas no meio urbano e periferia imediata; na regeneração da vegetação em áreas de preservação permanente; e na recomposição das reservas florestais legais, inclusive, com efeito de re-

posição florestal obrigatória aos que exploram recursos naturais, quando por eles financiadas.

Este é um aspecto que considêro muito importante.

Em meu Estado, milhares de agricultores não conseguem financiamentos em programas oficiais, porque suas propriedades não apresentam cobertura florestal na área da reserva florestal legal prevista na legislação, que é de 50% da propriedade.

Para obterem o financiamento precisam de recompor a reserva, o que demanda recurso que não possuem.

Por outro lado, as serrarias, para transformar toras em tábuas, precisam de plantar e cultivar até 6 mudas para cada árvore extraída, ou pagar a alguém para realizar esta atividade.

Isto é a chamada reposição florestal, e para dispor de áreas livres em que se possa efetuar este plantio, muitas vezes, compram áreas virgens e derubam a cobertura florestal nativa.

Penso que a solução do problema é somar as duas necessidades.

A necessidade de reposição florestal da indústria madeireira, com a necessidade de recomposição da reserva legal do agricultor.

Não há lei que proíba, mas também não há lei que autorize e a burocracia prefere não aprovar como reposição florestal a recomposição da reserva legal, ou como recomposição da reserva legal, a reposição florestal.

Por isto, através de emenda ao projeto de lei de educação ambiental, estou possibilitando que organizações que se dediquem a educação ambiental possam ser financiadas para a recomposição de reservas florestais legais em áreas de pequenas propriedades, com recursos destinados, pela indústria madeireira para a reposição florestal obrigatória.

Estas emendas serão apreciadas na Comissão de Educação, e espero que mais uma vez esta Casa atenda aos anseios do povo de meu Estado.

Muito obrigado. – Senador **Ernandes Amorim**
PPB – RO.

O SR. PRESIDENTE (Djalma Bessa) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando os Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de terça-feira, dia 8 do corrente, a realizar-se às 14 horas 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

AVISOS, NOTAS E INFORMAÇÕES

PROPOSIÇÕES QUE DEVERÃO CONSTAR DA ORDEM DO DIA DOS TRÊS DIAS ÚTEIS SUBSEQUENTES (Art. 170, § 2º, "c", do Regimento Interno)

Dia 7, 12.98, segunda-feira, às 14h 30min: Sessão não deliberativa

Dia 8, 12.98, terça-feira, às 14h 30min: Sessão deliberativa ordinária

| Proposição (Autor/Nº Origem) | Ementa / Instrução | Informações |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1995 Osmar Dias e outros | Da nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição Federal (prazo prescricional das ações trabalhistas). | Segundo dia de discussão, em segundo turno. |
| 2 Projeto de Resolução nº 106, de 1998 (Ofício nº S/69, de 1998) | Autoriza o Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito, consubstanciada no contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ativos, celebrado em 13 de maio de 1998, entre a União e o Estado do Rio Grande do Norte, com a intervenção do Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A. - BANDERN, do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S.A. | Discussão, em turno único. Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 592, de 1998 - art. 336, "b". Poderão ser oferecidas |

| Proposição (Autor/Nº Origem) | Ementa / Instrução | Informações |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Comissão de Assuntos Econômicos | BDRN, da BANDERN Crédito Imobiliário S.A. - BANDERN CI, da BANDERN Crédito Financiamento e Investimentos S.A. - BANDERN CFI, todos em liquidação extrajudicial, do Banco do Brasil S.A. e do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de até noventa e nove milhões, duzentos e noventa e três mil reais. | emendas até o encerramento da discussão. |
| | Apresentado como conclusão do Parecer nº 625/98-CAE. Relator: Senador Ramez Tebet. | |
| 3 Projeto de Resolução nº 107, de 1998 (Ofício nº S/82, de 1998) Comissão de Assuntos Econômicos | Autoriza o Estado de Santa Catarina a realizar operação de crédito consubstanciada no contrato de abertura de crédito firmado entre a União e o Estado de Santa Catarina, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de até trezentos e onze milhões, novecentos e sete mil reais, cujos recursos serão destinados ao saneamento das instituições do sistema financeiro daquele Estado. | Discussão, em turno único. Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 593, de 1998 - art. 336, "b". Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão. |
| | Apresentado como conclusão do Parecer nº 632/98-CAE. Relator: Senador José Fogaça, com voto contrário do Senador Levy Dias. | |
| 4 Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1998 (nº 4.769/98, na Casa de origem) Presidente da República | Altera dispositivos da Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, que cria carreiras no âmbito do Poder Executivo Federal, cria as gratificações de desempenho e eficiência - GDE e de desempenho de atividade de detesa agropecuária - GDA e dá outras providências. Parecer nº 637/98-CCJ. Relator: Senador José Fogaça, favorável, e pela rejeição das Emendas nº 1 e 2 apresentadas perante a Comissão, com voto contrário do Senador Josaphat Marinho. | Discussão, em turno único. Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 596, de 1998 - art. 336, "b". Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão. |
| 5 Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1998 (nº 4.070/98, na Casa de origem) Presidente da República | Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais. Parecer nº 638/98-CCJ. Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação. | Discussão, em turno único. Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 597, de 1998 - art. 336, "b". Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão. |
| 6 Projeto de Resolução nº 97, de 1998 Ney Suassuna | Dispõe sobre as operações de crédito destinadas a compensar os Estados e o Distrito Federal por perdas de receita decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Parecer nº 640/98-CAE. Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos de substituição que oferece, com voto contrário do Senador Júlio Campos, em separado, dos Senadores Francelino Pereira e Carlos Bezerra e abstenção do Senador Lauro Campos. | Discussão, em turno único. Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 601, de 1998 - art. 336, "b". |

| Proposição (Autor/Nº Origem) | Ementa / Instrução | Informações |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| 7 Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1997 (nº 929/95, na Casa de origem) | Altera os arts. 132, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Parecer nº 575/98-CCJ. Relator: Senador Josaphat Mari- nho, favorável. | Discussão, em turno único. |
| 8 Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1998 (nº 2.377/96, na Casa de origem) | Altera a redação do art. 190 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar. Parecer nº 588/98-CCJ. Relator: Senador Rômulo Tuma, favorável, com Emendas nºs 1 e 2-CCJ. | Discussão, em turno único. |
| Presidente da Repu- blica | | |

Dia 9.12.98, quarta-feira, às 10 horas:

Sessão deliberativa ordinária

| Proposição (Autor/Nº Origem) | Ementa / Instrução | Informações |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1995 Osmar Dias e outros | Dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição Federal (prazo-prescricional das ações trabalhistas). | Terceiro e último dia de discussão, em segundo tur- no. (Votação nominal) |
| 2 Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1996 - Comple- mentar Lúcio Alcântara | Dispõe sobre a presença de identificação tátil entre as ca- racterísticas gerais das cédulas de moeda-papel. Parecer nº 624/98-CDir. Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido. | Discussão, em turno suple- mentar. |
| 3 Requerimento 584, de 1998 Hugo Napoleão e outros | Solicita, nos termos do art. 336, "B", do Regimento Inter- no, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991 (nº 3.657/89, na Casa de origem), que <i>dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a inter- nação psiquiátrica compulsória</i> . | Votação, em turno único. (Em virtude de adiamento) |

O SR. PRESIDENTE (Djalma Bessa) – Está
encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 46
minutos.)

(OS 16737/98)

AGENDA CUMPRIDA PELO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL,
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

3-12-98
Quinta-feira

10h – Despacho Interno

15h30 – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Federal

* CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.720-1**, ADOTADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1998 E PUBLICADA NO DIA 26 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS".

| CONGRESSISTAS | EMENDAS NºS |
|---------------------------------------|-------------------------------------|
| Deputado ALEXANDRE CARDOSO..... | 024. |
| Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ..... | 003 006 016. |
| Senador ÉLCIO ALVARES e outros..... | 025. |
| Deputado JAIR BOLSONARO..... | 002 005 015. |
| Deputado JOSÉ LUIZ CLEROT..... | 010. |
| Deputado MIRO TEIXEIRA..... | 001 008 019 020. |
| Deputado RICARDO IZAR..... | 012. |
| Deputado SARAIVA FELIPE..... | 009 022. |
| Deputado SÉRGIO MIRANDA..... | 004 017 021.. |
| Deputado UBIRATAN AGUIAR.e outros.... | 023. |
| Deputado WALTER PINHEIRO..... | 007 011 013 014 018 026 027 028. |

TOTAL DE EMENDA..028

RELATOR (INDICAÇÃO): Senador DJALMA BESSA

* Avulso refeito por incorreção no anterior.

MP 1.720-1

000001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 01.12.1998.

Proposição: MP nº 1720-1

Autor: Miro Teixeira

Nº Prontuário:

1

☒

Supressiva

2

☐

Substitutiva

3

☐

Modificativa

4

☐

Aditiva

5

☐

Substitutiva Global

Página: 1/1

Artigo: 1º e 2º

Parágrafo: ÚNICO

Inciso: ---

Alinea: ---

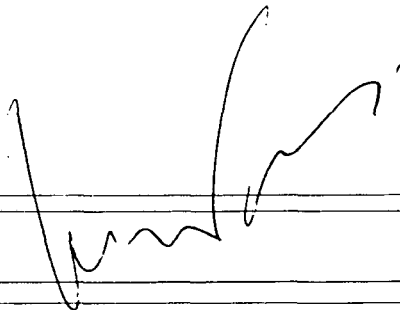
Texto: *Suprima-se o art. 1º, seu parágrafo único, e o art. 2º da Medida Provisória 1.720/98*

JUSTIFICATIVA

A supressão destes dispositivos visa retirar o conteúdo impositivo tributário da medida e manter sua parte final, que dispõe sobre o comportamento contábil da administração previdenciária do Setor público.

Desta maneira retira-se da medida provisória a parte eivada de inconstitucionalidade e preserva-se a sua melhor parte.

Assinatura



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1.720-1

000002

DATA
01 / 12/98PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1720-1/98AUTOR
Deputado Jair BolsonaroNº PRONTUÁRIO
3021 ☒ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBALPÁGINA
1ARTIGO
1

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

Suprima-se o art. 1º da Medida Provisória em referência.

JUSTIFICAÇÃO

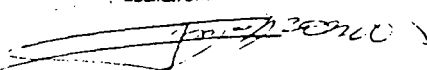
O servidor civil da União contribui com 11% sobre o total de sua remuneração, valor que somado a obrigação da União, relativo a parte patronal, perfaz um total de 31%, percentual este perfeitamente compatível para custear a futura aposentadoria dos servidores, mediante aplicação de qualquer taxa atuarial.

Saliente-se, ainda, que o governo federal implementou há alguns anos, uma política de enxugamento do Estado. Com isso não repôs adequadamente os quadros de servidores ativos, criando um evidente desequilíbrio da conta inativo, não sendo justo, pois, impor esse "custo" aos atuais servidores.

Acrescente-se, ainda, que os servidores ativos até dezembro/90 estavam sujeitos ao regime jurídico da CLT (Dec. Lei nº 5.452/42) e, portanto, contribuíam para o regime geral de previdência social (INSS).

Somente a partir da Lei nº 8.112/90 é que passaram para o regime jurídico único e suas contribuições, por isto, são creditados para o Tesouro Nacional.

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1.720-1

000003

01 / 12 / 98

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1720-1/98

Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ

337

1 ☒

SUPRESS...

2 ☐

SUBSTITUT...

3 ☐

MODIFICA...

4 ☐

ADIT...

5 ☐

SUBSTITUTIVE SUBS...

1

1

Suprima-se o art. 1º da Medida Provisória em referência.

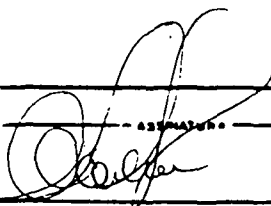
JUSTIFICATIVA

O servidor civil da União contribui com 11% sobre o total de sua remuneração, valor que somado a obrigação da União, relativo a parte patronal, perfaz um total de 31%, percentual este perfeitamente compatível para custear a futura aposentadoria dos servidores, mediante aplicação de qualquer taxa atuarial.

Saliente-se, ainda, que o governo federal implementou há alguns anos, uma política de enxugamento do Estado. Com isso não repôs adequadamente os quadros de servidores ativos, criando um evidente desequilíbrio da conta inativo, não sendo justo pois, impor esse "custo" aos atuais servidores.

Acrescente-se, ainda, que os servidores ativos até dezembro/90 estavam sujeitos ao regime jurídico da CLT (Dec. Lei nº 5.452/42) e, portanto, contribuíam para o regime geral de previdência social (INSS).

Somente a partir da Lei nº 8.112/90 é que passaram para o regime jurídico único e suas contribuições, por isto, são creditados para o Tesouro Nacional.



MP 1.720-1

000004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|----------------------------------------------------------|---------|---------|
| ² Data: 01/12/98 | | ³ Proposição: Medida Provisória nº 1.720-1/98 | | |
| ⁴ Autor: Deputado Sérgio Miranda | | ⁵ Nº Prontuário: 266 | | |
| ⁶ Tipo: 1 () - Supressiva 2 (x) - Substitutiva 3 () - Modificativa 4 () - Aditiva 5 () - Substitutivo Global | | | | |
| ⁷ Página: 1 de 1 | ⁸ Artigo: 1º | Parágrafo: único | Inciso: | Alínea: |

⁹ Texto

arquivo = 1720-1a.doc

Suprima-se por inconstitucionalidade o parágrafo único do art. 1º

Justificação

O parágrafo único do artigo 1º dessa MP determina que a contribuição de que trata a Lei nº 9.630, de 1998, será devida pelos pensionistas da União, acrescida do adicional a que se refere o art. 1º.

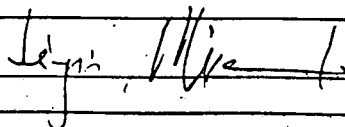
A contribuição de que trata este artigo é a contribuição dos servidores para o Plano de Seguridade Social do servidor público, ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, conforme o disposto na Lei nº 9.630, de 1998.

Esta Lei segue as determinações do disposto no art. 40, §6º da Constituição Federal. Diz o referido parágrafo:

"§6º. As aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais serão custeadas com recursos provenientes da União e das contribuições dos servidores, na fora da lei."

O mandamento constitucional é caro ao consignar que o custeio das aposentadorias e pensões é de responsabilidade da União e das contribuição dos servidores. A CF exclui, portanto, a possibilidade de contribuições dos pensionistas, visto que o custeio é restrito aos servidores e à União.

Não pode, portanto, a medida provisória estabelecer contribuição para os inativos, visto que, necessariamente, não são nem e nunca foram servidores públicos.

¹⁰ Assinatura:

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1.720-1

000005

DATA
01/ 12/ 98PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1720-1/98AUTOR
Deputado Jair BolsonaroNº PRONTUÁRIO
302TIP
1 ☒ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBALPÁGINA
1ARTIGO
1

TEXTO

Suprima-se o parágrafo único do artigo 1º, da Medida Provisória em epígrafe.

JUSTIFICAÇÃO

Suprimir, por inconstitucionalidade.

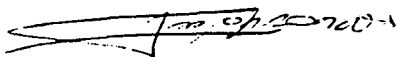
O parágrafo 6º, do artigo 40, da CF/88, com a redação da Emenda Constitucional nº 3/93, dispõe:

“Parágrafo 6º - As aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais serão custeadas com recursos provenientes da União e das contribuições dos servidores na forma da Lei”.

O parágrafo único do artigo 1º, da Medida Provisória em referência, cria a contribuição previdenciária a ser devida “pelos pensionistas da União”.

A CF, antes referida, fala em “servidor”. Os Pensionistas não são servidores e, portanto, não há apoio constitucional para a criação desta contribuição

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1.720-1

000006

01 / 12 / 98

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1720-1/98

Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ

337

1 ☒ SUPRESS... 2 ☐ SUBSTITUI... 3 ☐ MODIFICA... 4 ☐ ADIT... 5 ☐ SUBSTITUIÇÃO GLOBAL

1

1

Surprima-se o parágrafo único do artigo 1º, da Medida Provisória em epigrafe.

JUSTIFICATIVA

Suprimir, por inconstitucionalidade.

O parágrafo 6º, do artigo 40, da CF/98, com a redação da Emenda Constitucional nº 3/93, dispõe:

"Parágrafo 6º - As aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais serão custeadas com recursos provenientes da União e das contribuições dos servidores na forma da Lei".

O parágrafo único do artigo 1º, da Medida Provisória em referência, cria a contribuição previdenciária a ser devida "pelos pensionistas da União".

A CF, antes referida, fala em "servidor". Os Pensionistas não são servidores e, portanto, não há apoio constitucional para a criação desta contribuição.

ASSINATURA

MP 1.720-1

000007

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.720-1, de 25 de novembro DE 1998.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o parágrafo único do art. 1º.

JUSTIFICAÇÃO

Em sua segunda edição, a MP em questão teve acrescido no art. 1º um parágrafo que trata da instituição da **contribuição de pensionistas** da União, para o custeio do sistema previdenciário.

Essa cobrança, a vigorar a partir de 1º de março de 1999, fala por si. Não apenas é um absurdo do ponto de vista constitucional, como demonstra toda a insensibilidade do governo FHC, cujo viés tecnocrático e autoritário desconhece até os limites do bom-senso.

Se já não deveria contribuir o aposentado, como se pode esperar que contribua o pensionista, que sequer cargo público ocupa? Como querer que alguém que recebe um benefício decorrente da morte de um segurado venha a contribuir para esse benefício, que sofra redução do seu valor, sem que haja causa suficiente ou permissão constitucional?

Só a sanha pelo aniquilamento do servidor ativo, do aposentado e seus dependentes explica essa cruel medida, que sequer mereceria ser debatida neste Parlamento. Porisso, dever ser objeto de nossa total rejeição.

Sala das Sessões, 30/11/98


DEP. WALTER PINHEIRO
PT/BA

MP 1.720-1

000008

Data: 01.12.1998.

Proposição: MP nº 1720-1

Autor: Miro Teixeira

Nº Prontuário:

1 ☒ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☒ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutiva Global

Página: 1/1

Artigo: 1º

Parágrafo: único

Inciso: ---

Alínea: ---

Texto: *Suprima-se, o parágrafo único do art. 1º da Medida Provisória 1.720/1.*

JUSTIFICATIVA

A supressão deste dispositivo, acrescentado nesta edição da medida, visa afastar a inconstitucionalidade da incidência da contribuição previdenciária e desta adicional sobre os pensionistas.

O poder de tributar da União federal sobre seus servidores não deve fugir a regra constitucional. Os limites fixados na Carta de 1998, não foram respeitados pelo Poder executivo quando adicionaram mais este contribuinte no rol dos sujeitos a imposição das contribuições sociais.

Assinatura

mod_emen.sam

MP 1.720-1

000009

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|----------------------------------------|--------|
| 2 DATA 26/11/98 | | 3 PROPOSIÇÃO MP 1.720/98 1.720-1/98 | |
| 4 AUTOR Deputado Saraiva Felipe | | 5 Nº PRONTUÁRIO 265 | |
| 6 TIPO <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | |
| 7 PÁGINA 1/2 | 8 ARTIGO 1º e 2º | PARÁGRAFO | INCISO |
| ALÍNEA | | | |

TEXTO

Emenda Substitutiva
MP nº 1.720, de 28 de outubro de 1998

Os artigos 1º e 2º da MP da referência passam a ter a redação abaixo, renumerando-se os demais artigos:

"Art. 1º A contribuição de que trata o art. 1º da Lei nº 9.630, de 23 de abril de 1998, fica fixada nas seguintes faixas de valores, cumulativamente:

- para remuneração até R\$ 1.200,00, alíquota de 9% (nove por cento);
- para remuneração entre R\$ 1.200,00 e R\$ 2.400,00, alíquota de 10% (dez por cento);
- para remuneração entre R\$ 2.400,00 e R\$ 3.600,00, alíquota de 11% (onze por cento);
- para remuneração acima de R\$ 3.600,00, alíquota de 12% (doze por cento);

JUSTIFICATIVA

Quem hoje ganha R\$ 5.000,00, de remuneração, por exemplo, estaria sujeito às seguintes contribuições:

- até R\$ 1.200,00 (9%) = R\$ 108,00
- entre R\$ 1.200,00 e R\$ 2.400,00 (10%) = R\$ 120,00

- entre R\$ 2.400,00 e R\$ 3.600,00 (11%) = R\$ 132,00
- acima de R\$ 3.600,00 até R\$ 5.000,00 (12%) = R\$ 168,00

SOMA = R\$ 528,00

Os percentuais propostos são, além de justos e equânimes, perfeitamente compatíveis com o financiamento das aposentadorias dos servidores em atividade, considerando-se o fato de que a União também é parte no seu custeio — conforme definido na MP 1.723/98, recentemente aprovada no Congresso Nacional — e que referidos servidores estarão sujeitos a outras regras impositivas, quais sejam: as exigências de *idade mínima, tempo mínimo no Serviço Público, tempo mínimo no cargo e tempo de contribuição*.

Essas mudanças provocam alterações substanciais no custeio do regime de previdência do servidor público, razão pela qual a emenda ora submetida ao exame da Comissão Mista merece ser profundamente estudada e, estamos certos, aprovada pelos meus pares.

Além disso, a contribuição adicional de que trata o art. 1º da MP 1.720 tem cheiro, cor e sabor de empréstimo compulsório, instrumento legal incompatível com o financiamento de qualquer regime previdenciário.

Diante disso, espero e aguardo a aprovação da presente emenda.

Sala da Sessões, em

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1.720-1

DATA
26 / 11 / 98

MP 1720-1/98

PROPOSIÇÃO

000010

AUTOR
Deputado José Luiz Clerot

Nº FOLHA
136

TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☒ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA
1/2

ARTIGO
1º e 2º

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

Emenda Substitutiva

MP nº 1.720, de 28 de outubro de 1998

Os artigos 1º e 2º da MP da referência passam a ter a redação abaixo, renumerando-se os demais artigos:

"Art. 1º A contribuição de que trata o art. 1º da Lei nº 9.630, de 23 de abril de 1998, fica fixada nas seguintes faixas de valores, cumulativamente:

- a) para remuneração até R\$ 1.200,00, alíquota de 9% (nove por cento);
- b) para remuneração entre R\$ 1.200,00 e R\$ 2.400,00, alíquota de 10% (dez por cento);
- c) para remuneração entre R\$ 2.400,00 e R\$ 3.600,00, alíquota de 11% (onze por cento);
- d) para remuneração acima de R\$ 3.600,00, alíquota de 12% (doze por cento);

JUSTIFICATIVA

Quem hoje ganha R\$ 5.000,00, de remuneração, por exemplo, estaria sujeito às seguintes contribuições:

- até R\$ 1.200,00 (9%) = R\$ 108,00
- entre R\$ 1.200,00 e R\$ 2.400,00 (10%) = R\$ 120,00
- entre R\$ 2.400,00 e R\$ 3.600,00 (11%) = R\$ 132,00
- acima de R\$ 3.600,00 até R\$ 5.000,00 (12%) = R\$ 168,00

SOMA = R\$ 528,00

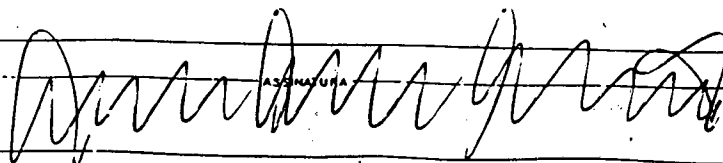
Os percentuais propostos são, além de justos e equânimes, perfeitamente compatíveis com o financiamento das aposentadorias dos servidores em atividade, considerando-se o fato de que a União também é parte no seu custeio — conforme definido na MP 1.723/98, recentemente aprovada no Congresso Nacional — e que referidos servidores estarão sujeitos a outras regras impositivas, quais sejam: as exigências de *idade mínima, tempo mínimo no Serviço Público, tempo mínimo no cargo e tempo de contribuição*.

Essas mudanças provocam alterações substanciais no custeio do regime de previdência do servidor público, razão pela qual a emenda ora submetida ao exame da Comissão Mista merece ser profundamente estudada e, estamos certos, aprovada pelos meus pares.

Além disso, a contribuição adicional de que trata o art. 1º da MP 1.720 tem cheiro, cor e sabor de empréstimo compulsório, instrumento legal incompatível com o financiamento de qualquer regime previdenciário.

Diante disso, espero e aguardo a aprovação da presente emenda.

Sala da Sessões, em



MP 1.720-1

000011

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.720-1, de 25 de novembro DE 1998.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao art. 1º, a seguinte redação:

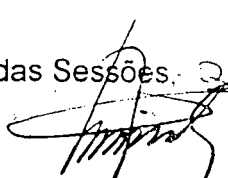
Art. 1º. A contribuição de que trata o art. 1º da Lei nº 9.630, de 23 de abril de 1998, fica acrescida de um adicional de um ponto percentual, incidente sobre o valor da remuneração que exceder a R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

JUSTIFICAÇÃO

A contribuição atualmente fixada para a contribuição do servidor público civil para o custeio do Plano de Seguridade Social do Servidor, de 11% sobre o total da remuneração, já é matematicamente suficiente para assegurar o equilíbrio financeiro do regime próprio de previdência social. Basta ver que, considerada esta alíquota, o tempo de contribuição exigido (35 anos para o homem), uma contribuição recolhida pela União em percentual igual ao que as empresas recolhem para o INSS (22%), e uma base de cálculo que, a cada ano, seja acrescida em 4%, em decorrência do curso da carreira, e um percentual de capitalização de 1% ao mês, seria possível assegurar o provento integral do servidor **por 64 anos**, conforme demonstra artigo publicado na revista Tributação em Revista de junho de 1997. Considerando que a idade média de aposentadoria do servidor é de 55 anos, e que a expectativa de vida nessa idade é de apenas 20 anos em média para homens e mulheres, **há uma clara tendência a que esse sistema seja superavitário, se bem administrados os seus recursos.**

Assim, entendemos desnecessária a elevação de alíquota, ainda que em caráter transitório, **para 20%**. Cremos que uma elevação para 12% seria já mais do que suficiente para assegurar uma compensação dos atuais servidores em face do que, no passado, não lhes tenha sido cobrado em face da natureza dos seus direitos - já que, até 1993, o servidor estatutário contribuía com apenas 6% sobre a remuneração, destinada ao custeio da pensão aos seus dependentes, conforme previam os art. 95 do Regulamento de Custeio e 350 do Regulamento de Benefícios da Previdência Social aprovados pelo Dec. nº 83.080/79. Naquele regime, a aposentadoria do servidor civil era - como ainda o é para os servidores ~~militares~~ - coberta totalmente pelo Tesouro, em virtude de seu regime de trabalho.

Sala das Sessões. 20/11/98


DEP WALTER AZEITEIRO
PT/BA

MP 1.720-1

000012

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.720-1/98

Dispõe sobre a contribuição para o custeio da previdência social dos servidores públicos

EMENDA MODIFICATIVA

O Parágrafo único do art. 1º da Medida Provisória nº 1.720-1/98, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º.....

Parágrafo único - A partir de 1º de março de 1999, a contribuição de que trata a Lei nº 9.630, de 1998, será devida pelos aposentados e pensionistas, com alíquota de 11% até a idade de 60 anos, e com alíquot. de 5,5% acima dessa idade, ficando isentos os maiores de 70 anos e os aposentados por invalidez.

JUSTIFICAÇÃO

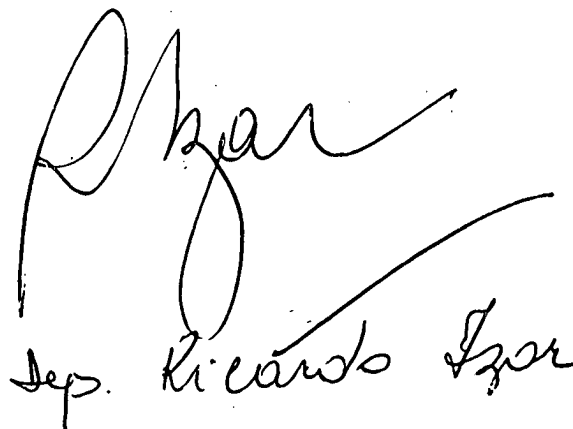
O art. 145, § 1º, da Constituição Federal define que a tributação tem que ter em vista a graduação e a capacidade econômica do contribuinte.

Uma das razões do Governo Federal para o chamado *deficit* da Previdência pública é o número elevado de aposentadorias precoces, ou seja, na faixa dos cinquenta anos de idade.

Por outro lado, não é justo que os aposentados e pensionistas venham a ser taxados igualmente aos ativos, com o adicional de 9%, uma vez que a competência para a manutenção da sua aposentadoria ou pensão é do Tesouro (art. 40, § 6ª, da CF) e não da Previdência Social, como tem sido apregoado.

Esta Emenda procura sob todos os ângulos dar um tratamento equânime à matéria.

Sala das Sessões, 02 de dezembro de 1998



Sen. Ricardo Izar

MP 1.720-1

000013

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 20-11, de 25 de novembro de 1990.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, no art. 1º, o seguinte parágrafo:

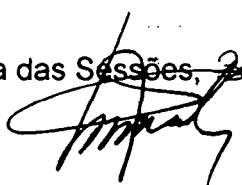
Art. ...

Parágrafo Será deduzido do montante do Imposto de Renda Retido na Fonte - Pessoa Física apurado no mês o valor do adicional de contribuição decorrente da aplicação do disposto no "caput".

JUSTIFICAÇÃO

O desconto do montante de contribuição adicional resultante da elevação da alíquota da COFINS para as pessoas jurídicas foi assegurado no âmbito da Medida Provisória relativa à legislação tributária. A COFINS é igualmente contribuição para o custeio da seguridade social, assim como a Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor, cuja alíquota é elevada pela Medida em tela. Assim, nada mais justo que se assegure ao servidor – contribuinte pessoa física – igual tratamento, mediante a dedução do Imposto de Renda Retido na Fonte do montante pago a título de adicional de contribuição.

Sala das Sessões, 20/11/98


DEP. WALTER PINHEIRO
PT/BA

MP 1.720-1

000014

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.720-1, de 25 de novembro DE 1998.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, no art. 1º, o seguinte parágrafo:

Art. ...

Parágrafo único. A contribuição referida no "caput" incidirá exclusivamente sobre o vencimento básico, as vantagens de natureza permanente e as vantagens pessoais incorporadas à remuneração, excluídas da sua base de incidência as vantagens de natureza transitória ou que não integrem os proventos de inatividade.

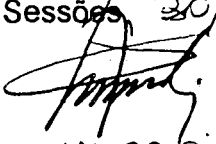
JUSTIFICAÇÃO

A contribuição recolhida pelos servidores ao PSSS incide, hoje, sobre a totalidade da remuneração, ainda que parte dessa remuneração não se integre aos proventos. Ou seja: vantagens de natureza transitória não devem ser computadas para fins de contribuição, pois não integrarão os

proventos de aposentadoria ou pensão. Essa cobrança implicaria num enriquecimento sem causa dos cofres públicos, o que deve ser de pronto afastado em favor da justiça tributária.

Sala das Sessões

30/11/98


DEP. WALTER PINHEIRO
PT/BA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1.720-1

000015

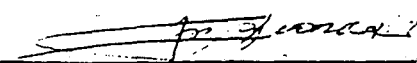
| | |
|--------------|-------------------------------|
| DATA | PROPO |
| 01 / 12 / 98 | MEIDA PROVISÓRIA Nº 1720-1/98 |

| | |
|-------------------------|---------------|
| AUTOR | Nº PRONTUÁRIO |
| Deputado Jair Bolsonaro | 302 |

| | | | | |
|----------------------------------------------------|-------------------------------------------|-------------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------------------|
| 1 <input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSIVA | 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA | 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA | 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA | 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL |
|----------------------------------------------------|-------------------------------------------|-------------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------------------|

| | | | | |
|--------|--------|-----------|-------|--------|
| PÁGINA | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCIS | ALÍNEA |
| 1 | 2 | | | |

| |
|------------------------------------------------------------------|
| TEXTO |
| Suprima-se o art. 2º da referida Medida Provisória. |
| JUSTIFICAÇÃO |
| Com a supressão do artigo 1º o atual art. 2º perde sua eficácia. |

| |
|--------------------------------------------------------------------------------------|
| ASSINATURA |
|  |

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1.720-1

000016

01/12/98

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1720-1/98

Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ

337

1 ☒ SUPRESS... 2 ☐ SUBSTITUT... 3 ☐ MODIFIC... 4 ☐ ADIT... 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

1

2

Suprima-se o art. 2º da referida Medida Provisória

JUSTIFICATIVA

Com a supressão do artigo 1º o atual art. 2º perde sua
eficácia.

ASSINATURA

MP 1.720-1

000017

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|------------|---------|---------|
| ² Data: 01/12/98 | ³ Proposição: Medida Provisória nº 1.720-1/98 | | | |
| ⁴ Autor: Deputado Sérgio Miranda | ⁵ Nº Prontuário: 266 | | | |
| ⁶ Tipo: 1 () - Supressiva 2 (x) - Substitutiva 3 () - Modificativa 4 () - Aditiva 5 () - Substitutivo Global | | | | |
| ⁷ Página: 1 de 1 | ⁸ Artigo: 2º | Parágrafo: | Inciso: | Alinea: |

⁹ Texto

arquivo = 1720-1b.doc

Suprima-se por inconstitucionalidade o artigo 2º

Justificação

O artigo 2º dessa MP determina que a contribuição adicional estabelecida para a parcela de remuneração dos servidores que exceda a R\$ 1.200,00 será devida a partir de 1º de fevereiro de 1999.

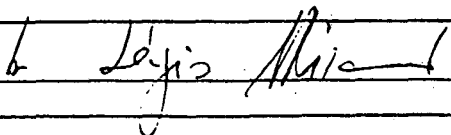
Determina a Contribuição Federal, em seu art. 195, §6º, que as contribuições sociais “só poderão ser exigidas após 90 dias da data de publicação da lei que as houver instituído ou modificado” (grifamos).

Ora a Medida Provisória 1.720-1 foi publicada em 26 de novembro de 1998. Portanto, nenhuma contribuição pode ser exigida antes de decorrido 90 dias de intervalo entre a publicação e a incidência da cobrança. Ou seja **ESTA CONTRIBUIÇÃO NÃO PODE SER EXIGIDA ANTES DE 24 DE FEVEREIRO DE 1999**. Pode-se ainda argumentar que a data que determina o início do interstício é a data que for publica a lei que se origina desta medida provisória.

A redação deste artigo é inconstitucional ao exigir contribuição antes de decorridos 90 dias de prazo da publicação da lei que instituiu ou modificou o tributo.

A CF é expressa ao determinar que as medidas provisórias perderão a eficácia deste a sua edição se não forem convertidas em lei no prazo de 30 dias. Ressalte-se, portanto, ser inadmissível que o governo entenda por data de início do prazo de interstício a data de publicação de uma medida provisória que não foi votada pelo Congresso Nacional, e que perdeu, portanto, a sua eficácia deste a sua edição.

¹⁰ Assinatura:



MP 1.720-1

000018

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.720-1, de 25 de novembro DE 1998.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao art. 2º, a seguinte redação:

Art. 2º. O adicional de que trata o artigo anterior tem caráter temporário, vigorando a partir de 1º de fevereiro de 1999 até 31 de dezembro de 2.000.


JUSTIFICAÇÃO

A contribuição atualmente fixada para a contribuição do servidor público civil para o custeio do Plano de Seguridade Social do Servidor, de 11% sobre o total da remuneração, já é matematicamente suficiente para assegurar o equilíbrio financeiro do regime próprio de previdência social. Basta ver que, considerada esta alíquota, o tempo de contribuição exigido (35 anos para o homem), uma contribuição recolhida pela União em percentual igual ao que as empresas recolhem para o INSS (22%), e uma base de cálculo que, a cada ano, seja acrescida em 4%, em decorrência do curso da carreira, e um percentual de capitalização de 1% ao mês, seria possível assegurar o provento integral do servidor **por 64 anos**, conforme demonstra artigo publicado na revista *Tributação em Revista* de junho de 1997. Considerando que a idade média de aposentadoria do servidor é de 55 anos, e que a expectativa de vida nessa idade é de apenas 20 anos em média para homens e mulheres, **há uma clara tendência a que esse sistema seja superavitário, se bem administrados os seus recursos.**

Assim, entendemos desnecessária a elevação de alíquota, ainda que em caráter transitório, **para 20%.**

No entanto, ainda que o Congresso Nacional entenda que é lícito cobrar mais do servidor público, essa cobrança não pode projetar-se no tempo além de 24 meses, sob pena de tornar-se *permanente*. Dois anos é o tempo máximo para que – com a futura regulamentação da PEC nº 33/95, sejam encaminhadas as soluções para eventuais déficits dos sistemas previdenciários, notadamente a *compensação financeira entre os regimes previdenciários*, que sem dúvida poderia em muito contribuir para o equilíbrio do Plano de Seguridade Social do Servidor;

Sala das Sessões, 30/11/98


DEP. WALTER DINIZ
PT/BA

MP 1.720-1

000019

Data: 01.12.1998.

Proposição: MP nº 1720-1

Autor: Miro Teixeira

Nº Prontuário:

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☒ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutiva Global

Página: 1/1

Artigo: 2º

Parágrafo: único

Inciso: ---

Alinea: ---

Texto: *Dê-se ao art. 2º da Medida Provisória 1.720/98. a seguinte redação:*

Art. 2º - O adicional de que trata o artigo anterior tem caráter temporário, vigorando por um período, improrrogável de um ano contados a partir de 1º de fevereiro de 1999.

JUSTIFICATIVA

O caráter urgente desta imposição tributária somente pode ser compreendido em face da necessidade que ora é apresentada pelo Governo Federal. Estendê-la por período de cinco anos significa impor um sacrifício aos servidores públicos federais, que vai além do pessimismo, chegando a beirar a hipótese de má administração pública.

Assinatura

mod_emen.sam

MP 1.720-1

000020

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 01.12.1998.

Proposição: MP nº 1720-1

Autor: Miro Teixeira

Nº Prontuário:

1

☐ Supressiva

2

☐ Substitutiva

3

☒

Modificativa

4

☐ Aditiva

5

☐

SubstitutivaGlobal

Página: 1/1

Artigo: 2º

Parágrafo: único

Inciso: ---

Alínea: ---

Texto: *Dê-se ao art. 2º da Medida Provisória 1.720/98. a seguinte redação:*

Art. 2º - *O adicional de que trata o artigo anterior tem caráter temporário, vigorando por um período, improrrogável, de 2 anos contados a partir da 1ª publicação desta medida provisória.*

JUSTIFICATIVA

O caráter urgente desta imposição tributária somente pode ser compreendido em face da necessidade que ora é apresentada pelo Governo Federal. Estendê-la por período de cinco anos significa impor um sacrifício aos servidores públicos federais, que vai além do pessimismo, chegando a beirar a hipótese de má administração pública.

Também não existem razões para se fixar o termo inicial para contagem do prazo de vigência da medida a partir da data fixada para o nascimento de sua eficácia, pois a própria medida fez distinção entre estas datas e dispôs que sua vigência se iniciou na data de sua primeira publicação.

Assinatura

MP 1.720-1

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000021

| | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|------------|---------|---------|
| ² Data: 01/12/98 | ³ Proposição: Medida Provisória nº 1.720-1/98 | | | |
| ⁴ Autor: Deputado Sérgio Miranda | ⁵ Nº Prontuário: 266 | | | |
| ⁶ Tipo: 1 () - Supressiva 2 (x) - Substitutiva 3 () - Modificativa 4 () - Aditiva 5 () - Substitutivo Global | | | | |
| ⁷ Página: 1 de 1 | ⁸ Artigo: 5º | Parágrafo: | Inciso: | Alínea: |

⁹ Texto

arquivo = 1720-lc.doc

Suprima-se por inconstitucionalidade o artigo 5º

Justificação

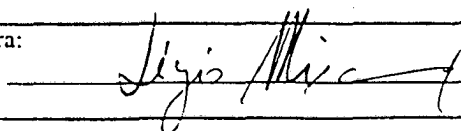
O artigo 5º dessa MP determina que os efeitos da medida provisória se darão a partir de 1º de fevereiro de 1999. Esta medida provisória institui contribuição social, portanto o efeito é a geração de créditos tributários.

Determina a Contribuição Federal, em seu art. 195, §6º, que as contribuições sociais “só poderão ser exigidas após 90 dias da data de publicação da lei que as houver instituído ou modificado” (grifamos).

Ora a Medida Provisória 1.720-1 foi publicada em 26 de novembro de 1998. Assim sendo, nenhuma contribuição pode ser exigida antes de decorrido 90 dias de intervalo entre a publicação e a incidência da cobrança. Ou seja ESTA CONTRIBUIÇÃO NÃO PODE SER EXIGIDA ANTES DE 24 DE FEVEREIRO DE 1999. Pode-se ainda argumentar que a data que determina o início do interstício é a data que for publica a lei que se origina desta medida provisória, o que distanciaria ainda mais o início da contagem do interstício.

A redação deste artigo é inconstitucional ao exigir contribuição antes de decorridos 90 dias de prazo da publicação da lei que a instituir ou modificar.

A CF é expressa ao determinar que as medidas provisórias perderão a eficácia deste a sua edição se não forem convertidas em lei no prazo de 30 dias. Ressalte-se, portanto, ser inadmissível que o governo entenda por data de início do prazo de interstício a data de publicação de uma medida provisória que não foi votada pelo Congresso Nacional, e que perdesse, portanto, a sua eficácia deste a sua edição.

¹⁰ Assinatura:

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1.720-1

000022

| | | | |
|---|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|--------------------------------------|
| 2 | DATA 26/ 11/ 98 | 3 | PROPOSIÇÃO MP 1.720/98 1.720-1/98 |
| 4 | AUTOR Deputado Saraiva Felipe | 5 | Nº PRONTUÁRIO 265 |
| 6 | TIPO <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL | | |
| 7 | PÁGINA 1/1 | 8 | ARTIGO 240 |
| | | PARÁGRAFO | INCISO |
| | | ALÍNEA | |

Inclua-se onde couber:

O "caput" do artigo 240 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 passa a ter a seguinte redação:

Art. 240 - Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à filiação em entidades Associativas e Sindicais e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes:

- a) de ser representado pela Associação ou Sindicato, inclusive como substituto processual;
- b) de inamovibilidade do dirigente associativo ou sindical, até um ano após o final do mandato, exceto se a pedido;
- c) de descontar em folha, sem ônus para a entidade associativa ou sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembléia geral da categoria.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal de 1988 facultou aos servidores públicos civis os direitos à sindicalização e à greve, negados na legislação anterior. A luta em defesa dos servidores era desempenhada única e exclusivamente pelas Associações de Classe. Sendo matéria nova, causadora de grande resistência, foi necessário explicitar os direitos decorrentes da sindicalização, sem que, com isso, se pretendesse prevalecer uma forma de organização em relação a outra (associação/sindicato) ambas importantes para o processo democrático, razão pela qual serve a presente emenda para reparar a omissão cometida no Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/90).

MP 1.720-1

000023

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------------------|--------|
| 2 DATA 26 / 11 / 98 | | 3 PROPOSIÇÃO MP 1.720/98 | |
| 4 AUTOR Deputado Ubiratan Aguiar | | 5 Nº PRONTUÁRIO 106 | |
| 6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | |
| 7 PAGINA 1/1 | 8 ARTIGO 240 | PARÁGRAFO | INCISO |
| ALÍNEA | | | |

Inclua-se onde couber:

O "caput" do artigo 240 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 passa a ter a seguinte redação:

Art. 240 - Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à filiação em entidades Associativas e Sindicais e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes:

- a) de ser representado pela Associação ou Sindicato, inclusive como substituto processual;
- b) de inamovibilidade do dirigente associativo ou sindical, até um ano após o final do mandato, exceto se a pedido;
- c) de descontar em folha, sem ônus para a entidade associativa ou sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembléia geral da categoria.

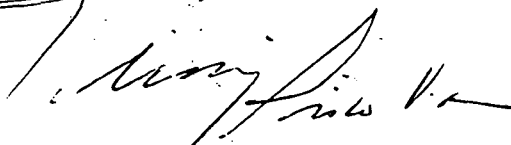
JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal de 1988 facultou aos servidores públicos civis os direitos à sindicalização e à greve, negados na legislação anterior. A luta em defesa dos servidores era desempenhada única e exclusivamente pelas Associações de Classe. Sendo matéria nova, causadora de grande resistência, foi necessário explicitar os direitos decorrentes da sindicalização, para que, com isso, se pretendesse prevalecer uma forma de organização em relação a outra (associação/sindicato)

ambas importantes para o processo democrático, razão pela qual serve a presente emenda para reparar a omissão cometida no Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/90).

ASSINATURA

APOIAMENTO À EMENDA


Alexandre Cardoso - Alagoas - Roberto Corrêa - GOB. 312. - Rildo Vinha - BA

MP 1.720-1

000024

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | |
|----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|---------------|
| 2 | DATA | 3 | PROPOSIÇÃO |
| 10 | /12/98 | Medida Provisória nº 1.720-1, de 25 de novembro de 1998 | |
| 4 | AUTOR | 5 | Nº PRONTUÁRIO |
| Deputado Alexandre Cardoso | | 2841 | |
| 6 | 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL | | |
| 7 | PÁGINA | 8 | PARÁGRAFO |
| 1/5 | | 999 | |

TEXTO

Inclua-se onde couber:

"Art. Estão isentos da contribuição para o custeio da previdência social os servidores públicos aposentados por invalidez, permanecendo nos termos do art. 40, inciso I, da Constituição Federal."

JUSTIFICATIVA:

O art. 246 da Constituição Federal veda “a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada a partir de 1995”.

O governo, para cumprir compromissos de ajuste fiscal assumidos com o FMI, editou uma série de medidas provisórias e busca aprová-las antes da promulgação da Emenda Constitucional da Previdência, emenda já aprovada cuja redação final e conseqüente promulgação vem sendo propositadamente adiada.

Nesse contexto, a pressão na apresentação das novas medidas provisórias, levou os assessores do Excelentíssimo Senhor Presidente da República a deixar de lado algumas situações específicas que não podem ser ignoradas.

Dessas situações específicas, talvez a mais gritante seja a dos servidores aposentados por invalidez permanente nos termos do art. 40, inciso I, da Constituição Federal.

Com efeito, a nova lei resultante da Medida Provisória nº 1.723, de 29 de outubro de 1998, recém aprovada, “dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e das outras providências”, inovando ao estabelecer o princípio da contribuição também do pessoal inativo – de todos, sem fazer qualquer ressalva - com alíquotas não superiores (alteração introduzida pelo Congresso) às aplicadas aos servidores ativos.

O valor das alíquotas da contribuição dos inativos e pensionistas da União seria “encaminhada mediante ato específico, no momento oportuno”, conforme consta do item 10 da Exposição de Motivos que acompanhava a MP nº 1.720, que dispunha “sobre a contribuição para o custeio da previdência social dos servidores públicos”.

Esperava-se que um projeto de lei ordinária fosse encaminhado à Câmara dos Deputados em 16 de dezembro, depois de encerrada a atual sessão legislativa, em que essa matéria já foi rejeitada. Ao ser reeditada essa medida provisória, porém, sob o nº 1.720-1, foi-lhe acrescentada a contribuição dos pensionistas.

Ao que se sabe, cuida-se, agora, de incluir as alíquotas para os inativos, com valores idênticos aos do pessoal ativo, quando da apreciação da MP nº 1.720-1, apesar de posição do Supremo Tribunal Federal quanto à inconstitucionalidade da cobrança.

Essa inclusão se dará mediante requerimento subscrito pela maioria dos Senadores, nos termos do art. 240 do Regimento Interno do Senado, segundo declarações do Líder do Governo no Congresso, Deputado Arnaldo Madeira (PSDB/SP), e do Ministro Waldeck Ornelas. O objetivo é antecipar o início da cobrança aos inativos já a partir de 1º de fevereiro do próximo ano, junto com os pensionistas.

MAS, O QUE ESTÁ SENDO ESQUECIDO?

O art. 40 da Constituição Federal estabelece que:

"Art. 40. O servidor será aposentado:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;"

As tais doenças, de que ninguém está livre, são as especificadas na Lei nº 8.112/90, em seu art. 186, § 1º, a saber:

"§ 1º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Piaget (osteíte deformante), Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS, e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada."

Essa minoria de servidores, seres humanos que, por sua tragédia pessoal, mereceram um tratamento diferenciado na própria Constituição, estão, alguns, na condição de **mutilados**, e portanto marcados por deficiências graves a ponto de forçá-los à aposentadoria por invalidez; muitos destes são policiais, civis, rodoviários ou federais, e bombeiros, que se feriram e ficaram inválidos em defesa da sociedade; outros, **incapacitados** por moléstias profissionais, que lhes impõem limitações as mais diversas; outros, enfim, **vitimados por doenças terríveis**, reconhecidas como flagelos da humanidade, têm uma sobrevida média pequena, que não pode ser a chave do alardeado *deficit* da Previdência.

Quanto à sistemática de concessão dessas aposentadorias, é preciso lembrar que o governo modificou as regras da aposentadoria por invalidez, por meio da MP nº 1.573, tornando-as **mais rígidas**, nas palavras da Ministra Cláudia Costin, que ressaltou a obrigatoriedade de avaliação por junta médica, para fins de reaproveitamento em outra função, acabando com aposentadorias precoces e resolvendo, segundo a ministra, o problema de moralização. **Só é aposentado por invalidez**, em um processo lento e penoso, o **servidor realmente inválido**, sem condições de trabalhar em qualquer outra atividade. Aquela MP, que substituiu a MP nº 1.522, foi por sua vez substituída, após várias reedições, pela MP nº 1.595, que foi aprovada pelo Congresso, sendo sancionada a Lei nº 9.527/97, em pleno vigor.

O mais trágico, porém, é que - aposentados por invalidez permanente -, mesmo aqueles que ainda têm alguma força e capacidade, estão **impedidos de exercer qualquer outra atividade remunerada**, o que, de resto, é impossível na esmagadora maioria dos casos.

Esses servidores só estiveram isentos, até aqui, da contribuição previdenciária, por estarem isentos todos os inativos, nos termos do parágrafo único da Lei nº 9.630/98 e de toda a legislação anterior. Como nunca se admitiu a contribuição previdenciária após a aposentadoria, nunca se cogitou de explicitar a situação dos aposentados por invalidez.

Ao contrário, porém, dos demais servidores atingidos pelo pacote, **não terão como se proteger ou como compensar a perda de poder aquisitivo causada por essa redução efetiva de seus proventos.**

Não podem, por exemplo, pelo **duplo impedimento, de saúde e legal**, buscar trabalho na área privada ou ocupar uma função comissionada de livre provimento, que tem sido uma alternativa para muitos aposentados aumentarem seus rendimentos.

O dinheiro que recebem, depois de descontada a CPMF, além de fazer frente aos gastos comuns aos demais servidores, fica inteiramente comprometido com remédios, em geral caríssimos, próteses e aparelhos, aluguel de cadeiras de rodas e de camas de hospital, pagamentos de enfermeiras e acompanhantes, bolsas de colostomia, terapias especializadas, alimentação especial, e outros semelhantes. Se submetidos ao novo desconto, de no mínimo 1,1 % dos proventos, que despesas poderiam ser cortadas, ainda que à custa de **dor, sofrimento e redução da expectativa de sobrevida?**

Por uma triste coincidência, uma Portaria do Ministério da Fazenda, publicada no DOU de 27 de novembro, sinaliza que **o governo vai voltar a monitorar os preços dos medicamentos**, para combater o que considera abuso dos laboratórios. A Folha de São Paulo de 28 de novembro publica dados divulgados pelo Ministério da Fazenda, dando conta de que, de dezembro de 1996 a agosto de 1998, o medicamento que sofreu os maiores reajustes foi o **Fluoro-Uracil, usado no tratamento de câncer (152,9 %)**. Um dos remédios mais caros do mercado, o **Proleukin, também contra o câncer**, saltou de R\$ 702,85 para R\$ 957,14, valor superior a sete salários mínimos. No mesmo período, os sete remédios mais vendidos no país foram reajustados em 26,5 %.

A coincidência se torna irônica, porém, quando, neste mesmo momento, o Ministério da Saúde se propõe a facilitar o acesso à morfina e pensa em incentivar as farmácias a vender o medicamento, ante a constatação de que o doente brasileiro sofre dores que poderiam ser evitadas. Para apressar o processo, noticia o Correio Braziliense, está sendo lançada a **"Campanha Nacional Câncer sem Dor" ...**

Na justificativa da medida provisória, o governo afirma que o registro contábil individualizado busca maior transparência das contas previdenciárias. *"além de sinalizarmos futuras medidas a serem tomadas, entre elas, a adequada correlação entre o valor dos benefícios e as contribuições previdenciárias"*.

Que correlação, que *"benefícios"* serão esses, no caso desses condenados? Que medidas *"futuras"* podem lhes interessar?

É ético, é cristão, é justo, **tratar da mesma maneira os desiguais?**

Se aprovada a contribuição também dos aposentados por invalidez permanente, só lhes restaria o recurso à justiça. Mas, a proverbial lentidão do Judiciário, a par dos custos, não permite esperanças.

Quando sair alguma decisão, se sair, uma boa parte dos interessados já não estará pesando no cofre da Previdência.

Esperamos que os **senhores parlamentares, do governo ou da oposição, ao votarem a MP nº 1.720, tenham a coragem e a humanidade** de apoiar e votar pela inclusão desta emenda, que isenta os aposentados por invalidez permanente.

Esta é uma causa extremamente simpática aos sentimentos cristãos da maioria de nosso povo e aperfeiçoa a iniciativa do governo, corrigindo uma brutal e desumana omissão.

Finalmente, cumpre assinalar que esta emenda resgata, embora apenas parcialmente, a isenção aos inativos contida no **parágrafo único da Lei nº 9.630, de 23 de abril de 1998**, fruto de um compromisso **por escrito** em que se afirmava que *"com este entendimento fica possível o atendimento do justo pleito dos aposentados e pensionistas federais, assegurando em definitivo, para esse segmento social, a isenção da contribuição previdenciária"*.

Aquele documento foi firmado entre os partidos da base de sustentação do governo, representados pelos Deputados GERSON PERES, ODELMO LEÃO, INOCÊNCIO OLIVEIRA, AÉCIO NEVES, GEDDEL VIEIRA LIMA e PAULO HESLANDER, e o Poder Executivo, representado pelo então Líder do Governo, o saudoso Deputado LUÍS EDUARDO, garantidor da *"expressa concordância do Poder Executivo"*, estando datado de 11 de fevereiro de 1998.

Esperamos, portanto, poder contar também com a manifestação pronta e firme desses líderes de pleno apoio a esta emenda.

Outrossim, considerando que o **art. 5º da Medida Provisória nº 1.720-1**, em apreço, determina sua eficácia somente a **partir de 1º de fevereiro de 1999**, faz-se desnecessária a apresentação de *"texto regulando as relações jurídicas decorrentes"* da adoção da presente emenda, previsto no **art. 4º, § 3º da Resolução nº 1, de 1989, do Congresso Nacional**, que dispõe sobre a apreciação das Medidas Provisórias.

ASSINATURA

MP 1.720-1

000025

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | | | |
|---|------------------------------------------------|-----------------------------------------|-----------------------------------------|------------------------------------|-------|--------|
| 1 | DATA | 2 | PROPOSIÇÃO | | | |
| 1 | / / | 1 | MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.720-1 | | | |
| 4 | AUTOR | | 3 | DE FUNDAMENTO | | |
| 4 | | | 3 | | | |
| 6 | TIPO | | | | | |
| 6 | 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA | 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA | 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA | 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA | | |
| 6 | 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL | | | | | |
| 7 | PÁGINA | 5 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCIS | ALÍNEA |
| 7 | | 5 | | | | |

TEXTO

Incluem-se na Medida Provisória nº 1.720-1, onde couber, os seguintes artigos:

"Art.Revoga-se o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 9.630, de 23 de abril de 1998."

"Art.A contribuição dos inativos de que trata a Lei nº 9.630, de 23 de abril de 1998, será devida a partir de 1º de março de 1999."

J U S T I F I C A T I V A

No contexto geral da Reforma da Previdência Social e considerando que a Seguridade Social deve ser, dentro do princípio da solidariedade, mantida por toda a sociedade, e considerando ainda que o Supremo Tribunal Federal nas ADI's nºs 1.441 e 1.430 admitiu, em princípio, a cobrança da contribuição do servidor público inativo para o custeio da previdência por ser a contribuição social em questão "um tributo fundado na solidariedade social de todos para financiar uma atividade estatal complexa e universal como é a da Seguridade.", no dizer do Ministro Sepúlveda Pertence, e que é proposta a revogação da isenção constante do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.630, de 23 de abril de 1998.

A presente proposta é feita nos termos do artigo 67 da Constituição Federal.

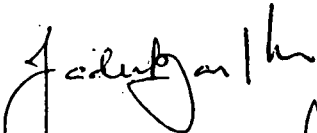
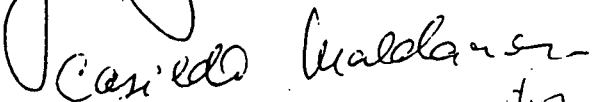

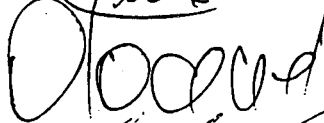
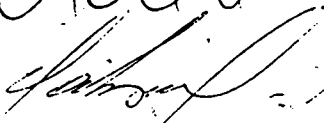
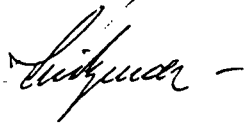
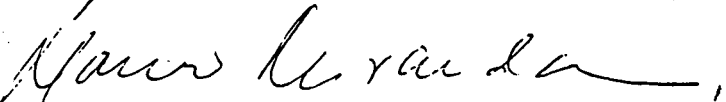
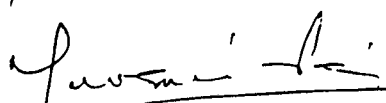
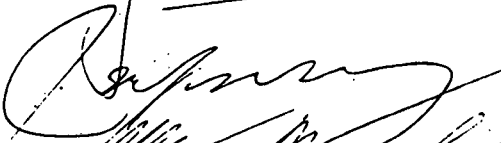

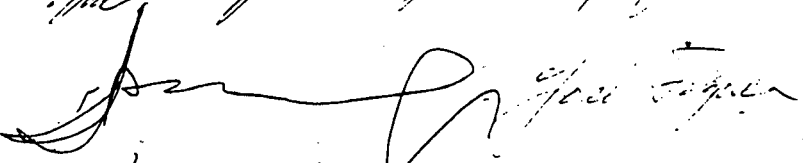
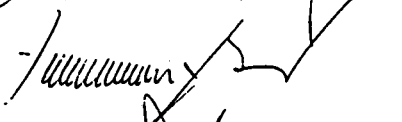


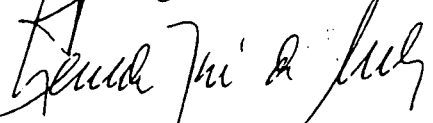
[Handwritten signatures and notes]
Assinatura

10

ASSINATURA

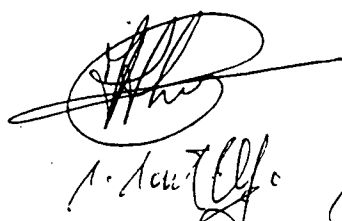
[Handwritten signatures and notes]
Assinatura

EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.720-1.


1.  João Paulo
2.  Carlos Maldonado
3.  Carlos Maldonado
4.  Osvaldo - OSVALDO SOARES
5.  NABOR JUNIOR
6.  IRIS
7.  NABOR JUNIOR
8.  NABOR JUNIOR
9.  NABOR JUNIOR
10.  NABOR JUNIOR
11.  NABOR JUNIOR
12.  FERNANDO BEZERRIA
13.  CARLOS BEZERRIA
14.  JOE ALVES
15.  GERARDO MELO

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 1.720-1

L. Quinteiro



 João Francisco


LUCIANO PORTUGAL

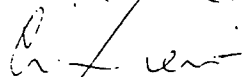

 J. PALMA

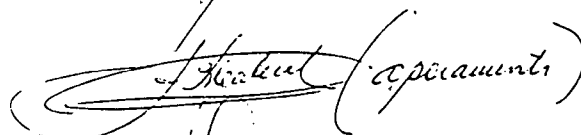

 GERSON CAMAR

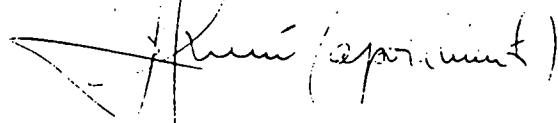

 LEONEL PAIVA


 GERALDO ALTHOFF


 ELÓI ACOSTA


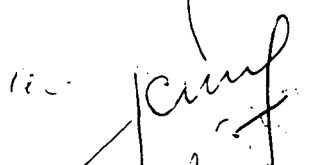
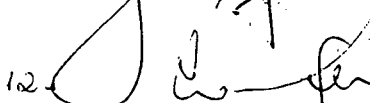
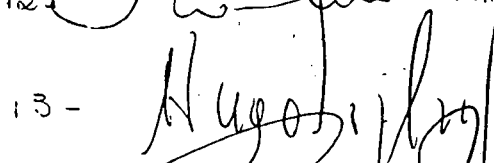



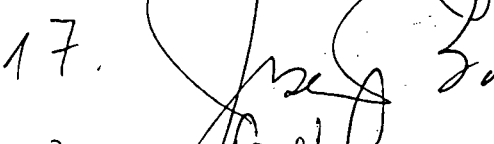


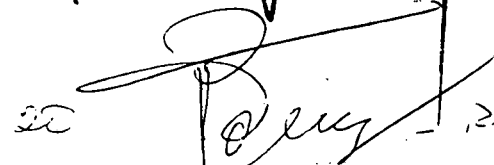

 CARLOS PATRICIANO


 BERNARDO CABRAL


 ESPINOSA


 S. FARIA

EMENDA À MP 1.720-1

10.  CARLOS PATROCÍNIO
11.  BERNARDO REZENDE
12.  CARLOS PATROCÍNIO
13.  HUGO NAPOLEÃO
14.  ROMERO SOUSA
15.  CARLOS PATROCÍNIO
16.  ELI NORONHA PPB-T
17.  JOSÉ BIANCO PPR-R
18.  BRUNO FARIA
19.  FERNANDO COSTA
20.  ROMERO TUMA

MP 1.720-1

000026

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.720-1, de 25 de novembro DE 1990.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. Ficam isentos de contribuição para o custeio do Plano de Seguridade Social do Servidor, a partir da publicação desta Lei, os servidores públicos aposentados por invalidez permanente em decorrência de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença contagiosa, grave ou incurável, nos termos do art. 40, inciso I, da Constituição Federal."

JUSTIFICAÇÃO

A isenção dos inativos acha-se assegurada pela Lei nº 9.630, 23 de abril de 1998, tendo em vista a correta interpretação de que é incabível a cobrança de contribuição de inativos e pensionistas. Esse foi o entendimento dos Srs. Líderes nesta Casa e no Senado Federal, quando por unanimidade se garantiu a isenção dos inativos da União.

Todavia, com a aprovação da Medida Provisória nº 1.723/98, ficou prevista a possibilidade dessa cobrança, inconstitucional mas que, todavia, poderá vir a trazer a redução dos proventos dos aposentados da União.


No entanto, ainda que se pudesse considerar essa contribuição como viável ou válida, há que se resguardar situação que, constitucionalmente, e também do ponto de vista da proteção ao direito à vida, deve ser contemplada com a isenção: o aposentado por invalidez em decorrência de moléstia grave ou incurável, que despende quase sempre, em razão da própria doença que o acometeu, afastando-o do serviço, grandes quantias com a aquisição de medicamentos, tratamentos médicos e despesas com a saúde.

A luta do inválido é por resgatar a sua qualidade de vida, não por mantê-la. Isso lhe custa muito mais do que a um cidadão normal. A redução dos proventos, então, compromete-lhe a própria sobrevivência, tornando mais difícil a luta diária contra a doença grave, contagiosa ou incurável que o acometeu. Foi por isso que a própria CF diferenciou esse inativo dos demais aposentados por invalidez permanente, assegurando-lhe, em qualquer condição, *proventos integrais*. E, se tais proventos são *integrais*, não podem ser reduzidos pela contribuição imposta, implicitamente, pela Medida Provisória em tela.

A gravidade dessa situação, e a lentidão do recurso ao Judiciário contra a indevida cobrança, recomendam a pronta intervenção legislativa, já que os prejudicados não dispõem de tempo para essa disputa nas barras dos Tribunais. A sua vida se compromete a cada dia, em decorrência da doença que mina suas forças e sua capacidade de lutar por seus direitos.

Nada mais se propõe, portanto, do que assegurar expressamente o que já está implícito: todo o aposentado está isento de contribuição. Mas o aposentado por invalidez permanente carece ainda mais dessa isenção, que cumpre explicitar de maneira inafastável, resgatando o compromisso dos Srs. Líderes na Câmara dos Deputados firmado em 11 de fevereiro de 1998, quando da votação da PEC nº 33/95.

Sala das Sessões, 20/11/98


DEP. WALTER PINHEIRO
PT/BA

MP 1.720-1

000027

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.720-1, de 25 de novembro DE 1998.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. ... A compensação financeira entre o regime geral da previdência social e o Plano de Seguridade Social dos Servidores observará o disposto neste artigo, com o objetivo de assegurar a sustentação financeira dos benefícios concedidos e mantidos à conta do Tesouro Nacional cujos beneficiários tenham exercido ou venham a exercer o direito à contagem recíproca de tempo de serviço ou contribuição assegurado pelo art. 94 da Lei nº 9.213, de 24 de julho de 1991, bem assim a compensação, ao Instituto Nacional do Seguro Social, das despesas com a manutenção de benefícios concedidos mediante a contagem de tempo de serviço público federal.

§ 1º. No prazo de 180 dias a contar da publicação desta Lei, o Instituto Nacional do Seguro Social e o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado promoverão encontro de contas, apurando-se o total de servidores públicos civis da União e segurados do Regime Geral de Previdência Social que tenham exercido o direito à contagem recíproca de tempo de serviço ou de contribuição em ambos os regimes.

§ 2º. A compensação financeira de que trata o art. 94 da Lei nº 9.213, de 1991, será feita pelo sistema de origem ao sistema concessor do benefício, tendo como base o valor mensal do benefício a que faria jus o segurado se houvesse permanecido filiado ao regime geral da previdência social na data da passagem para a inatividade, em qualquer caso.

§ 3º. Será deduzido, do montante mensal a ser repassado ao Tesouro Nacional pelo Instituto Nacional do Seguro Social à conta do disposto neste artigo parcela do montante apropriado pelo Tesouro Nacional para o pagamento de Encargos Previdenciários da União, na forma do art. 17 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

JUSTIFICAÇÃO

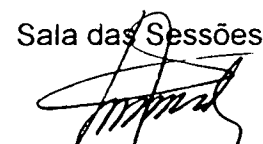
Grande parte dos problemas verificados no âmbito da previdência dos servidores públicos decorre do fato de que mais de 80% dos servidores federais eram, até 1991, filiados ao RGPS, e para esse regime recolheram suas contribuições. Com a implantação do RJU pela Lei nº 8.112/90, todos os servidores passaram à condição de estatutários e, com isso, passaram a ter direito à aposentadoria integral, ainda que houvessem contribuído, durante toda a sua vida profissional, para o RGPS.

Com a concessão dos benefícios, que já somam mais de 250 mil desde então, a União passou a arcar com as despesas de manutenção sem que houvesse sido processada a compensação financeira com o RGPS. Ao mesmo tempo, valeu-se de recursos da seguridade social para custear os Encargos Previdenciários da União. Mas nenhuma contabilização foi feita de modo a saber-se quanto cada sistema deve ao outro. Há uma completa anarquia, uma confusão que só serve àqueles que querem comprovar que ambos os sistemas - RGPS e PSSS - são inviáveis, sem considerar-se as peculiaridades do momento histórico vivido e da fase de transição, em que os benefícios são concedidos mas sem que se tenha cuidado de garantir mecanismos de custeio no passado que fossem para tanto adequados.

A matéria acha-se em vias de ser regulamentada pelo Congresso Nacional, por meio da votação em Plenário na Câmara dos Deputados de substitutivo do Senado ao Projeto de Lei já aprovado por esta Casa em 1994, de autoria do Dep. Luis Carlos Hauly.

Todavia, enquanto não se opera essa votação, que regularia para toda a Federação o direito à compensação financeira, entendemos que seria desde logo necessário regular pelo menos a compensação entre o INSS e o PSSS, amenizando a situação que é apontada como crítica mas que deriva, antes de tudo, da inércia governamental, vez que o sistema contributivo do Plano de Seguridade Social do Servidor já garante a sua sustentabilidade a longo prazo.

Sala das Sessões, 30/11/98


DEP. WALTER PINHEIRO
PT/BA

MP 1.720-1

000028

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.720-1, de 25 de novembro DE 1998.

EMENDA ADITIVA

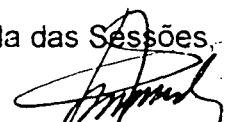
Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. A contribuição da União para o custeio do Plano de Seguridade Social do Servidor Público Federal de que trata o art. 1º da Lei nº 9.630, de 23 de abril de 1998, corresponderá ao dobro da contribuição do servidor.

JUSTIFICAÇÃO

Embora seja a União o "empregador", ao qual caberia recolher a contribuição equivalente a 22% sobre a folha de pagamento (ou seja, o dobro da contribuição do empregado), como previsto no Plano de Custeio da Seguridade Social, a contribuição efetiva é de apenas 11%, que é o mesmo percentual do servidor. Em vista de haver um enorme volume de benefícios em manutenção, a contribuição recolhida mês a mês não é suficiente para cobrir as despesas - e a situação se agrava à medida que não há sequer a contabilização desses recursos e sua aplicação de maneira a assegurar a transparência do sistema de custeio. Em consequência, a União deve arcar com o pagamento do total dos benefícios, o que no serviço público civil significa arcar com uma despesa adicional de pelo menos R\$ 8 bilhões anuais, uma vez que apenas R\$ 4 bilhões são decorrentes das contribuições mensalmente recolhidas. Assim, para que se assegure adequação financeira ao sistema de custeio, a saída não é simplesmente aumentar a contribuição dos servidores - mas ajustar a contribuição da União para que atinja o patamar mínimo igual ao dobro da contribuição dos servidores. Quanto à diferença entre receitas e despesas, a solução deve ser buscada por outras vias, e não pela redução da remuneração paga ao servidor, que já acumula um achatamento salarial de mais de 40% desde 1995.

Sala das Sessões, 30/11/98


DEP. WALTER DINHEIRO
PT/BA

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

2ª Reunião (Extraordinária) realizada em 19 de maio de 1998, às 10h30min.

Às dez horas e trinta minutos do dia dezoito de junho de mil novecentos e noventa e oito, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, em exercício, do Senhor Senador Elói Portella, presentes os Senhores Senadores Vilson Kleinübing, Elcio Alvares, Arlindo Porto, Ludio Coelho, Ramez Tebet, Ernandes Amorim, Osmar Dias, Joel de Hollanda, Romeu Tuma, Gérson Camata, Hugo Napoleão, Nabor Junior, Jonas Pinheiro, Lauro Campos, Emilia Fernandes e Levy Dias, reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanentes de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores José Agripino, Romero Jucá, Mauro Miranda, Marluce Pinto, Iris Rezende, José Ignácio Ferreira, Teotônio Vilela Filho, José Serra, José Roberto Arruda, José Eduardo Dutra, Antonio Carlos Valadares, e Odacir Soares. Havendo número regimental o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do item nº 1 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1997. Não Terminativo. Ementa: Dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos e dá outras providências. Autor: Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Relator Senador Ramez Tebet. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado. Colocada em discussão a matéria fazem uso da palavra para tecer considerações a respeito do assunto abordado os Senhores Senadores Joel de Hollanda, Gérson Camata e Elcio Alvares. Passa-se à fase de votação, oportunidade em que a matéria é aprovada pela maioria dos membros presentes a reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às doze horas, lavrado eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. Senador **Elói Portella**, Presidente, em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Elói Portella) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião. Esclareço aos Srs. Senadores e Senadoras que, na qualidade de Senador mais idoso nesta Comissão, estou assumindo a Presidência, conforme preceitua o art. 88, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a leitura da presente Ata da reunião anterior permaneçam sentados.

Aprovada.

Informo aos Srs. Senadores que a pauta de hoje consta de um item apenas.

Item nº 1

Dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos e dá outras providências. Autoria: Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Relator Senador Ramez Tebet, a quem passo a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. RAMEZ TEBET – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Líder do Governo no Senado, Senador Elcio Alvares, o projeto de lei, ora em análise aqui na Comissão de Infra-estrutura, é de fundamental importância para a economia do País. Esse projeto já foi analisado pela Comissão de Assuntos Sociais. Teve como Relator o eminente Senador Joel de Hollanda, presente aqui e ao meu lado, que apresentou substancioso parecer naquela Comissão, sendo aprovado o projeto, ora remetido a nossa Comissão, cujo relatório vou começar apresentar. Naquela Comissão o projeto também foi aprovado pela sua relevância para o País.

O projeto dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos e dá outras providências. O que vem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ajudar bastante a economia do País, porque é um instrumento de incentivo ao uso do álcool, isto é, de outro combustível. Um combustível em que o nosso País em matéria de tecnologia é imbatível no mundo, sendo preciso, realmente, incrementar mais o uso do álcool nos veículos, principalmente nos veículos oficiais. Obedece ao Programa Nacional do Alcool, Proálcool, trazendo evidentes vantagens. Determina que os veículos oficiais tenham que, necessariamente, usar o álcool como combustível, o que é de fundamental importância, além de facultar o uso do álcool em tudo que receber incentivos fiscais.

Trata-se, como já foi dito até por V.Exª como Presidente, de um projeto de lei que veio da Câmara, determinando que todos os veículos leves, dotados de motores com capacidade volumétrica superior a 1.000cm, adquiridos por pessoas físicas mediante incentivos fiscais ou qualquer outro tipo de subvenção econômica, deverão utilizar combustível renovável. Isso, sem dúvida alguma, incrementa e estimula a produção do álcool no País, tornando obrigatório o uso desse combustível em frotas oficiais.

Pela sua relevância, emiti parecer favorável à aprovação desse Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1997:

É o parecer, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Elói Portela) – Em discussão. (Pausa.)

O SR. JOEL DE HOLLANDA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, queria apenas ratificar as colocações que acabam de ser feitas pelo nobre Senador Ramez Tebet, Relator dessa matéria nesta Comissão, dizer que não é concebível que um País que domina a tecnologia do álcool não estimule o uso do álcool como combustível em sua frota.

Hoje, lamentavelmente, a indústria automobilística nacional, praticamente, deixou de produzir carros a álcool, e o resultado é que o setor produtivo desse combustível renovável está com um **superávit**, com o excedente de álcool da ordem de 2 bilhões de litros de álcool. Enquanto isso, outros países, como os Estados Unidos da América do Norte estão incentivando, fortemente, a produção de automóveis a álcool. Este ano, os Estados Unidos deverão produzir mais de 500 mil automóveis a álcool, como forma de contribuir, primeiro, para autorização desse combustível elevado. Segundo, para diminuir a poluição nas cidades americanas, e também como forma de prestigiar a tecnologia descoberta no Brasil que tem se mostrado bastante eficaz, em termos de transportes urbanos em todo o mundo.

Por isso, votamos favoravelmente ao parecer do nobre Senador Ramez Tebet, chamando a atenção de que estimular o álcool é contribuir para a geração de emprego no setor agrícola; para produzir mais álcool temos que produzir mais cana, e produzindo maior quantidade, temos que gerar mais emprego, no momento em que todo o País precisa dar mais oportunidade de emprego. Incentivar o álcool como combustível é economizar divisas para o País. Toda vez que usamos mais álcool em nossos automóveis, estamos evitando a importação do petróleo. Utilizar álcool em nossos automóveis é contribuir para a despoluição dos centros urbanos.

Hoje o Brasil gasta bilhões de reais, através do Sistema de Saúde, tratando das doenças respiratórias nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, e assim por diante. Portanto, é um projeto que traz benefícios econômicos, sociais, prestigiam a tecnologia que é brasileira – a tecnologia dos motores a álcool – e que está sendo incentivada em outros países – e por isso mesmo, por esse conjunto de benefícios econômico-sociais é que achamos que é da maior importância, possibilitando o Governo de no prazo de 5

anos, quando se renovar a frota oficial, fazer automóveis movidos a álcool.

Por isso, é que o meu voto é favorável ao projeto, na forma do parecer do eminente Senador Ramez Tebet.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Elói Portela) – Com a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, antes de entrar totalmente no mérito do projeto apresentado, em nome da Comissão de Assuntos Econômicos – porque penso que aqui é o local do Congresso Nacional mais apropriado para isso – eu gostaria de registrar a maneira que estremeceu o Brasil, sobre a declaração feita ontem, numa reunião em Viena, num fórum internacional, pelo João Pedro Stédile, ex-Presidente do MST. Ele disse para as multinacionais pararem de ir para o Brasil, porque eles vão começar a saqueá-las e vai entrar um governo para acabar com as multinacionais no Brasil.

Agora, numa época em que estamos precisando de capitais estrangeiros para criar empregos para os desempregados, sai para fora do Brasil um cidadão e dá uma declaração antibrasileira, contra os interesses do Brasil, é gravíssima, Sr. Presidente, numa hora de crise. Então vemos que esse povo não joga na construção de um país; joga na destruição do país; que morram de fome os seus habitantes, que se desgracem todos, mas que prospere a teoria desses pescadores de águas turvas. E nessa mesma declaração ele diz – e agora vamos esperar que o PT se pronuncie sobre isso – a íntegra do apoio dessa teoria à candidatura de Lula.

Quer dizer, significa que ele disse: votem no Lula e acabem com o Brasil, para fazermos outro Brasil só para eles. O Lula vai ter que vir a público, para dizer se concorda com isso. Eu não aceitaria, Sr. Presidente, o apoio de um cabo eleitoral desse que quer destruir o meu País. O Lula agora tem que dizer se ele está ao lado desse homem que declara publicamente num fórum Internacional, que quer acabar com o Brasil e pede que os capitais estrangeiros não venham para o Brasil, sem declarar que aceita o apoio desse cidadão, ele está declarando que aceita essa teoria; a teoria de que vamos destruir tudo, vamos desempregar os brasileiros, vamos matar os brasileiros de fome, vamos turvar a água, para que possamos pescar nessa água turva.

É essa a declaração que está posta lá; e enquanto o Sr. Lula não declarar o que pensa do que o Sr. Stédile disse, acho que nós, brasileiros, vamos ter que pensar muito sobre o que essa gente representa para o Brasil.

Agora, vamos, então, ao projeto.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Ramez Tebet, normalmente sou contra o subsídio. O subsídio no Brasil, tem sido uma história meio dramática, esquisita e de abuso de uso. Mas esse projeto é importante, e o Senador Joel de Hollanda registrou. Não podemos permitir que um programa como o Proálcool naufrague nessa hora. Nós vamos ter que ser um Stédile, ou seja, remar a favor do Brasil, para que ele cresça e se desenvolva. E quando se cria um emprego no Proálcool se economiza dólar, porque deixamos de importar petróleo. Por isso, precisamos apoiar esse programa.

No que concerne ao problema da poluição, quando foi aprovado o projeto da Deputada Rita Camata, no Senado, obrigando colocar 22% de álcool anidro, nos combustíveis à base de petróleo, a Petrobras reagiu, dizendo que não ia obedecer – porque a Petrobras é interessante, Sr. Presidente, ela obedece as leis do Brasil, quando ela quer.

Depois, veio um representante da Petrobras e disse que só ia cumprir as determinações nas cidades grandes. Quer dizer, a lei brasileira para a Petrobras é muito interessante. E um dia apareceu em audiência pública – o que me deixou quase estupefato, como fiquei hoje com as declarações do Stédile – um representante da Petrobras dizendo que o Brasil estava proibido de colocar 22% de álcool anidro no combustível, por causa do Mercosul, porque tínhamos que padronizar o combustível, e como o dono da frota representa 60% dos veículos do Mercosul, teria que ser padronizada pelos carros do Uruguai.

Então, pedi ao representante da Petrobras para mostrar sua carteirinha de funcionário, dizendo que ele não devia ser funcionário brasileiro, porque está defendendo que nós que temos um Proálcool como esse eliminemos um programa nacional para padronizar a gasolina no Brasil pela gasolina do Uruguai. Ele mostrou a carteira e ele era brasileiro, por incrível que pareça, e ainda por cima, funcionário da Petrobras. Graças à Deus, esse monstro está no final, está nos estertores, e ele vai acabar daqui a uns dias ou daqui a alguns meses ou daqui a alguns anos. Se ele não acabar vai ter que competir com a iniciativa privada, para começar a aprender como se faz a política de energia em favor do Brasil. Por enquanto, ele só faz em favor da

Petrobras, dos funcionários da Petrobras, dos fundos da Petrobras, dos escândalos da Petrobras, das compras subfaturadas e superfaturadas da Petrobras. Agora, vamos torcer, para que eles comecem, obedecendo também essa lei, a trabalhar em favor do Brasil. O meu voto é favorável ao Relatório do Senador Ramez Tebet ao projeto. Muito obrigado.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, concordo com o eminente Relator, e tenho a impressão de que tanto o Senador Joel de Hollanda quanto o Senador Ramez Tebet falaram bem do mérito desse projeto, corroborado pela intervenção do Senador Gerson Camata. Acompanho o Relator, com o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Elói Portela) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h34min.)

3ª Reunião (Extraordinária) realizada em 18 de junho de 1998, às 10h30min.

Às dez horas e trinta minutos do dia dezoito de junho de mil novecentos e noventa e oito, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, em exercício, do Senhor Senador Elói Portella, presentes os Senhores Senadores Odacir Soares, José Agripino, Romero Jucá, Joel de Hollanda, Romeu Tuma, Gérson Camata, Hugo Napoleão, Nabor Junior, Carlos Wilson, Jonas Pinheiro, Emilia Fernandes e Levy Dias, reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Elcio Alvares, Vilson Kleinubing, Marluce Pinto, Renan Calheiros, Mauro Miranda, Otoniel Machado, José Ignácio Ferreira, Teotônio Vilela Filho, José Serra, José Roberto Arruda, José Eduardo Dutra, Antonio Carlos Valadares, e Ernandes Amorim. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do item nº 1: Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1998. Ementa: Altera a Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação, objeto do Anexo III da Lei nº 9.472, de 16-7-97, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros as-

pectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Autor: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados. Relator: Senador Odacir Soares. Parecer: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo apresentado. Resultado: Aprovado.

Colocada em discussão a matéria, e não havendo quem queira discuti-la, passa-se à fase de votação, oportunidade em que a mesma é aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às treze horas e dez minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **Elói Portella**, Presidente, em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço aos Srs. Senadores que a pauta de hoje contém apenas um item.

Item nº 1 – Ementa: Altera a tabela de valor da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação, objeto do Anexo III da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações e a criação e o funcionamento de um dos órgãos reguladores e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1997. Autor: Comissão de Ciências e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados. Relator: Senador Odacir Soares, a quem passo a palavra para proferir o relatório.

O SR. ODACIR SOARES – Sr. Presidente, tendo em vista que o relatório, acompanhado do substitutivo que apresentei, já foi distribuído aos Srs. Senadores, peço a V. Exª a dispensa da leitura do referido relatório e também a do substitutivo ao Projeto de Lei nº 5, de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Elói Portella) – Aprovado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a reunião às 13h10min.)

COMISSÃO ESPECIAL

Criada através do Requerimento nº 518, de 1995-SF, destinada a "estudar a reforma político-partidária".

1ª Reunião, realizada em 11 de novembro de 1998.

Às doze horas e seis minutos do dia onze do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Francelino Pereira (Presidente eventual), Sérgio Machado (Relator), Leomar Quintanilha, Eduardo Suplicy, José Eduardo Dutra, José Fogaça, Romero Jucá, Ronaldo Cunha Lima, Casildo Maldaner, Ernandes Amorim e Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão Especial destinada a "**Estudar a Reforma Político-partidária**" com o objetivo de continuar a apreciação e votação do Relatório Final. Havendo número regimental, o Senhor Presidente eventual, Senador Francelino Pereira declara abertos os trabalhos e aproveita a oportunidade para homenagear o ex-Presidente da Comissão, Senador Humberto que faleceu este ano. A seguir, a Presidência, concede a palavra ao Senhor Senador José Fogaça, Ronaldo Cunha Lima e Sérgio Machado que também se associam à homenagem. Finda a homenagem a Presidência concede a palavra ao Senhor Relator, Senador Sérgio Machado que inicia a discussão do Relatório sobre o tema: Financiamento Público de Campanha. Usam também da palavra para discussão do Relatório os Senhores Senadores Sérgio Machado, Casildo Maldaner, José Eduardo Dutra, Ronaldo Cunha Lima, Francelino Pereira, Antonio Carlos Valadares e José Fogaça. Encerrada a discussão a Presidência coloca em votação o item Financiamento Público de Campanha que é aprovado na íntegra e por unanimidade, de acordo com a proposta do Relator, em conformidade com seu Relatório Preliminar. Antes de encerrar, a Presidência coloca em votação a Ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Presidência, após agradecer a presença de todos, encerra os trabalhos e, para constar, eu, Marta Helena P. F. Parente, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 1ª REUNIÃO DE 1998, DA COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 518, DE 1995-SF, DESTINADA A "ESTUDAR A REFORMA POLÍTICO-PARTIDÁRIA", COM O OBJETIVO DE CONTINUAR A APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL, REALIZADA EM 11/11/98, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Vago

Vice-Presidente no Exercício da Presidência:

Senador **Francelino Pereira**

Relator: Senador **Sérgio Machado**

Íntegra de acompanhamento taquigráfico

COMISSÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA
DESTINADA A ESTUDAR A REFORMA
POLÍTICO-PARTIDÁRIA

REUNIÃO 11-11-98 – 12H6MIN

PRESIDENTE: SENADOR FRANCELINO PEREIRA

RELATOR: SENADOR SÉRGIO MACHADO

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) –

Srs. membros da Comissão, esta possivelmente deverá ser a última reunião desta Comissão, que prestou assinalados serviços à reforma política do País, inclusive no que tange ao Projeto de Emenda Constitucional, também de iniciativa parlamentar, que foi aprovada pelo Congresso Nacional e já está em plena execução.

Agora, cabe-nos, por dever de justiça, prestar uma homenagem ao Senador Humberto Lucena. Normalmente esses elogios são manifestados diante de todos aqueles que passam por um transe dessa natureza, mas inegavelmente o Senador Humberto Lucena foi uma figura muito importante na vida política nacional, um exercício na vida parlamentar invejável que conciliava a candura no trato com a definição que os homens públicos devem tomar. Humberto Lucena não era apenas um político, era, sobretudo, homem público. E que devotava ao Brasil, e particularmente à sua Paraíba, uma dedicação extrema e o seu desaparecimento causou realmente um transtorno nesta Instituição, mas o seu exemplo há de ser multiplicado agora e sempre.

De forma que eu gostaria, se alguns membros desejassem produzir alguma manifestação, mas esta é a solicitação da Mesa, que é uma manifesta-

ção de pesar que deve ser transmitida à família do Senador da Paraíba e às autoridades paraibanas pelo seu desaparecimento em momento tão importante para a vida política nacional.

Está franqueada a palavra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, quero unir o meu sentimento e as minhas palavras ao que disse V. Ex^a, registrando também a minha grande admiração em vida e **post mortem** em relação à figura política e à pessoa humana do Senador Humberto Lucena. Um homem que vivia 24 horas inteiramente devotada à vida parlamentar. Ele que foi sempre um Parlamentar durante mais de quatro décadas no Brasil, quando morreu deixou uma família em condições de quase pobreza e, portanto, demonstra que ao longo desses quarenta anos ele nunca usou o poder que teve em benefício próprio. E ele ao longo de tanto tempo foi daqueles Parlamentares que fizeram do cumprimento do Regimento Interno, do Regimento da Casa a sua "bíblia", a sua linha de comportamento, a sua fronteira de comportamento.

Eu que só o conhecia das notícias de jornais, lá no meu Estado, no Rio Grande do Sul, quando vim para o Senado aprendi a respeitá-lo muito, a admirá-lo muito, já o admirava, mas aprendi a ter um grande respeito porque pude privar até quase que da intimidade do Senador Humberto Lucena e o ver como homem humilde e, sobretudo, um homem que ouvia os seus correligionários, os seus colegas de Parlamento e até os seus adversários. Fazia parte de sua postura, ele foi duas vezes Presidente do Senado Federal, fazia parte da sua postura essa capacidade sensitiva de respeitar a opinião alheia, respeitar a opinião do outro, respeitar até a opinião dos seus adversários, transformando-as na grande síntese da sua conduta como Presidente. Então, ele, que garantiu a existência e até a sobrevivência e a consolidação dessa Comissão de Reforma Política, merece todas as nossas homenagens. Aproveito a oportunidade para fazer o registro, da mesma forma que fez V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Com a palavra o Senador da terra.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA – Eu faço minhas as palavras que V. Ex^a proferiu e as que foram agora proferidas pelo eminente companheiro de Partido, Senador pelo Rio Grande do Sul, José Fogaça. E ao subscrever essas, manifestando esse mesmo sentimento, acho que me sinto com o direito e o dever, até de agradecer, em nome do meu Estado, as homenagens que V. Ex^a presta, que esta Co-

missão presta ao ex-Presidente desta Comissão, Senador Humberto Lucena. E creio que o faço em nome de sua família.

Ontem, estive na casa da viúva do Senador Humberto Lucena e pude constatar que toda sua vida política de mais de quarenta anos foi uma vida de um homem probo e que não deixou patrimônio material para os seus familiares, como salientou o Senador José Fogaça. Por isso, ao me aliar a essas homenagens prestadas por V. Ex^a, me sento com o direito e o dever de agradecer em nome do meu Estado e em nome da própria família do Senador Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Com a palavra o Senador Sérgio Machado.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a figura do Senador Humberto Lucena teve um papel muito importante na vida política nacional. Eu que tive a oportunidade de conhecer o Senador Humberto Lucena, ainda de calça curta, pelos idos dos anos 60, quando era ainda do PSD – meu pai também fazia parte desse Partido –, sempre com enorme participação nas discussões nacionais, sempre em posições de liderança no Partido, Presidente do Senado, demonstrando que faz política porque gosta e que tem esse sentimento. Os Senadores José Fogaça e Ronaldo Cunha Lima, mostraram que o Senador Humberto Lucena passou pela vida pública durante quarenta anos e morreu pobre. Essa é uma linha, uma participação de um homem que tinha a política no sangue. E, por compreender a necessidade de reformulação das instituições partidárias, das instituições eleitorais, é que ele foi um dos grandes entusiastas desta Comissão, presidida por ele com muita experiência, fazendo com que possamos avançar e discutir um tema que a meu ver é a reforma mais importante que precisa ser feita em nosso País. É a reforma que vai dar a garantia à continuidade da democracia e fortalecimento dos Partidos. Então, esta Comissão que discutiu temas tão importantes sob a Presidência de Humberto Lucena, eu gostaria de propor a eleição de um novo Presidente. Mas como esta é a última reunião em homenagem a Humberto Lucena, adiaremos essa eleição e o nosso Senador Francelino Pereira presidiria essa reunião, para que pudéssemos prestar mais essa homenagem ao nosso companheiro.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Eu gostaria, para concluir esse primeiro item da nossa pauta, de dizer ao Senador Sérgio Machado que ele teve o dom da profecia em matéria aparentemente

simples, até porque é do domínio de toda a instituição parlamentar, S. Ex^a que, desde o primeiro instante, tomou a iniciativa de propor a constituição desta Comissão que integramos e votamos diversos itens de caráter polêmico, polêmica que continua e que será debatida na Comissão. Mas a verdade é que essa profecia do Senador Sérgio Machado terminou encontrando o seu momento próprio. Em verdade, se nós tivéssemos iniciado o debate sobre as reformas constitucionais pela reforma política, nós e o Governo, não teríamos chegado a nenhuma conclusão. Agora chegou o momento de uma conscientização a respeito dessa matéria, pois consideramos que a reforma política é tão importante quanto à reforma econômica, pois é fundamental para a definição dos rumos políticos e institucionais deste País. Então, chegamos ao final do nosso debate exatamente quando o próprio Governo e os Partidos políticos já estão debatendo, de forma objetiva, essas oposições, objeto de nossa decisão. Quero apenas adiantar que o próprio Partido que integro já está debatendo essa matéria e partindo para uma orientação através da qual caberá, no nível partidário, ao nobre Senador José Agripino a coordenação das matérias de reforma política, pertinente à fidelidade partidária que é prioritária e fundamental para a própria reforma, e possivelmente deverá ser votada ainda este ano para que, no próximo ano, possamos partir para uma reforma mais ampla.

O nobre Senador José Agripino, a nível partidário, vai examinar e propor ao Partido – para depois esse assunto ir às Comissões. – a sua posição referente à reforma partidária, à cláusula de barreira que preferimos chamar de cláusula de desempenho, a proibição de alianças proporcionais entre partidos políticos e mais uma outra matéria. O Partido designou, também, o meu nome para coordenar – e farei com dificuldade – o aperfeiçoamento da legislação pertinente à reeleição no Brasil que tornou-se bastante polêmica em face da experiência que acabamos de viver neste País. De maneira que quero felicitar o Sr. Senador Sérgio Machado por ter profetizado, com paciência, esses nossos trabalhos, votando de um sistema fatiado a reforma política que iremos debater, de uma forma mais objetiva, porque ela será objeto de interesse do que particularmente chamo de os dois lados da rua; o lado do Executivo que está à direita e o lado do Legislativo que está aqui, onde estamos hoje.

De maneira que o último item que temos para debater é polêmico e importante, pois trata do financiamento público das campanhas eleitorais que es-

tabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos Partidos. O Projeto já foi distribuído e está nas mãos dos membros da Comissão e eu a coloco em discussão.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um resumo do projeto para que pudéssemos discutir.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Perfeito.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Sr. Presidente, como esta deverá ser a nossa última reunião, eu gostaria de recapitular que já aprovamos o sistema eleitoral, o voto distrital misto, a questão da fidelidade partidária, a questão da cláusula de barreira, a questão do fim das coligações partidárias para as eleições proporcionais, a questão de reeleição que, inclusive, já foi aprovada pelo Congresso, a questão da duração de mandato e a questão de eleição de suplentes, o voto obrigatório e o facultativo, a questão do segundo turno, a questão de divulgação de pesquisa e a questão de imunidade parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – A questão da fidelidade partidária já foi votada e a Comissão já decidiu sobre essa questão.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Então, faltaria o último item da pauta que ficou sendo o financiamento de campanha e todos nós que acabamos de acompanhar uma eleição e participamos de uma eleição, sabemos da importância desse item para a democracia, porque é o financiamento de campanha, e é através dele que podemos dar transparência da igualdade de condição na concorrência das eleições. Este é o grande tema discutido hoje em todas as democracias do mundo. Sabemos que uma eleição tem custos e despesas e tem que ser financiada. Temos observado em vários países do mundo, como nos Estados Unidos, no Japão, na Alemanha, na França e no Brasil, que ao fim de cada eleição deve haver prestação de contas. Aqui, inclusive, um Presidente sofreu **impeachment**, em grande parte ocasionado por financiamento de campanha. Então, é hora de darmos transparência e igualdade e colocarmos no erário público a questão do financiamento. A nossa proposta é a de que seja exclusivamente de financiamento público e não teríamos outra forma de financiamento a não ser financiamento público. Isto daria transparência, fiscalizaria os gastos dos candidatos, porque na hora em que um candidato tivesse mais volume de campanha do que o outro ele teria que explicar de onde é que está vindo os recur-

sos, já que esses números são claramente definidos, como acontece hoje, que um candidato tem muitos recursos e o outro não tem nada, tomando a competição fica difícil. A nossa proposta é com base nas experiências internacionais, e em discussões travadas no Senado, inclusive num projeto que o Senador Francelino Pereira foi Relator, chegou-se a um consenso de R\$7,00 por eleitor. Tivemos a preocupação de definir o critério de distribuição desse recurso para evitar que haja, por parte dos Partido e das direções partidárias, um controle absoluto sobre isto, o que não seria bom para a democracia e poderia haver uma discriminação aqui ou ali. Nós, então, definimos um critério. O critério da distribuição desses recursos, em primeiro lugar, seria feito em função do número de representantes que cada Partido tiver na Câmara dos Deputados. Em função disto se fará a distribuição do volume que cada Partido terá direito. Esse recurso, então, seria distribuído conforme as duas eleições que nós teremos – a eleição nacional e as eleições municipais. Nas eleições estaduais e federais, o Diretório Nacional dos Partidos receberá 30% dos recursos para a sua administração direta e distribuirá os 70% restantes aos diretórios regionais, sendo metade na proporção do número de eleitores de cada Estado, do Distrito Federal e de cada território. Então, é de acordo com a população de cada Estado que terá gastos diferentes de campanha. A outra metade é o desempenho que cada Estado teve dentro da Bancada do Partido, do esforço que cada Estado fez dentro da Bancada do Partido, a metade é na proporção das bancadas estaduais, do Distrito Federal e dos territórios que o Partido elegeu para a Câmara dos Deputados. Então, existem dois critérios: o populacional e o desempenho e o esforço que cada diretório regional fez.

Nas eleições municipais, os diretórios nacionais dos partidos reservarão 20% dos recursos para a sua administração direta e distribuirão os 80% restantes aos diretórios regionais, conforme critério estabelecido no Inciso I e II do artigo anterior."

Deixa-se para a Direção Nacional um volume para que ele possa, conforme a conveniência do Partido, a nível nacional, poder reforçar uma campanha onde for mais ou menos prioritária para o Partido.

Dos recursos recebidos pelos diretórios regionais, 20% serão reservados para a sua administração direta e os 80% restantes distribuídos aos diretórios municipais, sendo metade na proporção do número de eleitores existentes no município e metade na proporção do número de vereadores eleitos pelo partido, no

município, em relação ao total de vereadores eleitos pelo Estado, dentro do mesmo critério de distribuição. Com isto, nós deixamos recursos para que os diretórios nacional e estadual possam definir as prioridades em termos dos seus anos – possam priorizar uma eleição em relação a outra – mas, também, define um critério de distribuição, porque alguém poderia dizer que se ficasse tudo isso para o diretório distribuir poderia se criar um critério de proteção e um prejudicar o outro. Então, foi dentro desse espírito e dessa linha que fizemos a nossa proposta e, aí, entra a cláusula de barreira como elemento fundamental que, também, já foi aprovada nesta Comissão, e só terá acesso a esses recursos financeiros e tempo de rádio e televisão um partido que cumprir um requisito eleitoral de chegar a um volume de votos.

Então, é esta a síntese da nossa proposta e estamos abertos a discussões.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Desde logo, eu gostaria de pedir ao nobre Senador Sérgio Machado para que deixássemos de lado essa expressão "cláusula de barreira" – meio antipática – para usar a expressão cláusula de desempenho – uma linguagem mais simpática.

Com a palavra o nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, eu acho que é até dispensável tecermos maiores considerações sobre a importância desse assunto. Na medida em que todas essas matérias, a partir da conclusão dos trabalhos da Comissão vão se transformar em iniciativas legislativas formais, e todas irão para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Eu vou votar a favor do projeto sem modificação, porque terei oportunidade de fazê-la na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Quero dizer que eu tive a oportunidade de participar de um debate sobre esse assunto com o Senador Sérgio Machado e, aliás, foi o debate mais inosso que participei com alguém da base do Governo, porque concordávamos com praticamente tudo e só discordávamos, se não me engano, do segundo turno para Governador que, a meu ver, é um bom sinal, pois temos condições de caminhar nesse assunto sem repetir a velha dicotomia Governo e Oposição. Preocupa-me, inclusive, as insinuações ou sinais que surgiram, por parte do Planalto, relativa à questão das fidelidades partidárias. Penso que se caminhamos naquela direção, talvez se reintroduza a dicotomia Oposição e Governo, em-

bora o projeto do nobre Senador Sérgio Machado não caminhe naquela direção e ainda tenhamos algumas restrições.

Eu gostaria de fazer um registro a respeito da importância que terão os Partidos políticos e esta Comissão que participaram da discussão desse tema que hoje é objeto de votação, sobre o financiamento público de campanha. Eu acho que este é um dos pontos mais importantes no sentido do aperfeiçoamento da nossa democracia. É um projeto de lei que, em tese, teria mais condições de ser aprovado, ao contrário de outras matérias como o voto distrital misto e outros que requerem emenda constitucional. Mas sabemos que até em função da proibição, carregada de farisaísmo de alguns ou pela própria cultura que se tentará passar, o problema é a forma pela qual esse assunto acabará sendo abordado pelos meios de comunicação que poderão ferir de morte esse projeto discutindo sobre o momento de corte do orçamento, no momento em que não há recursos para a saúde, para a educação, como se vai destinar não sei quantos milhões para fazer eleição? Sabemos que, infelizmente, e já vimos sinais disso, talvez seja esta a forma que vai balizar a discussão desse assunto. Por isso, é importante que haja uma convicção e um empenho profundo de todas as lideranças políticas deste País no sentido de que este assunto venha a ser passado para a população de forma bastante esclarecedora, didática, no sentido de que é um assunto realmente importante para o fortalecimento da democracia, senão poderá, a depender da forma como o assunto venha a ser tratado, debatido ou abordado, acabar sendo destruído sob fortes argumentos de que talvez a democracia, ou o fortalecimento dos partidos, ou o fortalecimento do Congresso não mereça ser dada tanta importância que não mereceria recursos da União no sentido de viabilizá-los.

Gostaria de fazer este alerta. Tenho algumas emendas sobre o projeto por ocasião da tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas queria deixar o registro de que, particularmente, considero esse assunto um dos mais importantes, e a importância de todos os parlamentares, dos partidos evitarem que o assunto, a sua tramitação e a sua discussão acabe caindo naquele ponto que, inclusive, já foi levantado quando da discussão desse assunto na elaboração da lei eleitoral do ano passado e que, a meu ver, seria um desserviço que estaríamos prestando à democracia.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Com a palavra o Senador.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, confesso que ainda não tenho um juízo definitivo a respeito da aplicabilidade imediata do financiamento público das campanhas, embora já tenha manifestado profunda simpatia pela tese. Penso que deve ser aprofundada e aqui vamos votar matéria para encaminhamento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde, com certeza, será melhorada, debatida e aprofundada. É um instante importante da vida pública nacional o financiamento, dentro do argumento manifestado pelo relator, para estabelecer igualdade de oportunidade dos candidatos, e isso é o grande ponto que nos inspira, por isso devemos ter, na parte adjetiva da lei, cuidados em relação à distribuição dos recursos e à sua aplicação.

No §2º do art. 7º da proposta, os recursos recebidos pelos partidos para financiamento das campanhas serão distribuídos entre as diversas eleições. Creio que aí deveria haver alguma correção gramatical: os recursos não são distribuídos entre as eleições, mas entre os candidatos por diretórios, segundo critérios definidos pelo diretório nacional.

Se permanecer esse critério definido por cada diretório nacional, vamos ter critérios díspares em cada estado na distribuição do recursos. Ou a lei já estabelece a forma de distribuição para os candidatos, ou, do contrário, cometer a cada diretório a tarefa de fazê-lo vai criar situações absolutamente díspares e desiguais.

Vamos admitir que um determinado partido tenha um critério e outro partido tenha outro. Então vai estabelecer nos estados situações diferentes. Penso que se deve estabelecer os critérios para o diretório não punir ou não beneficiar determinados candidatos que possam ser do agrado ou não do diretório estadual. Então tem que se estabelecer que os recursos serão distribuídos de forma equânime para todos os candidatos do partido naquela região.

Outro aspecto é com relação à possibilidade de o candidato usar recursos próprios até o limite de 20% da variação patrimonial registrada na declaração do seu ajuste do Imposto de Renda. Ao abrir essa porta, vai permitir evidentemente que um candidato mais rico, que tenha tido uma variação patrimonial razoável de até 20%, tenha uma situação absolutamente diferenciada dos demais candidatos. Ao se estabelecer esse percentual de 20%, dever-se-ia também estabelecer um teto, um máximo em UFIR para que o candidato que tenha aumentado o seu

patrimônio de forma descomunal encontrando justificativa para gastar mais.

O terceiro e último aspecto que acredito ser o mais importante, o mais relevante é que, no instante em que se estabelecer o financiamento público das campanhas e cometer os diretórios a distribuição dos recursos, temos que modificar rigorosa, profunda e radicalmente a lei eleitoral em relação à fiscalização da aplicação dos recursos para dar aos Tribunais Eleitorais meios e instrumentos eficazes de apuração. Vemos hoje absolutamente e de forma gritante, atitudes aéticas, ilícitas, de corrupção flagrante, e não há punição, porque o próprio mecanismo, a própria legislação talvez não autorize os tribunais a julgarem. As investigações judiciais estão sendo relegadas ao critério e ao sabor de cada tribunal por falta de uma legislação mais clara a esse respeito. Não me consta que algum candidato tenha sido declarado inelegível por abuso de poder econômico, por um ato de corrupção, e quantos atos ocorreram neste País, em vários Estados – não quero nem citar –, porque a lei eleitoral não trouxe mecanismos capazes de impedir esse abuso ou de permitir a apuração dos abusos. No instante em que se modificam alguns dispositivos na própria lei eleitoral, seria a oportunidade também de se modificar a lei eleitoral para dar instrumento eficaz à Justiça Eleitoral de prontamente apurar e impedir esses abusos econômicos praticados abertamente nas eleições na grande maioria dos Estados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Gostaria apenas de fazer uma sugestão de que não entrássemos no debate dos detalhes desse projeto, até porque vamos encerrar a reunião exatamente às 13 horas, e gosto de marcar a hora para o término dos trabalhos, porque esse projeto é o último que estamos discutindo e exatamente por ser polêmico é claro que vamos ter um debate muito incisivo sobre este assunto porque um dos capítulos mais vergonhosos da política brasileira reside exatamente nas campanhas eleitorais. São centenas de parlamentares listados no Congresso Nacional que pagam para ser Senador, ou pagam para ser Deputado, e isto constitui efetivamente uma vergonha para a instituição política brasileira. Não estou aqui como Senador de Minas Gerais e nem quero exercer outro mandato pagando para exercê-lo. Tivemos a experiência ainda neste ano de um projeto que foi apresentado sobre financiamento de campanha e que, teoricamente, é a solução ideal, mas, inegavelmente, onde está o princípio basilar desse

projeto? Está no princípio da igualdade, que é repetido um cem de número de vezes na Constituição, como disse o Ministro Carlos Mário Velloso. E por que é repetido? Porque não há igualdade, porque não há democracia e porque não há República sem igualdade. O financiamento da campanha, inegavelmente, no momento em que fixarmos o quantitativo para o financiamento das campanhas, a nação vai ficar estarrecida, e a sociedade não vai aprovar, não vai concordar exatamente porque sabe que a experiência das campanhas eleitorais do Brasil representa uma farsa, os ricos, os fraudadores, os financiadores de campanha se mobilizam e até mesmo pessoas interessadas em ações no futuro financiam campanhas eleitorais. De maneira que é de uma extrema responsabilidade, é uma vergonha para este País e inegavelmente um projeto dessa natureza que estarrecia a nação no momento em que fixarmos o montante das campanhas eleitorais, mas, de qualquer maneira, o tema é fascinante, é importante e temos que debatê-lo profundamente.

Queria propor a esta Comissão que seus trabalhos não se encerrassem hoje. Esta Comissão deve continuar em pleno funcionamento porque há matérias que estão sendo enviadas a esta Comissão pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em razão de pareceres proferidos por Senadores e, inclusive, por mim. De maneira que a Comissão continua funcionando mesmo sem Presidente, o Senador da Paraíba continua presidindo *in memoriam*, exatamente porque vamos ter oportunidade de continuar debatendo essa matéria.

Continua em debate.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) – Sr. Presidente, gostaria de esclarecer uns pontos levantados pelo Senador Ronaldo Cunha Lima. Em primeiro lugar, rebateram esse texto hoje de manhã e incluíram coisas que faziam parte do texto anterior e que não faziam parte desse, como a questão do uso de recurso próprio. Não se pode usar recurso próprio; é exclusivamente recurso público e exclusivamente público.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) - No caixa dois.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) – O que acontece, Senador Francelino Pereira, é que, com esse dispositivo, o homem de bem vai poder ser candidato sem precisar depender de favores do poder econômico. Então vai se dar transparência e condição ao homem de bem poder concorrer.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Teoricamente, sim.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) – E vai dar à Justiça a condição de poder fiscalizar, porque, se usar o caixa dois, vai haver um volume de campanha maior, e na hora em que houver isso, teremos como denunciar, o que hoje não existe porque não sabemos o volume de campanha de cada candidato.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) - Quer dizer que o art. 20 desaparece?

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) – Desaparece. O segundo ponto que o Senador Ronaldo Cunha Lima levantou, e estava preocupado com isso, e eu coloquei que é o diretório nacional, ouvidos os diretórios regionais, é que vai fixar o critério, para cada partido. Temos que dar liberdade ao partido de estabelecer a sua estratégia. Mas ouvidos todos os diretórios regionais. Por exemplo, o recurso que chegar para a Paraíba não é o diretório da Paraíba que vai fixar o critério, o critério já foi fixado para todo o partido pelo diretório nacional. Claro que não se chega ao ideal que seria detalhar, mas avançamos muito, define um critério, e não fica ao sabor dos diretórios regionais definir a política de distribuição de recursos para cada estado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Serei rápido e breve na minha consideração. Sr. Presidente, no ano passado, quando estávamos discutindo a...

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Havendo alguma dúvida, os projetos aprovados por esta Comissão serão todos apresentados tal como aprovado pela Comissão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde serão designados relatores para examinar, aí que vamos examinar objetivamente, inclusive tendo em vista também as proposições que estão tramitando na Câmara dos Deputados. A verdade é que chegou o momento da reforma política, tão importante quanto qualquer outro tipo de reforma; aliás, deve preceder qualquer outro tipo de reforma.

Continua com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, estava referindo-me à discussão feita no

ano passado, quando o Senado Federal se debruçou sobre a nova legislação eleitoral e, naquela ocasião, apresentamos uma emenda propondo, de imediato, o financiamento de campanha. Esta emenda que apresentamos foi transformada em projeto de lei que está na Comissão de Justiça e não sei se ela chegou até esta Comissão. Deve estar na Comissão de Justiça, então, chegando lá esse projeto de lei, é a oportunidade, de autoria do nobre Senador Sérgio Machado, em se tratando de matérias conexas, de pedirmos à Comissão que leve em consideração alguns aspectos que foram objeto da nossa proposta. Naturalmente que a proposta de V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Essa proposta não é minha, é da Comissão. Essa proposta é do Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Exato. A proposta foi aprovada e não vamos discutir aqui, uma vez que foi solicitado pelo nobre Presidente que deixássemos para discutir os pormenores na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Louvo o trabalho, o esforço envidado por esta Comissão no sentido de proporcionar uma legislação eleitoral ao Brasil mais transparente, notadamente no que diz respeito ao financiamento de campanha. Sabemos da desfaçatez e da hipocrisia que existem em torno desse assunto no Brasil, que precisa ser resolvido de uma vez por todas. Mesmo porque os candidatos que não dispõem de recursos, sendo assistidos pelo Poder Público, poderão enfrentar as eleições, não digo em pé de igualdade, mas terão a oportunidade de enfrentarem uma eleição para fazer a sua campanha política tendo material de campanha, carro de som, etc, enfim, todo o material colocado à disposição dos candidatos mais potentes, mais ricos.

Não entrarei nos detalhes como disse, porque o projeto de lei entra em determinados assuntos e discrimina até a distribuição dos recursos, mas gostaria apenas de pedir ao nobre Relator que, para uma melhor orientação da votação desse projeto, seja colocada uma tabela à parte antes de ser enviada à Comissão, uma espécie de simulação do montante que seria arrecadado. Há possibilidade de se saber isso. Hoje todos podem saber o total dos recursos, uma previsão das multas que também são cobradas e distribuídas ao Fundo Partidário. Assim, saberemos, por exemplo, quanto o diretório nacional, estadual e municipal de São Paulo poderão receber. Penso que uma simulação seria da maior importância para que, objetiva-

mente, pudéssemos discutir, Sr. Presidente, a viabilidade dessa proposta da Comissão em ser aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sou membro da Comissão e gostaria que esse assunto fosse dissecado para que, amanhã, não houvesse arrependimento e acusação de que houve discriminação de um determinado Estado em benefício de outro.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – No que tange às multas, multa porque não votou, ou multa porque não se inscreveu como eleitor ao completar a idade mínima, essas são destinadas à Lei de Manutenção e Aperfeiçoamento dos Partidos Políticos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Mas estou falando do Fundo Partidário.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Sou dirigente partidário no meu Estado e sei que essa pequena colaboração é fundamental para o funcionamento e aperfeiçoamento dos partidos políticos no País e nos Estados.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, o projeto de lei trata de uma reformulação da Lei nº 9.096, referente ao Fundo Partidário. Se estamos tratando do Fundo Partidário, a lei que objetivou justamente dar flexibilidade aos partidos para que tivessem um funcionamento normal com recursos oriundos das multas, quero crer que, por exemplo, sobra de campanha não está previsto aqui – estou entrando num detalhe.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) – Não haverá sobra de campanha, porque cada partido vai distribuir e fazer o seu orçamento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Mas se o recurso é orçamentário sendo destinado especificamente para o financiamento de campanha, tem-se que prever a sobra de campanha. E como deverá ser aplicada essa sobra de campanha, em nosso projeto existe essa previsão.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) – Por isso, Senador, mantenho tudo o que está previsto na lei, e nela já está prevista a distribuição de sobra de campanha. Não alterei por esse motivo.

O que existe hoje de sobra e de falta é que os partidos não sabem de quanto dispõem, não sabem a doação. Na medida em que se tem o orçamento prévio e que vai ser bem distribuído, penso que essas coisas tendem a se minimizar tremendamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Em se tratando de recursos públicos, Sr. Presidente, penso que não é apenas por meio de um projeto orçamentário de partido que vamos segurar os recursos. Acredito que vai haver sobra de campanha, que tem de ser bem administrada. Quem sabe devolver ao Tribunal Superior Eleitoral ou ficar no âmbito dos partidos para aplicação em doutrina partidária, em publicidade, etc.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) – A lei já prevê que, havendo sobra de campanha do partido, automaticamente vem para o partido aplicar exatamente nessa finalidade. Já está na lei. Não fizemos nenhuma mudança porque já faz parte do processo.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Queria avisar que o nosso tempo já está se esgotando. O Senador Maldaner pediu a palavra.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER – Eu não devo gastar os cinco minutos, até para respeitar o horário das 13 horas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, não concluí ainda. Fui interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Desculpe-me.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Concluindo as palavras, quero enfatizar que, em se tratando de recursos públicos, e essa é uma legislação nova, se a lei atual determina que as sobras de campanha devem ser aplicadas desta ou daquela forma, é porque as sobras de campanha não decorriam de recursos públicos. E, em se tratando de sobras de campanha oriundas de participação exclusivamente do Poder Público, esse assunto tem que ser estudado com muito cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente e nobres Senadores, em que pese as dúvidas e são vagos esses casos que serão naturalmente debatidos e aprofundados, mas em tese, por uma questão macro, quero aqui congratular-me com essa saída proposta para as eleições no Brasil.

Em primeiro lugar, fortalecer os partidos políticos vem dar ânimo à organização dos diretórios municipais no Brasil inteiro, fazendo com que haja transparência, vai tirar dos dirigentes políticos aquela preocupação em cada pleito, onde é que vão buscar recursos para isso ou aquilo. Haverá também,

em tese, uma moralização na administração pública, porque até as empresas que participam não serão provocadas ou não terão a tentativa, porque haverá uma transparência muito rara nisso.

Em que pesem os detalhes, naturalmente merecem acuidade, isso vai fortalecer os partidos no Brasil. Será uma saída extraordinária, e gostaria de colaborar com a Comissão neste momento.

Gostaria até, para finalizar, de congratular-me também – não conheço bem os detalhes, mas já foi votada aqui – com questão da fidelidade partidária. Temos aqui uma reportagem de um jornal que fez um levantamento, no qual constataram que, no Brasil, só 28 deputados são donos do mandato – trouxe esse levantamento para ilustrar – e os demais, em função de coeficiente, devem isso aos partidos políticos. Só que temos que valorizar os partidos políticos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Peço que envie ao Relator esse documento que V. Ex^a acaba de ler.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) – Senador, nessa legislatura atual, são só treze; vinte e oito são os que foram eleitos. Na atual só foram treze que conseguiram se eleger com os próprios votos.

O SR. CASILDO MALDANER – Vejo que o Senador Sérgio Machado, como Relator, já tinha conhecimento disso. Essa é uma demonstração inequívoca, clara...

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Mas não é questão de ser inequívoco ou não; é a consagração do princípio proporcional.

Temos, em Minas Gerais, deputados federais que foram eleitos agora com mais de 200 mil votos, naturalmente que os outros colegas de bancada se reelegeram com menor número de votos, mas é um princípio constitucional que nunca vai ser erradicado da Constituição, porque é fundamental para a democracia brasileira e o fortalecimento dos partidos políticos.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) – O que estou querendo dizer, Senador Francelino Pereira, é que, tendo em vista que os deputados são eleitos com os votos dos partidos, e não com os seus próprios votos, têm que ser fiéis ao partido.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Exato.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) – Se quiser mudar de partido, devolve o mandato ao partido, para que o partido possa, usando a sobra do partido,

o palanque do partido, possa colocar alguém com o mesmo princípio.

O SR. ROMERO JUCÁ - E discute-se, inclusive, a questão de um candidato de um partido eleger outro candidato de outro partido, porque está coligado, quando, na verdade...

O SR. CASILDO MALDANER - Talvez o Presidente não tenha entendido claramente a posição. Ela é no sentido de que os partidos sejam fortalecidos. Deixemos o mandato ao partido. Essa medida do financiamento, em tese, traz o fortalecimento deles.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) - Continua em discussão.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Desejo falar apenas para apoiar a iniciativa da Comissão. Essa matéria é moralizadora, porque realmente trará limpidez e transparência maior; possivelmente, ajudará que, no futuro, venhamos a estabelecer normas para a fidelidade partidária.

Entre essas normas da fidelidade partidária está não só a fixação de prazos maiores de exigência de filiação; mas, quem sabe, uma vez que ficará fácil estabelecer, do custo de mandato, o que percentualmente foi gasto pelo partido para eleger os seus parlamentares. Se o partido elegeu cinco Deputados Federais no Ceará, dez em Minas Gerais e oito no Rio Grande do Sul, para estes últimos, basta fazer um cálculo em torno do contingente de custo total da eleição e verificar o quanto custou para o partido, de maneira lícita e visível, a eleição de cada deputado. Assim, quem quisesse trocar o partido e levar o mandato para outro, teria também que devolver aos cofres partidários o custo. Trata-se de uma questão de custo. Seria apenas um desconto do passe que já é comprado hoje.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, não é o momento de entrarmos nos detalhes, nem de discutirmos a questão. Faço aqui a minha manifestação de apoio, o que não significa aprovação integral, porque depois explicitaremos detalhes e mudanças. Por exemplo, eu aprofundaria no sentido de restringir que haja também um teto dos gastos considerados com base no patrimônio pessoal.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Esse item não faz parte. Quando reeditaram a proposta hoje, incluíram-no na minha proposta. Ele constava dos estudos anteriores.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Essa é uma mudança; a outra é a de que também se puniriam entidades de qualquer natureza que, por alguma razão, invistam em gastos paralelos.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) - É o mercado paralelo.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - É uma forma indireta de ajudar candidatos que precisamos aferir. Por exemplo, conceder o espaço físico é um patrimônio, mas tem um custo. Quanto custa o aluguel de uma determinada área física durante quatro meses de campanha? Quando isso é cedido gratuitamente a um candidato, concede-se uma ajuda que, muitas vezes, não é contabilizada. Quando, por exemplo, uma entidade, como a Federação das Indústrias, ou um sindicato de funcionários fazem, durante três meses, uma campanha institucional e indireta no rádio e na televisão, o que é isso? É uma campanha indireta, que precisa ser caracterizada também.

Nisso mexerei com emendas, porque quero moralizar ao máximo as campanhas eleitorais. Acredito que essa é a unanimidade nesta Comissão, e sinto-me muito à vontade nela por esse motivo.

O meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) - Então, vamos concluir o nosso trabalho, colocando em votação o projeto de financiamento da campanha.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

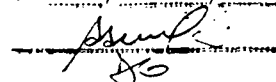
Fica o Relator autorizado a produzir o relatório final - que não necessita ser submetido à Comissão, porque temos urgência em enviar essa matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania -, relatando os trabalhos que fizemos, juntando as proposições aprovadas. Que todos nos preparemos para o debate na Comissão.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13h00min.)

PUBLIQUE-SE

Em 3 / 12 / 98



ATO DA COMISSÃO DIRETORA

ATO DA COMISSÃO DIRETORA(*)

Nº 26, DE 1998

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e considerando o previsto no art. 115 da Lei n.º 8.666, de 23 de junho de 1993, RESOLVE:

Art. 1º - Os artigos 6º, 9º, 21 e 25, do Ato da Comissão Diretora n.º 15, de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º -

I - do Diretor-Geral, até o valor estabelecido como limite para a tomada de preços; e

II - do Primeiro-Secretário, a partir do valor estabelecido para concorrência.

Art. 9º - *É competente para reconhecer as situações de dispensa ou inexigibilidade de licitação, previstas nos artigos 24 e 25 da Lei n.º 8.666, de 1993:*

I - o Diretor da Subsecretaria de Administração de Compras e Contratações de Serviços, até o valor limite estabelecido para a modalidade de convite;

II - o Diretor da Secretaria Administrativa, até o valor limite estabelecido para a modalidade de tomada de preços; e

III - o Diretor-Geral, acima do valor limite estabelecido para a modalidade de tomada de preços.

Parágrafo único - Observado o disposto no art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993, os Atos de que tratam este artigo serão submetidos à ratificação da autoridade imediatamente superior.

Art. 21 -

Parágrafo único - No credenciamento de entidades e de profissionais de saúde, são competentes, sucessivamente, para reconhecer e ratificar a inexigibilidade de licitação, o Diretor-Geral e o Presidente do Conselho de Supervisão do SIS.

Art. 25 - *Revogam-se o art. 5º e os itens 5 e 6 do art. 20, ambos do Ato da Comissão Diretora n.º 40, de 1988, e o Ato da Comissão Diretora n.º 10, de 1992."*

(*)Esta publicação retifica a publicada no DSF de 1º-12-98.

Art. 2º - A Subsecretaria de Administração de Pessoal republicará o Ato da Comissão Diretora n.º 15, de 1997, com as alterações introduzidas por este Ato.

Sala da Comissão Diretora, em 25 de novembro de 1998

Georgina
Luiz José de Lencastre
Antônio Carlos
1. Antônio Carlos

ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Nº 10, de 1998

PUBLICAR: SE

Em 31/11/98

Dispõe sobre a ocupação dos gabinetes parlamentares durante a 51ª Legislatura (1999/2007).

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º do Ato da Comissão Diretora nº 06, de 1995, e

CONSIDERANDO que a renovação da composição da Casa, em decorrência do resultado das últimas eleições, importará na relocação dos espaços do complexo arquitetônico do Senado Federal;

CONSIDERANDO que a recuperação e a adequação dos gabinetes parlamentares destinados a atender aos Senadores da 51ª

Legislatura(1999/2007) serão realizadas pela Administração do Senado a partir do próximo mês de dezembro;

CONSIDERANDO que até o dia 15 de fevereiro de 1999 os gabinetes parlamentares deverão estar em condições adequadas de funcionamento;
e

CONSIDERANDO as ocupações já determinadas pela **Presidência do Senado Federal** para a próxima Legislatura,

RESOLVE:

Art. 1º - A ocupação dos gabinetes parlamentares durante a 51ª Legislatura (1999/2007) obedecerá à distribuição constante do **Anexo** deste Ato.

§ 1º - Para o atendimento ao disposto neste artigo, o Senador que, na próxima legislatura, deixar de integrar a representação desta Casa desocupará o respectivo gabinete parlamentar, até o dia 31 de janeiro de 1999 impreterivelmente.

§ 2º - A desocupação de que trata o parágrafo anterior será formalizada junto à Primeira-Secretaria nos termos do disposto nas alíneas a, b e c do art. 2º do Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1994.

Art. 2º - Para os Senadores investidos no dia 1º de fevereiro de 1999, o ato de ocupação do gabinete parlamentar compreenderá:

I - a entrega à Primeira-Secretaria dos termos de ocupação da unidade destinada e de responsabilidade pela carga dos bens patrimoniais móveis, devidamente assinados; e

II - o recebimento das chaves.

Art. 3º - O disposto neste Ato aplica-se ao atual Senador que, a partir de 1º de fevereiro de 1999, venha a ocupar gabinete parlamentar diverso daquele ocupado na legislatura anterior.

Art. 4º - Este Ato entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 3 de dezembro de 1998


Senador RONALDO CUNHA LIMA
Primeiro-Secretário

ANEXO

| SENADOR(A) | ESTADO | PARTIDO | ENDEREÇO |
|--------------------------|--------|---------|------------------------------------------------|
| MARINA SILVA | AC | PT | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 08 |
| NABOR JUNIOR | AC | PMDB | ALA SEN. RUY CARNEIRO - GABINETE Nº 01 |
| TIAO VIANA | AC | PT | ALA SEN. FILINTO MÜLLER - GABINETE Nº 12 |
| BERNARDO CABRAL | AM | PFL | ALA SEN. FILINTO MÜLLER - GABINETE Nº 09 |
| GILBERTO MESTRINHO | AM | PMDB | ALA SEN. RUY CARNEIRO - GABINETE Nº 04 |
| JEFFERSON PERES | AM | PSDB | ALA SEN. TANCREDO NEVES - GABINETE Nº 53 |
| GILVAM BORGES | AP | PMDB | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 01 |
| JOSÉ SARNEY | AP | PMDB | ALA SEN. RUY CARNEIRO - GABINETE Nº 03 |
| SEBASTIÃO ROCHA | AP | PDT | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 20 |
| ADEMIR ANDRADE | PA | PSB | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 17 |
| JADER BARBALHO | PA | PMDB | ALA SEN. AFONSO ARINOS - GABINETE Nº 12 |
| LUIZ OTÁVIO | PA | PPB | ALA SEN. FILINTO MÜLLER - GABINETE Nº 02 |
| AMIR LANDO | RO | PMDB | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 19 |
| ERNANDES AMORIM | RO | PPB | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 21 |
| RUBENS MOREIRA MENDES | RO | PFL | ALA SEN. FILINTO MÜLLER - GABINETE Nº 15 |
| MARLUCE PINTO | RR | PMDB | ALA SEN. NILO COELHO - GABINETE Nº 08 - TERREO |
| MOZARILDO CAVALCANTE | RR | PPB | ALA SEN. AFONSO ARINOS - GABINETE Nº 10 |
| ROMERO JUCA | RR | PFL | ALA SEN. AFONSO ARINOS - GABINETE S/N-SUBSOLO |
| CARLOS PATROCÍNIO | TO | PFL | ALA SEN. ALEXANDRE COSTA - GABINETE Nº 05 |
| EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS | TO | PFL | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 03 |
| LEOMAR QUINTANILHA | TO | PPB | ALA SEN. AFONSO ARINOS - GABINETE Nº 05 |
| RENAN CALHEIROS | AL | PMDB | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 22 |
| HELOISA HELENA | AL | PT | ALA SEN. FILINTO MÜLLER - GABINETE Nº 07 |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | AL | PSDB | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 02 |
| ANTONIO CARLOS MAGALHAES | BA | PFL | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 09 |
| DJALMA BESSA | BA | PFL | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 13 |
| PAULO SOUTO | BA | PFL | EDIFÍCIO PRINCIPAL - 1º ANDAR - GABINETE Nº 04 |
| LUCIO ALCANTARA | CE | PSDB | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA - GABINETE Nº 07 |
| LUIZ PONTES | CE | PSDB | ALA SEN. TANCREDO NEVES - GABINETE Nº 49 |
| SERGIO MACHADO | CE | PSDB | ALA SEN. TANCREDO NEVES - GABINETE Nº 51 |

| SENADOR(A) | ESTADO | PARTIDO | ENDEREÇO |
|--------------------------|--------|---------|---------------------------------------------------|
| BELLO PARGA | MA | PFL | ALA SEN. TANCREDO NEVES – GABINETE Nº 50 |
| EDSON LOBÃO | MA | PFL | ALA SEN. TANCREDO NEVES – GABINETE Nº 54 |
| JOAO ALBERTO | MA | PMDB | ALA SEN. TANCREDO NEVES – GABINETE Nº 56 |
| NEY SUASSUNA | PB | PMDB | ALA SEN. AFONSO ARINOS – GABINETE Nº 06 |
| RONALDO CUNHA LIMA | PB | PMDB | ALA SEN. ALEXANDRE COSTA – GABINETE Nº 21 |
| WELLINGTON ROBERTO | PB | PMDB | ALA SEN. RUY CARNEIRO – GABINETE Nº 02 |
| CARLOS WILSON | PE | PSDB | ALA SEN. AFONSO ARINOS – GABINETE Nº 08 |
| JOSE JORGE | PE | PFL | ALA SEN. NILO COELHO – GABINETE Nº 04 |
| ROBERTO FREIRE | PE | PPS | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 05 |
| ALBERTO SILVA | PI | PMDB | ALA SEN. FILINTO MÜLLER – GABINETE Nº 08 |
| FREITAS NETO | PI | PFL | ALA SEN. AFONSO ARINOS – GABINETE Nº 01 |
| HUGO NAPOLEÃO | PI | PFL | ALA SEN. AFONSO ARINOS – GABINETE Nº 04 |
| FERNANDO BEZERRA | RN | PMDB | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 04 |
| GERALDO MELO | RN | PSDB | ALA SEN. DINARTE MARIZ – GABINETE Nº 05 |
| JOSE AGRIPINO | RN | PFL | ALA SEN. DINARTE MARIZ – GABINETE Nº 03 |
| ANTONIO CARLOS VALADARES | SE | PSB | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 12 |
| JOSE EDUARDO DUTRA | SE | PT | ALA SEN. ALEXANDRE COSTA – GABINETE Nº 07-Subsolo |
| MARIA DO CARMO ALVES | SE | PFL | ALA SEN. NILO COELHO – GABINETE Nº 06 |
| JOSE ROBERTO ARRUDA | DF | PSDB | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 10 |
| LAURO CAMPOS | DF | PT | ALA SEN. FILINTO MÜLLER – GABINETE Nº 03 |
| LUIZ ESTEVAO | DF | PMDB | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 25 |
| IRIS REZENDE | GO | PMDB | ALA SEN. FILINTO MÜLLER – GABINETE Nº 04 |
| MAGUITO VILELLA | GO | PMDB | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 16 |
| MAURO MIRANDA | GO | PMDB | ALA SEN. FILINTO MÜLLER – GABINETE Nº 10 |
| JUVÊNCIO DA FONSECA | MS | PMDB | ALA SEN. FILINTO MÜLLER – GABINETE Nº 11 |
| LÚDIO COELHO | MS | PSDB | ALA SEN. ALEXANDRE COSTA – GABINETE Nº 01 |
| RAMEZ TABET | MS | PMDB | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 18 |
| ANTERO DE BARROS | MT | PSDB | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 24 |
| CARLOS BEZERRA | MT | PMDB | ALA SEN. FILINTO MÜLLER – GABINETE Nº 01 |
| JONAS PINHEIRO | MT | PFL | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 23 |

| SENADOR(A) | ESTADO | PARTIDO | ENDEREÇO |
|--------------------------|--------|---------|--------------------------------------------------|
| ALVARO DIAS | PR | PSDB | ALA SEN. NILO COELHO – GABINETE Nº 08 - 1º ANDAR |
| OSMAR DIAS | PR | PSDB | ALA SEN. FILINTO MÜLLER – GABINETE Nº 13 |
| ROBERTO REQUIÃO | PR | PMDB | ALA SEN. ALEXANDRE COSTA – GABINETE Nº 09 |
| EMILIA FERNANDES | RS | PDT | ALA SEN. TANCREDO NEVES – GABINETE Nº 59 |
| JOSÉ FOGAÇA | RS | PMDB | ALA SEN. AFONSO ARINOS – GABINETE Nº 07 |
| PEDRO SIMON | RS | PMDB | ALA SEN. ALEXANDRE COSTA – GABINETE Nº 03 |
| CASILDO MALDANER | SC | PMDB | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 14 |
| GERALDO ALTHOFF | SC | PFL | ALA SEN. FILINTO MÜLLER – GABINETE Nº 05 |
| JORGE BORNHAUSEN | SC | PFL | ALA SEN. DINARTE MARIZ – GABINETE Nº 04 |
| GERSON CAMATA | ES | PMDB | ALA SEN. AFONSO ARINOS – GABINETE Nº 03 |
| PAULO HARTUNG | ES | PSDB | ALA SEN. FILINTO MÜLLER – GABINETE Nº 14 |
| RICARDO SANTOS | ES | PSDB | ALA SEN. AFONSO ARINOS – GABINETE Nº 01-Subsolo |
| ARLINDO PORTO | MG | PTB | ALA SEN. TANCREDO NEVES – GABINETE Nº 55 |
| FRANCELINO PEREIRA | MG | PFL | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 15 |
| JOSÉ ALENCAR | MG | PMDB | ALA SEN. TANCREDO NEVES – GABINETE Nº 57 |
| ARTUR DA TAVOLA | RJ | PSDB | ALA SEN. AFONSO ARINOS – GABINETE Nº 02 |
| GERALDO CANDIDO DA SILVA | RJ | PT | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 06 |
| SATURNINO BRAGA | RJ | PSB | ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA – GABINETE Nº 11 |
| EDUARDO SUPPLY | SP | PT | ALA SEN. DINARTE MARIZ – GABINETE Nº 02 |
| JOSE SERRA | SP | PSDB | ALA SEN. DINARTE MARIZ – GABINETE Nº 01 |
| ROMEU TUMA | SP | PFL | ALA SEN. FILINTO MÜLLER – GABINETE Nº 06 |

Publicado em

03/12/98

Jose Paulo Botelho Cobucci
 Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL

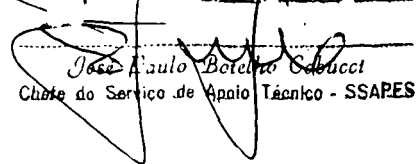
Nº 2.294, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor **VALDEQUE VAZ DE SOUZA**, matrícula 2521, da Função Comissionada de **Assistente do Diretor da Secretaria Especial**, Símbolo **FC-7**, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 1998.

Senado Federal, 03 de Dezembro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Publique-se em 03/12/98

José Paulo Botelho Cabocci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.295, DE 1998

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora **NILEIDE HELENA MONTURIL VAZ DE SOUZA**, matrícula 3827, da Função Comissionada de **Assistente Editorial-Gráfico**, Símbolo **FC-6**, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-la para exercer a função Comissionada de **Assistente do Diretor da Secretaria Especial**, Símbolo **FC-7**, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 1998.

Senado Federal, 03 de Dezembro de 1998.

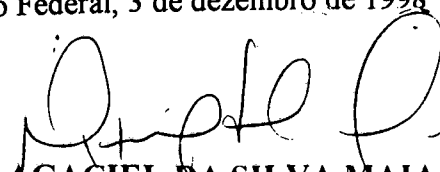

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.296, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 016025/98-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ARINALDA NASCIMENTO DOS SANTOS**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Bianco.

Senado Federal, 3 de dezembro de 1998



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – S

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornellas (1)
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing (2)
4. José Bianco

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PSDB

1. Lucio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Péres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Eptacio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Lucidio Portella

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antonio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

Atualizado em 27-10-98

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7-4-98

(2) Falecido, em 23-10-98

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

| | |
|-----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|
| Secretários: CE | - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604) |
| CI | - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607) |
| CAE | - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516) |
| CAS | - RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608) - VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285) |
| CCJ | - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609) |
| CRE | - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496) |
| CFC | - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935) |

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL

| | | | |
|--------------------|----------------|-------------------------|----------------|
| FRANCELINO PEREIRA | MG -2411/12 | 1-ROMERO JUCA | RR-2111/12 |
| EDISON LOBÃO | MA - 2311/12 | 2-JOSÉ AGRIPINO | RN-2361/62 |
| GILBERTO MIRANDA | AM -3104/05 | 3-JOSÉ BIANCO | RO2231/32 |
| BELLO PARGA | MA -3069/70 | 4-ÉLCIO ALVARES | ES-3130/31 |
| LEONEL PAIVA | DF- 1248 | 5-ELÓI PORTELA (Cessão) | PI - 2131/32 |
| JONAS PINHEIRO | MT - 2271/72 | 6-JOSAPHAT MARINHO | BA - 1041/1141 |
| JÃO ROCHA | TO -4071/72 | 7-JOEL DE HOLLANDA | PE-3197/98 |
| JÚLIO CAMPOS | MT - 1247/1447 | 8-DJALMA BESSA | BA- 2211/12 |

PMDB

| | | | |
|------------------|--------------|----------------------|--------------|
| GILVAM BORGES | AP-2151/52 | 1-WELLINGTON ROBERTO | PB-3139/40 |
| FERNANDO BEZERRA | RN-2461/67 | 2-MARLUCE PINTO | RR-1101/1201 |
| NEY SUASSUNA | PB-1145/1245 | 3-MAURO MIRANDA | GO-2091/92 |
| JOSÉ SAAD | GO-3149/50 | 4-ROBERTO REQUIÃO | PR-2401/02 |
| CARLOS BEZERRA | MT-2291/92 | 5-PEDRO SIMON | RS-3230/31 |
| RAMEZ TEBET | MS-2221/22 | 6-CASILDO MALDANER | SC-2141/42 |
| JOSÉ FOGAÇA | RS-3077/78 | 7-GERSON CAMATA | ES-3203/04 |

PSDB

| | | | |
|---------------------|-------------|-------------------------|------------|
| JOSÉ ROBERTO ARRUDA | DF-2011/12 | 1-TEOTÔNIO VILELA FILHO | AL-4093/94 |
| SÉRGIO MACHADO | CE- 2281-82 | 2-BENI VERAS | CE-3242/43 |
| JEFFERSON PERES | AM-2061/62 | 3-LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2301/02 |
| PEDRO PIVA | SP- 2351/52 | 4-LÚDIO COELHO | MS-2381/82 |
| OSMAR DIAS | PR-2124/25 | 5-VAGO | |

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

| | | | |
|-------------------------|-------------|----------------------------|--------------|
| EDUARDO SUPPLY - PT | SP-3213/15 | 1-ANTONIO CARLOS VALADARES | SE-2201/02 |
| | | - PSB | |
| LAURO CAMPOS - PT | DF-2341/42 | 2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT | AP-2244/46 |
| ADEMIR ANDRADE - PSB | PA-2101/02 | 3- ROBERTO FREIRE - PPS | PE-2161/67 |
| JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT | SE- 2391/92 | 4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT | RJ-1121/4229 |

PPB

| | | | |
|-----------------|--------------|-----------------------|-------------|
| ESPERIDIAO AMIN | SC-4200/06 | 1-EPITACIO CAFETEIRA | MA-1402/11 |
| LEVY DIAS | MS-1128/1228 | 2- LEOMAR QUINTANILHA | TO- 2071/77 |

PTB

| | | |
|---------------|------------|------|
| ODACIR SOARES | RO-3218/19 | VAGO |
|---------------|------------|------|

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 24/11/98.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

| TITULARES | | SUPLENTE | |
|---------------------------------------|---------------|---------------------------|--------------|
| PFL | | | |
| ROMERO JUCA | RR-2111/17 | 1-GUILHERME PALMEIRA | AL-3245/47 |
| JONAS PINHEIRO | MT-2271/77 | 2-EDISON LOBÃO | MA-2311/15 |
| JOSÉ ALVES | SE-4055/57 | 3-ELCIO ALVARES | ES-3130/35 |
| BELLO PARGA | MA-3069/72 | 4-VAGO | |
| JOEL DE HOLLANDA | PE-3197/98 | 5-JOSÉ AGRIPINO | RN-2361/67 |
| LEONEL PAIVA | DF-1046/1146 | 6-BERNARDO CABRAL | AM-2081/87 |
| JOSÉ BIANCO | RO-2231/37 | 7-ROMEU TUMA | SP-2051/57 |
| DJALMA BESSA | BA - 2211/12 | 8-JOÃO ROCHA | TO-4070/71 |
| JÚLIO CAMPOS | MT- 1247/1447 | 9-VAGO | |
| PMDB | | | |
| CARLOS BEZERRA | MT- 2291/97 | 1-JOSÉ FOGAÇA | RS-3077/78 |
| GILVAM BORGES | AP-2151/57 | 2- VAGO | |
| JOÃO FRANÇA (1) | RR-3067/4078 | 3- JOSÉ SAAD | GO-3149/50 |
| CASILDO MALDANER | SC-2141/47 | 4-JOSÉ SARNEY | AP-3429/31 |
| MAURO MIRANDA | GO-2091/92 | 5-DJALMA FALCÃO | AL-2261/62 |
| NABOR JUNIOR | AC-1478/1378 | 6-VAGO | |
| MARLUCE PINTO | RR-1101/4062 | 7-VAGO | |
| IRIS REZENDE | GO-2032/33 | 8-VAGO | |
| PSDB | | | |
| LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2301/07 | 1-ARTUR DA TAVOLA | RJ-2431/37 |
| OSMAR DIAS | PR-2124/25 | 2-BENI VERAS | CE-1149 |
| LÚDIO COELHO | MS-2381/87 | 3-SERGIO MACHADO | CE-2281/87 |
| CARLOS WILSON | PE-2451/57 | 4-VAGO (2) | |
| JOSÉ ROBERTO ARRUDA | DF-2011/16 | 5-JEFFERSON PERES | AM-2061/67 |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) | | | |
| BENEDITA DA SILVA - PT | RJ-2171/77 | 1-EMILIA FERNANDES - PDT | RS-2331/37 |
| MARINA SILVA - PT | AC-2181/87 | 2-LAURO CAMPOS - PT | DF-2341/47 |
| ADEMIR ANDRADE - PSB | PA-2101/07 | 3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT | RJ-1121/4229 |
| SEBASTIÃO ROCHA - PDT | AP-2244/46 | 4-ROBERTO FREIRE - PPS | PE-2161/67 |
| PPB | | | |
| ERNANDES AMORIM | RO-2051/57 | 1-EPITACIO CAFETERIA | MA-4073/74 |
| LEOMAR QUINTANILHA | TO-2071/76 | 2-ESPERIDIÃO AMIN | SC-4200/06 |
| PTB | | | |
| ODACIR SOARES | RO-3218/3219 | 1-ARLINDO PORTO | MG- 2321/22 |

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515 **FAX: 311-3652**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 4's feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 10/11/98

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**PRÉSIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL****VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET****(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)****TITULARES****SUPLENTEs****PFL**

| | | | |
|---------------------------|-----------------------|---------------------------|---------------------|
| GUILHERME PALMEIRA | AL-3245/47 | 1-ÉLCIO ALVARES | ES-3130/32 |
| EDISON LOBÃO | MA-2311/15 | 2-ROMERO JUCÁ | RR-2111/17 |
| JOSÉ BIANCO | RO-2231/37 | 3-JOSÉ AGRIPINO | RN-2361/67 |
| BERNARDO CABRAL | AM-2081/87 | 4-LEONEL PAIVA | DF-1046/1146 |
| FRANCELINO PEREIRA | MG-2411/17 | 5-DJALMA BESSA | BA - 2211/12 |
| JOSAPHAT MARINHO | BA - 1041/1141 | 6-BELLO PARGA | MA-3069/72 |
| ROMEU TUMA | SP-2051/52 | 7-GILBERTO MIRANDA | AM-1166/3104 |

PMDB

| | | | |
|------------------------|-------------------|---------------------------|---------------------|
| JADER BARBALHO | PA-3051/53 | 1-VAGO | |
| JOSÉ FOGAÇA | RS-3077/78 | 2-NEY SUASSUNA | PB-4345/46 |
| ROBERTO REQUIÃO | PR-2401/07 | 3-CARLOS BEZERRA | MT-2291/97 |
| RAMEZ TEBET | MS-2221/27 | 4-CASILDO MALDANER | SC-2141/47 |
| PEDRO SIMON | RS-3230/32 | 5-FERNANDO BEZERRA | RN-2461/2467 |
| DJALMA FALCÃO | AL-2261/62 | 6-GILVAM BORGES | AP-2151/52 |

PSDB

| | | | |
|------------------------|-------------------|--------------------------------|-------------------|
| JEFFERSON PERES | AM-2061/67 | 1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | ES-2121/24 |
| SÉRGIO MACHADO | CE-2284/87 | 4-PEDRO PIVA | SP-2351/52 |
| LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2301/07 | 2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA | DF-2011/17 |
| BENI VERAS | CE-3242/43 | 3-OSMAR DIAS | PR-2124/25 |

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

| | | | |
|----------------------------------|-------------------|--------------------------------|-------------------|
| ANTONIO C. VALADARES- PSB | SE-2201/04 | 1-ADEMIR ANDRADE - PSB | PA-2101/07 |
| ROBERTO FREIRE - PPS | PE-2161/67 | 2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT | AP-2241/47 |
| JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT | SE-2391/97 | 3-MARINA SILVA - PT | AC-2181/87 |

PPB

| | | | |
|---------------------------|--------------------|------------------------------|---------------------|
| ESPERIDIAO AMIN | SC-4206/07 | 1-LEVY DIAS | MS-1128/1228 |
| EPITACIO CAFETEIRA | MA- 4073/74 | 2- LEOMAR QUINTANILHA | TO-2073/74 |

PTB

| | | | |
|----------------------|---------------------|------------------------|--------------------|
| ODACIR SOARES | RO-3218/3219 | 1-ARLINDO PORTO | MG- 2321/22 |
|----------------------|---------------------|------------------------|--------------------|

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

Atualizada em: 09/11/98

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---------------------------------------|--------------|----------------------------|--------------|
| PFL | | | |
| DJALMA BESSA | BA - 2211/12 | 1-BERNARDO CABRAL | AM-2081/82 |
| HUGO NAPOLEÃO | PI-3085/87 | 2-GERALDO ALTHOFF | SC-2042/43 |
| JOEL DE HOLLANDA | PE-3197/98 | 3-LEONEL PAIVA | DF-1046/1146 |
| ÉLCIO ALVARES | ES-3130/32 | 4- FRANCELINO PEREIRA | MG-2411/12 |
| JOÃO ROCHA | TO-4070/71 | 5-GILBERTO MIRANDA | AM-3104/05 |
| ROMERO JUCÁ | RR-2111/17 | 6-JONAS PINHEIRO | MT-2271/72 |
| ROMEU TUMA | SP-2050/57 | 7-WALDECK ORNELAS (2) | BA |
| EDISON LOBÃO | MA-2311/46 | 8-VAGO | |
| PMDB | | | |
| JOSÉ FOGAÇA | RS-3077/78 | 1-RAMEZ TEBET | MS-2222/23 |
| FERNANDO BEZERRA | RN-2461/67 | 2-JOSÉ SAAD | GO-3149/50 |
| ROBERTO REQUIÃO | PR-2401/02 | 3-NEY SUASSUNA | PB-4345/46 |
| GERSON CAMATA | ES-3203/04 | 4-NABOR JUNIOR | AC-1478/1378 |
| JOSÉ SARNEY (4) | AP-3429/31 | 5-DJALMA FALCÃO | AL-2261/62 |
| JOÃO FRANÇA (1) | RR-3067/68 | 6-IRIS REZENDE | GO-2032/33 |
| VAGO | | 7-PEDRO SIMON | RS-3230/31 |
| PSDB | | | |
| ARTUR DA TAVOLA | RJ-2431/32 | 1-JEFFERSON PERES | AM-2061/62 |
| VAGO (3) | | 2-SÉRGIO MACHADO | CE - 2281/82 |
| JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | ES - 2121/22 | 3-LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2301/02 |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | AL-4093/94 | 4-CARLOS WILSON | PE-2451/52 |
| BENI VERAS | CE-3242/43 | 5-PEDRO PIVA | SP-2351/52 |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) | | | |
| LAURO CAMPOS - PT | DF-2341/42 | 1-BENEDITA DA SILVA - PT | RJ-2171/72 |
| MARINA SILVA - PT | AC-2181/82 | 2-ANTONIO C. VALADARES PSB | SE-2201/07 |
| EMILIA FERNANDES - PDT | RS-2331/37 | 3-SEBASTIÃO ROCHA | AP-2242/44 |
| ABDIAS NASCIMENTO - PDT | RJ-4229/30 | 4-VAGO | |
| PPB | | | |
| LEVY DIAS | MS-1128/1228 | 1-ESPERIDIÃO AMIN | SC-1123/1223 |
| LEOMAR QUINTANILHA | TO-2071/72 | 2-ERNANDES AMORIM | RO-2251/57 |
| PTB | | | |
| ODACIR SOARES | RO-3218/19 | 1-VAGO | |

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

(4) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 18/11/98

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY (3)****VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA****(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)****TITULARES****SUPLENTES****PFL**

| | | | |
|---------------------------|-------------------|--------------------------|-------------------|
| GUILHERME PALMEIRA | AL-3245/47 | 1- VAGO | |
| HUGO NAPOLEÃO | PI-4478/79 | 2-BELLO PARGA | MA-3069/72 |
| JOSÉ AGRIPINO | RN-2361/67 | 3-JOÃO ROCHA | TO-4070/71 |
| BERNARDO CABRAL | AM-2081/87 | 4-JOSÉ ALVES | SE-4055/57 |
| ROMEU TUMA | SP-2051/57 | 5-GERALDO ALTHOFF | SC-2042/43 |
| JOEL DE HOLLANDA | PE-3197/99 | 6- JOSÉ BIANCO | RO-2231/32 |

PMDB

| | | | |
|-------------------------|-------------------|---------------------------|---------------------|
| JOSÉ SARNEY (2) | AP-3429/31 | 1-MARLUCE PINTO | RR-1101/4062 |
| PEDRO SIMON | RS-3230/31 | 2-FERNANDO BEZERRA | RN-2461/67 |
| CASILDO MALDANER | SC-2141/47 | 3-MAURO MIRANDA | GO-2091/92 |
| JADER BARBALHO | PA-3051/53 | 4-GERSON CAMATA | ES-3203/04 |
| VAGO (1) | | 5-IRIS REZENDE | GO-2032/33 |

PSDB

| | | | |
|------------------------|-------------------|--------------------------------|-------------------|
| ARTUR DA TAVOLA | RJ-2431/36 | 1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | ES-2021/27 |
| CARLOS WILSON | PE-2451/57 | 2-TEOTÔNIO VILELA FILHO | AL-4093/95 |
| LÚDIO COELHO | MS-2381/87 | 3-OSMAR DIAS | PR-2121/27 |

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

| | | | |
|--------------------------------|-------------------|-------------------------------|-------------------|
| BENEDITA DA SILVA - PT | RJ-2171/77 | 1-EDUARDO SUPLYCY - PT | SP-3215/16 |
| ABDIAS NASCIMENTO - PDT | RJ-3188/89 | 2-ADEMIR ANDRADE - PSB | PA-2101/02 |
| EMILIA FERNANDES - PDT | RS-2331/37 | 3-MARINA SILVA-PT | AC-2181/82 |

PPB

| | | | |
|---------------------------|-------------------|--------------------|---------------------|
| LEOMAR QUINTANILHA | TO-2073/74 | 1-LEVY DIAS | MS-1128/1228 |
|---------------------------|-------------------|--------------------|---------------------|

PTB

| | | | |
|----------------------|--------------------|------------------------|-------------------|
| ARLINDO PORTO | MG- 2321/22 | 1-ODACIR SOARES | RO-3218/19 |
|----------------------|--------------------|------------------------|-------------------|

(1) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

(2) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)**SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496****FAX: 311-3546**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 09/11/98

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**PRESIDENTE: SENADOR ELÓI PORTELA****VICE-PRESIDENTE: VAGO****(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)**

| TITULARES | | SUPLENTEs | |
|---------------------------------------|----------------|------------------------|--------------|
| PFL | | | |
| JOSÉ AGRIPINO | RN-2361/2367 | 1- JOSAPHAT MARINHO | BA-1041/1141 |
| ROMERO JUCÁ | RR-2111/2117 | 2- JONAS PINHEIRO | MT-2271/2277 |
| GERALDO ALTHOFF | SC-2042/43 | 3- GUILHERME PALMEIRA | AL-3245/3247 |
| ÉLCIO ALVARES | ES-3130/3132 | 4- WALDECK ORNELAS (1) | BA |
| JOEL DE HOLLANDA | PE-3197/3199 | 5- JOSÉ ALVES | SE-4055/4057 |
| HUGO NAPOLEÃO | PI - 4478/4479 | 6-ROME U TUMA | SP-2051/57 |
| ELÓI PORTELA (cessão) | PI - 2131/37 | 7-GILBERTO MIRANDA | AM-1166/3104 |
| PMDB | | | |
| NABOR JÚNIOR | AC-1478/1378 | 1-ROBERTO REQUIÃO | PR-2401/2407 |
| MAURO MIRANDA | GO-2091/92 | 2-RAMEZ TEBET | MS-2221/27 |
| GERSON CAMATA | ES-3203/ 3204 | 3-CARLOS BEZERRA | MT-2291/2297 |
| IRIS REZENDE | GO-2032/33 | 4- VAGO | |
| MARLUCE PINTO | RR-1101/4062 | 5-JOSÉ SARNEY (4) | AP-2351/52 |
| RENAN CALHEIROS (2) | AL | 6- VAGO | |
| PSDB | | | |
| JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | ES-2021/2027 | 1-CARLOS WILSON | PE-2451/2457 |
| JOSÉ ROBERTO ARRUDA | DF-2011/2017 | 2-VAGO (3) | |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | AL-4093/95 | 3-OSMAR DIAS | PR-2121/2127 |
| PEDRO PIVA | SP- 2351/52 | 4-LÚDIO COELHO | MS-2381/87 |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) | | | |
| JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT | SE-2391/2397 | 1-VAGO | SP-3212/15 |
| ANTONIO C. VALADARES | SE-2201/07 | 2-EDUARDO SUPLYCY (PT) | DF-2341/47 |
| EMILIA FERNANDES - PDT | RS-2331/37 | 3- LAURO CAMPOS (PT) | |
| PPB | | | |
| LEVY DIAS | MS-1128/1228 | 1-ESPERIDIÃO AMIN | SC-1123/1223 |
| ERNANDES AMORIM | RO-2251/57 | 2- EPITACIO CAFETEIRA | MA- 4073/74 |
| PTB | | | |
| ODACIR SOARES | RO-3218/19 | 1-ARLINDO PORTO | MG - 2321/22 |

(1) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Justiça.

(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

(4) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)**SECRETÁRIO: CELSO PARENTE****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607****SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)****FAX: 311-3286**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 09/11/98

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA**VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON****(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)****TITULARES****SUPLENTE****PFL**

| | | | |
|------------------|--------------|----------------------|--------------|
| JOSAPHAT MARINHO | BA-1041/1141 | 1-GERALDO ALTHOFF | SC-2042/43 |
| JOSÉ ALVES | SE-4055/56 | 2-FRANCELINO PEREIRA | MG-2411/17 |
| JÚLIO CAMPOS | MT-1247/1447 | 3-DJALMA BESSA | BA - 2211/12 |
| JOÃO ROCHA | TO-4070/71 | | |
| GILBERTO MIRANDA | AM-3104/05 | | |

PMDB

| | | | |
|--------------------|--------------|-------------------|------------|
| JOSÉ SAAD | GO-3149/50 | 1-GILVAM BORGES | AP-2151/57 |
| NEY SUASSUNA | PB-4345/46 | 2-JOÃO FRANÇA (1) | RR-3067/68 |
| DJALMA FALCÃO | AL-2261/62 | | |
| WELLINGTON ROBERTO | PB-3139/40 | | |
| MARLUCE PINTO | RR-1101/1201 | | |

PSDB

| | | | |
|---------------|------------|-------------------------|------------|
| BENI VERAS | CE-3242/43 | 1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | ES-2121/22 |
| CARLOS WILSON | PE-2451/57 | 2-VAGO (2) | |
| PEDRO PIVA | SP-2351/52 | | |

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

| | | | |
|---------------------|------------|--------------------------|------------|
| EDUARDO SUPPLY - PT | SP-3215/16 | 1-BENEDITA DA SILVA - PT | RJ-2171/77 |
| VAGO | | | |

PPB

| | | | |
|--------------------|------------|-------------------|------------|
| EPITACIO CAFETEIRA | MA-4073/74 | 1-ERNANDES AMORIM | RO-2051/55 |
|--------------------|------------|-------------------|------------|

PTB

| | |
|---------------|--------------|
| ODACIR SOARES | RO-3218/3219 |
|---------------|--------------|

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO**SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 09/11/98

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA
PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)

| TITULARES | | SUPLENTEs | |
|---------------------------------------|------------|-------------------|------------|
| PFL | | | |
| JOSÉ ALVES | SE-4055/56 | 1-GERALDO ALTHOFF | SC-2042/43 |
| GILBERTO MIRANDA | AM-3104/05 | 2- DJALMA BESSA | BA-2211/12 |
| PMDB | | | |
| JOSÉ SAAD | | 1-JOÃO FRANÇA (1) | RR-3067/68 |
| VAGO (2) | | | |
| PSDB | | | |
| BENI VERAS | CE-3242/43 | 1-VAGO (3) | |
| BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) | | | |
| EDUARDO SUPPLY - PT | SP-3215/16 | | |
| PPB + PTB | | | |
| EPITACIO CAFETEIRA | MA-4073/74 | | |

- (1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.
(2) Em virtude do falecimento do titular, 13.04.98.
(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

REUNIÕES: SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 09/11/98

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO
GOVERNO DE RONDÔNIA
PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(7 TITULARES E 4 SUPLENTEs)

| TITULARES | | SUPLENTEs | |
|---------------------------------|--------------|------------------------|--------------|
| PFL | | | |
| 1 – JÚLIO CAMPOS | MT – 1247 | 1 – GERALDO ALTHOFF | SC – 2042/43 |
| 2 – GILBERTO MIRANDA | AM – 3104/05 | 2 – FRANCELINO PEREIRA | MG – 2411/17 |
| PMDB | | | |
| 1 – JOSÉ SAAD | GO – 3148/50 | 1 – JOÃO FRANÇA | RR – 3067/68 |
| 2 – NEY SUASSUNA | PB – 4345/46 | | |
| PSDB | | | |
| 1 – BENI VERAS | CE – 3242/43 | 1 – VAGO (1) | |
| BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS) | | | |
| 1 – EDUARDO SUPLYCY-PT | SP – 3215/16 | | |
| PPB + PTB | | | |
| 1 – ERNANDES AMORIM | RO – 2251/55 | | |

(1) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

FAX: 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 6 - TELEFONE: 311-3254

ATUALIZADA EM 9-11-98

ANDAMENTO

EM 29-4-98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR COUTINHO JORGE

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
 (Representação Brasileira)

Presidente de Honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
 VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
 SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
 SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
 (16 TITULARES E 16 SUPLENTEs)

| TITULARES | SUPLENTEs |
|----------------------------------------------|---------------------------|
| SENADORES | |
| PMDB | |
| 1 - JOSÉ FOGAÇA | 1 - PEDRO SIMON |
| 2 - CASILDO MALDANER | 2 - ROBERTO REQUIÃO |
| PFL | |
| 1 - VILSON KLEINUBING (1) | 1 - JOEL DE HOLLANDA |
| 2 - DJALMA BESSA | 2 - JÚLIO CAMPOS |
| PSDB | |
| 1 - LUDIO COELHO | 1 - JOSÉ IGNACIO FERREIRA |
| PPB | |
| 1 - LEVY DIAS | 1 - ESPERIDIAO AMIN |
| PTB | |
| 1 - JOSÉ EDUARDO | |
| BLOCO OPOSIÇÃO (PT / PSB / PDT / PPS) | |
| 1 - BENEDITA DA SILVA | 1 - EMILIA FERNANDES |

| TITULARES | SUPLENTEs |
|---------------------------|----------------------|
| DEPUTADOS | |
| PFL / PTB | |
| 1 - PAULO BORNHAUSEN | 1 - VALDOMIRO MEGER |
| 2 - JOSÉ CARLOS ALELUIA | 2 - BENITO GAMA |
| PMDB | |
| 1 - EDISON ANDRINO | 1 - CONFUCIO MOURA |
| 2 - GERMANO RIGOTTO | 2 - ROBSON TUMA |
| PSDB | |
| 1 - FRANCO MONTORO | 1 - NELSON MARCHEZAN |
| 2 - CELSO RUSSOMANO | 2 - RENATO JOHNSON |
| PPB | |
| 1 - JULIO REDECKER | |
| PT / PDT / PC do B | |
| 1 - MIGUEL ROSSETO | 1 - LUIZ MAINARDI |

(1) Falecido, em 23-10-98

SECRETARIA DA COMISSÃO

ENDEREÇO: CAMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
 FONE: (55) (061) 318-7436 318-7186 318-8232 318-7433
 FAX: (55) (061) 318-2154
 SECRETARIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 27-10-98

EDIÇÃO DE HOJE: 208 PÁGINAS